



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

LÍNGUA EXÓTICA: a libras como um dispositivo de condução

GABRIEL SILVA XAVIER NASCIMENTO

SÃO CARLOS
2023

GABRIEL SILVA XAVIER NASCIMENTO

LÍNGUA EXÓTICA: a libras como um dispositivo de condução

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação Especial.

Orientadora: Prof.^a Dra. Vanessa Regina de Oliveira Martins

Área de concentração: Educação do Indivíduo Especial

Linha de pesquisa: Produção Científica e Formação de Recursos Humanos em Educação Especial.

SÃO CARLOS
2023

Nascimento, Gabriel Silva Xavier

Língua exótica: a libras como um dispositivo de
condução / Gabriel Silva Xavier Nascimento -- 2023.
269f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos,
campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Vanessa Regina de Oliveira Martins

Banca Examinadora: Lara Ferreira dos Santos, Vanessa
Regina de Oliveira Martins, Maura Corcini Lopes, José
Raimundo Rodrigues, Viviane Melo de Mendonça

Bibliografia

1. Educação Especial . 2. Educação de Surdos. 3.
Exotização. I. Nascimento, Gabriel Silva Xavier. II.
Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação Especial

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Gabriel Silva Xavier Nascimento, realizada em 27/10/2023.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Lara Ferreira dos Santos (UFSCar)

Profa. Dra. Vanessa Regina de Oliveira Martins (UFSCar)

Profa. Dra. Maura Corcini Lopes (UNISINOS)

Prof. Dr. José Raimundo Rodrigues (Pref.M-Vitória)

Profa. Dra. Viviane Melo de Mendonça (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial.

AGRADECIMENTOS

Fazer pesquisa, pensar a educação, atuar na educação é sempre uma empreitada que demanda coragem, algo que nem sempre temos o suficiente quando sozinhos.

Nesse ponto eu sou muito privilegiado. Nunca estive só! Fui agraciado com uma orientadora cuidadosa, presente (em mais de um sentido).

Quando os amigos e (principalmente) eu mesmo nos queixávamos dos embates e desafios na pós-graduação, e recebíamos um sonoro e insensível “a pós-graduação é assim!” de outras pessoas, o argumento nunca me convenceu. Graças a você, Vanessa! Que nos permite experimentar os estudos e a pesquisa sem fazer disso um sofrimento, aliás, por ter a capacidade de nos conduzir com pulso firme e afetuoso em meio a toda adversidade.

Obrigado por me aceitar e ser uma parceira nessa jornada.

Agradeço ainda ao meu marido pela paciência nas minhas ausências, à minha irmã Mônica, por acreditar e torcer por mim. Aos meus pais, no plano onde estiverem, agradeço pela minha vida... – cheguei um pouco mais longe do que prometi para vocês.

Ao José, por sempre ‘me ler’ e tornar minhas ideias mais claras. Amanda e Jândela pelas conversas e desabafos. Pedro e Eliane por me inspirarem sempre. Andressa(s) Ana Kariny, Carolina(s), Daniel, Léo, Luciano, Marcel, Tássio e Paula pelos momentos de riso e pelas conversas sérias regadas com amenidades.

Ao GPESDi pela acolhida e compartilhamento em especial João, Priscila, Tatiane, Luísa e Bianca pelas terapias coletivas, companheirismo e risos.

Aos professores que me acompanharam no PPGEEs e à banca que aceitou ler o trabalho e a dialogar comigo na qualificação e na defesa: Cristina Lacerda, Cássio Rubio, Maura Lopes, Patrícia Rezende, Pedro Pagni, José Raimundo e Viviane Mendonça.

Por fim... registro que a maior parte desta tese foi produzida durante um contexto mortal de pandemia global e de um governo genocida, portanto, configura um estandarte pessoal de sobrevivência. Dedico-a a todos que não poderão jamais lê-la, mas que acreditavam na Educação e no direito de ser e existir com e na diferença.

*“Gandalf: Você terá uma ou duas histórias para contar quando voltar.
Bilbo: Pode prometer que voltarei?
Gandalf: Não. E se voltar já não será o mesmo”
(Hobbit, 2012).*

RESUMO

A partir do conceito de exotização como técnica de condução de existência, esta tese apresenta uma análise acerca do percurso histórico e das práticas discursivas que direcionaram o governo linguístico na história da educação de surdos no Brasil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica documental que recorre à composição de um arquivo histórico que abarca atas e registros complementares de congressos internacionais sobre a escolarização de surdos, ocorridos no período de 1878-1980. Como **objetivo geral** tenciono a construção do conceito de exótico e exotização linguística, para, por ele, analisar de que modo o percurso histórico e as práticas discursivas na história da educação de surdos possibilitaram formas de governamentalidade. Os **objetivos específicos** são: i) Estruturar conceitualmente a exotização como lente de análise de práticas discursivas; ii) Delimitar a ideia de arquivo histórico como um conjunto multifacetado de fontes organizadas para tessitura da história; iii) Tensionar reflexões acerca de como as perspectivas sobre as línguas de sinais possibilitam a emergência de formas outras de ser surdo. Os materiais bibliográficos que compõem o arquivo permitem realizar uma incursão desde o período colonial brasileiro ao maquinário de governo linguístico do Estado Moderno, com suas reverberações sobre os aspectos sociopolíticos dos surdos e sobre a língua brasileira de sinais - libras. As reflexões são tecidas no escopo de autores dos Estudos Foucaultianos, dos Estudos Surdos e da Sociolinguística Histórica, empregando os conceitos de *governamentalidade* e *contraconduta* como ferramentas analíticas. A noção de exótico é concebida como uma invenção fortalecida pelas invasões coloniais, para caracterização de grupos que divergiam do padrão sociocultural branco-europeu. Assim, à prática de um olhar marcado pela exotização assume três vertentes históricas: *o exótico colonial* – com foco na dominação e exploração da força de trabalho; *o exótico dócil* – com foco na captura e docilização dos corpos sujeitados à maquinário Estatal e; *exótico de contraconduta* – com foco no protagonismo e subvertência das técnicas de governo para retomada histórica e autogestão para uma forma de ser surdo na e por meio da língua de sinais. A tese contribui para uma compreensão moderna da libras como língua exótica, isto é, uma percepção filosófica que denota uma forma de existência marcada por estratégias governamentais que, além de sujeitar, produzem a resistência e a contraconduta dos surdos brasileiros possibilitando a manutenção da vida surda na diferença, manejando-se na racionalidade inclusiva.

Palavras chave: Educação Especial; Educação de Surdos; História; Exotização.

ABSTRACT

Based on the concept of exoticization as a technique of existence-driving, this thesis analyzes the historical trajectory and discursive practices that shaped linguistic governance in the history of deaf education in Brazil. It is a documentary bibliographical research that relies on compiling a historical archive encompassing the proceedings and supplementary records from international congresses about deaf education between 1878 and 1980. The main objective is to construct the exotic and linguistic exoticization concept to examine how the historical trajectory and discursive practices in the history of deaf education enabled forms of governmentality. The specific objectives are: i) Conceptually structure exoticization as a lens for analyzing discursive practices; ii) Delimit the idea of a historical archive as a multifaceted set of organized sources for weaving history; iii) Engage in reflections on how perspectives on sign languages allow for the emergence of alternative ways of being deaf. The archive's bibliographical materials allow for an exploration of the Brazilian colonial period to the machinery of linguistic governance of the Modern State, with its reverberations on the sociopolitical aspects of deaf people and Brazilian Sign Language - Libras. The reflections are woven within the scope of authors in Foucauldian Studies, Deaf Studies, and Historical Sociolinguistics, employing the concepts of *governmentality* and *counterconduct* as analytical tools. The notion of the exotic is conceived as an invention strengthened by colonial invasions to characterize groups diverging from the white-European sociocultural standard. Thus, the practice of a understanding marked by exoticization takes on three historical facets: *colonial exotic* – focusing on the domination and exploitation of labor; *docile exotic* – focusing on the capture and docility of bodies subjected to State machinery and; *counter-conduct exotic* – focusing on the protagonism and subversion of governance techniques for historical reclamation and self-management for a deaf way of being in and through sign language. The thesis contributes to a modern understanding of Libras as an exotic language, i.e., a philosophical perception denoting an existence marked by governmental strategies that not only subject but also produce resistance and counterconduct among Brazilian deaf individuals, enabling the maintenance of deaf life within difference, operating within inclusive rationality.

Keywords: Special Education; Deaf Education; History; Exoticization.

RESUMEN

Partiendo del concepto de exotización como técnica de conducción de la existencia, esta tesis presenta un análisis sobre el recorrido histórico y las prácticas discursivas que han dirigido el gobierno lingüístico en la historia de la educación de sordos en Brasil. Se trata de una investigación bibliográfica documental que recurre a la composición de un archivo histórico que incluye actas y registros complementarios de congresos internacionales sobre la escolarización de sordos, llevados a cabo entre 1878 y 1980. El objetivo general es construir el concepto de lo exótico y la exotización lingüística para examinar de qué manera el recorrido histórico y las prácticas discursivas en la historia de la educación de sordos han posibilitado formas de gubernamentalidad. Los objetivos específicos son: i) Estructurar conceptualmente la exotización como lente de análisis de prácticas discursivas; ii) Delimitar la idea de archivo histórico como un conjunto multifacético de fuentes organizadas para la elaboración de la historia; iii) Generar reflexiones sobre cómo las perspectivas sobre las lenguas de señas permiten la emergencia de otras formas de ser sordo. Los materiales bibliográficos que conforman el archivo permiten explorar desde el período colonial brasileño hasta el aparato de gobierno lingüístico del Estado Moderno, con sus repercusiones en los aspectos sociopolíticos de las personas sordas y la Lengua Brasileña de Señas - Libras. Las reflexiones se entrelazan dentro del ámbito de autores en Estudios Foucaultianos, Estudios de Sordos y Sociolingüística Histórica, empleando los conceptos de gubernamentalidad y contraconducta como herramientas analíticas. La noción de lo exótico se concibe como una invención fortalecida por las invasiones coloniales, para caracterizar grupos que divergían del estándar sociocultural blanco-europeo. Así, la práctica de una comprensión marcada por la exotización asume tres vertientes históricas: lo exótico colonial – enfocado en la dominación y explotación de la fuerza de trabajo; lo exótico dócil – enfocado en la captura y docilización de los cuerpos sometidos a la maquinaria estatal; y lo exótico de contraconducta – enfocado en el protagonismo y subversión de las técnicas de gobierno para la recuperación histórica y autogestión de una forma de ser sordo en y a través de la lengua de señas. La tesis contribuye a una comprensión moderna de Libras como un idioma exótico, es decir, una percepción filosófica que denota una existencia marcada por estrategias gubernamentales que no solo sujetan, sino que también producen resistencia y contraconducta entre las personas sordas brasileñas, posibilitando el mantenimiento de la vida sorda en la diferencia, operando dentro de una racionalidad inclusiva.

Palabras clave: Educación Especial; Educación de Sordos; Historia; Exotización.

Sumário

Um convite a saber menos do que sabíamos	14
1. Da estruturação do problema de pesquisa aos objetivos.....	22
2. A exotização como técnica de condução de existência	31
2.1. Colonização e a invenção do exótico	31
2.2. Similitudes: o exótico e as formas de condução pela via da educação de surdos.....	48
3. O enquadramento teórico das produções e as lentes de análises	65
3.1. A função das línguas na história e na sociedade	84
3.2. Os nomes das línguas e a semântica discursiva a partir deles.....	88
4. Aspectos teóricos que ressoam na metodologia composicional do arquivo.....	100
4.1. Levantamento inicial da produção nacional, quantificação de dados	109
4.2. Do apagamento histórico à composição do arquivo.....	119
4.3. Revisão panorâmica das fontes centradas na história da educação de surdos.....	122
4.3.1 A eleição e os critérios de análise das fontes primárias.....	122
4.3.2 A eleição das fontes secundárias e suas correlações na revisão bibliográfica.....	130
4.3.3 Fontes mistas complementares para a tecelagem histórica	136
4.4. Práticas discursivas contemporâneas sobre a libras	139
5. Tessitura de uma história outra: olhares sobre as línguas de sinais no mundo.....	147
5.1 Panorama histórico transnacional	155
5.2 Entrelaçamentos: história e línguas de sinais no 1º quartel: 1878-1903	163
5.3 Entrelaçamentos: história e línguas de sinais no 2º quartel: 1904-1929	191
5.4 Entrelaçamentos: história e línguas de sinais no 3º quartel: 1930-1955	198
5.5 Entrelaçamentos: história e línguas de sinais no 4º quartel: 1956-1981	202
6. Perspectivas nacionais sobre a libras: infiltrações discursivas dos congressos internacionais....	212
6.1 Linguagem das mãos e mímica – um meio ‘qualquer’ de comunicação	224
6.2 Língua natural – a(s) língua(s) brasileira(s) de sinais.....	229
6.3 Língua de herança – a língua da família.....	234
6.4 Língua propriedade – a língua ‘própria do surdo’.....	238
6.5 O lugar das línguas de sinais na historiografia.....	241
7 Considerações pertinentes a este recorte investigativo.....	246
Referências	254

Lista de abreviaturas

	Página
<i>Auslan – australian sign language (língua de sinais australiana)</i>	95
BNDS – Banco Nacional do Desenvolvimento	96
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	96
CODA – <i>Children of Deaf Adults</i> (Filhos de pais surdos)	57
COPAES – Comissão Permanente de Acesso ao Ensino Superior	80
CPMI – Comissão Parlamentar Independente	96
DNA – Ácido desoxirribonucleico	52
DT – Dicionário Terminológico de Consulta por Linha	94
IAA – Inglês afro-americano	86
Ines – Instituto Nacional de Educação de Surdos	53
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social	96
IPI – Impostos sobre Produtos Industrializados	42
Libras – Língua brasileira de sinais	19
LSA – <i>Lengua de señas argentina (língua de sinais argentina)</i>	95
LSB – Língua de sinais brasileira	27
LSF – <i>Langue des signes Française (Língua de sinais francesa)</i>	95
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte	162
POET – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução	115
PPGEEs – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial	114
PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação	80
SLRL – <i>Sign Language Research Laboratory</i> (Laboratório de Pesquisas em Línguas de sinais)	138
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	143
UB – <i>University Libraries</i>	120
UEPA – Universidade Estadual do Pará	80
UFC – Universidade Federal do Ceará	115
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos	96
РЖЯ – <i>Русский жестовый язык (Língua de sinais russa)</i>	95

Lista de figuras e imagens

	Página
Figura 1 – Confluência linguística padrão/exótico	41
Figura 2 – Categorização do exótico para governamentalidade	47
Figura 3 – Recorte do trabalho de gramatização da língua geral proposta por Anchieta	55
Figura 4 – Recorte do glossário sistematizado da língua de sinais brasileira feito por Gama	55
Figura 5 – Recorte do vídeo “Os surdos têm voz”	63
Figura 6 – Roteirização e condições da programação em <i>Python</i> para tabulação de dados	115
Figura 7 – Mapa de demandas balizadoras para seleção de documentos do arquivo	120
Figura 8 – Organização e categorização do arquivo	122
Figura 9 – Edward Miner Gallaudet	152
Figura 10 – Edward Allen Fay	163
Figura 11 – James Denison	164
Figura 12 – Aparelho apresentado como tecnologia para percepção de sons	166
Figura 13 – Salão principal onde foi realizado o Congresso de Bruxelas	173
Figura 14 – Agrupamento de congressistas surdos	175
Figura 15 – Henri Gaillard	184
Figura 16 – Comissão organizadora dos eventos de Liège	191
Figura 17 – Perspectivas sobre as línguas de sinais no recorte 1878-1980	209
Figura 18 – Fay fala sobre a visita de Dom Pedro II	213
Figura 19 – Instituto Central do Povo	219
Figura 20 – Instituto Paulista de Surdos Mudos Rodrigues Alves	221
Figura 21 – Turmas masculina e feminina do Instituto Rodrigues Alves	221
Figura 22 – Recorte do periódico <i>Tidings</i>	235

Lista que quadros e tabelas

	Páginas
Quadro 1 – Recorte de categorização pela noção de capacidade dos surdos	81
Quadro 2 – Nomenclatura encontradas para a libras	94
Quadro 3 – Organização de inquietações e ações pensadas	109
Quadro 4 – Produções brasileiras no período de 2002-2022 que abordam algum aspecto da história da educação de surdos – Google Acadêmico	110
Quadro 5 - Produções brasileiras no período de 2002-2022 que abordam algum aspecto da história da educação de surdos – Catálogos de Teses e Dissertações Capes	112
Quadro 6 – Autores mais recorrentes em referências de estudos históricos da educação de surdos	116
Quadro 7 – Recorrência de menção de eventos da história da educação de surdos	118
Quadro 8 – Congressos internacionais no recorte 1878-1980	124
Quadro 9 – Congressos internacionais analisados por Rodrigues (2023)	128
Quadro 10 – Questões balizadoras para análises das fontes primárias	129
Quadro 11 – Critérios de seleção da bibliografia para fontes secundárias	130
Quadro 12 – Caracterização dos grupos para coleta netnográfica	142
Quadro 13 – Recorte de práticas discursivas observadas no Grupo 1	144
Quadro 14 – Recorte de práticas discursivas observadas no Grupo 2	144
Quadro 15 – Recortes temporais dos congressos internacionais	147
Quadro 16 – Nacionalidades dos surdos representantes no congresso de Paris 1889	176
Quadro 17 – Resoluções das sessões de ouvintes e de surdos em Paris 1900	188
Quadro 18 – Algumas línguas de sinais brasileiras	231

Um convite a saber menos do que sabíamos

*Quanto mais se vê, menos se sabe
Menos se descobre enquanto avança
Eu sabia muito mais antes do que sei agora¹
(U2, 2004).*

O trecho da música que abre esta escrita foi extraído da música “*City of Blinding Lights*²” da banda irlandesa U2, lançada em 2004. A banda, curiosamente, não me foi apresentada numa aula de Inglês, mas de História nos anos finais do Ensino Fundamental, por Madalena de Sales, uma professora que marcou muita minha perspectiva profissional e acadêmica com seu jeito cuidadoso e metodologia envolvente de trabalho.

Em uma de suas aulas sobre a Revolução Russa, após desenhar um esquema de conceitos entrelaçados na lousa e nos conduzir energicamente em uma viagem sobre conflitos, política, czares e a formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS, Madalena, sempre pensando em formas dinâmicas de trabalhar o conteúdo, distribuiu entre os alunos cópias da música *Sunday Bloody Sunday*³ da banda U2 com uma tradução para o português brasileiro e a tocou logo em seguida usando um modesto aparelho de som portátil.

Embora eu ainda não conhecesse a canção, a estratégia da professora alcançou um bom número de alunos que a ouviam regularmente sem se darem conta de que sua letra se referia especificamente a um evento registrado como Domingo Sangrento, ocorrido em 1905 na Rússia, quando as tropas do então czar atacaram violentamente uma multidão que protestava pacificamente, resultando em um verdadeiro massacre.

À época, eu já estava consciente, sobretudo, pelas aulas de Língua Portuguesa, Literatura e Artes, do potencial denunciativo na produção artística e literária, mas penso que foi a primeira vez que me acendeu um alerta focado especificamente nas questões de linguagem e interpretação, considerando a ausência de reflexão sobre o conteúdo e a

¹ “*The more you see the less you know. The less you find out as you go. I knew much more then, then I do now.*” (U2, 2004) em tradução livre.

² Cidade das luzes ofuscantes em tradução livre.

³ Domingo, Domingo Sangrento em tradução livre.

história por detrás da canção e, principalmente, seu uso em tom celebrativo em diversos contextos.

A princípio, me parecia algo que emergia por uma barreira linguística, um daqueles casos em que se gosta de uma música mesmo sem saber o que ela diz, mas em seguida me ocorreu que o mesmo acontecia com produções brasileiras sobre tragédias como o Golpe de 1964 e o período da ditadura brasileira, denunciados em “Cálice”, de Chico Buarque e Milton Nascimento ou mesmo na mais popular entre a geração mais jovem, “Que país é esse?” de Renato Russo.

Embora eu não tenha tido (ainda) a oportunidade de conversar com aquela professora sobre isso, presumi que esse movimento reflexivo, gerado em mim na junção aula-música, integrava um esforço deliberado pensado para a aula, como uma possibilidade de revisitar a história e compreender os eventos por diferentes meios e plataformas.

Há uma diferença sensível entre ler no livro a descrição dos eventos, suas motivações e desdobramentos do ponto de vista da pesquisa e do registro, e pensar sobre isso a partir do registro menos formal e exaustivamente catártico de quem denuncia as experiências vividas por si e pelos outros que lhe são queridos, pela via da poesia, pelo teatro, pela música, pela pintura, cujas camadas excedem os pressupostos rígidos da língua e atravessam múltiplos sentidos.

A partir dessa experiência, agucei minha curiosidade em saber mais sobre aquela banda, reconhecendo também os posicionamentos críticos assumidos por seus integrantes em defesa da liberdade e dos direitos humanos. Dentre as diversas músicas do U2, *City of Blinding Lights* passou a figurar entre as minhas favoritas e permanece até hoje sendo tocada regularmente.

Sua relação com minha pesquisa é, no entanto, mais profunda do que pode aparentar. O excerto do epílogo abre margem para interpretações tanto subjetivas quanto analíticas e se instaura na base desta investigação, se estendendo continuamente por ela à medida em que me debruço sobre diferentes tipos de plataformas de dados e registros.

Ao mesmo tempo, reflete as engrenagens que asseguram o movimento das minhas reflexões na condição de pesquisador e aliado da comunidade surda, compelindo-me a questionar e a deixar em suspenso verdades que até então eu considerava consolidadas.

Paralelamente, em minha busca por registros que aludissem a caminhos e perspectivas outras de uma compreensão historiográfica mais ampla, deparei-me com um mar de registros no qual eu certamente precisaria de uma bússola para navegar cuidadosamente entre as muitas ilhas que compõem o arquipélago da educação de surdos.

Por esse prisma, o verso “quanto mais se vê menos se sabe” sintetiza os tesouros encontrados ao longo dessa jornada. Aquilo que eu pensava saber de forma determinante sobre um dado evento tornou-se meramente uma porção molecular de seu átomo. Assim, a sensação de saber menos sobre o todo se mostrou inversamente proporcional a finitude dos achados, ou seja, ‘menos se descobre enquanto avança’.

Essa finitude, no entanto, é relativa aos materiais que resistiram ao tempo e a censura e diz respeito muito mais às minhas possibilidades de análise como um pesquisador-humano do que sobre sua quantidade, principalmente considerando o curto espaço de tempo exigido para produção de pesquisa, mesmo em um doutorado, e agravado por uma pandemia trágica global.

Embora eu me conforme, dadas as condições, com o esforço de realizar alguma contribuição, também molecular, para a ampliação do escopo historiográfico em que se situa a língua brasileira de sinais, reconheço que ‘eu sabia mais antes do que sei agora’ não por desaprender ou esquecer, mas por finalmente me dar conta da minha ingenuidade em pensar que o que eu sabia e considerava suficiente era conclusivo.

Nesse movimento, compreendo que essa transformação-reflexiva resultante do fazer-pesquisa ilustra que sei menos ainda do que me será possível saber. Tenho muito mais perguntas, mais curiosidades e muitos outros caminhos que espero percorrer e no caminho convidar outros navegantes a conhecerem as paisagens, as marcas e as pessoas que figuraram no tempo na educação de surdos.

Gosto de pensar na história como uma possibilidade de viagem. Gosto do verbo ‘revisitar’ e da sensação virtual que ele emana de poder, nesse processo, observar detalhes que podem ter passado despercebidos intencionalmente ou não. A intencionalidade dos fatos e narrativas, por sua vez, representa uma grande fonte de possibilidades e análises críticas.

Apesar dos avanços tecnológicos e o desenvolvimento da ciência, os registros históricos permanecem sendo nossa única possibilidade de voltar no tempo. Essa

possibilidade de viagem é, no entanto, repleta de riscos, como uma aventura epistemológica que pode desafiar lógicas hegemônicas consolidadas, inclusive na produção científica.

Diante de um volume de dados e registros históricos, cabe ao investigador decidir o que utilizar em sua empreitada e, principalmente, como usar. A quem interessa que determinados elementos da história repercutam ou não? Quais escolhas serão feitas e quais as motivações delas? De que modo essas escolhas são determinantes na prática discursiva moderna?

Todas essas questões, por si só, representam diferentes caminhos potenciais de investigação que merecem atenção. Aqui, elas são lançadas não com a finalidade de alcançar as respostas, mas fornecer as engrenagens para ativar em quem lê, um movimento reflexivo semelhante ao que me conduziu até aqui.

Sob esta égide, retomando o fazer-pesquisa, a metáfora de Albuquerque Júnior (2019) no livro o “Tecelão dos tempos” mostra-se formidável para pensarmos a investigação e a produção historiográfica, a partir dessas escolhas e motivações ao assumirmos que:

[...] a história nasce como este trabalho artesanal, paciente, meticuloso, diuturno, solitário, infundável que se faz sobre os restos, sobre os rastros, sobre os monumentos que nos legaram os homens que nos antecederam que, como esfinges, pedem deciframento, solicitam compreensão e sentido. (Albuquerque Júnior, 2019, p. 30).

Coloco-me aqui em um esforço oficinairo de artesão, buscando nos arquivos intercontinentais, novos ingredientes para uma produção sensível de um novo arquivo que possibilite experimentar saberes de outras gentes, lugares e formas de vida (Albuquerque Júnior, 2019, p. 3), entrelaçadas no grande tecido do tempo.

Um elemento interessante que emerge desse deslocamento é a possibilidade composicional da pesquisa, imprimindo nela camadas que poderiam pender para o campo da Linguística, da História e da Educação, numa tentativa de romper com o engessamento epistemológico que reduz o diálogo entre diferentes campos de produção de conhecimento.

Essa composição multifacetada não raramente é questionada com estranheza. Recordo-me, ainda durante a arguição de seleção para o doutorado, quando um dos membros da banca avaliadora questionou: “seu projeto de pesquisa é voltado para a

língua de sinais. Por que apresentá-lo a um programa de Educação Especial, ele não seria mais factível em um programa de Linguística?”.

A resposta foi um “não” sem titubeios. A escolha do programa foi determinante para a construção do projeto e delineamento da pesquisa. Isso porquê é justamente no campo da Educação e formação de professores que as verdades absolutas da educação de surdos ganham força em um ciclo ininterrupto de reprodução de narrativas referenciadas, frequentemente, pelas mesmas obras e autores (Nascimento, 2019).

Não se trata aqui de uma crítica em relação a qualidade ou esforço dos pesquisadores frequentemente referenciados, mas na circularidade que inibe novos dados e confere pouca novidade à pesquisa no campo da história da educação de surdos, o que soa como se a temática histórica fosse conclusiva a partir de um registro único e suficiente, sem a necessidade de análise de outras perspectivas e materiais também históricos.

É de se estranhar, por exemplo, que das dezenas de congressos ocorridos internacionalmente centrados em deliberações sobre a educação de surdos e nas línguas de sinais, e que impactaram continuamente a escolarização de surdos no Brasil, apenas o Congresso de Milão desponte como marco histórico recorrente nas pesquisas e narrativas. Soma-se a isso, a negligência em relação aos recortes de outros participantes nele presentes, cujos registros oferecem perspectivas inéditas sobre a realidade dos eventos, as decisões ali tomadas e suas motivações e a resistência na busca e leitura dos registros oficiais dos eventos.

No papel artesanal da tessitura do tempo, tal qual propõe Albuquerque Júnior (2019) essa empreitada mostra-se necessária e urgente, não para uma prática revisionista dos fatos históricos, mas numa tarefa de investigação arqueológica cuidadosa em busca de rastros e pistas que, por alguma razão, não compuseram a imensa colcha de narrativas sobre os surdos e as línguas de sinais.

Por esse prisma, a organização dessa atividade oficinaira a que me proponho nesta pesquisa foi estruturada em três seções.

A Seção um visa atender ao primeiro objetivo específico, isto é, estruturar conceitualmente a *exotização* para que por ela se possa analisar as discursividades que perpassam sobre o imaginário da língua de sinais e das formas de vida surda historicamente.

Ela é encadeada pelos seguintes capítulos: 1. *Da estruturação do problema de pesquisa aos objetivos* – em que apresento o movimento reflexivo inicial, as provocações que motivaram a pesquisa, problema, hipótese e a delimitação dos objetivos; 2. *A exotização como técnica de condução de existência* – em que realizo uma breve incursão sobre o processo de colonização brasileiro, a invenção do exótico e sua caracterização em três vertentes e; 3. *O enquadramento teórico e as lentes de análise* – em que trago fundamentos teóricos e suas possíveis contribuições para a pesquisa.

A segunda Seção, por sua vez, visa responder ao segundo objetivo específico delimitando o arquivo histórico não como uma compilação de documentos e registros oficiais, mas como a junção de múltiplas fontes que, em interface, possibilitam uma tessitura outra da história.

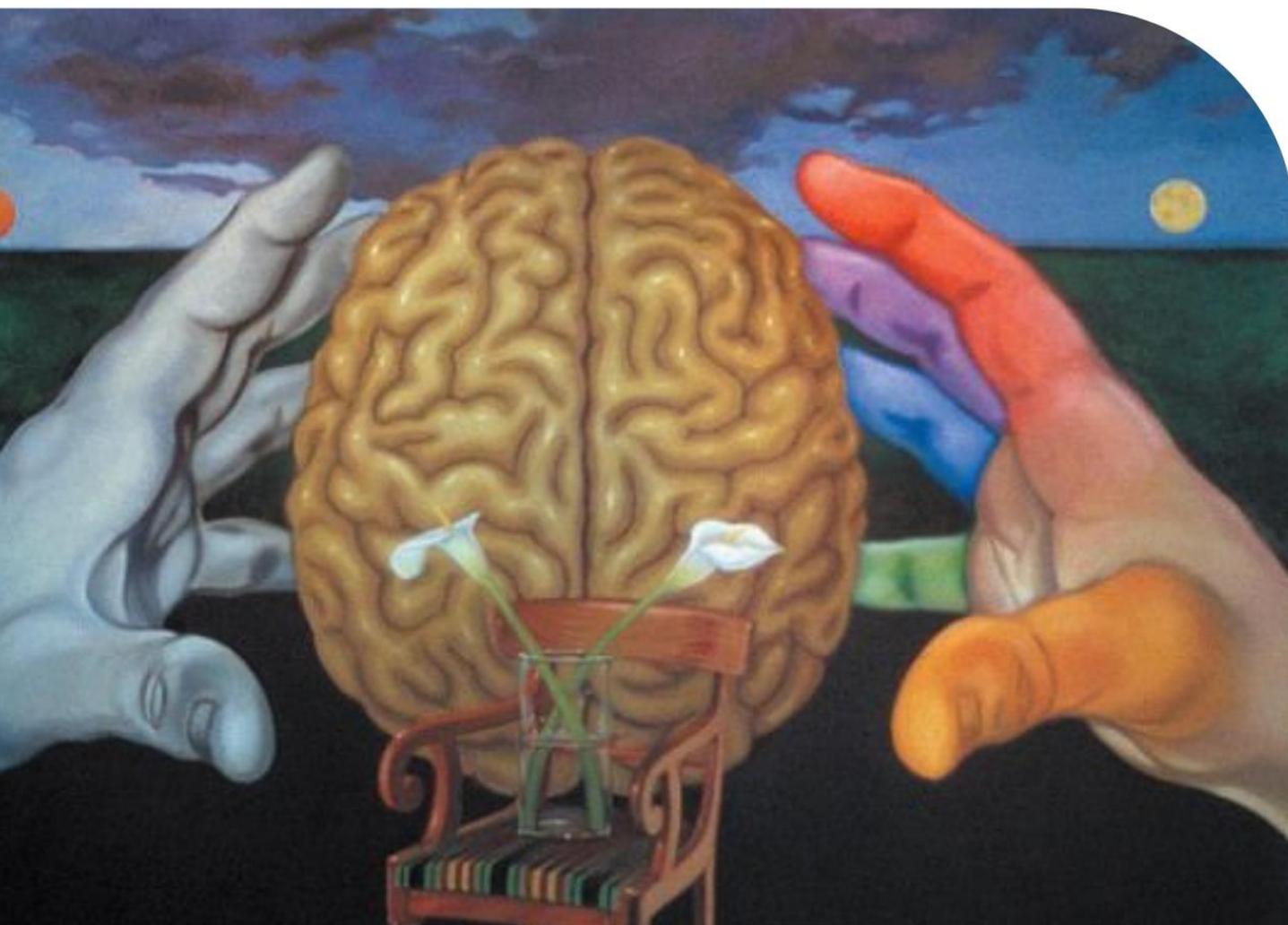
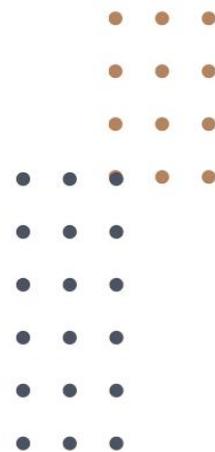
Ela é composta pelo capítulo 4. *Dos aspectos metodológicos e composição do arquivo* – focada na parte procedimental da pesquisa em relação as recortes e motivação na composição dos dados que integram o arquivo histórico analisado.

Por fim, a terceira Seção visa atender ao terceiro objetivo específico tensionando reflexões acerca de como as perspectivas sobre as línguas de sinais e, posteriormente sobre a libras decorrem de uma produção sócio-histórica localizada na qual emergem formas outras de existência surda.

Ela é organizada nos capítulos: 5. *Tessitura de uma história outra: olhares sobre as línguas de sinais no mundo* – onde trago o recorte de dados composicionais na interface entre fontes composicionais do arquivo sobre o qual me debruço; 6. *Perspectivas nacionais sobre a libras: infiltrações dos congressos internacionais* – em que revisito a história da educação de surdos no Brasil, reverberações dos congressos internacionais e indico diferentes categorizações da libras a partir das produções bibliográficas pertinentes ao levantamento realizado e dos dados netnográficos e; 7. *Considerações sobre o recorte investigativo 2020-2023* – em que tensiono discussões acerca das implicações de uma caracterização exótica da libras e do ‘ser’ surdo, bem como apresento, a *contraprodução surda*: da exotização da língua de sinais, para o uso de uma potência criativa, afirmativa e existencial, em que ao reverberarem os enunciados exotizados sobre sua língua/cultura, permitem a governamentalidade de seus corpos, fazendo assim parte da racionalidade operante.

Retomo o convite para, ao longo da leitura, ‘sabermos menos do que sabíamos’, esgueirando-nos pelas estradas pouco conhecidas em busca de novos registros, personagens, documentos e depoimentos que nos permitam uma perspectiva analítica sobre as forças motrizes que conduziram as discussões sobre as línguas de sinais e sobre os surdos até a contemporaneidade, materializando na história, sujeitos e contextos outrora invisibilizados intencionalmente ou não nas circularidades discursivas da produção acadêmica.

SEÇÃO 1



"Esquerda e Direita"
2000
Chuck Baird
1947-2012
Oléo sobre tela
Fonte:RIT Libraries

Ao longo desse capítulo, delinheiro objetivamente alguns elementos basilares do meu percurso como estudante e pesquisador, os quais me conduziram à questão problema da tese e, posteriormente, à estruturação dos objetivos, considerando diferentes noções de língua e o contraste delas em relação às leituras de produções no campo da educação de surdos.

1. Da estruturação do problema de pesquisa aos objetivos

*Mas ainda não encontrei o que procurava⁴
(U2, 1987).*

Quando em 2008 ingressei em um curso básico de libras⁵ no interior de Minas Gerais, fui tomado por dois sentimentos: o de curiosidade e o de perplexidade em relação a um novo universo de conhecimentos que se abria paralelo à minha experiência como professor e tradutor e intérprete de línguas orais.

Ao final do curso, as inquietações se ampliaram à medida em que eu começava a perceber os surdos no contexto educacional, por uma perspectiva desprendida do rótulo da incapacidade, situando-os numa condição semelhante aos estrangeiros (De Oliveira, 2014), um público com o qual eu estava acostumado a trabalhar na tradução e interpretação de documentos e conferências com o par inglês-português.

O grande choque, no entanto, ocorreu quando eu fui designado como intérprete em uma turma com alunos surdos do terceiro ano do Ensino Fundamental, em 2010. Foi a partir dessa experiência que meu papel como intérprete e, alternadamente, como professor me fez despir-me da centralidade assistencialista em mim imperativa e assim, buscar novos caminhos de formação.

Pelos anos seguintes, debrucei-me nas leituras de livros, artigos, monografias, dissertações e teses, na ânsia por saciar as dúvidas que se multiplicavam a partir das minhas experiências no cotidiano escolar.

Esses trabalhos, por sua vez, elucidavam aspectos básicos, ora estruturais da língua de sinais com estudos gramaticais, ora socioculturais com discussões acerca das

⁴ “*But I still haven’t found what I am looking for*” (U2, 1987), em tradução livre.

⁵ A grafia ‘libras’ em minúsculas empregada ao longo desta pesquisa é intencional e denota uma escolha teórica que considera a ausência de padronização de grafia para o nome dessa língua, tanto nos dispositivos legais quanto nas pesquisas brasileiras, bem como seus possíveis reflexos na percepção social da libras. Essa temática é melhor detalhada na seção 4 da tese, nomeada – *A função das línguas na história e na sociedade*.

identidades surdas, ensino de língua materna e segunda língua, formação de professores e intérpretes e discussões seminais no campo da filosofia e reflexão crítica.

Tais leituras e inquietações me provocaram de tal modo que se tornou cada vez mais evidente a necessidade de eu abandonar exclusivamente o papel de leitor, e lançar-me também na pesquisa, tal qual o fizeram os autores cujo trabalho eu vorazmente consumia.

Esse novo desejo, no entanto, foi marcado por uma série de decisões que afetariam drasticamente a minha rotina, vida e trabalho, visto que no interior de Minas onde morava não havia opção de formação no campo da educação de surdos em nível de especialização ou mestrado em raio de 200 km.

Ciente dessas condições, realizei um processo seletivo para professor substituto de Libras no Instituto Federal do Espírito Santos (Ifes) e em 2015 optei por me mudar para o esse estado no intuito de ingressar no mestrado e ampliar meus estudos, sobretudo pelo suporte diferenciado oferecido pela capital, Vitória, com a oferta do curso de Letras Libras, curso técnico para tradutores e intérpretes, um Centro de Apoio aos Surdos (CAS) bem como associações de surdos e intérpretes.

Três meses após a mudança, fui aprovado no primeiro concurso para Tradutor e Intérprete de Língua Portuguesa – Libras do Ifes, cargo que ocupei pelos próximos dois anos e meio. Nesse intervalo, em 2017, ingressei como mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito, e em 2019 defendi minha dissertação intitulada ‘*A língua própria do surdo: a defesa da língua a partir de uma subjetividade surda resistente*’.⁶

Sob orientação da professora doutora Lucyenne Matos da Costa Vieira-Machado, adensei meus estudos na educação e surdos em uma aproximação com Michel Foucault, o que me abriu possibilidade para resolver parte das minhas inquietações em relação às verdades produzidas e sedimentadas no campo da educação de surdos e fomentou tantas outras.

Nesse novo cenário, em 2020, após me mudar para o estado de São Paulo em virtude da aprovação em um novo concurso público, dessa vez para docente do Instituto Federal de São Paulo, participei e fui selecionado como aluno de doutorado no

⁶ A dissertação pode ser encontrada integralmente no repositório do PPGE/Ufes em: <https://educacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGE/detalhes-da-tese?id=13559>.

Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, onde desenvolvi a presente pesquisa.

Meu percurso nesse novo programa foi marcado pelo cenário de pandemia global da Covid-19 que forçou o mundo a medidas práticas de distanciamento social para sobrevivência. Assim, meu percurso formativo em sua integralidade ocorreu a partir do ensino remoto emergencial, o que ao mesmo tempo me privou da experiência de estar presencialmente no campus com meus pares, abriu diversas possibilidades formativas remotas em universidades espalhadas por todo o Brasil, bem como eventos nacionais e internacionais que de outro modo eu não teria participado.

Partindo desse contexto, compreendo que pensar o lugar da língua brasileira de sinais (doravante libras) no contexto social e educacional brasileiro demanda reconhecer a produção científica nacional, sobretudo nas duas últimas décadas, e seus desdobramentos na materialização de dispositivos legais que vêm gerindo a educação de surdos, tais como a lei 10.436, o Decreto 5.626 e mais recentemente a lei 13.146 (Brasil, 2002; 2005; 2015).

É após o reconhecimento legal da libras como “forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (Brasil, 2002), que as políticas linguísticas para surdos adquirem maior consistência nacionalmente e as discussões se alavancam de forma mais intensa, o que resultou em novos dispositivos legais com vistas à sistematização da formação de instrutores⁷, professores de libras e tradutores e intérpretes do par linguístico libras-língua portuguesa (Brasil, 2005; 2010; 2015).

Com isso, novos anseios, desenhados sob a égide de uma perspectiva educacional bilíngue para surdos, vêm centralizando as discussões no campo educacional e, naturalmente, desencadeando no contexto social maior reconhecimento em relação à língua de sinais e às especificidades dos surdos, seja pela difusão de cursos de libras em diferentes níveis, tanto presenciais quanto à distância, ou mesmo pelo uso dessa língua nas mídias sociais e televisivas.

⁷ Inicialmente, o decreto 5.626/05 previa a função instrutor de libras (em nível médio) de forma distinta de professor de libras (nível superior e especialização) em ambos os casos com habilitação em exame de proficiência e prioritariamente surdos. Posteriormente na lei 13.146/15 o cargo fica delimitado como professor de nível superior como reivindicação da comunidade surda.

Todavia, essa prosperidade discursiva-formativa tangenciando a língua de sinais, ao mesmo tempo em que contribui para a sua inserção educacional e para o respeito à diversidade surda, pouco fomenta análises mais críticas sobre o lugar da libras no contexto social. Esse descuido pode, de certo modo, catalisar a emergência de determinadas práticas discursivas que se instauram como verdades absolutas, adquirindo forte caráter hegemônico entre os membros da comunidade surda e seus aliados.

O emprego aqui recorrente do termo ‘práticas discursivas’ se dá pelo alinhamento teórico da pesquisa. Aqui, o discurso é compreendido como uma prática que reflete posicionamentos econômicos, políticos e sociais. Para Foucault:

[...] as formações discursivas não têm o mesmo modelo de historicidade que o curso da consciência ou a linearidade da linguagem. O discurso (...) não é uma consciência que vem alojar seu projeto na forma externa da linguagem; não é uma língua, com um sujeito para falá-la. É uma prática que tem suas formas próprias de encadeamento e de sucessão (Foucault, 2000, p. 193).

Para ilustrar algumas práticas discursivas no campo da surdez, cito expressões que comumente circulam na sociedade “a libras é a língua do surdo”, “a libras é a segunda língua oficial do Brasil”, “a libras é língua e não linguagem”, “os surdos são visuais”, “a libras é uma língua completa”, “a libras precisa ter o mesmo *status* de língua que as outras”, “a libras é linda”, “eu amo a libras” dentre inúmeras outras. Ocorre que, algumas dessas verdades tão concretizadas nas práticas discursivas modernas acabam por destoar justamente das produções científicas em que inicialmente se fundamentam.

A ideia de língua oficial, por exemplo, não parece ainda muito clara e se funde à noção de língua reconhecida legalmente. A constante dicotomia “língua e linguagem” soa confusa em relação a libras quando se demanda desses enunciadores uma noção mais clara sobre o que é língua e o que é linguagem e, frequentemente, encerra na máxima “a libras é uma língua porque é completa e apresenta os elementos que caracterizam outras línguas”.

Não se pode esperar, obviamente, que todos se aprofundem no campo da linguística de forma substancial para estarem munidos de explicações conceituais precisas, no entanto, a justificativa rasa para aquela asserção pautada na reprodução de um mesmo enunciado pode ser um indicador dentre a comunidade surda e seus aliados

da não compreensão sobre como distinguir língua e linguagem e, principalmente qual a relevância disso para as discussões em defesa da libras.

A afirmação, também genérica “os surdos são visuais” desafia a concepção dos ouvintes videntes que também o são e, não raramente, induz no imaginário social uma percepção quase super-humana sobre os surdos como aqueles capazes de perceber visualmente detalhes que, em tese, não seriam visíveis aos outros não-surdos naturalmente. Assim, um mero detalhe no enunciado pode evocar diferentes percepções que compõem modos representacionais sobre o outro do ponto de vista linguístico, cultural e político.

Partindo dessa problematização, discuti ao longa da dissertação (Nascimento, 2019) a noção de “língua propriedade” a partir de expressão comum nos discursos de surdos: “a libras é a língua própria dos surdos”, em que o sinal equivalente a ‘própria’, na libras, representa semanticamente a dupla conotação de posse-característica, as quais, por sua vez, ficam perceptíveis de diferentes formas nas reivindicações da comunidade surda e seus aliados. Essa expressão é recorrente nos discursos desses sujeitos no intuito de defender a língua como marca característica da comunidade surda e a ocupação de determinados lugares, como o ensino da libras, delimitando, nesse processo, fronteiras claras alicerçadas nas singularidades dos surdos.

Do ponto de vista linguístico, no entanto, a contradição reside no próprio reconhecimento da libras como língua natural, isto é, como um construto social que atende às demandas sociais, políticas e culturais das comunidades surdas. Assumi-la nessa categoria implica em reconhecer que ela, tal qual as demais línguas orais, emerge organicamente de relações humanas, portanto, pode não lhe caber ser vista como posse de uma comunidade ainda que dela se origine, dada a sua finalidade básica de interação e constituição social.

Para o pesquisador, reduzir a língua de sinais como posse da comunidade surda pode provocar um efeito reverso do que se pretende em relação a sua difusão e sugerir um modo de vida monolíngue na contramão do bilinguismo que se almeja, afinal, a língua portuguesa também é dos surdos que aqui nasceram sejam eles sinalizadores ou não.

Também não se deve perder de vista que uma boa parte dos surdos que se tornam sinalizadores só tem acesso a língua de sinais de forma tardia e, regularmente,

no contexto escolar, o que coloca todas as suas experiências e vivências, ainda que limitadas, ligadas à língua oral durante os primeiros anos de vida (Lodi e Moura, 2006; Quadros e Cruz, 2009; De Oliveira Martins e Torres, 2021).

Para além disso, essa visão reducionista da língua de sinais parece atribuir a ela uma condição semelhante a uma língua exótica. Por exótica, retomo as discussões realizadas por Altman (2011) que problematiza a historiografia linguística brasileira ao longo do processo colonizador.

O termo empregado pela autora retoma a perspectiva dos estrangeiros em contato com línguas nativas locais. Assim, o adjetivo “exótico” caracterizava não somente os hábitos, cultura e religião dos nativos como também suas línguas pela ótica de alguém que está ou vem de fora, revestindo de estranheza tudo aquilo fora do padrão hegemônico branco-europeu.

De forma semelhante, instauram-se na contemporaneidade caracterizações em relação a libras que, ao mesmo tempo que corroboram para uma melhor compreensão e classificação linguística e estrutural dela, a distanciam do tratamento comum reservado às línguas orais, desde as múltiplas formas variantes de grafia para nomenclatura: LSB, LIBRAS, Libras, libras até o discurso marcado por hipérboles em relação a visualidade.

O fato de não se reservar a mesma emoção e contentamento dispensada a libras em relação à língua portuguesa ou mesmo outras línguas sinalizadas e orais em território nacional, sobretudo nesse contexto, nos permite observar indícios desse caráter exótico em relação a língua de sinais. Como se ela fosse, em determinados momentos uma obra complexa a ser admirada ainda que não esteja sendo completamente compreendida. Daí a motivação pela escolha do título deste trabalho visto que, revisitar diferentes perspectivas históricas sobre as línguas sinalizadas, pode nos oferecer pistas para compreender a emergência dessa caracterização social marcada pela exotividade e os mecanismos sociais e ideológicos que a mantem em movimento.

A tese, aqui defendida, é a de que esse revestimento exótico emergente nas invasões coloniais se transfigura em diferentes vertentes ao longo da história e caracteriza, modernamente, a libras como *língua exótica*, isto é, como tecnologia de existência marcada pela resistência e pela contraconduta dos surdos brasileiros. Nesse sentido, a pergunta que move esta pesquisa é: como a história e o uso social, no Brasil, podem imprimir na libras uma caracterização de língua exótica?

Partindo da questão-problema delineada, apresento aqui uma pesquisa qualitativa, caracterizada por uma abordagem histórico-bibliográfica que abarca obras e documentos internacionais, que versam sobre a história da educação de surdos no mundo nos últimos dois séculos.

A abordagem e a escolha das produções historicamente situadas se justificam pelo interesse em resgatar uma produção teórica que se qualifica como '*literatura menor*'. Para Deleuze e Guatarri (1977, p. 25) "uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior". Gallo (2002, p. 172) explica que, "os dois pensadores franceses colocam três características principais a serem observadas, para que possamos identificar uma obra como literatura menor":

A primeira dessas características é a desterritorialização da língua. Toda língua tem sua territorialidade, está em certo território físico, em certa tradição, em certa cultura. Toda língua é imanente a uma realidade. A literatura menor subverte essa realidade, desintegra esse real, nos arranca desse território, dessa tradição, dessa cultura. Uma literatura menor faz com que as raízes aflorem e fltuem, escapando desta territorialidade forçada. Ela nos remete a buscas, a novos encontros e novas fugas. A literatura menor nos leva sempre a novos agenciamentos (p. 172).

Na educação de surdos, a territorialidade ressoa como uma tecnologia que opera na dualidade 'ser surdo' e 'ser ouvinte' e se materializa nas relações de poder entre uma língua oral e uma língua de sinais, estabelecendo uma constante tensão cultural na qual à logica ouvinte frequentemente captura para si os sujeitos surdos, o que resulta em apagamentos linguísticos e culturais semelhantes aos empregados no processo colonizador. Nesse sentido, arquivos produzidos por surdos e aliados, mas marginalizados pela grande maquinaria da governamentalidade, confluem justamente para que "as raízes aflorem e fltuem, escapando desta territorialidade forçada".

Sua segunda característica é a ramificação política. Não que uma literatura menor traga necessariamente um conteúdo político expresso de forma direta, mas ela própria, pelo agenciamento que é, só pode ser política. Sua existência é política: seu ato de ser é antes de tudo um ato político em essência (Gallo, 2002, p. 172)

Por essa via, é possível compreender a partir das produções históricas marginalizadas, parte das motivações para seus apagamentos, justamente pelos posicionamentos contra hegemônicos imbuídos em suas entrelinhas o que as torna, portanto, "uma literatura que resiste, afronta, produz-se à margem da literatura dita

grande, controlada e valorizada pelo Estado e pelas instituições” (Gallo, 2015, p. 78). E por fim, a:

terceira característica das literaturas menores é talvez a mais difícil de entender e para se identificar, em alguns casos. Nas literaturas menores, tudo adquire um valor coletivo. Os valores deixam de pertencer e influenciar única e exclusivamente ao artista, para tomar conta de toda uma comunidade (Gallo, 2002, p. 172)

Olhar por esse prisma mostra-se uma tática apropriada de localização e exploração dos arquivos históricos da educação de surdos uma vez que, as produções de pesquisadores que divergiam do pensamento hegemônico, principalmente os pensadores que são surdos, embora produzidos individualmente, denotam o agenciamento coletivo, visto que o conteúdo que expressam permite aflorar as vozes de muitos outros, ainda que caracterizados pelos aspectos de introspecção e autobiografia (Gallo, 2002, p. 173).

Isso posto, a tese aqui defendida recai sobre o reconhecimento de uma prática de exotização linguística que funciona como dispositivo de controle de corpos quando perpassada por duas lógicas de condução, colonial e liberal, sendo também subvertida como contraconduta para a re-existência de vidas marginalizadas dos espaços e saberes hegemônicos, como ocorre historicamente com sujeitos surdos.

A tese aponta para a hipótese de que as formas de contraconduta surda emergem como possibilidade estratégica de vida na diferença, em que a *exotização de si* (como conceito-ferramenta analítica), até pela ‘caricaturização’ e ‘romantização’ linguística, se colocam como dispositivos de condução para a sobrevivência na racionalidade neoliberal moderna, em que se tem o imperativo da inclusão como tema central das relações de poder.

Desta forma, o objetivo central da tese refere-se à construção do conceito de exótico e exotização linguística, para, por ele, analisar de que modo o percurso histórico e as práticas discursivas internacionais que direcionaram o governo linguístico na história da educação de surdos possibilitaram uma governamentalidade, a partir da exotização como técnica de condução de corpos em que agem três modos: o *colonial*, o *dócil* e o de *contraconduta*.

Como objetivos específicos, pretendo:

- i) Estruturar conceitualmente a exotização como lente de análise de práticas discursivas;
- ii) Delimitar a ideia de arquivo histórico como um conjunto multifacetado de fontes organizadas para tessitura da história;
- iii) Tensionar reflexões acerca de como as perspectivas sobre as línguas de sinais possibilitam a emergência de formas outras de *ser* surdo.

Neste capítulo abordo a invenção do exótico, retomando elementos históricos dos processos de colonização no Brasil e explorando o modo como diferentes línguas e culturas foram percebidas pelos invasores europeus. Além disso, exploro os elementos de classe e poder que orientavam o governo linguístico de povos minorizados e conceituo a condução de corpos através de três vertentes de exotização: *colonial*, *dócil* e de *contraconduta*.

2. A exotização como técnica de condução de existência

[...] um dos característicos de classe social é, precisamente, a linguagem. Ela até classifica socialmente os indivíduos.” Serafim da Silva Neto (Carboni e Maestri, 2012, p. 17).

2.1. Colonização e a invenção do exótico

É com essa epígrafe que Carboni e Maestri (2012) abrem o livro “A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes. Os autores percorrem objetivamente pelas trilhas do processo de colonização a partir da chegada dos invasores europeus ao Brasil, e exploram como a opressão e a violência da escravidão deixaram marcas profundas nas línguas utilizadas pelos negros e indígenas escravizados, resultando em um processo intenso de hibridização e apagamentos, cujos efeitos são perceptíveis ainda na contemporaneidade.

Aqui, tomo como ‘período de colonização’, a sequência de diferentes ciclos históricos no intervalo de 1500-1889. Isto porque, embora comumente os materiais didáticos reconheçam o ano de 1530 como início do processo de colonização brasileira com a organização do primeiro povoado em São Vicente, no litoral de São Paulo e 1822 como marco de seu fim, com a proclamação da independência, compreendo, conforme Pérez Meléndez (2014) a necessidade de reconsiderar, a partir da materialidade histórica, a extensão das práticas coloniais engendradas do período regencial à proclamação da república em 1889.

Para o autor (2014, p. 2):

[...] a colonização, como geralmente se designava o planejamento e a execução de migrações "livres", era um processo versátil, envolvendo o

transporte e o assentamento de uma série de diferentes populações, desde grupos indígenas ou degredados até militares de baixa patente e migrantes estrangeiros.

Essa compreensão alarga a concepção da colonização com um fenômeno restrito ao processo inicial de dominação de um determinado povo sobre outro, trazendo para a discussão os mecanismos que se perpetuaram ou mesmo ganharam força a partir da independência do Brasil.

Ainda segundo Pérez Meléndez (p. 4), a história do Brasil Imperial tem sido marcada por uma certa omissão quando se trata de uma análise aprofundada sobre a colonização, frequentemente associada ao temor da abolição da escravidão. No entanto, é de suma importância compreendê-la como um fenômeno de alcance global, que vai além das limitações das explicações estruturalistas, fato que encontra evidência nas práticas de privatização, ciclos de migração e movimentos reformistas espelhados na lógica europeia, que tomaram forma desde a chegada dos invasores à transição para o sistema republicano.

Para além disso, as engrenagens da colonização sobre os quais discorro adiante lançam as bases para a estratificação social e fomentam o olhar sobre o outro como exótico a partir de uma visão eurocêntrica que reverbera na organização social, no trabalho, na diversidade linguística e cultural, enfim, nos diferentes modos de existência avivados ou erradicados ao longo desse período.

A chegada dos primeiros invasores portugueses e, principalmente, dos primeiros grupos de escravizados trazidos por eles do continente africano, catalisou o florescimento de um cenário de ampla diversidade linguística e cultural no Brasil que, em sua dimensão continental, já abarcava uma pluralidade significativa de línguas e culturas de povos indígenas nativos.

Assim, a proporção territorial e a diversidade de povos, línguas e culturas no período da invasão, imbuíram na fundação do Estado, um aspecto majoritariamente bilíngue e, em muitos casos plurilíngue, um fenômeno que não tardaria a ser combatido deliberadamente em um processo violento e impositivo de dominação da coroa.

Esse processo, iniciado em 1500, foi marcado pela imposição de uma nova ordem, em que a cultura e a língua dos colonizadores gradualmente se sobrepuseram às dos povos indígenas que já habitavam o território. Essa imposição se deu por meio de

um conjunto de práticas que visavam suprimir os elementos culturais e linguísticos nativos, em favor da assimilação dos valores e da língua dos colonizadores.

A imposição linguística também teve um impacto significativo na construção da identidade dos povos colonizados. Ao adotarem, forçadamente, a língua eleita pelo colonizador como língua oficial, os povos indígenas e afrodescendentes foram também obrigados a abandonar suas línguas e, conseqüentemente, parte de sua história, sua cosmovisão e seus sistemas de conhecimento. Essa imposição contribuiu para a perda de referências culturais e para a construção de uma identidade subalterna e fragmentada.

Para Costa (2019, p. 4):

[...] o povo-nação brasileiro é produto de um intenso processo de escravização dos homens e das mulheres, sobrepostos a categorias de classes sociais onde não puderam requerer direitos; e os deveres são aqueles direcionados para o mantimento da força do trabalho forçado e a geração de lucro para o poder político elitista.

A negação de direitos básicos com vistas a manutenção do poder da coroa se configurou em um mecanismo elementar de dominação e ‘desumanização’ dos povos escravizados, bem como para o estabelecimento de um padrão hegemônico branco-europeu como algo a ser alcançado, sob o argumento de unidade nacional e civilidade. Conforme Ribeiro (1995, p. 53), para os invasores, os indígenas “eram um gado humano, cuja natureza, mais próxima de bicho que de gente, só os recomendava à escravidão”.

Para os invasores, os hábitos socioculturais lusitanos eram compreendidos como práticas que evidenciavam a evolução dos povos europeus em relação aos povos nativos. Assim, a utilização de uma língua comum, o uso de vestimentas, perfumarias, armas e embarcações, enfim, dos hábitos e costumes socioculturais europeus, representavam a materialização desse processo evolutivo.

Por outro lado, a fragmentação de diferentes comunidades indígenas, as ferramentas ‘rudimentares’ empregadas por esses povos, a diversidade linguística entre diferentes grupos, o uso de produtos naturais para subsistência, higiene e tratamento de saúde e, a tradição cultural e religiosa pautada na oralidade, representavam a materialização da selvageria e do atraso em relação ao padrão hegemônico europeu.

Por esse prisma, dois mecanismos de dominação passam a operar de forma interdependente. De um lado, a religião como instrumento civilizatório e de

padronização linguística, social e cultural – a partir do latim, ignorava a existência de ‘línguas francas’ – línguas intencionalmente eleitas como comuns entre povos multilíngues em contato. E das ‘coínés’ regionais – línguas resultantes da combinação de dois ou mais dialetos de uma mesma família. Do outro lado, a organização política estratificada destinava os povos dominados à uma condição docilizada de subserviência.

É importante notar que os primeiros registros dos invasores sobre as populações nativas no Brasil são, majoritariamente, representações metafóricas desses povos conforme observados e imaginados no contraste com o padrão europeu. É nesse sentido que Ribeiro (1995) estabelece que a ideia de exótico e de selvagem são “invenções europeias” descritivas para aquilo sobre o qual não tinham conhecimento suficiente e/ou destoava de seus hábitos socioculturais.

Essa perspectiva é também compartilhada por Moreau (2003), quando ele retoma as cartas de Manuel da Nóbrega (1571-1570) e José de Anchieta (1534-1597) – dois padres jesuítas entre os primeiros invasores a atracarem em solo brasileiro. Para o autor, as descrições imagéticas dos padres falam muito mais sobre eles próprios e seu pensamento reducionista e, fortemente ideológico, do que sobre os indígenas por eles observados.

Há ali uma representação, não do indígena empírico do mato, da montanha ou do litoral, mas da forma como os padres os inventaram em seu imaginário, a partir do contato com eles no século XVI. Esse indígena, inventado, passa a ser inscrito na ordem política e teológica em que se ancoravam os padres (p. 14).

Apenas reconhecer a estrutura biofisiológica observável não era suficiente, o corpo humano não sumariza a humanidade pela ótica colonizadora. Para isso, seria preciso considerar, nos colonizados, diferentes tons de pele, dos olhos, dos cabelos e, principalmente, as expressões e comportamentos, enfim os dispositivos socioculturais diversos por eles apresentados, mas sem qualquer pretensão de aceita-los.

Tal qual se pode deprender a partir do relato de Pero Vaz Caminha (1999), em sua famosa carta, a observação minuciosa da reação dos indígenas em reação à língua e a fé lusitana revelava, no princípio da colonização, os caminhos de uma imposição, inicialmente sutil, desse ‘processo civilizatório’, visto que, para os invasores, os indígenas nativos não se regulavam pelas noções comuns de socialização, à exemplo do hábito de cobrirem os corpos e as partes íntimas, mas se mostravam pacíficos e curiosos

nas primeiras interações, vislumbrados, ao seu modo, pelas também estranhezas dos invasores em relação aos costumes nativos.

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E, portanto, se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir-se-á facilmente neles qualquer cunho que lhe quiserem dar, uma vez que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons. E Ele nos para aqui trazer creio que não foi sem causa. E, portanto, Vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da salvação deles. E prazerá a Deus que com pouco trabalho seja assim! (Caminha, 1999, p. 10)

Esse trecho da carta, especificamente, denota o prelúdio da dominação pela via da fé, mecanismo este testado pela exposição dos nativos aos ritos católicos, com atenta observação da reação deles em relação às cerimônias.

E quando se veio ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles se levantaram conosco, e alçaram as mãos, estando assim até se chegar ao fim; e então tornaram-se a assentar, como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram assim como nós estávamos, com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados que certifico a Vossa Alteza que nos fez muita devoção. (Caminha, 1999, p. 11)

As reações, por sua vez, serviam como indicadores de que os nativos poderiam, com certa facilidade, se submeterem aos invasores e assimilarem sem grande esforço a fé católica, negligenciando absolutamente toda e qualquer religiosidade e cosmovisão manifestada pelos indígenas.

[sic] E segundo o que a mim e a todos pareceu, esta gente, não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, do que entenderem-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer como nós mesmos; por onde pareceu a todos que nenhuma idolatria nem adoração têm. E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados e convertidos ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os batizar; porque já então terão mais conhecimentos de nossa fé, pelos dois degredados que aqui entre eles ficam, os quais hoje também comungaram (Caminha, 1999, p. 12).

A despeito das evidências de uma organização sócio-política vigente e de línguas potentes para a constituição sociocultural desses povos, interessava aos

invasores a erradicação de traços nativos e a assimilação dos hábitos de origem europeia considerados superiores, sob a égide de uma visão salvacionista, àquela que concederia ao povo selvagem uma língua desenvolvida, uma fé cristã, um comportamento ‘civilizado’, mas, dessa vez, reduzido e focado na exploração a qual, em nenhum momento, foi perdida de vista, conforme evidencia outro trecho da carta de Caminha (1999).

[...] todavia um deles fitou o colar do Capitão, e começou a fazer acenos com a mão em direção à terra, e depois para o colar, como se quisesse dizer-nos que havia ouro na terra. E também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal, como se lá também houvesse prata! (p. 3)

Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de EntreDouro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! (p. 12).

Havia ainda um olhar atento em relação aos corpos indígenas, seus contornos, marcas, formas que chamavam atenção e chocavam pela disparidade com o padrão branco-europeu, mas que simultaneamente já serviam para ilustrar um potencial para exploração sexual e do trabalho físico que se desdobrariam mais adiante.

[...] Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas (p. 2). [...] A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos (p. 3). [...] E saídos não pararam mais; nem esperavam um pelo outro, mas antes corriam a quem mais correria. (p. 4). [...] E uma daquelas moças era toda tingida de baixo a cima, daquela tintura e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha tão graciosa que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições envergonhara, por não terem as suas como ela. Nenhum deles era fanado, mas todos assim como nós (p. 5)

Nesses excertos da carta de Caminha (1999), chamo atenção para a afirmação “nenhum deles era fanado” (p. 5). O vocábulo ‘fanado’ à época trazia semanticamente duas distinções interrelacionadas. A primeira diz respeito ao processo de circuncisão, o que parece se alinhar contextualmente pela descrição dos corpos nus dos indígenas. No entanto, há ainda uma segunda possibilidade interpretativa para o termo, que é a ausência de mutilações ou fatores que pudessem denotar imperfeições ou ‘deficiências’ nos corpos indígenas.

Essa segunda interpretação pode ser corroborada por outro trecho da carta em que, ao descrever os adereços feitos de ossos que perfuravam os lábios dos nativos, Caminha (1999, p. 3) indica que “não os magoa, nem lhes põe estorvo no falar, nem no comer e beber”. Em síntese, embora os acessórios fossem vistos como estranheza, a funcionalidade básica dos corpos se mantinha intacta para o falar e demais atividades corriqueiras de subsistência e interação.

A preocupação com a fala nesse trecho destoa do restante do relato por, curiosamente, se reduzir ao aspecto fisiológico, à funcionalidade do aparelho fônico. Nos demais trechos, o termo ‘fala’ é empregado por Caminha (1999) como sinônimo de língua, ora no sentido de oralidade, ora pela via da gesticulação e tentativas de interação entre indígenas e lusitanos.

[...] mas não pôde deles haver fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa (p.2) [...] E andando assim entre eles, falando-lhes, acenou com o dedo para o altar, e depois mostrou com o dedo para o céu, como se lhes dissesse alguma coisa de bem; e nós assim o tomamos! (p. 11)

Isso posto, as condições fisiológicas demonstradas pelos nativos nesses primeiros contatos e a abertura e recepção para interação, ainda que comedida, ratificaram os planos dos invasores para dominação e exploração da força de trabalho e das riquezas, abrindo caminho para a escravização da mão-de-obra e para a imposição de uma língua unificada, que seria não só necessária, mas urgente para suprimir qualquer movimento que desafiasse a implantação do novo regime colonial.

Mais adiante, no século XVI, como alternativa para uma unificação provisória de línguas que possibilitasse a interlocução de grupos indígenas maiores com a coroa portuguesa, os jesuítas propuseram uma primeira sistematização das variantes tupis do litoral, processo que dá origem à então denominada ‘língua geral’, gramatizada – processo pelo qual uma língua é organizada por um dicionário e uma gramática – pelo Padre José de Anchieta em 1595 (Carboni e Maestri, 2012, p. 18).

Como desdobramento desse primeiro evento, outras novas gramáticas foram produzidas pelos jesuítas, dentre as quais se pode mencionar: a do tupi, produzida por Luís Figueira em 1621; a do cariri, por Luís Maniami em 1699 e; a gramática do quimbundo, organizada por Pedro Dias em 1695, após a chegada dos grupos africanos escravizados na Bahia.

Para Carboni e Maestri (2012, p. 19), a “homogeneização linguística realizada pelos jesuítas, por meio da gramatização da língua geral, cancelava tendencialmente a diversidade e a riqueza étnica e linguística nativa”. Ainda assim, a estratégia mostrava-se extremamente eficaz para a facilitação dos contatos entre os europeus e os povos indígenas e africanos, para então submeter os dois últimos à fé e ao domínio lusitano.

Desse modo, a gramatização da língua geral serviu como forte instrumento de sua difusão e consolidação ao longo dos dois primeiros séculos da colonização portuguesa, de modo que, em capitanias como a de São Paulo, era comum que os filhos de colonos aprendessem e utilizassem a língua portuguesa apenas tardiamente, ao entrarem na escola e a estudarem formalmente, sendo a língua geral a principal forma de interação social antes disso.

É nesse período que a língua geral recebe também contornos de estratificação social. Eram poucos os homens, nascidos em solo colonial, hábeis no domínio da língua portuguesa. Os que a dominavam transitavam melhor entre os postos de trabalho e alçavam funções de menor esforço físico, majoritariamente no trabalho doméstico e com maior contato com os colonizadores.

No caso das mulheres, a língua geral passa a ser basicamente a única conhecida por elas por algumas décadas dos dois primeiros séculos de colonização, restringindo não somente as possibilidades comunicativas, mas minando direitos básicos e encerrando-as em um posto de ‘servitude’ que perduraria pelos séculos seguintes.

Por essa via, a língua portuguesa passa por um movimento sutil e gradativo de elitização, reposicionando os povos coloniais, com oportunidades para uns e inibindo possibilidades de ascensão de outros. Ao mesmo tempo, estabelecia-se um aspecto de concorrência marcado pelo contraste língua portuguesa – língua geral (Carboni e Maestri 2012).

Do ponto de vista ideológico, os elementos de subalternidade identitária já indicavam a profundidade de suas raízes em relação à percepção social e política e provocava, entre as comunidades falantes das variantes tupi, um sentimento análogo de estratificação com uma clara noção de *status* para língua.

Sobre isso, Carboni e Maestri (2012, p.22) explicam que, o fato de os jesuítas terem estabelecido uma sistematização de ensino que priorizava, essencialmente, o tupi

funcionou paralelamente como um mecanismo de desqualificação das demais línguas indígenas e suas variantes e, ainda mais, para as línguas dos escravizados africanos.

É interessante notar, nesse ponto, a indissociabilidade entre língua e cultura, especialmente no que tange aos modos de ser e existir. Em um primeiro momento, a perspectiva lusitana é claramente marcada pela superioridade, sendo os nativos brasileiros e os colonos retratados como selvagens e exóticos.

Após a gramatização e difusão sistematizada da língua geral, um *modus operandi* semelhante passa a ser adotado também pelos colonos. “Os tupis-guaranis denominavam de ‘tapuias’ (bárbaros) os autóctones de outras culturas”. Já os jesuítas denominavam de ‘línguas travadas’ àquelas que não eram variantes do tupi (Carboni e Maestri, 2012, p.22),

Esse discurso realça a língua geral a um *status* de superioridade e dominação também entre os povos nativos à medida em que as demais línguas indígenas sofrem um processo gradual de supressão e desqualificação.

Em se tratando das línguas dos escravizados africanos, esse processo de repressão se dá de modo mais violento. Havia um temor que a liberdade de utilização de uma língua que não fosse dominada pela coroa potencializasse os riscos de manifestações, revoltas e oposições ao regime.

Isso, somado à chegada de novos colonizadores, como a Holanda, que se estabelecia no nordeste do Brasil, a descoberta do ouro nas Minas Gerais e as tensões constantes entre os próprios colonos nesse cenário de disputa de línguas, provoca a emergência de políticas ainda mais duras por meio de uma reforma político-administrativa.

A reforma político-administrativa realizada pelo marquês de Pombal (1699-1782) foi determinante para a imposição do português e para a erradicação das línguas americanas, sobretudo na Amazônia. Porém, o mais forte golpe assentado ao desenvolvimento da ‘língua brasílica’ foi dado pelo tráfico negreiro internacional, que, a partir de fins do século XVI, inundou as colônias luso-brasileiras com milhões de aloglotas africanos. (Carboni e Maestri, 2012, p. 23)

Ainda segundo os autores, estima-se que “de 1560 a 1850, de três a cinco milhões de africanos foram introduzidos”, forçadamente, no Brasil, trazendo para o país, mais de 300 novas línguas africanas (p. 23).

Esse novo cenário serviu para a consolidação da estratificação social de forma ainda mais objetiva e direcionada. Ainda que essas múltiplas línguas estivessem em contato constante, esse contato se dava sob constante vigilância.

A exploração da mão-de-obra escravizada oriunda da África pouco ou nada considerou as questões filosófico-existenciais tal qual o fazia Caminha em relação aos índios em seu primeiro contato. Imperava sobre eles a noção do caráter animalesco, uma designação perpétua de maldição que condicionava os negros à servitude, demonizava sua cultura, língua e religião e os elegia ao posto de trabalho braçal, a subserviência e a exploração sexual.

Nesse sentido, os mecanismos da escravidão recaíam de modos diferentes entre indígenas e negros. Os primeiros, mais familiarizados pelo contato com os lusitanos se condicionavam de forma mais domesticada pelas imposições da coroa, pela violência e pela docilização de corpos resultante da catequização jesuíta.

A possibilidade, ainda que momentânea, de utilização da língua geral, evidencia essa compreensão, visto que, conforme Carboni e Maestri (2012, p.23), nos casos dos escravizados africanos, com raras exceções, “autoridades, proprietários e viajantes jamais mostraram interesse pela identificação das línguas africanas faladas no Brasil, consideradas preconceituosamente simples ‘línguas de pretos’”.

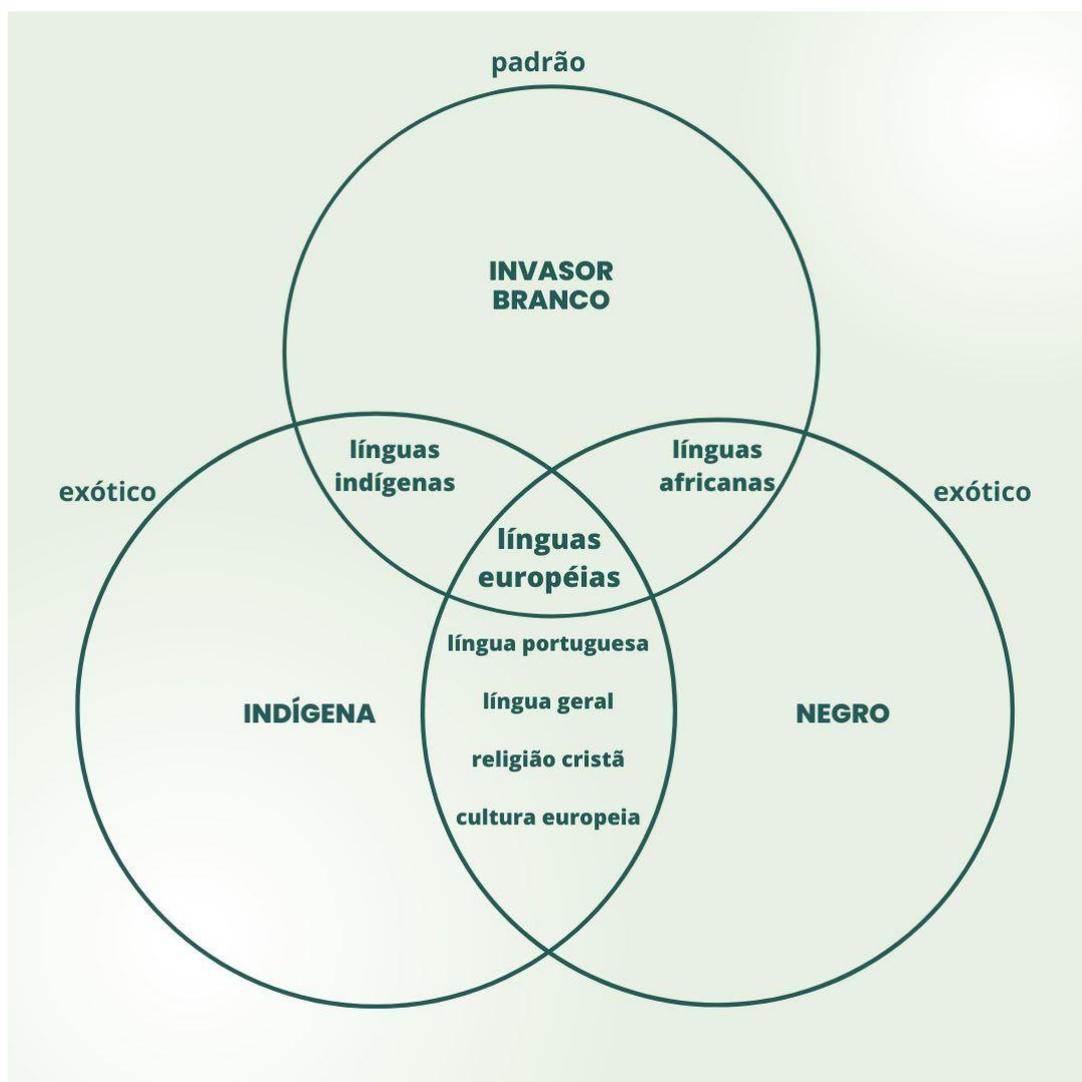
Em relação aos negros escravizados, para além da relação violenta de subserviência, adicionava-se uma camada extra de exotismo pela via da fetichização do corpo negro, sobretudo de mulheres, com um engessamento de estereótipos diversos que se perpetuaram até a atualidade.

Retomando o aspecto linguístico, interessava aos invasores que o domínio da língua portuguesa pelos colonos estivesse restrito ao mínimo suficiente para subserviência à coroa, e que as variantes indígenas e africanas fossem erradicadas sob o risco de revoltas que desestabilizassem o sistema de exploração vigente.

É por essa lógica que os apagamentos linguísticos e culturais passam a ocorrer de forma mais sistematizada, estabelecendo o padrão europeu como norma e referência e marginalizando as representações culturais e religiosas oriundas de povos indígenas e negros demarcando suas especificidades de forma ainda mais exótica, desta vez pela negatividade temerosa.

Nesse percurso, é possível denotar que a concepção de exótico se dá por diferentes vias, mas de forma confluyente para as questões das línguas e as culturas a elas atreladas, movimentando formas de condução que elitizam determinados conhecimentos e paralelamente, relegam ao estigma e a inferioridade o que foge do padrão elitizado, conforme se observa no esquema de intersecção a seguir.

Figura 1- Confluência linguística padrão/exótico



Fonte: elaborada pelo autor.

Partindo desse esquema, é possível visualizar na intersecção entre o branco invasor e os indígenas e negros escravizados, a invenção do exótico pela ótica colonizadora.

Em termos gerais, não se trata especificamente de uma constituição biológica ou fenotípica, os corpos humanos eram reconhecíveis. As discussões ocorriam na ordem da língua, da cultura e da espiritualidade, tomando o padrão hegemônico europeu como central, superior e materializado por um percurso evolutivo que compreendia uma suposta civilidade endossada na política.

A imposição da fé cristã era também uma marca desse suposto processo evolutivo, daí o princípio educacional orientado sumariamente na catequização dos povos indígenas. No entanto, conforme já discutido, a dimensão continental e a multiplicidade linguística funcionavam como imensas barreiras para uma forma de governamentalidade que permitisse uma condução massiva dos povos nativos a serem explorados.

Para Foucault, a governamentalidade pode ser compreendida pelo tripé: técnicas diplomático-militares, política e pastorado cristão (Foucault, 2004, p. 113, tradução livre). Nesse ponto de imposição da fé, é possível realizar uma aproximação com a lógica do poder pastoral:

[...] uma prática própria das comunidades monásticas que teve um importante desenvolvimento na literatura cristã dos primeiros séculos. Contudo, o poder pastoral não foi a forma triunfante durante a Idade Média, mas no império. Vários foram os motivos: trata-se de uma experiência tipicamente comunitária, incompatível com as condições de vida rural, exige certo nível de formação cultural, etc.

As ordens religiosas e os numerosos movimentos de reforma testemunham, entretanto, a constante presença do modelo pastoral do poder. A reforma protestante e a chamada contrarreforma católica, com o fim do feudalismo e o abandono do ideal de um sacro império, determinaram uma reativação desse modelo. A pastoral da confissão e da direção da consciência a partir do século XVI são exemplos mais eloquentes dessa reativação (Castro, 2009, p. 329)

O poder pastoral se legitimava nos primórdios da colonização brasileira, pela lógica discursiva jesuíta do cuidado com o outro, estabelecido por meio de técnicas complexas que, ao mesmo tempo em que buscavam ‘ajudar’ o sujeito, abriam a possibilidade para sua manipulação, daí o paradoxo do poder pastoral, que não se caracteriza necessariamente como bom ou ruim, mas como uma forma de racionalidade do poder, no Estado Moderno (Castro, 2009, p. 329).

A confissão desafia o pressuposto fundamental da autonomia ao estabelecer a constituição de uma subjetividade sujeitada, isto é, na contramão de uma conduta marcada pela consciência livre.

Conforme indicado por Castro (2009) o reconhecimento de uma produção linguística e cultural dos indígenas e africanos escravizados funciona como um indício de condições suficientes para confluência do poder pastoral, assim, a gramatização e a difusão da língua geral nada se relaciona com um interesse humanitário, tampouco benéfico para os povos colonizados, mas advém, estrategicamente, de um plano facilitador de dominação.

Por esse prisma, era importante para os colonizadores, não somente que os povos dominados acatassem uma língua unificada que facilitaria o contato para exploração, mas que assimilassem a ideia de que a civilidade, a humanidade e o desenvolvimento só se dariam mediante o alcance do padrão europeu de sociedade tanto na cultura quanto na língua.

A utilização da língua geral mostrou-se uma estratégia de menor tensão nesse contato, por vezes, instaurando uma sensação de liberdade que permitia um docilização sutil, capturando os sujeitos para esse lugar subalterno e convencendo-os de que se tratava de um passo para afastá-los do atraso e selvageria.

Paralelamente, os costumes e hábitos que destoavam em maior ou menor medida da fé cristã e da cultura europeia permaneciam encerrados no lugar do estranho, do exótico. Ainda que marcados pela admiração de alguns, mantinham-se em movimento as engrenagens que buscavam erradicá-los com o mínimo de resistência, em um discurso de falsa liberdade.

Em se tratando dos negros escravizados, no entanto, a lógica de inferiorização mostrou-se ainda mais severa com a supressão absoluta e punitiva das línguas africanas. O contato dos colonos, tanto com os indígenas quanto com os negros arrancados de seu continente materno, provocava, inevitavelmente, interferências na língua geral e na língua portuguesa do Brasil colonial.

Esse fenômeno, contudo, não passava despercebido pela coroa e, em função disso, observa-se um esforço severamente mais significativo para combatê-lo, que dá forma a uma política glotocida focada na erradicação das línguas, culturas e religiões africanas, sobretudo porque, a influência dessas línguas na comunicação cotidiana dos

colonos excedia a riqueza do vocabulário e delimitava formas outras de construção sintática e prosódica vistas como uma ameaça também ao português falado na velha metrópole.

Esse esforço pode ser percebido na incipiência de registros históricos de estudos voltados para a interferência das línguas africanas no português brasileiro naquele contexto, instaurando uma forma de ‘racismo científico’. Segundo Carboni e Maestri (2012, p. 30):

[...] Em inícios do século XX, o médico Nina Rodrigues assinalou a quase total indigência de estudos científicos sobre a referida influência das línguas pretas no falar brasileiro [...] ele demonizava essa influência como ‘origem dos vícios do nosso falar’; ‘fator de corrupção’ e razões de ‘numerosos desvios populares do genuíno português’.

Nota-se nessa relato, uma segunda razão para o esforço dos colonizadores para erradicar as línguas africanas. A ideia em voga mirava na unificação e imposição da língua portuguesa lusitana antes que ela fosse ‘manchada’ pela influência indígena e africana, um fenômeno que naturalmente não podia mais ser contido justamente pela proporção continental do país e pelo imenso contingente de escravizados africanos e indígenas em contato diário nas capitâneas.

Apesar dos esforços da coroa pela unificação linguística nacional, era já evidente a partir de 1830 que a língua falada no Brasil divergia da norma culta lusitana, tampouco atendia aos seus padrões sintáticos, resultado de um processo impositivo que forçou povos de diferentes línguas a se ajustarem à uma ‘nova’ língua portuguesa.

De modo mais simples, esse resultado pode ser comparado com as experiências modernas globalizadas, quando estrangeiros que migram para o Brasil e aprendem a língua portuguesa, mas imbricam nela formas divergentes de organização sintática, flexional e prosódica.

Estando a coroa ciente dessas questões e em consonância com o ideal nacionalista e unificador que varria os países europeus à época, os movimentos de reforma política-administrativa centraram-se novamente em diferentes dispositivos legais como meio de instituir a língua portuguesa de forma definitiva.

No entanto, apresentava-se aí uma contradição ideológica. Ao mesmo tempo em que se buscava instituir a língua portuguesa como língua única, mantinha-se a estratégia

de oferecê-la aos indígenas e africanos de forma restrita e contextualmente localizada, como mecanismo de manutenção da dominação soberana da coroa, minando riscos de revoltas, elitizando a língua portuguesa, a aprendizagem da leitura e da escrita e, por fim, consolidando a estratificação social pela língua no dualismo língua coloquial-culta, conforme ainda se observa na contemporaneidade.

Nesse dualismo, empregar o português em acordo com a norma culta vigente, isto é, de acordo com o 'jeito branco europeu' de falar representava, pela sua proximidade com o povo autointitulado superior, um rótulo de *status* e ascensão social, isto é, quanto mais parecido com o branco colonizador, mais humano, inteligente, civilizado seria o sujeito.

Com base nessas reflexões, é preciso considerar dois pontos essenciais para compreensão do exótico no contexto de colonização. A língua mostra-se um fator medular para conceitualização do exótico, sobretudo porque nela e por meio dela torna-se possível não somente a constituição social e identitária do sujeito, mas a expressão de sua intelectualidade, produção cultural e espiritualidade.

Para além disso, a perspectiva do exótico é sempre carregada de um referencial hegemônico de observação que demarca as relações de poder em um dado contexto. Isto é, pela lógica do grupo de maior prestígio e dominância, emerge um padrão sócio-político cujo desvio de seus pressupostos reveste o outro de estranheza e mitiga possibilidades de interrelação plural e diversificada com naturalidade.

Por essas lentes, é possível inferir que, a caracterização do exótico, embora se escore nas mesmas raízes da invenção europeia colonial que via na língua, na cultura e na organização sociopolítica divergente da europeia, um alerta de ameaça à hegemonia branca colonizadora, é revestida modernamente de um olhar subjetivo sobre o outro, que se desdobra em políticas linguísticas e sociais com vistas à manutenção de determinadas formas de saber e condução de sujeitos.

Considerando essa breve retomada histórica do processo de colonização brasileiro e sua fundamentação para os mecanismos de dominação lusitana e imposição de uma língua e cultura padrão, compreendo a ideia de *exótico* como instrumento conceitual em três vertentes: o *exótico colonial*, o *exótico dócil*, e o *exótico de contraconduta* que, embora possam combinar aspectos de similitude em maior ou

menor grau, tensionam formas diferentes de condução de corpos que resultam em desdobramentos também distintos.

O exótico colonial se estrutura pelos eixos: fisiológico – com atenção aos aspectos fenotípicos e funcionais do corpo e sua condução e exploração para o trabalho; religioso – com a perspectiva salvacionista de docilização pela fé e ritos cristãos; linguístico – pela gramatização e tentativas de unificação de línguas e; cultural – pela supressão de produções socioculturais divergentes do padrão hegemônico, e o epistemicídio, isto é, a morte da construção de um dado conhecimento produzido por um indivíduo ou grupo, como forma de dominação política e ideológica.

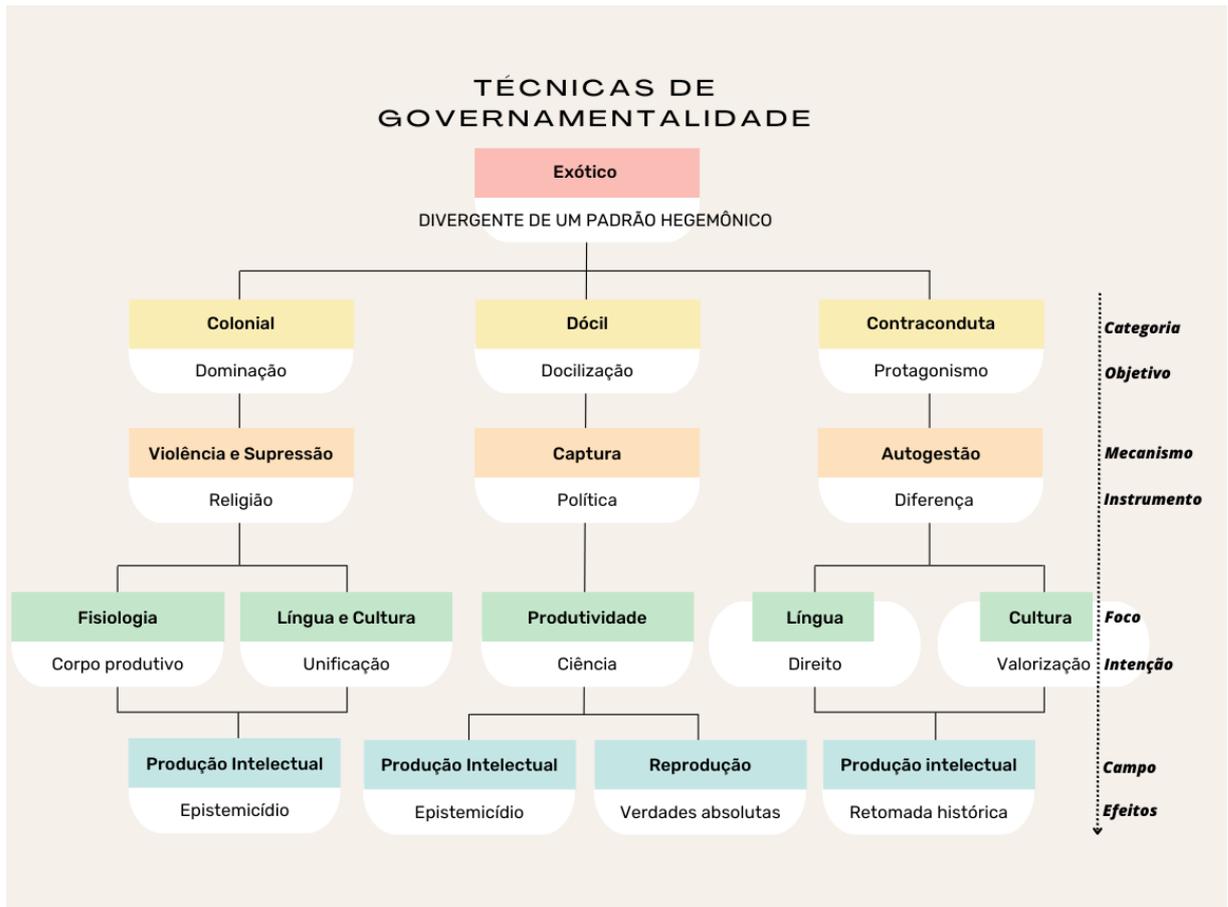
O *exótico dócil*, no entanto, não implica em estranhar o sujeito linguística e culturalmente diferente como um exótico no sentido pejorativo e taxativo colonial, mas nos modos de condução que emergem a partir desse estranhamento, com atenção às políticas que se instauram sobre a existência dos sujeitos a serem ‘capturados’ pela máquina Estatal.

Assim, essa forma de condução vai se estruturando pelos eixos: produtividade – com foco na funcionalidade do corpo e mão-de-obra produtiva; político – com a implementação de dispositivos legais que reconhecem o sujeito diferente, mas o limitam em um espaço de captura; científico – com a reprodução e difusão de práticas discursivas que intencionalmente ou não solidificam verdades absolutas sobre determinados sujeitos o que resulta em formas outras de epistemicídio⁸ camufladas nos discursos da ciência com o estabelecimento de verdades absolutas.

Por sua vez, o *exótico de contraconduta*, sobre o qual discorrerei a partir das análises dos arquivos históricos, anuncia uma forma outra de governamentalidade que se apropria do *exótico dócil*, e por conseguinte de características do *exótico colonial*, mas os ressignifica ao se estruturar pelos eixos da: diferença – pela defesa de uma forma específica de se organizar cultural e linguisticamente; política – com formas outras de autogestão e reivindicação de novos espaços e direitos então negligenciados e; discursivo – com o fortalecimento do protagonismo, retomada histórica e embates no contexto educacional e político.

⁸ O termo cunhado por Boaventura de Sousa Santos é aqui empregado a partir das discussões realizadas por Rezende-Curione (2022) como um conjunto de práticas oriundas de um processo de invisibilização e ocultação de saberes e produções culturais e sociais divergentes de um saber hegemônico ouvinte.

Figura 2- Categorização do exótico para governamentalidade



Fonte: elaborada pelo autor.

Essa tríplice categorização do *exótico* conforme o esquema imagético apresentado, não configura um processo estritamente linear. Embora sua categorização ocorra a partir de um percurso histórico que delimita características tanto similares quanto divergentes, os aspectos das três vertentes confluem na modernidade em diferentes produções teóricas e não necessariamente se anulam.

O aspecto fisiológico, por exemplo, está imbricado em diferentes graus nas três vertentes e possibilita diferentes concepções, ora situando os surdos como deficientes ora como diferentes. A ideia de corpo produtivo também é recorrente e traz desdobramentos diretos que influem, por exemplo, no posicionamento e direcionamento de vagas para surdos no mercado de trabalho.

Da mesma forma, a religião é compreendida como berço das atividades de interpretação comunitária e grande parte dos materiais traduzidos para as línguas de sinais decorrem pioneiramente de contextos religiosos (Silva e Ribeiro, 2019). Desse

modo, a categorização aqui apresentada visa sumariamente compreender os mecanismos de governamentalidade que se desdobram nas três vertentes ao mesmo tempo em que indica suas confluências para uma caracterização moderna do *exótico*.

Isso posto, uma perspectiva que compreende a língua de sinais como *língua exótica* é resultado dessa confluência de mecanismos com diferentes focos e intencionalidades, em que simultaneamente: retoma características do processo de colonização ao distinguir e estranhar os sujeitos surdos em relação ao padrão ouvinte; subverte essas características em uma nova forma de governamentalidade escorada em políticas que capturam e conduzem os surdos a um determinado lugar político-social por meio da língua de sinais, em ambos os casos apagando ou marginalizando as produções (de surdos) que divergem dessa condução docilizadora para, por fim, possibilitar aos próprios surdos um movimento de apropriação e ressignificação dos aspectos de exotização como estratégia de resistência e autogestão.

Discurso mais diretamente sobre isso a seguir, agora estabelecendo alguns paralelos entre o rótulo categórico do *exótico colonial* e a rotulação sutil do *exótico dócil* e de *contraconduta* no percurso histórico da educação de surdos, indicando alguns aspectos de similaridade que podem lançar mais luz sobre a percepção da língua de sinais como *língua exótica*.

2.2 Similitudes: o exótico e as formas de condução pela via da educação de surdos

Os aspectos que resumizam a perspectiva do *exótico* nas vertentes *colonial*, *dócil* e de *contraconduta*, apresentados anteriormente, pavimentam o caminho para a problematização inicial desta tese apontando uma caracterização moderna da libras, que a permite ser compreendida como uma *língua exótica*.

Partindo do eixo fisiológico, as perspectivas sobre a surdez ao longo da história, se orientaram predominantemente pela dicotomia capacidade/incapacidade e pelas noções de normal e patológico, em ambos os casos com constantes interferências concorrentes da religião e da ciência nas discussões sobre escolarização de surdos (Branson e Miller, 2002).

Ainda segundo os autores, a percepção da surdez no período das invasões colonialistas se vinculava a noção de deficiência e denotava, sumariamente a noção de

incapacidade, uma visão amplamente influenciada por perspectivas eurocêntricas ancoradas em um modelo médico emergente, daí o olhar atento dos invasores em relação aos corpos negros e indígenas que seriam forçados à produtividade oriunda da escravização da mão-de-obra nos séculos seguintes.

A sociedade colonial brasileira, por sua vez, estava estruturada em uma hierarquia social rígida, onde o valor e o *status* das pessoas eram determinados por critérios como raça, classe social e capacidades físicas e mentais, de modo que, qualquer desvio do padrão biológico e intelectual idealizado era associado à inferioridade e considerado como um obstáculo para a produtividade, para o progresso e modernização das sociedades a partir do século XVII.

As concepções científicas e médicas da época sustentavam a ideia de que a deficiência era uma condição patológica que deveria ser tratada e corrigida, o que resultou na implementação de práticas coercitivas, como esterilização forçada, com o objetivo de ‘purificar’ a sociedade. Para Branson e Miller (2002), tais práticas denotam um movimento de eugenia que contribuiu drasticamente para o apagamento das diferenças e para marginalização das pessoas com surdez.

É importante ressaltar que, essas perspectivas e práticas não eram exclusivas da colonização brasileira, mas refletiam tendências globais da época. No entanto, no contexto específico do Brasil, a colonização trouxe a imposição dessas visões eurocêntricas e contribuiu para a construção de um sistema de discriminação e marginalização social (Carboni e Maestri, 2012) – o qual, posteriormente, reverbera nas pessoas com deficiência, grupo no qual os surdos estavam então inscritos

Por esse prisma, é possível localizarmos o primeiro indício de similitude do *exótico colonial* entre as pessoas surdas e os povos colonizados. Embora os olhares dos invasores, tal qual o de Caminha (1999) acentuem os aspectos fisiológicos positivos observáveis nos nativos indígenas, seu aspecto condicional os direcionava para um estágio de domesticação em que a instrução limitada centrava a organização de uma forma de trabalho produtiva e passiva de exploração.

Da mesma forma, a percepção da surdez como incapacidade rotulava as pessoas surdas como passíveis de domesticação para fins produtivos, visto que a ausência da fala ‘oral’, domínio da escrita e da leitura funcionavam como indicadores de um potencial intelectual limitado, o que direcionava os surdos e demais pessoas com

deficiência para os trabalhos braçais e para um processo de escolarização básica também focado na formação de mão-de-obra explorável, ainda que distante dos moldes da escravidão (Branson e Miller, 2002)

No eixo religioso, no entanto, as similitudes transbordam a docilização para domesticação por meio da fé e, em se tratando das pessoas surdas, assume uma roupagem salvacionista em que a surdez, tal qual as outras diferenças é alocada na concepção de castigo ou punição sobrenatural a ser expurgada (Branson e Miller (2002).

Por milhares de anos desde os tempos romanos ao dinamismo da renascença, quando os filósofos britânicos e europeus ‘redescobriram’ a filosofia secular dos gregos e romanos, a intelectualidade e a instrução foram conduzidas pela Igreja. Os filósofos daquele tempo buscavam compreender o trabalho de Deus. O conhecimento se dava pela leitura e escrita. A sabedoria estava contida nos textos. Assim, o objetivo central da educação repousa sobre a habilidade de ensinar aos pupilos a ler e a escrever. Esses filósofos religiosos e professores consideravam os surdos como parte de um complexo plano Divino. (Branson e Miller, 2002, p. 67).

Por essa via, a ‘salvação da surdez’ aconteceria pela fé e arrependimento por meio da confissão o que exigiria, em tese, o uso de uma língua oral, visto que não havia ainda episteme suficiente para compreensão das línguas de sinais como línguas, efetivamente, embora houvesse relatos de formas monásticas de comunicação não verbal. Tampouco se tem registros de comunidades surdas organizadas linguística e socialmente em solo nativo brasileiro, o que não significa, claro, que não houvesse surdos entre os indígenas e colonos nos primórdios da invasão.

A ideia dos invasores de que os indígenas não tinham uma religião e que, portanto, poderiam facilmente ser convertidos à fé católica implicava em um apagamento das tradições e cultura nativas para espelhar o modelo eurocêntrico cristão. No caso dos surdos, esse apagamento se dava pela ordem da linguagem e cultura, enfim, das diferenças constitutivas, visto que não há indícios de uma religião exclusiva emergente entre as comunidades surdas no mundo.

Há, nesse ponto, uma rachadura entre a noção duramente científica da surdez como deficiência a ser curada para atender à norma ouvinte, e a percepção religiosa e educacional sobre a surdez, que toma a leitura e a escrita como forma de produção de conhecimento. Ao falar sobre os denominados filósofos religiosos no século XVII, Branson e Miller (2002) esclarecem que, a surdez:

[...] não era vista por eles como algo a ser mudado. Esse tipo de mudança requeria um milagre, uma intervenção de Deus. O fato de os surdos não falarem ou ouvirem não era percebido como um problema. Os estudiosos do clero não partiam do princípio que toda língua estivesse vinculada ao som, nem mesmo Santo Agostino, apesar de que, muitos autores afirmam que ele teria dito que ‘os surdos não poderiam ser salvos, por não ouvirem os padres’ (p. 67).

Assim, o acesso à leitura e a escrita se mostrava suficiente para condução religiosa e a ‘salvação’ dos surdos durante boa parte do século XVII. A comunicação por vias outras senão pelo som também não era de qualquer estranheza para os clérigos religiosos. Bruce (2007) evidencia isso, ao trazer em seu livro, elementos históricos que retratam desde longa data, a organização e a comunicação não verbal entre monges cluníacos entre 910 a 1200 EC⁹.

Segundo o autor, os monges da Ordem de Cluny, residentes enclausurados da abadia de Borgonha, localizada no leste da França, foram os primeiros a empregarem uma língua silenciosa sistematizada por gestos manuais, para transmitir informações com precisão e clareza. Tal sistematização decorreu da adoção de uma organização social silenciosa, pautada no temor e esforço de um cuidado vigilante e tão absoluto com as palavras, que se configurava em uma espécie de voto de silêncio.

O princípio desse temor decorre de uma narrativa medieval acerca de um anjo que, ao aparecer para um monge, o repreende com cuspe e, em um tom severo, revela ser o responsável por conduzir as orações dos religiosos ao Divino, admoestando o fiel a ser mais cuidadoso com as escolhas que fazia na oração e sobre o que falava (Bruce, 2007, p. 2).

Desse modo, para a ordem, o não uso da língua oral se mostrava uma estratégia efetiva para protegê-los dos perigo do pecado que poderia ser transmitido pela oralidade, e funcionava como uma forma de emulação da existência das entidades celestiais que habitavam, em silêncio e harmonia, o paraíso.

No entanto, os rituais locais e a comunicação entre os membros da ordem, desafiava a crença no silêncio como uma vantagem rumo à santidade, daí a

⁹ Opto, neste trabalho, pelo uso da classificação Era Comum (EC) e Antes da Era Comum (AEC). Trata-se de uma alternativa moderna de marcação temporal no campo da antropologia, por não tomar como referência o cristianismo. A escolha é deliberada em respeito à diversidade religiosa, aqui compreendida como uma faceta da diferença.

sistematização de uma forma sinalizada e silenciosa que permitisse as interações cotidianas sem a contaminação do pecado sonoro.

Para além disso, o uso de sinais manuais configurava uma forma de proteção e sigilo do conhecimento e doutrina monásticos, aspectos endossados pela fé cristã medieval, que se espalharam por toda a Europa, ainda que de forma gradativamente mais branda com o passar dos anos.

Os relatos de Bruce (2007) acerca dos monges cluníacos mostram-se interessantes à medida em que se vinculam diretamente entre a comunicação por meio de sinais e a condução de um modo de existência focado na fé e salvação, tal qual se pensava a educação de surdos a partir do século XVII. Além disso, sinalizam uma forma de comunicação adotada de forma autoimposta, e sistematizada por ouvintes, cuja organização espaço-visual não constitui uma via primária e natural de produção linguística.

Por fim, é possível estabelecer aqui outro paralelo. Tal qual a educação de povos indígenas e africanos escravizados tem sua origem realizada por jesuítas, a educação de surdos no mundo traz o DNA monástico em sua fundação, visto que “foram os mosteiros que produziram os primeiros professores de surdos” (Branson e Miller, 2002, p. 68). Contudo, embora os processos decorram de uma forma de condução desses sujeitos, a perspectiva colonial centra-se de forma muito mais evidente, nesses primeiros séculos, na formação para exploração do trabalho e não meramente na catequização e salvação dos colonizados.

Pensando na caracterização do exótico, o uso de uma língua sinalizada pelos monges cluníacos não é, historicamente, percebida como um elemento exótico, tampouco inferiorizado ou limitado, tal qual ocorreu com as línguas nativas brasileiras e de africanos escravizados, por pelo menos dois motivos.

Primeiro, por se tratar de um grupo enclausurado, mas respeitado pelos pares em um contexto em que, a própria religião representava formas hegemônicas e imperativas de condução de corpos. Segundo, porque tratava-se ainda de um grupo elitizado, estudioso, e dentro dos padrões da idealização biológica e cuja forma de comunicação encontrava justificativa plausível na admoestação pelo divino, sendo uma escolha de santidade e indicador de sabedoria e consciência intelectual.

A rachadura de perspectivas acerca das formas de comunicação e instrução oriunda das relações de concorrência e confluência ciência-religião, e a emergência de formas não sonoras de comunicação, serviram como sementes para os processos de unificação de línguas, que germinaram no período colonial.

Essas mesmas sementes, fincaram suas raízes em uma sistematização linguística focada na comunicação essencial, unificada e precisa em acordo com os interesses dos colonizadores e, mais adiante, do império brasileiro ao longo do século XIX, com o início da educação formal dos surdos no Brasil.

Arnaldo de Oliveira Bacellar, em sua tese de doutorado em Medicina, oferece informações interessantes acerca da escolarização de surdos brasileiros. Segundo ele:

O ensino de surdos mudos no Brasil, só começou a ser praticado em 1855, quando o surdo mudo francez Huet lançou os fundamentos do actual Instituto Nacional de Surdos Mudos. Anteriormente a esta data, não encontramos a menor referência ao ensino dos surdos mudos no nosso paiz, nem mesmo em tentativas isoladas. A começo por iniciativa particular, e mais tarde sob a valiosa proteção do Imperador Pedro II, Huet viu o seu Instituto progredir rapidamente, tornando-se assim uma realidade o ensino de surdos mudos no Brasil (Bacellar, 1926 [2013]), p. 8).

É comum, tal qual na tese de Bacellar, localizarmos a fundação do Ines como marco do princípio da escolarização formal dos surdos no Brasil, bem como a menção de Huet como figura central desse processo, além do destaque de Dom Pedro II nessa empreitada.

Nesse século, tal qual os jesuítas realizaram a gramatização forçada com vistas ao estabelecimento da língua geral para exploração, trabalhos como: *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos*, publicado em 1875 por Flausino José da Gama, *No Silêncio da Fé e Linguagem das mãos*, ambos publicados por Eugênio Oates, respectivamente em 1961 e 1969, servem como indicadores de um movimento de crescimento, e de tentativas de sistematização e difusão da língua de sinais brasileira.

Porém, a justificativa para publicação dessas obras recaia sobre a necessidade de que se compreendesse melhor e mais amplamente uma forma de comunicação que se mostrava benéfica para os surdos, com base nos resultados experimentados no então Imperial Instituto de Surdos e Mudos (atual Instituto Nacional de Educação de Surdos, doravante – Ines), anteriormente concebido como fundado no Rio de Janeiro em 1856 e,

posteriormente, com data de fundação alterada para 26 de setembro de 1857 ao ser regulamentado pelo decreto 6.892 (Brasil, 1908).

Tobias Rabello Leite (1827-1896), então diretor do Ines na ocasião da publicação da obra de Flausino escreve no prefácio do livro:

Este livro tem dous fins:

1º Vulgarisar a linguagem dos signaes, meio predlecto dos surdos-mudos para manifestação de seus pensamentos. Os pais, os professores primários, e todos os que se interessarem por esses infelizes, ficarão habilitados para os entender e se fazerem entender.

2º Mostrar o quanto deve ser apreciado um surdo-mudo educado (Gama, 1875, p. 12)

Nesse excerto, vale atentar para alguns aspectos do registro. O verbo ‘vulgarisar’ (vulgarizar) à época traz o sentido de tornar popular, difundir, daí a intencionalidade de difusão dos sinais para o maior número de interessados. Segundo, por definir os sinais como forma de expressão idealizada pelos surdos e, por fim, por indicar os benefícios da educação de surdos, pelo instituto o qual Leite dirigia.

Em relação ao trabalho em si, as litografias empregadas por Gama para confecção do livro se pautavam na reprodução de outra obra existente, a do francês Pellisier, professor do Instituto de Surdos de Paris (Gama, 1875, p. 12), com alterações em relação a descrição dos sinais, agora em português, mas mantendo em quase a totalidade, os sinais franceses.

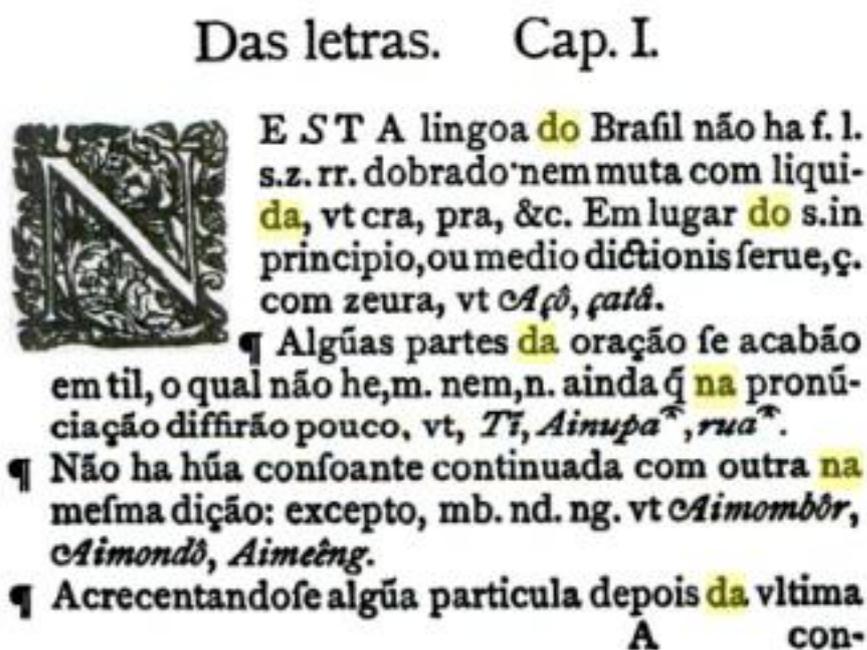
O livro de Gama mostra-se mais um glossário descritivo de sinais manuais franceses do que necessariamente uma gramática, o que o distingue sumariamente em precisão e sistematização em relação ao trabalho de gramatização da língua geral realizado por Anchieta em 1595.

Nesse caso, ambos os trabalhos compartilham do intuito de popularização de uma forma ‘padronizada’ de comunicação de línguas exóticas, isto é, faladas por um grupo que destoa do padrão hegemônico vigente. No caso de Anchieta, a língua exótica em foco era a língua geral da costa do Brasil, já no caso de Gama a língua exótica era aquela falada pelos então denominados, surdos-mudos.

O marcador de transição entre a vertente do *exótico colonial* e o *dócil*, recai aqui sobre os mecanismos e intencionalidades de ambos os trabalhos. Enquanto o trabalho de Anchieta opera pela ótica pastoral com foco em uma suposta salvação dos povos

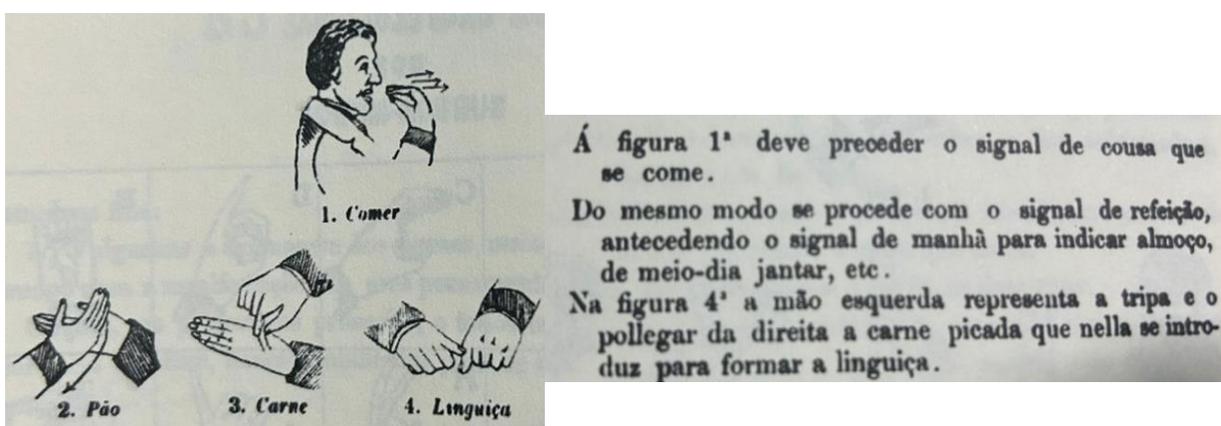
colonos pela unificação linguística, que se desdobraria em um instrumento facilitador de dominação e imposição dos ideias da coroa, o trabalho de Gama reflete um interesse inicial de valorização da língua usada naturalmente pelos surdos e se justifica pelo potencial que ela poderia conferir aos surdos, capturados e docilizados pela maquinaria Estatal, o que se evidencia pelo prefácio de Tobias Leite.

Figura 3 – Recorte do trabalho de gramatização da língua geral proposta por Anchieta



Fonte: Artes de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595[1990]).

Figura 4 – Recorte do glossário sistematizado da língua de sinais feito por Gama



Fonte: *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos* (1875, p. 14-15).

Os aspectos de organização semântica e sintática são comuns nos recortes de ambos os trabalhos, embora definitivamente Anchieta seja mais minucioso com divisões sistematizadas englobando desde a uso de letras aos aspectos de concordância da língua geral. Há ainda o marcador sociocultural que separa as obras, sendo uma produzida por um padre ouvinte e outra por um professor que é surdo e egresso do Ines.

O padre foca no aspectos sonoros, de acentuação gráfica e ordem dos termos na oração, ao passo que Gama se centra nos elementos visuais e composicionais dos sinais atentando para a ordem (sintaxe) e seus efeitos na produção de sentido para comunicação cotidiana, isto é, cada um explora os mecanismos de organização modal das respectivas línguas.

Entre os trabalhos pioneiros publicados no Brasil com foco semelhante aos de Gama estão: os já mencionados ‘No silêncio da fé’ (Oates, 1961), ‘Linguagem das mãos’ (Oates, 1969). Em meu levantamento localizei ainda um livro nomeado de ‘A igreja dos cegos, dos surdos e dos mudos’ (Oliveira, 1978) sendo os três trabalhos produzidos por padres que são ouvintes.

De origem estadunidense, o padre redentorista Eugênio Oates foi enviado ao Brasil por volta de 1940 com foco no trabalho missionário, inicialmente na Amazônia e posteriormente em todo o território nacional.

Focado na catequização de surdos, o padre realizou uma compilação lexicográfica cuidadosa do que ele denominava ‘linguagem de mímica’, uma forma por ele vista como genuína e natural de comunicação através do qual não somente os surdos poderiam ser ‘ajudados’ na socialização cotidiana como também os permitiria uma maior aproximação com Deus (Costa, 2019).

Oates (1961) registra as principais orações católicas por meio do uso de sinais, servindo como uma espécie de manual de catequização para surdos brasileiros e abordando sinais equivalentes aos termos de uso comum nesse contexto.

Diferentemente de Gama e, possivelmente por ser um trabalho mais moderno em um contexto em que a língua de sinais já trazia um avançado léxico genuíno e mais distante das raízes dos sinais franceses, os registros de Oates mostram-se mais próximos da libras moderna, indicando inclusive variantes sinalizadas.

Segundo Costa (2019, p. 116), essa obra foi produzida por Oates com a colaboração do padre Vicente Penido Burnier, “primeiro padre ‘deficiente auditivo’ brasileiro, e o segundo na história da Igreja Católica”.

Já Oates (1969) consiste em uma versão expandida de seu trabalho de 1961, ambos publicados pela editora religiosa, Santuário, mas dessa vez mais distante da finalidade exclusivamente religiosa e inovadora pela forma de organização em grupos lexicais. O padre traz uma um glossário sistematizado aos moldes da proposição de Gama, incluindo imagens mais precisas e descrições com maior nível de detalhes sobre o modo de configurar os sinais na então denominada por ele como ‘linguagem das mãos’.

A obra ‘Linguagem das mãos’ ganhou uma versão adaptada e atualizada por Simone Vecchio, incluindo fotos dos sinais realizados por Rauf di Carli, um surdo, e revisados por Flávia Lotufo Pinto, ouvinte filha de pais surdos, o que se denomina pela sigla CODA¹⁰. A obra foi publicada pela mesma editora em 2017, nas palavras de Vecchio:

Essa nova edição atualizada e revisada, com novo título, seguindo as atuais normas legais, que denominam Língua de Sinais, mantém o mesmo padrão das edições antigas de Oates, em que temos a foto do sinal, seguida de sua descrição, feita de maneira simples, facilitando o aprendizado de qualquer pessoa, estudiosa ou leiga, que se interesse por Libras. Foram mantidos a apresentação, as palavras do então diretor do Ines – Instituto Nacional de Educação de Surdos – e o prefácio do autor da versão original no intuito de não descaracterizar a brilhante obra do padre Oates. (Oates, 2017, p. 3)

O trabalho de Oliveira (1978) endossa o aspecto religioso, no entanto, o título da obra é uma menção figurativa que inscreve os membros da congregação católica em uma surdez e mudez metafórica diante dos ensinamentos e postulados de Cristo. O uso dos termos, porém, enquadra os surdos na circularidade discursiva da deficiência em que se inscreviam também os cegos.

Considerando esses trabalhos pioneiros de registro e ‘tentativa’ de gramatização e padronização da libras (Gama, 1875; Oates, 1961; Oates, 1969) é possível identificar um padrão hegemônico formando suas bases na educação de surdos no Brasil.

¹⁰ A sigla designa filhos ouvintes que são filhos de surdos. Trata-se de um empréstimo linguístico do termo originalmente em inglês que designa *Children of Deaf Adults*.

Tal qual no caso dos indígenas e africanos escravizados no período de colonização, a ideia de padronização linguística e difusão da língua de sinais pela fé decorre de um esforço majoritariamente de homens brancos e religiosos.

O objetivo desses registros, no entanto, passa a se orientar por uma tecnologia não meramente de dominação para exploração direta como na colonização, mas pela técnica da docilização revestida de um ideal salvacionista que buscava imprimir nos surdos um potencial educacional que os tornasse ‘integrados’ à sociedade por meio dos sinais e da fé cristã.

Parte disso se deve à proximidade dos padres com o Ines no contexto em que a religião se mantinha imperativa e engendrada nas propostas de formalização de ensino, ainda que agora tais propostas se convertessem centralmente na formação de mão de obra produtiva para o fortalecimento e manutenção do império.

O direcionamento da educação para a formação da mão de obra, no entanto, mitiga o discurso impositivo que a proximidade com a religião endossava na visão sobre a educação de surdos no princípio do século XIX, de modo que, mais importante que a salvação da alma pela via caritativa, fazia-se necessário transformar o surdo em um sujeito útil aos interesses do capitalismo emergente.

É nesse cenário que o *exótico dócil* assume sua forma mais evidente no Brasil, quando educar meramente para assistência, fé e salvação é desafiado por questões problematizadoras como: o que é ser surdo? Como e para quê educa-los? E, principalmente, por meio de que língua?

A própria fundação do Ines, na ‘literatura grande’, isto é, na produções que indicam verdades consolidadas e de alta reprodutibilidade na história da educação de surdos, encontra contradições narrativas envolvendo os sujeitos com participação ativa nesse processo, como é o caso de Huet e Pedro II e suas motivações para apoio e dedicação à escolarização de surdos no Brasil, principalmente no que tangencia a biografia do imperador.

Bacellar (1926), ainda em sua tese, aborda as resoluções oriundas dessas questões problematizadoras. Pelo seu posto de médico, professor e pesquisador, discutir a questão da surdez sem perpassar o aspecto fisiológico que direcionava as práticas educacionais de surdos era um caminho do qual ele certamente não desviaria. Para ele

(p. 28) “o termo surdo mudo se refere a uma noção symptomatica e relativa, sem limites bem definidos, seja quanto ao gráo de audição, seja quanto ao idiotismo”. E continua:

[...] O verdadeiro surdo mudo apresenta um desenvolvimento physico e intelectual mais ou menos normal, faltando-lhe somente a audição e consequentemente a palavra. A audição no surdo mudo póde estar completamente ausente, ou então, tão deficiente quantitativa ou qualitativamente, de modo a não lhe permitir a aprendizagem da linguagem falada pela própria audição (p. 29).

Tais afirmações evidenciam pontualmente uma mudança de perspectiva em relação aos surdos brasileiros. Primeiro, pelo reconhecimento de que, a depender do grau de surdez, a escolarização não seria efetiva com foco na fala e nas estratégias já empregadas com ouvintes. Segundo, para a sinalização de parâmetros que delimitassem de forma objetiva, ainda que pautada no caráter fisiológico, a definição de ser ‘surdo’, tal qual se observa na legislação moderna (Brasil, 2002; 2005).

Soma-se isso, o reconhecimento e afirmação em relação à capacidade e desenvolvimento intelectual e de aprendizagem do surdos. O termo ‘idiotismo’ à época era associado ao grau ínfimo de conhecimento ou domínio de saberes e tem relação direta com o emprego comum anglo saxão ‘*deaf and dumb*’, surdo e idiota em tradução livre, empregado no Brasil em alternância para surdo mudo.

As questões abordadas por Bacellar decorrem de seu estudo minucioso envolvendo dados estatísticos de origem censitária, na ocasião de coleta de dados de sua tese. Os dados por ele levantados indicavam um contingente de surdos significativo em diversos estados brasileiros, especialmente na “Bahia, no Distrito Federal, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo” (Bacellar, 1926, p. 14-22). Com grande parte deles confluindo para a escolarização no Ines em regime de internato.

Os dados apresentados por ele oferecem um vislumbre quantitativo das demandas para surdos na década de 1920, período em que a libras já apresentava um grau considerável de estabilidade lexical na comunicação formal e cotidiana entre os surdos dos centros urbanos, em decorrência dos encontros surdo-surdo, educacionais ou recreativos. Daí a necessidade de pensar políticas públicas a partir da definições mais precisas sobre o que significava ser surdo.

Ainda segundo o autor (1926, p. 8) “A 24 de maio de 1913, um pequeno grupo de surdos mudos reunido no Instituto Central do Povo, fundou a primeira associação de

surdos mudos do Paiz – a Associação Brasileira de Surdos Mudos”. Cujos estatuto visava promover o bem dos surdos brasileiros na esfera física, intelectual e social.

A criação de um espaço associativo para além dos muros da escola configura um marco temporal que catalisa a constituição de uma identidade política e cultural para os surdos brasileiros, aos moldes do que já vinha ocorrendo nos Estados Unidos e Europa há mais de um século (Rangel, 2004).

É pelo contato com os pares, despidos do panóptico ouvinte que a língua de sinais ganha força e estabelece ligações mais íntimas de reconhecimento de si e do outro como surdo, instaurando um novo cenário em que o Nós (surdos) tensiona o reconhecimento do eles (ouvintes) (Padden, 1988) pavimentando o caminho para um olhar sócio-político que direcionaria as discussões sobre os surdos no século seguinte.

No século XX, o olhar *exótico dócil* sobre os surdos, até então cerrados no lugar da deficiência, docilizados pelas técnicas de governo e conduzidos por uma educação essencialmente voltada para torná-los produtivos e úteis aos mecanismos do capitalismo emergente, conflui para um novo olhar sobre a surdez, agora marcado pela reivindicação de um modo de ‘ser surdo’ em um senso de coletividade e compartilhamento linguístico e cultural, o *Surdus mundi* (Witchs, 2018).

O autor aponta uma crítica ao cunhar o conceito pois observa que a necessidade de luta coletiva dos surdos, provoca o agenciamento da noção de uma ‘forma de vida’ comum e universal, dirigida a todos os surdos (independentemente de onde estejam) e que, embora necessário o apontamento cultural e os marcadores da vida de pessoas surdas sinalizantes, essa afirmativa universalizante borra ou apaga as características individuais e as intersecções identitárias que também compõem formas de vida surda. Portanto, há um risco e um preço a se pagar pelo *Surdus mundi* que emerge nas discursividades postas pela militância surda.

Conforme Witchs (2018), as práticas de governo linguístico dos surdos:

operam na produção de uma subjetividade surda com características universais, o *Surdus mundi*, que, embora possa utilizar uma língua de sinais e esteja orientada a uma tendência cosmopolita de ser surdo, abarca em si a potência de ser governada também pelo uso de línguas orais ainda que em sua modalidade escrita. (p. 12).

Segundo o autor, ainda que a educação de surdos – tal qual a dos povos colonizados – seja marcada pela prática religiosa, ela não se sustenta, a priori pela

caridade e benevolência “muito embora tais elementos não escapem do pensamento cristão que protagonizou essa possibilidade. Para acontecer, a educação de surdos encontrou condições na necessidade de governo” (p. 95).

É por meio dessa necessidade de governo que as práticas de condução de surdos caracterizam a própria educação, como uma “arte de governar” (Witchs, 2018). Esse governo, por sua vez, se vale de diferentes mecanismos cada qual marcado pela intencionalidade do poder hegemônico em diferentes recortes do tempo.

No entanto, o reconhecimento, de uma forma de ‘ser surdo’ no compartilhamento das especificidades linguísticas e culturais em uma abrangência que excede as fronteiras nacionais, potencializa formas outras de condução de si, ainda que os surdos estejam capturados pelos mecanismos do Estado, por meio de políticas que instauram uma espécie de *governamentalidade inclusiva*.

Por essa lógica de condução, a perspectiva do *exótico dócil* finca suas raízes numa relação de dupla oferta. Enquanto os surdos demandam a ocupação de um espaço de uso reconhecido da língua de sinais e valorização da cultura compartilhada entre seus pares, o Estado oferece esse espaço, reconhecendo legalmente a libras e destinando ao surdos a priorização de ocupação de cargos que envolvam seu ensino e difusão (Brasil, 2005; 2015).

Como desdobramentos disso, imprime-se na língua de sinais, mais especificamente sobre a libras, uma característica de exotividade que vai desde a sua definição pela via legal – algo inédito nacionalmente até a publicação da lei 10.436 (Brasil, 2002) e que não ocorreu ainda com as demais línguas de sinais nacionais sejam emergentes ou em diferentes graus de estabilização¹¹ – até o tratamento reservado a libras no imaginário social e nas práticas discursivas dos próprios surdos e pesquisadores aliados.

Assim, compreender os surdos por meio de um olhar *exótico dócil*, implica em reconhecer os corpos surdos docilizados pelos mecanismos de captura e condução do Estado e que inclui a estratégia fagocitária de inserção da libras no rol de possibilidade de, por ela, agenciar tais vidas para o mercado e o consumo. É como parte e efeito dessa

¹¹ Ver Quadros (2019), Almeida e Nevins (2020) e Silva (2021) para melhor compreensão das classificações e catalogação de outras línguas de sinais brasileiras.

maquinaria, no entanto, que as possibilidades de resistência abrem caminho para um posicionamento marcado pela *contraconduta*.

Foucault (2004) não compreende a resistência simplesmente como uma oposição direta ao poder, ele argumenta que a resistência ocorre dentro das próprias práticas e estratégias de poder, transformando e redesenhando sua lógica. Assim, a *contraconduta* é uma forma de resistência que opera não apenas contra o poder, mas também através dele, aproveitando suas próprias técnicas e estratégias para minar suas finalidades.

Para o filósofo, a *contraconduta* não é uma entidade fixa ou um conjunto de regras predefinidas; em vez disso, é uma prática criativa e em constante evolução, que varia de acordo com as circunstâncias históricas e contextos específicos, podendo envolver táticas como a subversão de normas, a reinterpretação de regras e a transformação de discursos e significados.

A exemplo disso, vale mencionar algumas concepções de língua de sinais que emergem nas produções acadêmicas ou ainda nas práticas discursivas cotidianas. Historicamente, as línguas orais taxadas como exóticas receberam diferentes denominações: língua geral, língua indígena, língua de preto, linguagem selvagem, língua de bárbaro, língua nativa, língua *tapuia* (Carboni e Maestri, 2012).

Da mesma forma, ao longo da história, as línguas de sinais de modo análogo à exotização impressa nas línguas orais de grupos minorizados, receberam distintas denominações nas produções científicas: linguagem dos sinais (Gama, 1875), linguagem mímica (Oates, 1961), linguagem das mãos (Oates, 1969), língua de sinais de centros urbanos brasileiros e língua de sinais (Ferreira-Brito, 1995), língua do surdo (Behares e Peluso, 1997), língua de herança (Quadros, 2017).

Já no imaginário social, as diferentes definições e olhares romantizados acerca da libras provocam a emergência de olhares que a exotizam de forma mais contundente em comparação com as línguas orais. É comum, por exemplo, um estereótipo do francês como língua romântica ou o espanhol como língua *caliente*. Tais percepções, no entanto se restringem aos seus aspectos prosódicos da oralidade dessas línguas.

Em relação a libras, as percepções excedem a prosódia e se inscrevem na ordem da militância e reivindicação, não raramente de *propriedade* (Nascimento, 2019) que a instrumentaliza como forma de posicionamento político e cultural delimitando um território em que a resistência constitui uma forma de ‘ser surdo’.

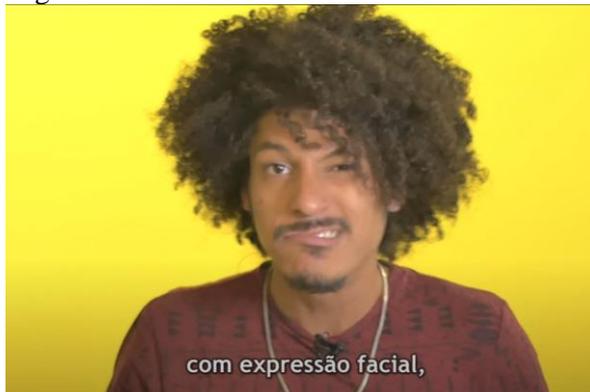
É no contexto de ‘ser surdo’ na e pela língua de sinais que emerge a perspectiva tensionada nesta pesquisa de um olhar *exótico de contraconduta* que simultaneamente caracteriza a libras como língua exótica e oferece mecanismos sócio-políticos para a consolidação do exótico como potência constitutiva para o governo de si e do outro. Esse movimento de apropriação do exótico como instrumento constitutivo fomenta, por meio da língua de sinais, técnicas para uma condução politizada que se vale das engrenagens do Estado para subverter a lógica de docilização e reivindicar novos espaços.

Com uma língua de sinais reconhecida legalmente, desdobram-se políticas linguísticas que asseguram, em tese, pela legislação, a presença de tradutores e intérpretes. O que, por sua vez, possibilita um rota de fuga transicional do *exótico dócil* para o *exótico de contraconduta* em que as vozes dos surdos passam a ecoar de suas mãos e em defesa do direito de existir na diferença.

Desse modo, o exótico de *contraconduta* não elimina o estranhar em relação à libras que ressoa desde o processo de colonização sobre os grupos minorizados, mas se apropria dele como estratégia de resistência e orgulho por divergir constitutivamente do padrão hegemônico.

O vídeo publicado em 2017 no canal do *YouTube* do médico Drauzio Varella pode ilustrar esse exótico como potência constitutiva. O vídeo é sinalizado e oralizado pelo educador Leonardo Castilho, que é surdo.

Figura 5 – Recorte do vídeo “Os surdos têm voz”



Fonte: Varella, Drauzio. Os surdos têm voz. YouTube, jul. 2017.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bcq6GPyMfPo&t=62s>.

Destaco a seguir alguns trechos do texto sinalizado por Castilho.

- (1) Sou educador de um museu, poeta e produtor de festas voltadas à comunidade surda. [00:16]
- (2) A comunicação entre os surdos é geralmente visual. [00:18]
- (3) Com expressão facial, com o corpo, com as mãos, também com leitura labial porque nós temos limites de audição. [00:25]
- (4) Apenas a minha audição não funciona do jeito que a sociedade quer. [1:14]
(Varella, 2017).

Os excertos retirados do vídeo permitem uma série de reflexões. Em (1) Castilho apresenta seus aspectos profissionais, acadêmicos e artísticos. Ainda que seja educador, ele não se dedica necessariamente ao ensino da libras conforme prioriza a legislação, mas atua em um espaço de educação não formal. Além disso, excede o papel de mediador e assume seu protagonismo como poeta e tradutor em uma relação direta com à comunidade surda, o *Surdus mundi* em que se inscreve.

Em (2) o poeta quebra com o discurso de homogeneidade entre a comunidade surda pelo emprego da palavra “geralmente”. A própria estética do vídeo com Castilho sinalizando e falando em português rompe com a rotulação social da mudez e designa um potencial comunicativo que está restrito a libras, tampouco ao português, mas pode, como nesse caso se valer de ambos. Valer-se do português como forma de expressão tem uma finalidade específica, ele não se dirige aos surdos exclusivamente, é dos ouvintes que ele chama a atenção ao denunciar os obstáculos que os surdos enfrentam cotidianamente.

Já em (3) ele realça um aspecto constitutivo das línguas de sinais, as expressões não manuais (Quadros e Karnopp, 2004). Sendo um dos parâmetros elementares da libras, as expressões não raramente são vistas com humor, taxadas de exageros ou desnecessárias pelo grupo dominante que desconhece a visualidade e organização espacial da libras. Castilho, no entanto, as emprega sem temor, como parte integrante da língua de sinais e de sua própria constituição.

Por fim, em (4) e (5) o educador denuncia a imposição hegemônica que situa o padrão biológico de audição como normalidade, em contrapeso com todos os demais aspectos anteriores que o qualificam como diferente em sua constituição exótica. O usar o espaço para uma produção também por meio da libras e simultaneamente com a língua oral desvela valer-se das ferramentas de condução que lhes são garantidas como rota de fuga para um posicionamento sócio-político consciente, isto é, uma forma de governo escorada em uma perspectiva *exótica de contraconduta*.

Neste capítulo apresento o levantamento basilar das produções teóricas que abordam aspectos da história da educação de surdos; aponto diferentes perspectivas sobre as línguas de sinais operadas pelas técnicas de governamentalidade. E indico a relevância das nomenclaturas para uma compreensão politicamente localizada das línguas de sinais a partir de algumas reflexões sobre a função das línguas na sociedade.

3. O enquadramento teórico das produções e as lentes de análises

*“Se você ficar sentado na soleira da porta por tempo suficiente, eu ousar dizer que você pensará em algo”
(Hobbit, 2012).*

Historicamente as concepções relacionadas às línguas de sinais assomam de contextos sociais e políticos bastantes distintos. No entanto, a história da educação de surdos e, por conseguinte a das línguas de sinais vêm se desenhando de forma relativamente linear perpassando um período que varia desde extermínio dos surdos na antiguidade até o seu reconhecimento como sujeito social na contemporaneidade.

Da mesma forma, filosofias específicas que orientaram o ensino e a aprendizagem dos surdos ao longo dos séculos partem de uma perspectiva de proibição dos sinais e foco na aquisição da língua oral, perpassam uma maior liberdade comunicativa com métodos combinados e por fim, a possibilidade de uso alternado da língua oral e da língua de sinais em diferentes momentos.

Essas filosofias educacionais, por sua vez, se fundamentam em diferentes eventos históricos em que decisões foram tomadas sobre os surdos e sua escolarização. Dentre esses eventos o chamado Congresso Internacional de Educação para surdos, ocorrido em Milão no ano de 1880 (Ines, 2011 [1880]) ergue-se com um marco negativo em que os surdos foram destituídos de alguns direitos conquistados, como o uso livre da língua de sinais nas escolas como língua de instrução ou mesmo a presença de professores surdos nestes espaços.

Não se pode negar as reverberações de Milão na educação de surdos, no entanto, as produções que o referenciam pouco têm se ocupado de analisar os fatores históricos, políticos e sociais por detrás das decisões lá pensadas e tomadas. Para além disso, silenciam a presença de eventos anteriores e posteriores, sobretudo aqueles organizados

por surdos ou que contaram com seções específicas com surdos e línguas de sinais no contexto de florescimento dessas discussões no cenário europeu.

Partindo desta percepção, Rodrigues (2018) em sua pesquisa de mestrado se debruça sobre documentos e registros históricos tencionando preencher algumas lacunas pouco exploradas nas pesquisas sobre educação de surdos. O autor não somente identifica, a partir de documentos internacionais uma série de congressos que precederam e sucederam a Milão, como também realiza um levantamento minucioso sobre o contexto histórico, político e social europeu que permeou tais eventos.

As descobertas feitas por ele, nos possibilitam assumir uma perspectiva mais abrangente também sobre a língua de sinais, além de sistematizar o processo investigativo de modo mais direto, buscando nos registros históricos listados, os desdobramentos discursivos que possibilitam, hoje, problematizar o lugar da língua de sinais no contexto social e educacional.

Dentre estes registros, as atas da Seção dos Ouvintes do Congresso Internacional para Estudo das Questões de Educação e Assistência de surdos Mudos¹², ocorrido em Paris em 1900, publicadas recentemente em língua portuguesa como parte da Coleção Histórica do Instituto Nacional de Educação de surdos (Ines, 2013 [1900]) dissolvem, em grande parte, afirmações descontextualizadas sobre a educação de surdos e a língua de sinais. Isso porque, durante esse evento realizado 20 anos após Milão, as discussões questionavam as decisões do evento italiano e contavam ainda com a presença de uma seção específica de surdos, o que coloca em xeque a ideia de homogeneidade no quesito instantaneidade da proibição das línguas de sinais no mundo recorrente na produção nacional.

Assim, é preciso considerar ainda o contexto político e social que atravessa os eventos centrados na escolarização de surdos sem perder de vista que, embora a conjuntura de florescimento da medicina e de supervalorização do campo da saúde no continente europeu fosse algo em progresso, os presentes nos congressos eram majoritariamente professores e gestores de instituições de educação.

As atas da Seção dos Ouvintes do Congresso de Paris evidenciam uma perspectiva de reconhecimento das línguas de sinais que antecede a obra, também recorrente nas publicações, do americano William Stokoe, cujos trabalhos, a partir de

¹² Do original em francês *Congrès International Pour l'Étude des Questions d'Éducation et d'Assistance des Sourds-Muets*.

1960 marcam formalmente na ‘literatura maior’ o processo de reconhecimento da língua de sinais americana – ASL, e reverberam sobre os estudos direcionados às demais línguas sinalizadas no mundo

Conforme Nascimento (2019, p. 51), nas atas do Congresso de Paris, as línguas de sinais são comparadas a dialetos menores como o basco e o bretão e não se discute, por exemplo as noções modernas de língua e linguagem, parte disso, “por não haver na ocasião suficiente episteme que permitisse tais indagações”, visto que os textos do Curso de Linguística Geral seriam publicados pouco mais de uma década depois como obra póstuma compilada pelos alunos de Ferdinand de Saussure.

Para além dos documentos históricos disponíveis na internet com maior facilidade de acesso tanto no Brasil quanto em outros países, a incursão histórica aqui pretendida se intersecciona com obras clássicas que figuram nas principais referências das produções brasileiras e podem, em certo ponto, corroborar as perspectivas históricas documentadas, pelo fato de alguns dos autores terem escrito sobre suas percepções e impactos vivenciados, sobretudo no contexto pós-Milão, tais como: Denison (1868), Groce (1952), Brill (1984), Lane (1984), Padden e Humphries (1988), Sacks (1989), Burch (2002), Ladd (2003), Betten (2013), Supalla e Clark (2015), Shea (2017).

O livro *Everyone Here Spoke Sign Language*, publicado por Nora Groce em 1952, abre caminho para as discussões acerca da compreensão de língua natural e bilinguismo. As narrativas trazidas pela pesquisadora evidenciam uma perspectiva de aceitação social da língua de sinais que independe dos mecanismos legais ou mesmo das pesquisas linguísticas minando a relação fronteira fincada entre surdos e ouvintes, em um ilha com alta incidência de surdez congênita hereditária.

Por sua vez, o trabalho de Sacks (1989) intitulado *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos* oferece um panorama histórico descritivo dos aspectos gerais sobre a surdez e a língua de sinais, considerando a perspectiva biológica em um primeiro momento e em seguida uma perspectiva social através da qual os movimentos políticos da comunidade surda tomaram forma. O trabalho de Sacks evidencia ainda o fortalecimento político atrelado a língua de sinais indicando movimentos de reivindicação da comunidade surda na e pela língua de sinais.

Já o livro *Deaf in America: Voices from a culture*¹³, publicado por Padden e Humphries em 1988, oferece uma visão *surda* sobre as pesquisas até então publicadas, alternando entre dados sistemáticos e narrativas da própria comunidade.

A sensibilidade do texto em termos de reconhecimento da língua de sinais pelos próprios surdos é intrigante e essencial para as discussões aqui pretendidas. Os autores questionam desde a escolha do nome até os aspectos culturais mais inatos dos surdos e suas relações com os ouvintes, também usuários da língua de sinais indicando de forma semelhante a Groce (1952) uma perspectiva mais naturalizada da língua em uso ao mesmo tempo que denota a marcação entre o *nós* e o *eles* pela percepção dos surdos.

Enquanto os relatórios de Groce (1952) apontam para uma relação harmônica entre surdos e ouvintes no contexto da ilha investigada, o trabalho mais recente de Shea (2017) foca justamente nas tensões demarcadas nas territorialidades surdas e ouvintes ao longo da história ao retomar o cenário sócio-político de Milão, a influência imperativa da religião hegemônica na Europa e principalmente os papéis desempenhados e os embates entre as personalidades envolvidas nas discussões lá realizadas.

Anteriormente, e de forma mais minuciosa, Paddy Ladd (2003), contribui para uma compreensão da surdez por um viés cultural e identitário analisando os efeitos das decisões tomadas sobre a educação de surdos em diferentes momentos, bem como os aspectos políticos nelas imbricados e as repercussões dentro da própria comunidade que conduziam também a diferentes formas de percepção dos surdos em relação à língua de sinais, inclusive do posicionamento de surdos de forma contrária a ideia de que se tratava de fato de uma língua.

Supalla e Clark (2015) destoam um pouco dos anteriores principalmente pela contemporaneidade da publicação. Os autores fazem, conforme o próprio título do livro indica, uma “arqueologia da língua de sinais” na busca por entender as raízes da língua de sinais americana e suas transformações a partir de registros contidos na Associação Nacional dos surdos – NAD.

Ocorre que, nesse processo arqueológico, os pesquisadores evidenciam as relações estabelecidas entre os Estados Unidos e diversos países, dentre eles o Brasil, narrando fatos como a visita de Dom Pedro II a associação e filmagens dos chamados

¹³ ‘Surdos nos Estados Unidos: vozes de uma cultura’ em tradução livre.

mestres da língua de sinais americana, curiosamente sendo esses mestres majoritariamente ouvintes.

Partir das obras mais antigas como Groce (1952) até o texto mais contemporâneo de Supalla e Clark (2015) permite retomar a hipótese de que a zona de fronteira estabelecida entre a língua oral e a língua de sinais, a noção de língua propriedade e o caráter exótico da libras pode ser algo construído historicamente e destoa das perspectivas das línguas de sinais presentes nos congressos e pesquisas mais clássicas.

Em outras palavras, a ideia reducionista de tomar a libras não somente como propriedade, mas objeto de emocionada admiração desvia de uma concepção que situa as línguas de sinais como línguas naturais, ainda que o termo cunhado historicamente não nem sempre seja esse nos discursos presentes nos documentos analisados.

Segundo Tore Janson (2012) as línguas são contingências da história e podem ser observadas em fluxo sendo utilizadas por grupos maiores ou menores e permanecendo restritas ou amplamente difundidas o que delimita, como tempo de sua existência, a vitalidade de seus falantes. O aspecto condicional para sua difusão decorre ainda de uma relação clara de poder estabelecida pelo grupo dominante e as forças de Estado que operam os mecanismos de governo no curso da história das civilizações.

As forças que atuam nesse processo são, portanto, determinantes no reconhecimento das línguas, isso porque, seu uso social não necessariamente implica no reconhecimento da língua como aspecto característico e de livre uso da nação. Por essa via, é possível depreender que as línguas constituem um elemento imanente nas formas de condução dos povos.

No que tange à educação de surdos, por exemplo, a possibilidade de escolarização na e pela língua de sinais era determinada pelas políticas de governo e as regularidades de práticas discursivas dos chamados especialistas. Ocorre que os interesses em relação as mudanças e proposições para o ensino de surdos se alinhavam ao interesse do Estado, agente financiador e regulador dessas políticas (Janson, 2012).

Nesse aspecto, fica compreensível o movimento das comunidades surdas em prol do reconhecimento das línguas de sinais pela ciência de que, é através desse reconhecimento que se instaurarão novas políticas condicionais para seu uso e difusão,

ou seja, os elementos necessários para sua sobrevivência. E pela ânsia, por vezes atropelada, pelo reconhecimento legal e documental da língua que as práticas de biopolítica se esgueiram simbioticamente como redes de captura e condução de sujeitos.

Uma vez capturados pelas novas políticas, parece haver pouco espaço para questionamentos numa relação em que ao mesmo tempo o Estado atende a reivindicação de reconhecimento de uma determinada língua e cultura, ele estabelece formas de subjetivação para os seus falantes materializadas em currículos de formação e perfis de atuação que marcam os lugares dos sujeitos.

É por essa via, por exemplo, que a ideia de um surdo atuando como tradutor e intérprete ainda é vista com certa estranheza. As políticas iniciais e os dispositivos legais no contexto da educação de surdos sempre marcaram a figura do intérprete como ouvinte e do instrutor ou professor de libras como surdo.

Nesse último caso, o movimento de *língua propriedade* (Nascimento, 2019) ganha ainda mais força pelo discurso de que apenas surdos devem ensinar a libras por dela serem falantes naturais e compartilharem de uma cultura visual tida como inacessível com a mesma potência aos ouvintes.

Logo, a contratação obrigatória ou prioritária de professores que são surdos para o ensino da libras configura uma prática de *governamentalidade democrática* (Carvalho e Gallo, 2020) à medida em que atende a reivindicação da comunidade surda provendo a ocupação de um lugar desejado sob a égide da garantia da difusão ‘apropriadamente’ da língua e da cultura surda.

Desta forma, retira a responsabilidade do Estado pelo oferecimento de formação e investimento na qualificação profissional, uma vez que o ensino pode ser feito por surdos que ‘possuem naturalmente’ domínio dessa língua. Esse discurso alinha-se às ações políticas de ‘mérito’ do sujeito advindo pelo seu ‘esforço’ individual na conquista do direito. Ou seja, o sujeito econômico, neoliberal, do qual Foucault (2010) no alertou e que, Avelino (2013) apresentou em suas análises da constituição do sujeito nas tramas *maquímicas* produzidas pela educação.

Ao mesmo tempo, estabelece um local específico para o qual a comunidade surda é conduzida, o lugar da docência não em seu caráter generalista ou pluridisciplinar, mas, especificamente para o ensino da libras. Na prática, tentativas de formações em outras áreas ainda que sejam no âmbito da licenciatura são marcadas por

frustrações quando as singularidades surdas não são observadas pela sua potencialidade anteriormente defendida o que reforça a restrição da língua de sinais como algo para a comunidade surda e um espaço a ser por ela ocupado, onde supostamente é o que lhe cabe.

Esse movimento parece contribuir para o processo de exotização da língua de sinais ao restringi-la em determinados espaços que não estão sendo ocupados pelos surdos. Distante desse convívio em diferentes esferas e que seria determinante para uma naturalização social da língua sinalizada e para o reconhecimento das singularidades surdas (Groce, 1952) outras concepções mais modernas acabam ganhando força nos movimentos e reivindicações assumindo agora uma concepção semelhante a uma língua-artefato.

Em um contexto de governamentalidade democrática, a diferença é percebida como uma forma de exercício de poder pela sua imanência desviante do padrão, ou seja, na construção da lógica pela diversidade (e não da diferença) que se unifica em padrões comuns pelos sujeitos que são aproximados e alinhados identitariamente (Carvalho; Gallo, 2020).

Nessa lógica a caracterização de uma língua como propriedade ou artefato cultural de uma determinada comunidade potencializa a percepção de seus falantes como ‘diferentes’ imprimindo sobre eles novos esforços de captura que assegurarão a continuidade das engrenagens das práticas de governo.

Outra percepção moderna sobre a língua de sinais pode ser observada no trabalho de Quadros (2017) quando a autora oferece a compreensão da libras como *língua de herança*, assim caracterizada no sentido de serem línguas que “no contexto sociocultural são dominantes diferentes da usada na comunidade geral [...], ideia de tradição herdada, assim como a ideia de patrimônio que remete à relação familiar” (p. 7). O pertencimento se coloca no nível da individualidade: o indivíduo merecedor, aquele constituído nas malhas do neoliberalismo. Na mesma lógica em que a cultura é tida como propriedade, a língua também o é.

Aqui a língua assume um caráter ligeiramente mais restritivo em relação a um grupo específico, o de filhos ouvintes de pais surdos. É uma herança passada de geração em geração o que novamente corrobora a ideia de posse, em apropriação semelhante à

jurídica e não meramente característica constitutiva, a qual Nascimento (2019) contrapõe em sua pesquisa.

Em ambos os casos, seja a língua compreendida como *artefato* ou *herança*, a percepção de sua exotização encontra potencial de evidência quanto descentralizamos a visão sobre seus falantes e as colocamos em contraste com as trajetórias históricas de outras línguas.

Pensando especificamente no Brasil, é possível observar movimentos históricos restritivos em relação a pluralidade linguística e que foram determinantes para a consolidação de um perfil politicamente monolíngue para um país de proporção continental marcado pelos movimentos migratórios.

As políticas linguísticas do Marques de Pombal no século XVIII, exploradas no trabalho de Fávero (2006) podem contribuir para uma visualização mais clara sobre a percepção de uma língua e as biopolíticas empregadas em ressonância com os interesses de governo de corpos do Estado – na construção ocidental da condução da população por meio da unificação de um sistema linguístico que facilitasse a produção e disseminação dos discursos reguladores.

Em um processo de reforma radical da base da Educação no Brasil sob o mote da valorização da nacionalidade e fortalecimento da língua portuguesa como única corrente nacional foi estabelecida:

[...] a proibição do uso das línguas gerais e das línguas indígenas, impondo a língua portuguesa como idioma geral. Para seu ensino introduziram-se duas escolas em cada povoação — uma para meninos e outra para meninas, para ensinar a ler, contar e Doutrina Cristã. O contar foi substituído nas escolas femininas por fiar, fazer renda, costurar e «todos os mais mistérios próprios daquele sexo (Fávero, 2006, p. 521).

Pelo registro de Fávero (2006) é possível observar a materialização de biopolíticas, isso é, instrumentos de condução de grupos de sujeitos de forma alinhada aos interesses do Estado e de sua racionalidade vigente. A supressão de outras línguas que não fossem a língua da colônia alude diretamente aos movimentos de supressão das línguas de sinais no mundo, porém sob argumentos que hora se cruzam hora se distanciam.

A defesa da língua portuguesa como língua única no Brasil se escorava na suposta unidade e sentimento patriota que fortaleceriam o país e se materializa

imediatamente nas propostas educacionais, nos currículos, materiais empregados sendo, portanto, revestida por um ideal pedagógico de governo para população, por meio do sentimento nacionalista produzido no ‘patriotismo’.

De forma semelhante, a defesa dos métodos envolvendo as línguas orais e a supressão parcial ou total das línguas de sinais eram também revestidas de um ideal pedagógico sob o mote de que somente por essa via se alcançaria uma unidade entre surdos e ouvintes em termos de comunicação.

Em ambos os casos, a delimitação da língua a ser trabalhada na escola e usada por cada grupo resulta de uma intervenção direta de uma política de governo imposta pelo Estado. Pelas políticas de Pombal, qualquer língua que não fosse a definida pela coroa não poderia contribuir para esse sentimento de unidade. A língua é uma e a do Brasil, é nossa. As demais são deles, ineficazes e ainda que belas, perigosas em sua exotividade pelo risco de romper com as práticas de governo. Desse modo o inglês, o italiano, o alemão, o holandês, as línguas africanas e indígenas passam a ser compreendidas como línguas exóticas à política nacional por destoarem do padrão de unidade esperado pelo império.

Ainda que as sanções para os que desafiassem a imposição variassem do banimento social à morte, o discurso se mantinha em uma espécie de benevolência já que o português era oferecido como a melhor e mais potente alternativa para a consolidação da nação.

Imposições legais sejam de proibição ou de reconhecimento e uso são instrumentos complexos de governo e materialização de biopolíticas. Em se tratando do uso, apesar dos possíveis benefícios de reconhecimento legal para difusão da língua, é preciso pensar até que ponto a imposição legal da libras em determinados contextos tem sido absolutamente positiva nesse processo.

É preciso considerar, por exemplo, que o aparato legal brasileiro vem se modernizando nesse sentido com proposições bastante específicas no que diz respeito à educação de surdos para uma *governamentalidade democrática* inclusiva necessária para o presente (Carvalho; Gallo, 2020).

No entanto, a mesma lei que reconhece a libras não a caracteriza, senão pela descrição do acrônimo, como língua e reserva a ela a definição “forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura

gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (BRASIL, 2002).

Essa definição não é empregada de forma semelhante a nenhuma outra língua em território nacional, aliás, não há um instrumento legal que ofereça uma definição para a língua portuguesa, mesmo sendo a única oficial, no âmbito federal. Saber disso pode nos conduzir a pensar até que ponto é necessário o reconhecimento legal de uma língua, ou ainda, até que ponto seu reconhecimento legal ocorre de modo simultâneo ao seu reconhecimento social.

Pensando no cenário internacional, é perceptível que o reconhecimento legal das línguas de sinais vem ocorrendo de modo diferente do Brasil, conforme relatado no livro *The legal recognition of sign languages: advocacy and outcomes around the world*¹⁴ (Meldeur; Murray; Mckee, 2019). A obra descreve de forma objetiva o processo de reconhecimento legal da língua de sinais em 19 países espalhados por todos os continentes.

Embora todos os países mencionados tenham tido o reconhecimento legal de suas respectivas línguas de sinais marcados por intensos movimentos e reivindicações das comunidades surdas, o fluxo de reconhecimento difere de modo marcante entre eles.

No Brasil, os dispositivos legais foram decisivos para inserção dos surdos nos espaços educacionais e pelas discussões em torno da acessibilidade e formação dos profissionais que irão atuar na educação de surdos. Em contrapartida, na Coreia, a inserção dos surdos nestes espaços e as discussões sobre uso e difusão da língua de sinais antecederam a legislação, visto que o reconhecimento legal da língua de sinais coreana só aconteceu em 2016 (Meldeur; Murray; Mckee, 2019).

O diferencial, no contexto brasileiro, é evidenciado pela lacuna entre a teoria e a realidade e também nos resultados alcançados na educação de surdos nesses países cujas línguas de sinais foram reconhecidas posteriormente ao Brasil. O que evidencia dentre outras coisas, o distanciamento entre o reconhecimento legal e o reconhecimento social das línguas de sinais, isto é, até que ponto os mecanismos legais são determinantes para consolidação das línguas de sinais enquanto línguas humanas, naturais.

Assumir essa investigação parece oportuno, dado o contexto atual de emergência de políticas bilíngues para surdos no contexto da Educação Especial e a expansão e

¹⁴ 'O reconhecimento legal das línguas de sinais: defesas e conquistas pelo mundo' em tradução livre.

difusão da língua de sinais, bem como o volume considerável de produções brasileiras que versam sobre esta temática.

Refletir sobre esses dados mostra-se ainda relevante por suas possíveis contribuições na compreensão dos deslocamentos da educação de surdos em relação à Educação Especial e Inclusiva. Isso porque entender a libras como língua natural através da qual os sujeitos surdos se constituem cultural e socialmente afasta-se da mera noção da deficiência e instaura uma nova fronteira de diversidade linguística e cultural (Zambrano e Pedrosa, 2019) tal qual ocorre com estrangeiros ou indígenas (Nascimento, 2019).

Essas discussões podem nos lançar a um olhar mais atento sobre os efeitos desses deslocamentos, sobre as relações de poder que se estabelecem entre línguas e culturas e avaliar até que ponto as práticas discursivas da própria comunidade surda têm contribuído em menor ou maior grau para a condução, o fortalecimento e manutenção desta perspectiva exótica sobre a libras.

Tendo em vista o potencial crítico da investigação, Michel Foucault oferece a governamentalidade e a biopolítica como ferramentas teórico-metodológicas as quais podemos empregar como lentes de análises das práticas discursivas documentais, bibliográficas e espontâneas. Enquanto as práticas discursivas documentais podem auxiliar na constatação de tipos de governo ao longo da história, as últimas servem como exemplo condicional da naturalização das biopolíticas resultadas das formas de condução de corpos.

A postura investigativa arqueológica inspira a pesquisa na busca por compreender o processo de construção dos saberes que resultaram em diferentes perspectivas sobre a língua de sinais e sobre a educação de surdos, suas singularidades e diferenças que permitiram tanto a condução das perspectivas surdas sobre si mesmo e sobre a língua de sinais quanto provocaram elementos de ruptura em relação a elas instaurando linhas de fuga como as noções de língua natural, propriedade, artefato ou herança.

Por esse caminho, a ideia de arqueologia sistematiza um fazer metodológico e se alicerça em procedimentos que descrystalizam e desnaturalizam determinados eventos tomados como históricos.

Parte disso se deve ao fato de que, o simples ato de retomar as verdades historicamente cristalizadas, pondo-as a prova, revela, pela analítica do poder em Foucault, um “enfrentamento belicoso das forças” (Foucault, 2005, p. 24), sobretudo no contexto atual fortemente marcado por polarizações, bem como possibilita compreender o percurso social que permitiu determinadas práticas discursivas emergirem e as técnicas de silenciamento de outras tantas vozes locais.

A retomada presente nos três últimos séculos nas circularidades discursivas em relação aos surdos, solidifica uma grande muralha em que desvincular-se da ideia hegemônica pode ser percebido como um movimento radical de oposição a ela.

Ao mesmo tempo, os saberes hegemônicos dos e sobre os surdos legitimam a valorização de formas muito específicas de ser surdo, ao ponto de que, um distanciamento identitário ou mesmo fisiológico dessa forma eleita como a ideal, implica em processos de afastamento ou estrangeiramento dos sujeitos (Deleuze e Guatarri, 1997), como é o caso de surdos oralizados, implantados o que denota não somente a emergência de múltiplas *subjetividades* como de *territorialidades* surdas (Cabello, 2021).

No campo das filosofias das diferenças, Deleuze e Guatarri (1997) compreendem território como um espaço subjetivo de ‘vida’ no qual se encontra uma sensação de conforto pela confluência de representações de comportamentos e aspectos sociais, culturais, estéticos e cognitivos (Rolnik e Guatarri, 2005, p. 388). Partindo dessa noção de território como um local de confluência de subjetividades, a heterogeneidade (surdos sinalizadores, surdos oralizados, surdos implantados, pessoas com deficiência auditiva, entre outros) presente na comunidade surda catalisa deslocamentos entre diferentes territórios surdos (Cabello e Martins, 2021).

Essa ideia lança luz para compreensão, em parte, acerca dos embates dualistas em relação a surdez como deficiência ou diferença. Os discursos que marcam a surdez como diferença parecem alcançar um estado de suspensão em determinados momentos em que se valem políticas de ação afirmativa corriqueiras, como é o caso do atendimento preferencial, utilização do passe livre ou mesmo o interesse em proposta de legislação que inclua os surdos entre os beneficiários de isenção de Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI.

Esse ‘abandono’ momentâneo de um dado território surdo marcado pela política e defesa da surdez como diferença em direção ao território do surdo como pessoa com deficiência ilustra o conceito de desterritorialização e *re-territorialização* com outros marcadores existenciais (Guatarri, 1987).

Concomitantemente, a produção de uma subjetividade surda ‘modelo’ e os processos de rejeição que emergem do distanciamento desse modelo podem evidenciar um processo de outra territorialização, ou seja a produção de um novo território, o território do surdo sinalizante.

Esses deslocamentos mostram-se pertinentes para a intersecção com a *governamentalidade democrática* (Gallo, 2012; Cabello e Martins, 2021). Esse conceito, cunhado por Gallo, indica um movimento de captura engendrado numa maquinaria de manutenção dos eixos da governamentalidade que, para o autor, apresenta uma dupla dimensão:

[...] A governamentalidade política, articulada ao governo dos outros, ao exercício do controle social; e uma governamentalidade relativa às técnicas de si, esta permitindo a construção de estratégias de resistência ao governo político [...] (Gallo, 2012, p. 16)

Retomando os deslocamentos de *territorialização* e *desterritorialização* é possível observar neles “uma complexa rede microfísica que atende à conformação dessa governamentalidade” (Gallo, 2012, p. 16). A microfísica, nesse caso, representa as relações integradas ao Estado, mas também as que se dão para além da governamentalidade operante exercida por ele e revelam mecanismos menores, mas não menos poderosos em termos de condução, que se instituem no centro dos territórios re-territorializados com novas pautas que emergem nas/das comunidades surdas (Cabello, 2021).

Padden e Humphries (1988, p.13), em uma perspectiva semelhante à do poder como operador lógico da biopolítica, refletem sobre as multiplicidades subjetivas e territoriais, porém, especificamente pela ótica dos surdos em relação aos ouvintes. Eles nomeiam esse processo de mudança no *centro diferencial*¹⁵, que consiste na forma de os surdos perceberem os ouvintes semelhante à que alguns ouvintes percebem os surdos.

¹⁵ ‘*Different center*’ em tradução livre.

Para ilustrar essa ideia, os autores trabalham com narrativas de famílias compostas por surdos e usuários de sinais. Nessas narrativas eles revelam que entendiam que o fato de os ouvintes não usarem sinais e sim os lábios consistia em uma desvantagem e impossibilidade de se fazerem entendidos, já que fugia do que para eles era o mais natural e óbvio, isto é, as interações diretas pela língua de sinais (Padden e Humphries, 1988).

Para eles, a língua de sinais mostra-se uma força constitutiva que leva a se descobrir enquanto sujeito surdo. Nesse caso, o dualismo surdo/ouvinte emerge da ideia de oposição da própria subjetividade, ou seja, ser ouvinte significa, para as crianças entrevistadas, não sinalizar e, portanto, não sinalizar implica em não ser surdo. Essa percepção fica mais evidente quando as crianças discutem se um amigo ouvinte chamado Michael, é surdo ou ouvinte ao que uma delas afirma que ele é surdo porque usa sinais.

Vale ressaltar que, enquanto produção filosófica, Foucault não se debruça necessariamente sobre os aspectos de análise linguística ou sociolinguística, porém, não se isenta de reconhecer a importância da linguagem para as reflexões e as reverberações delas na constituição do tecido social e nos mecanismos discursivos que imperam na governamentalidade.

Certamente, nos interessamos pela linguagem; no entanto, não por termos conseguido finalmente tomar posse dela, mas antes porque, mais do que nunca, ela nos escapa. Suas fronteiras se desmoronam e seu calmo universo entra em fusão; se estamos submersos nela não é tanto por seu rigor intemporal, mas pelo movimento atual de sua onda (Foucault, 2000, p. 72)

Essa fusão e desmoronamento de fronteiras, seja pela ideia de mudança do centro diferencial ou deslocamentos de poder viabiliza alicerçar as análises aqui realizadas compreendendo os riscos de pensar novas possibilidades e de entender os saberes que conduziram às práticas discursivas hegemônicas no contexto da educação de surdos e que têm provocado deslocamentos no campo da Educação Especial.

Esses deslocamentos, por sua vez, revelam práticas de biopolíticas, isto é, formas de exercício de poder com vistas à constituição de modos de condução numa lógica neoliberal integrando grupos com finalidades orquestradas de acordo com interesses políticos e econômicos vigentes (Foucault, 2008).

No cenário atual, essa problemática pode ser observada em movimentos diversos em constante embate. De um lado há uma defesa de que a escolarização de surdos permaneça em junção com o público alvo da Educação Especial. Do outro há a defesa de organização de escolas bilíngues que supram as especificidades linguísticas e culturais dos surdos (Fernandes, 2003; Lopes e Veiga-Neto, 2017; Campello e Rezende, 2014).

Na mesma esteira, o convencimento deliberado por meio da língua de sinais desponta como uma estratégia eficiente no cenário político, com a presença intencional de intérpretes em um dado pronunciamento e omissão em outros; nas mídias, com utilização da libras em vídeos, clipes e propagandas em um esforço deliberado de se posicionar de forma inclusiva; na academia – com as discussões sobre o método ‘mais adequado’ para o ensino; no mercado de trabalho – com a seleção de determinados tipos de surdos para funções mais ou menos valorizadas.

Nada disso pode ser visto como inédito o que é possível de ser corroborado por uma consulta rápida às atas dos congressos ocorridos no século XIX e início do século XX, sobretudo naqueles em que se discute a necessidade de manutenção de políticas de assistencialismo em relação aos surdos ou mesmo formas de escolarização voltadas para a formação de mão de obra produtiva para os interesses do mercado.

Cito um recorte dos registros do Congresso de Paris (Ines, 2013 [1900]) em que o direcionamento para formação escolar força uma classificação categórica dos surdos como inteligentes ou retardatários, reservando a cada qual uma possibilidade de escolarização diferenciada.

O ensino de surdos-mudos, tal como entrevejo e desejo, deveria comportar três categorias de estabelecimentos:

Para os inferiores, o ensino agrícola, não quero dizer que a ciência agrícola possa passar sem uma mente aberta, mas a cultura da terra permite a utilização dos braços;

Para os de inteligência média, os estudos profissionais tais como os que oferecemos hoje;

Para as inteligências dotadas, o ensino secundário (Ines, 2013 [1900], p. 11)

Esse fenômeno de captura e condução pode ser observado nas práticas discursivas modernas com direcionamentos que envolvem, inclusive, o próprio domínio da língua de sinais quando se direciona os surdos para formação em licenciatura. Uma

materialização disso pode ser observada no recorte do Edital Nº 43/2022¹⁶ da Universidade do Estado do Pará – UEPA em que se lê.

1.1. O PROCESSO SELETIVO ESPECIAL EXCLUSIVO PARA PESSOAS SURDAS PARA O CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LIBRAS 2022-4 – PROSEL/2022-4 é regido por este Edital, conforme o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Programa Viver sem Limite (Decreto Federal nº 7.612/ 2011), que prioriza o acesso das pessoas com deficiência à Educação Básica e Superior e será executado pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, por meio da Diretoria de Acesso e Avaliação – DAA e acompanhado pela Comissão Permanente de Acesso ao Ensino Superior – COPAES da UEPA (UEPA, 2022, p. 1)

A priorização e a exclusividade sob o mote de reparação de direitos e possibilidade formativa, camufla uma forma de *governamentalidade democrática* que captura os surdos para esse campo – o que satisfaz, a priori, os interesses da comunidade, sem que se questione o território engessado no qual são lançados os surdos e a língua de sinais.

Não localizei no site da Universidade Estadual do Pará um edital de seleção para cursos de graduação em outras áreas que fosse exclusivo para candidatos surdos. Não se trata aqui de uma crítica que diminua a ação afirmativa da instituição no sentido de, dentro dos pressupostos legais, fomentar o ingresso de alunos surdos no curso. Importa, para fins de análise nesta pesquisa apontar que o mesmo mecanismo não se estabelece para outras áreas, o que configura uma biopolítica da governamentalidade democrática.

Se por um lado se compreende atualmente o potencial linguístico e cultural da língua de sinais no campo legal, a jornada em prol do reconhecimento social mostra-se ainda extensa nessa constante e tensa relação de fronteiras entre a língua oral e a de sinais que reverberam em práticas, ora sutis ora escancaradas de governo dos surdos e aprisionamentos de identidades quando se dobram a um discurso hegemônico que na contramão do que se espera, estabelece novas caixinhas ou categorias nas quais os sujeitos devem se adequar.

Novamente, essa situação representa uma regularidade discursiva quando encontramos no arquivo registros diversos no qual se estabelecem categorias de capacidades de aprendizagem e que delimitavam o tipo de formação e ‘condução’ de

¹⁶ O edital integral pode ser acessado em: <https://www2.uepa.br/prosel/wp-content/uploads/edital432022.pdf>

surdos em diferentes épocas e os interesses de uma formação voltada para o trabalho, conforme apresento na tabela a seguir.

Quadro 1– Recortes de categorização pela noção de capacidade dos surdos

Documento	Ano	Prática discursiva
Relatório de Edwin John Mann sobre educação de surdos e internatos de educação nos Estados Unidos. (Man, 1836, p. 32)	1836	Na instrução por meio dos sinais, alunos com inteligência inferior ou idade avançada que não permitissem a aprendizagem da língua escrita recebiam previamente formação religiosa para que os ajudavam a desenvolver hábitos corretos.
Relatório de James Denison sobre os trabalhos do comitê executivo (Denison, 1868, p. 199)	1868	O trabalho como forma de instrução apresenta uma variedade quase infinita de possibilidades com extensão ilimitável. Seus benefícios estão ao alcance qualquer surdos, tal qual para seus colegas ouvintes em capacidade laboral.
Compilação de Richard G. Brill sobre congressos internacionais (Bril, 1984, p. 7)	1964	Os mais proeminentes defensores do método oral acreditam que toda criança surda de inteligência normal pode aprender a vocalizar e a realizar leitura labial.

Fonte: elaborado pelo autor.

Esses recortes ilustram diferentes possibilidades categorização. No primeiro documento na interface com o ensino da religião, então percebida como alicerce para a constituição dos pressupostos básicos de cidadania e civilidade. Quando tido com menos inteligência, a aprendizagem de hábitos cristãos era tida como uma prática de regulação salvacionista.

No relatório de Denison há uma defesa para formação específica para o trabalho exaltando a capacidade dos surdos e a necessidade de que eles fossem inseridos no mercado de trabalho. Não há uma menção direta sobre categorias entre surdos, mas entre surdos e ouvintes no processo de escolarização. A demanda de Denison para fins de trabalho denota que nesse momento ela ainda não era oferecida aos surdos que concluíam seus estudos básicos ao contrário do que vinha ocorrendo com os pares ouvintes.

Já na compilação de Brill a categorização se manifesta também voltada para uma classificação de inteligência. O não sucesso do método oral era frequentemente atribuído às capacidades cognitivas do indivíduo. Assim a responsabilidade não era creditada a ineficácia do método, mas dos sujeitos.

É preciso ressaltar que a noção de inteligência ao longo dos séculos XVIII-XIX continha uma dupla dimensão. A primeira atrelada ao potencial cognitivo pela ótica da medicina e que resultava no diagnóstico de capacidade quando provido de todo o aparato biológico em pleno funcionamento e dentro de um padrão de normalidade. A segunda regulada pela capacidade de mensuração da aprendizagem de conhecimentos a partir de metodologias comuns.

Em se tratando dos surdos, o termo antigo em inglês *deaf and dumb*¹⁷ ilustra bem essa percepção bidimensional sobre a inteligência pela adição do termo “*dumb*” à surdez. Isso porque não somente o potencial de inteligência dos surdos era medido pelos instrumentos didáticos regulares utilizados para os ouvintes e em associação direta com a fala oral, como também o diagnóstico da incapacidade advinha dos resultados de avaliações biológicas e de aprendizagem. O ‘idiota’ em questão remete tanto a ignorância de conhecimentos quanto a incapacidade que se suponha ser oriunda da surdez.

Pensando no cenário moderno, o Decreto 5.626/05 estabelece também uma categorização que define quais sujeitos serão enquadrados como surdos nos termos da legislação em uma junção que denota a relação educação-saúde, porém considerando a capacidade auditiva e não a da fala.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Brasil, 2005, p. 1).

Para pensar essas possibilidades que situem diferentes formas de se conceber, compreender-se e transitar entre/para subjetividades e formas de ser surdo, busco no campo das filosofias da diferença, mais especificamente nos trabalhos de Giles Deleuze,

¹⁷ ‘Surdo e idiota’ em tradução livre.

compreender afinal o que caracteriza a diferença e de que modo ela implica na constituição de subjetividades outras. Para ele, o conceito de diferença “não se reduz a uma diferença conceitual, assim como a essência positiva da repetição não se reduz a uma diferença sem conceito” (Deleuze, 2018, p. 34).

Chegar a uma definição mais objetiva em relação à ideia de diferença constitui um grande desafio considerando a multiplicidade de elementos que compõe os sistemas nos quais as diferenças são produzidas e significadas, no entanto, meramente associá-la a repetição ou reproduções de modos de agir como forma de caracterização da comunidade certamente mostra-se uma prática que coloca em risco a própria diferença enquanto elemento constitutivo de outras possibilidades de ser e estar nessas comunidades.

É sob essa égide que autores como Lane (1984) e Monaghan *et al* (2002) discutem elementos constitutivos e de percepção em relação aos sujeitos surdos, em síntese, um conjunto de elementos cuja essencialidade não repousa em uma identidade hegemônica, mas justamente na possibilidade de romper com hegemonias, não se amordaçar, seja pela ótica ouvinte colonialista ou mesmo pelas práticas de governo que emergem entre os próprios surdos. Em todo o caso, ambas as formas de condução se associam às práticas de governamentalidade democrática e inclusiva.

Monaghan *et al* (2002), mais especificamente, estende o escopo de análise para além de um lar de surdos como fazem Padden e Humphries (1988). Os autores rompem as fronteiras intercontinentais trazendo elementos políticos, históricos, educacionais e sociolinguísticos que possibilitam *muitas formas de ser surdo*¹⁸.

No que tangencia a educação de surdos no curso da história, a questão da língua sempre desponta como a pedra central no direcionamento das práticas discursivas e nas formas de condução. Isso é, as discussões desde a concepção de surdez ao reconhecimento das línguas e a propriamente constituição dos sujeitos surdos evocam inevitavelmente uma língua de sinais. Tais tecnologias de condução se alinham ao que nomeio aqui por *exotização docilizadora*.

Diante disso, busco discutir a seguir de que modo as línguas ao longo da história se evidenciam também como ferramentas de governo e a que elas servem no que diz respeito a constrição social, política e cultural de uma dada sociedade.

¹⁸ Em referência ao título original da obra “*Many ways to be deaf: international variation in Deaf Communities* (Monaghan *et al*, 2002)

3.1. A função das línguas na história e na sociedade

“Eu acredito que o pior já passou” (HOBBIT, 2012).

Em seu livro ‘Linguagem: a história da maior invenção da humanidade’, o linguista Daniel Leonard Everett (2017) nos convida de forma despretensiosa a pensar a relação entre língua e a sociedade. Pelas veredas da sociolinguística, o autor enuncia que “a linguagem não começou integralmente quando o primeiro homínido proferiu a primeira palavra ou sentença. Ela começou de verdade com a primeira conversa, que é tanto a fonte quanto a meta da linguagem” (Everret, 2017, p. 23).

Por muito tempo as indagações sobre as origens das línguas se pautaram tão somente em especulações fortemente influenciadas, sobretudo, pela fé cristã que nublava caminhos investigativos que se ancorassem em dados e evidências. Não é à toa que a própria fundação do mundo pela ótica do criacionismo já se escorava em uma perspectiva de língua quando no registro bíblico aparece “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus” (Jó. 1:1).

É interessante notar que em boa parte das traduções para o português brasileiro a escolha lexical tenha sido a de uma categoria gramatical com potência de ação ou mesmo fenômeno natural. De forma comparativa entre diferentes línguas é possível observar que no grego emprega-se *Λόγος* que pode ser transliterado como *lógos* e traduzido como discurso ou palavra. No latim emprega-se *Verbum* que pode ser traduzido como palavra ou razão. Já no inglês, a versão traduzida pelo Rei Tiago conservou *Word* como escolha de tradução retomando o aspecto semântico genérico de *palavra* ao mesmo tempo em que possibilita traduções de caracterização divina como *promessa*.

Por muito tempo, a ausência de dados empíricos que corroborassem a genealogia das línguas encontrou na explicação mística um sólido e insistente argumento. O que delimitava, sobretudo na ótica cristã, uma explicação mitológica sobre a formação e organização das línguas. Para Everett (2017, p.31) bastava o argumento de que se Deus tudo criou, é evidente que também tenha criado a primeira língua. Mais especificamente o hebraico, a língua sagrada primordial, do divino.

O linguista (2017, p. 32) narra ainda que as teorias por essa via se intensificaram de tal forma que em 1866, a Sociedade Linguística de Paris passou a se negar a publicar

artigos sobre a origem da linguagem. O banimento não durou muito tempo e ao longo dos séculos seguintes as teorias tornaram-se menos especulativas, no entanto, ainda hoje, a origem das línguas é marcada por mistérios não resolvidos e constantes teorias.

O que se sabe, segundo Cabrera (2016, p. 26) é que o surgimento das línguas tal qual as conhecemos se deu, sem sombra de dúvidas, por meio de forças evolutivas. Para os psicólogos Clark e Clark (1977, p. 17) as “línguas são historicamente criadas, não inventadas por indivíduos”. Essa definição mais assertiva decorre da observação das interações humanas em função das demandas que emergem e que são comunicadas pela linguagem. A língua não emerge num vácuo comunicativo, mas da necessidade comunicativa e é moldada pela perspectiva do outro com quem se comunica.

Por esse prisma Clark (1996, p. 3) enuncia que “a língua é uma atividade social e, portanto, uma forma de ação conjunta”. É também por esse princípio que Everett (2017, p.4) discorda do texto bíblico ‘No princípio era o Verbo’ com um enérgico: “Não, não era!”. Pela razão, se não havia um coletivo social humano constituído não haveria possibilidade de organização de uma língua em um vazio, daí a fragilidade da teoria. Soma-se à isso a resistência em reconhecer que o texto de Jó só deveria ser considerado no sentido metafórico e não como evidência contundente e explicativa para a emergência de uma língua.

Essa conjectura de emergência da língua de modo condicional ao desenvolvimento humano e mais especificamente das formas de organização social indicam o caráter indissociável entre língua e sociedade, relação essa que, em resposta a provocação do sociolinguista Fernando Tarallo¹⁹ (1990) nem sempre é óbvia.

Nessa indissociabilidade, é possível inferir que a evolução integral das línguas acompanha a própria evolução das sociedades humana. No entanto, conforme nos alerta Émile Benveniste (2006, p. 98) “[...] a língua pode acolher e nomear todas as novidades que a vida social e as condições técnicas produzem, mas nenhuma destas mudanças reage diretamente sobre sua própria estrutura.”.

Isso significa que a estrutura elementar que permitiu a emergência de uma determinada língua e a sustenta por toda sua existência permanece inalterada ainda que seu processo comunicativo e lexical se expanda indefinidamente frente as demandas

¹⁹ Em seu livro “A pesquisa sociolinguística” o autor pontua que a relação língua e sociedade precisa ser o ponto de partida das análises gerando a reflexão sobre a obviedade dessa máxima.

que surgem no decorrer do tempo. Sabendo disso, não haveria possibilidade de determinar uma língua como mais ou menos avançada que outra visto que elas atendem especificamente a necessidade temporalmente localizada de seus falantes.

Mas se a língua se caracteriza pela relação estabelecida pelos seus falantes e exerce entre eles uma força evolutiva de unidade cultural, ela faz também emergir um emaranhado de fronteiras entre falantes de línguas diferentes. Isso porque, conforme nos explica Janson (2012, p. 32) “As línguas não são apenas sistemas de comunicação entre indivíduos. Uma língua é usada por um grupo e é uma parte importantíssima da identidade e cultura desse grupo”. [...] O número de falantes e o poder político-econômico que representam num cenário, por sua vez, podem ser determinantes para a difusão linguística e cultural inclusive pelas vias da restrição ou imposição.

O caráter nacionalista exacerbado atrelado a essa unidade cultural compartilhada por meio de uma língua pode, por vezes, atingir proporções destrutivas, preconceituosas e racistas na relação entre contatos, como se a presença de uma língua deslocada de seu ‘espaço natural’ representasse uma ofensa ou ameaça ao território marcado pela hegemonia de outra língua e cultura.

Guy (2010) comenta sobre essa tensão entre línguas em contato no cenário estadunidense em que a população latina, hispânica e afro-descendente representa uma fatia significativa no país. O autor menciona especificamente a variante inglês afro-americano – IAA, tratada predominantemente de forma negativa no país com termos do tipo “quebrado, incorreto, mal-educado, deformado e sem lógica” (p. 28).

Fouka (2020) retoma um cenário antigo de dominação pós-guerra ao tratar da resistência dos imigrantes germânicos diante das políticas restritivas de proibição da língua alemã nas escolas americanas no contexto pós I Guerra Mundial. Após terem sua língua barrada nas escolas estadunidenses, foi observado uma queda no número de voluntários para servir na II Guerra Mundial, bem como um aumento de matrimônios restritos ao grupo étnico alemão seguido de escolhas de nomes de origem alemã para os filhos que nasciam.

Barbosa da Silva (2019, p. 325) relata a colonização linguística que impregnou a Oceania de forma mais intensa no século XIX. A chegada de missionários católicos e protestantes oriundos da Europa, dos Estados Unidos e até mesmo de países da própria

Oceania provocou uma aceleração no processo de assimilação²⁰ linguística (Guy, 2010) no continente.

Mariani (2004, p. 28) esclarece que a colonização linguística:

[...] produz modificações em sistemas linguísticos que vinham se constituindo em separado, ou ainda, provoca reorganizações no funcionamento linguístico das línguas e rupturas em processos semânticos estabilizados. Colonização linguística resulta de um processo histórico de encontro entre pelo menos dois imaginários linguísticos constitutivos de povos culturalmente distintos — línguas com memórias, histórias e políticas de sentidos desiguais, em condições de produção tais que uma dessas línguas — chamada de língua colonizadora — visa impor-se sobre a(s) outra(s), colonizada(s).

Esse processo de reorganização não decorre de uma necessidade comunicativa orgânica e sim de uma visão violenta na qual os sistemas linguísticos locais são tidos como inferiores ou insuficientes para o compartilhamento de saberes tradicionais e hegemônicos do grupo dominador, o que Mariani (2004, p. 25) denomina como “ideologia do déficit”.

Essa lógica institui biopolíticas marcadas pelo convencimento através da lógica de uma suposta modernização necessária que provoca um silenciamento gradual entre os falantes de outras línguas. A nível de resistência dos falantes torna-se então decisivo para o destino das línguas que pode resultar na utilização de um *pidgin*, em processos de criouliização ou mesmo o extermínio das línguas.

Algo semelhante pode ser observado na história do Brasil durante o processo de colonização dos povos indígenas pelos missionários europeus com a instauração das políticas linguísticas de Pombal já mencionas e a publicação do “Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão”, redigido pelo irmão de Pombal e aprovado pela coroa portuguesa em 1758 (Fávero, 2006)

O relato de Silva (1830 *apud* Fávero, 2006, p.1) detalha o cenário Brasileiro à época.

²⁰ O autor utiliza o termo ‘*melting pot*’ que em tradução livre pode ser entendido como ‘caldeirão’. Os termos dissociados representam respectivamente ‘derretimento’ e ‘recipiente’. A semântica, em ambos os casos realça bem o processo de assimilação linguística considerando metaforicamente o processo de derretimento em que ao misturar mais de um elemento, o de menor proporção tende a se diluir e desaparecer ou, a depender do volume, provocar alterações no elemento dominante.

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos Povos conquistados seu próprio idioma, por ser indisputável, que esse é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando, pois, todas as Nações polidas no Mundo este prudente, e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros Conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservaram. Para desterrar esse perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertenceram às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da Língua própria das suas Nações, outra chamada Geral; mas unicamente da Portuguesa na forma que sua Majestade tem recomendado em repetidas Ordens, que até agora não se observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado (Silva, 1830, p. 189)

Os termos ‘diabólica, sujeição, abuso e ruína espiritual’ empregados no relato de Silva refletem a extensão supressora da governamentalidade pela violência e atropelamento identitário e cultural. Com o ‘derretimento’ das línguas diante das políticas de colonização derrete-se também as marcas socioculturais que constituem os povos, seus nomes, seus registros. Tais estratégias apresentadas anteriormente são tecnologias agenciadas para a aqui denominada *exotização colonial*.

3.2. Os nomes das línguas e a semântica discursiva a partir deles

Segundo Janson (2012, p. 32) [...] o “nome de uma língua é também um aspecto chave da sociedade em que a língua é usada, o que implica em afinidade social e/ou política e uma cultura comum. [...] as línguas e seus nomes são fatos sociais”. Isso significa que falar sobre a língua resulta em falar sobre a autonomia de seus falantes e as identidades atreladas a ela.

O distanciamento atlântico do Brasil em relação a Portugal, mesmo perdurando quase três séculos de colonização violenta e exploratória, somado a extensão continental do país e multiplicidade étnica, linguística e cultural de seu povo, provocou mudanças significativas na língua portuguesa pela relação de contato multicultural e multilíngue e

pelas demandas de uso em um território geográfica e estruturalmente diverso de seu colonizar.

Atualmente, o distanciamento entre a língua portuguesa falada no Brasil e a língua portuguesa falada tanto em Portugal quanto em outros países lusófonos como Moçambique, Angola e Guiné Bissau extrapola a questão física transatlântica considerando ainda que a população Brasileira é 10 vezes maior que a de Portugal e 8 vezes maior que a de Moçambique (segundo país lusófono mais populoso).

Soma-se a isso o crescimento socioeconômico do Brasil nos últimos dois séculos, a produção artístico-literária amplamente difundida, o fluxo migratório de brasileiros, e o fortalecimento das relações diplomáticas e internacionais nas três últimas décadas. Fatores que contribuíram consideravelmente para o fortalecimento e a difusão cultural e linguística nacional (Janson, 2012).

Segundo Mariani e Souza (2000), essa distinção em relação a língua brasileira não passou despercebida. Em 1823, no contexto da Assembleia Constituinte, disputavam no Brasil pelo menos 3 movimentos relacionados à língua nacional. O primeiro em defesa da nomeação de uma língua brasileira; o segundo na defesa de uma unificação lusófona a partir da língua portuguesa como padrão e; o terceiro que apelava para a constatação jurídica de uma única língua oficial e legitimada chamada língua portuguesa.

Essa temática de nomenclatura foi momentaneamente deixada de lado até pelo menos as quatro primeiras décadas do século XX, reacendendo de tempos em momentos específicos de mudanças no estatuto jurídico nacional, o que tornou o século XIX um terreno fértil para revitalização das discussões sobre a identidade da língua nacional, hora tratada como autônoma, hora como mera variante da língua de Portugal.

Na atualidade, a situação segue ainda sem perspectivas de resolução e os embates permanecem constantes, principalmente na relação entre Brasil e Portugal. De forma semelhante, mas menos agressiva do que a que Guy (2010) relata ocorrer nos Estados Unidos com o IAA, trava-se discussões que se estendem do humor à seriedade de alguns grupos de portugueses que insistem que o Português brasileiro é uma variante desrespeitosa e malformada do lusitano ou relatam que os filhos, pelo consumo massificado de mídias na era digital, só falam o ‘brasileiro’.

A despeito de uma futura alteração de nome da língua oral nacional, fica claro, a partir desse contexto que a língua reflete, de fato, o potencial de autonomia cultural e social de seus falantes e produz subjetividades outras nas relações de contato, que reverberam também em formas de biopolítica, como é o caso das crianças portuguesas em processos de assimilação linguística e apropriação cultural catalisada pelo consumo de produções brasileiras.

Em todo o caso, esse terreno de tensões e disputas se dá de forma mais ‘relatável’ entre as línguas orais. Nesse cenário o poder e alcance socioeconômico se configuram em fatores determinantes para o prestígio ou desprestígio das línguas orais.

Por outro lado, em se tratando das línguas sinalizadas, o sociolinguista Juan Carlos Moreno Cabrera (2016) em sua obra “*La dignidade e igualdad de las lenguas*²¹” dedica um capítulo integral do livro para problematizar o fato de que “as línguas de sinais desde muito tempo são consideradas como variantes degeneradas, inferiores, limitadas, incompletas e insuficientes da linguagem humana” (p. 42).

Essa abordagem e localização das línguas de sinais como um elemento importante para as discussões no entorno das línguas sinalizadas é relevante por pelo menos dois motivos. O primeiro por se tratar de um estudioso das línguas de modalidade oral com ampla repercussão na América Latina. – Não é comum, ainda, que essa aproximação marcada pela reflexão crítica sobre o lugar da língua de sinais, seja realizada por linguistas alheios ao campo da surdez. Inclusive o reconhecimento linguístico entre esses profissionais a despeito dos estudos e evidências encontra ainda resistência na atualidade.

O segundo elemento reside no potencial que emerge na relação crítica entre o preconceito e a discriminação linguística no qual as línguas de sinais tristemente ocupam um espaço secular de desprestígio em relação às línguas orais. Note que os termos empregados por Cabrera como exemplos depreciativos de perspectivas sobre as línguas de sinais soam tão agressivos quanto os utilizados por Guy (2010) para falar do preconceito em relação ao IAA.

Embora essa aproximação depreciativa extremista ocorra tanto com línguas orais quanto com línguas de sinais, as forças motrizes que engrossam o caldo do ódio destilado em relação a elas, provém de núcleos diferentes.

²¹ ‘A dignidade e igualdad entre as línguas’ em tradução livre.

No caso do IAA impera a questão do racismo histórico em relação à população preta marcada por um processo violento de escravidão cujos resquícios seguem, infelizmente, longe de serem minados e resultam ainda em uma situação de extrema desigualdade de direitos, às vezes de forma velada e às vezes de forma escancarada.

Em relação às línguas de sinais, o preconceito persistente, mesmo entre estudiosos das línguas, decorre de uma visão marginal e estritamente biológica de subjetivação dos surdos na qual a noção de incapacidade pela falta parcial ou total da audição nubla percepções de formas outras de ser, existir e se constituir por uma língua visual-motora.

Essa pertinácia ideológica que rotula e limita os surdos como um corpo com deficiência mecanicamente elege a língua oral como instrumento reparador da normalidade. Assim para que os surdos se enquadrem na lógica ouvinte seria preciso ‘conduzi-los’, revestindo a fala oral, a leitura labial e a escrita com uma roupagem que as caracterize como peças essenciais para que se consolide o maquinário da governamentalidade.

Tais marcadores evidenciam ativações da dupla exotização, *colonial* e *dócil*, porque além de determinar a forma de comunicação pela busca salvacionista das pessoas surdas, promovem formas de governo que visam a atenção e a inserção deles no mercado de trabalho, para formar cidadãos consumidores em potencial.

Como parte desse processo, tudo representa uma barreira para as línguas de sinais, tudo as marcam como insuficientes e estranhas o que tensiona práticas discursivas do tipo: ‘não seria melhor ter uma língua de sinais só no mundo todo? Eles não podem aprender a falar também? Mas eles sabem ler né? Precisa mesmo fazer essas expressões faciais?’.

Tais práticas não são corriqueiras quando se refere à aprendizagem e uso das línguas orais. Quanto um renomado *chef* de cozinha francês que reside no Brasil há mais de duas décadas se expressa por uma sintaxe e pronúncia quase incompreensíveis em português oral em rede nacional é: ‘fofo, é chique, é engraçadinho’. Quando um surdo se esforça para articular uma palavra oralmente cujo som ele só poderia deduzir é ‘estranho, chacota, incapaz’.

Daí resulta a incansável defesa *ad eternum* da língua de sinais marcada pela asserção ‘libras é língua e não linguagem!’, que em termos práticos não representa

qualquer relevância para a propulsão do ‘respeito e a dignidade das línguas’ (Cabrera, 2016) e de seus falantes, mas que se mostra necessária por uma questão política, visto que a língua carrega em si o potencial de autonomia e identidade de seus falantes. O apelo, novamente não é algo do tempo moderno e essa defesa pode ser encontrada em diferentes recortes do tempo de registros da educação de surdos.

John Wilkins, renomado britânico de grande influência na promoção da divulgação científica no Reino Unido, especialmente nas universidades de Oxford e Cambridge foi tomado pelo interesse em relação a aprendizagem dos surdos ao observá-los sinalizando. Em seu trabalho publicado em 1641 (p. 112) ele relata:

É algo peculiar de se observar. Que tipo de diálogos podem acontecer pelos gestos de pessoas que nascem surdo-mudas? Como eles conseguem perguntar e responderem entre si como se usufríssem do benefício da fala? É majestoso e propício que o imperador turco tenha serviçais mudos com quem ele possa conversar sobre qualquer tipo de assunto particular sem que outros os entendam.

O relato de Wilkins chama atenção pela temporalidade discursiva, ainda que naquele contexto não houvesse episteme suficiente para atribuir a uma língua de sinais a classificação de língua, o modo como ele a observa e relata extrapola uma noção simples de codificação, o que é demarcado pelo trecho ‘com quem ele possa conversar sobre qualquer tipo de assunto’.

A compreensão de uma língua de sinais com potencial de comunicação ilimitado obtida pela mera observação coloca Wilkins com uma percepção de três séculos à sua frente, visto que a primeira publicação categórica de reconhecimento desse potencial só linguístico das línguas de sinais viria a ocorrer em 1960 pelas mãos de William Stokoe.

Ernest Dusuzeau, surdo que presidiu o comitê de organização da sessão dos surdos no Congresso de Paris em 1900, em seu discurso de abertura conclama:

Nós não pedimos senão uma coisa: que a nossa língua natural, a linguagem dos sinais, não seja sacrificada pela linguagem articulada:
Eu sou pássaro,
Vede minhas asas,
Não as corteis!
(Ines, 2013[1900], p. 19)

Padden e Humpries (1988, p. 9) corroboram a exortação ao enunciarem que [...] “para as pessoas surdas, sua língua de sinais representa a criação de sua própria história

e é o que lhes permite atingir o pleno potencial para o qual a evolução os preparou – alcançando uma forma completa de comunicação humana [...].

Por meio desses recortes documentais (Wilkins, 1641; Ines, 2013 [1900]) em contraste com o registro bibliográfico de Padden e Humphries (1988) e as práticas discursivas modernas temos 4 séculos de uma mesma regularidade discursiva em diferentes momentos de produção epistemológica, o que corrobora a afirmação de Cabrera (2016) quando ele traz as línguas de sinais para o centro das discussões sobre preconceito linguístico.

Retomando a questão da nomenclatura há um fator que, em tese pode contribuir em alguma medida para uma *categorização exótica* da libras e que merece atenção para uma reflexão mais direcionada.

Ainda na obra de Padden e Humphries (1988, p. 71) os autores relatam uma situação surpreendente que se desdobrou a partir de um diálogo com um surdo filho de pais surdos sendo todos usuários fluentes da língua de sinais americana – ASL. Durante a coleta de dados, foi entregue a esse surdo um formulário visando compreender a experiência linguística prévia dele.

O formulário continha a questão “Qual língua é utilizada na sua casa?” Contendo as opções: inglês oral, ASL ou outras formas sinalizadas. Surpreendentemente para os pesquisadores, o surdo entrevistado alegou que nenhuma das alternativas estaria correta. Quando interpelado por Padden e Humphries sobre o porquê de não ter marcado ASL considerando que os pais eram surdos e usuários dessa língua, ele respondeu “Não nos referimos a ela (ASL) por nenhum nome, apenas a utilizamos. Como eu poderia marcar alguma dessas alternativas como correta se nunca usamos nenhum desses nomes para nos referir a língua de sinais” (p. 71).

Esse recorte dialógico pode contribuir para uma reflexão profunda sobre a pertinência de um nome. Se por um lado temos a percepção da nomenclatura das línguas como fator de identificação sociocultural, por outro temos uma percepção menos engessada que se pauta na experiência de condução de si mesmo pela língua. Por essa segunda via um nome parece ter pouco efeito.

Por outro lado, existe a necessidade para registro e referência de atribuição de um nome que, conforme discutido anteriormente, reflita a confluência de subjetividades

de seus falantes. Em se tratando da língua brasileira de sinais, é possível encontrar múltiplas formas de registro.

Apresento-as no quadro esquemático a seguir com pelo menos uma indicação de referência de uso.

Quadro 2 – Nomenclaturas encontradas para a libras

	Registro	Descrição	Fonte
1	Língua Brasileira de Sinais	Iniciais de cada termo em maiúscula.	Santos, 2007
2	Língua brasileira de sinais	Apenas a primeira inicial em maiúscula.	Corrêa e Cruz, 2019
3	língua brasileira de sinais	Todas letras minúsculas.	Quadros, 2017
4	LIBRAS	Acrônimo com todas as letras maiúsculas.	Ramos, 2004
5	LSB	Sigla com todas as letras maiúsculas.	McCleary e Viotti, 2007
6	Libras	Acrônimo com a inicial em maiúscula.	Felipe, 2006
7	libras	Acrônimo com todas as letras minúsculas.	Xavier, 2017

Fonte: elaborado pelo autor.

Antes de iniciar a discussão sobre os registros, penso ser importante trazer também uma definição que permita diferenciar nome, sigla e acrônimo. Por nome, refiro-me a palavra que designa a existência de algo. Sigla e acrônimo são modalidades de abreviaturas, ou seja, unidades de redução gráfica de nomes.

De acordo com o Dicionário Terminológico para Consulta em Linha (DT), define sigla como:

[...] palavra formada através da redução de um grupo de palavras às suas iniciais, as quais são pronunciadas de acordo com a designação de cada letra. E acrônimo como palavra formada através da junção de letras ou sílabas iniciais de um grupo de palavras, que se pronuncia como uma palavra só, respeitando, na generalidade, a estrutura silábica da língua (Dicionário Terminológico para Consulta em Linha - DT, 2019).

Considerando essas definições é possível observar que não há uma consonância de utilização de termos para se referir a libras, seja na forma de registro de nome – com alternância entre nome, sigla e acrônimo ou mesmo na grafia diferencial de maiúsculas e minúsculas.

Nos casos 1, 2, 3 registrados como ‘nome’ pode haver uma relação causal de diferença pautada na formatação do texto ou ainda uma escolha deliberada em acordo com a normativa gramatical de iniciação em maiúscula para início de períodos.

Os casos 4, 5, 6 e 7, por sua vez, representam uma divergência tanto de grafia quanto de classificação. A utilização da sigla LSB remete a um padrão internacional de registro onomástico para a maioria das línguas de sinais: LSF - *langue des signes française*; LSA – *lengua de señas argentina*; РЖЯ- *Русский жестовый язык* ²².

Há, no entanto, exceções na grafia de algumas línguas de sinais em que se opta pelo acrônimo ao invés da sigla. É o caso de: auslan – *australian sign language* e também da libras.

As possibilidades de classificação do registro não oferecem grandes problemas em termos de alternância, mas revestem de certa estranheza o reconhecimento da libras como língua corrente nacional.

Diferentemente dos movimentos que reivindicam uma mudança de ‘língua portuguesa’ para ‘língua brasileira’ que ilustram um movimento de *territorialização* marcado pela confluência de subjetividades e produção de uma unidade linguística-cultural nacionalista, no caso da libras parece haver uma dissonância de padrões de registro sem uma justificativa fundamentada, visto que nos trabalhos listados não há uma explicação lógica para a utilização de uma ou outra grafia, senão por uma adequação a um padrão internacional de siglas o que, novamente, vai na contramão do movimentos em relação às línguas orais.

O problema ainda pode assumir maior profundidade se detivermos a análise em um aspecto que, à primeira vista, parece irrelevante para o registro, a grafia com maiúsculas ou minúsculas. Ocorre que, existem na língua portuguesa convenções específicas que delimitam o uso de maiúsculas e minúsculas em nomes, siglas e acrônimos.

²² Pode ser transliterado do alfabeto cirílico para o latino por RŽĀ - *Russkij žestovij âzyk*.

A norma da língua portuguesa preconiza a utilização facultativa de iniciais maiúsculas em nomes de línguas, sendo obrigatório apenas quando se referirem a campos disciplinas ou quadros pedagógicos (Brasil, 2013). Em função disso, tem-se convencionado organicamente que o uso de maiúsculas e minúsculas, nessa situação, pode assumir uma função distintiva, assim Língua Portuguesa se refere a disciplina na qual se ensina essa língua e; língua portuguesa se refere ao idioma em si.

A mesma lógica poderia ser aplicada a língua brasileira de sinais, quando tratada pelo nome libras, de modo que teríamos Libras como campo pedagógico-disciplinar e libras como língua.

Por outro lado, assumir a ideia de sigla implica em outro tipo de normatização da escrita em português. Siglas com até 3 letras devem ser grafadas com todas as letras em maiúscula: USP, ONU, PF etc. O mesmo se aplica a siglas com mais de 3 letras quando a leitura exige a soletração de cada uma delas como em: BNDS, INSS e CPMI. Já com siglas de mais de 3 letras, que são pronunciáveis como palavras, mantêm-se apenas a inicial maiúscula como em: Ufes, Unesp. Foge a exceção nomes consagrados como UnB, UFSCar e CNPq. Assim, considerando a sigla LSB, com três letras que demandam soletração, a grafia deveria incorrer com todas as letras maiúsculas.

Por fim, os acrônimos seguem o mesmo parâmetros e exceções das siglas, logo, seguir por esse caminho incorreria em grafar como Libras, visto que se trata de uma redução com mais de 3 letras e pronunciável. Ocorre que não há um consenso que libras seja de fato classificado como acrônimo no português brasileiro, isso porque, em tese, o acrônimo emprega convencionalmente sílabas iniciais dos termos que compõem a redução. Logo, o ajuste categórico como acrônimo incorreria na grafia Língua Brasileira de Sinais – LiBraSi e não Libras, visto que nos acordos vigentes, a libras ainda não aparece como exceção.

Por essa lógica, opto pela grafia ‘libras’ quando me refiro ao idioma e ‘Libras’ quando me refiro à disciplina em que se ensina a língua de sinais, partindo de dois preceitos. O primeiro diz respeito ao reconhecimento da libras como língua natural. O segundo diz respeito à vigência ortográfica distintiva já discutida na condição de ocorrência de um nome da língua. Ao assumir que a libras é uma língua natural, entendo que os critérios de sua grafia na língua portuguesa devem ser mantidos tal qual é feito com as demais línguas.

O mesmo princípio se aplicaria às demais línguas de sinais estabilizadas e emergentes no Brasil (Quadros e Silva, 2019, p. 143-145) como: a cena, a urubu-kaapor, sateré-waré, kaingang, terena, guarani-kaiowá, pataxó, acenos e caiçara.

Inclusive, essa acepção resolveria parte ambiguidade na grafia, visto que também pela normativa ortográfica, é convencionalizado que substantivos que designam globalmente tribos e povos são considerados como próprios e devem ser grafados como inicial maiúscula como em ‘Os Pataxó se comunicam na língua de sinais pataxó’.

Essa breve incursão sobre problemática do registro escrito dos nomes da língua não se esgota por aqui, tampouco tenho a intenção de estabelecer uma nova verdade que delimite uma forma única de escrita. A proposta aqui é compreender de que modo, até mesmo pelo registro do nome, a prática de exotização vai se construindo sobre uma determinada língua.

Num primeiro momento pelo caráter restritivo e condicional da posse engendrada na defesa da língua em proporção a uma subjetividade surda resistente (Nascimento, 2019), e pela condução dos surdos para um espaço de captura através da qual são satisfeitas as condições práticas de uma governamentalidade democrática que atua sutilmente como silenciadora de corpos e desejos.²³

Em seguida, pelo desprestígio e distanciamento das discussões de modo paralelo aos das línguas orais, em uma perspectiva marcada por uma biopolítica de normalização e ‘imposição da língua portuguesa’, desde a legislação que proíbe que a libras substitua a língua portuguesa na modalidade escrita (BRASIL, 2002), até a regularidade discursiva frequente de cursos de libras em nível básico, centrados na difusão da comunicação elementar na libras e que são inversamente proporcionais em relação a outras propostas formativas que sejam ofertadas, não sobre a libras, mas através dela.

Por fim, as formas variantes e peculiares de grafia marcam os elementos anteriores situando a libras como algo condicionado para os anseios surdos e, em alguma medida, limitando-a nesse espaço deliberadamente.

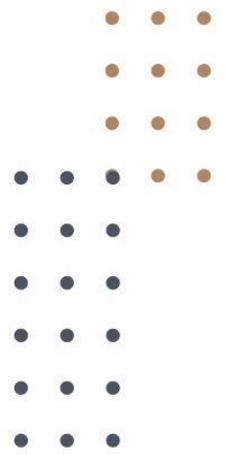
O dispositivo de reconhecimento legal da libras não se repete com a língua portuguesa, as discussões sobre a evolução linguística do português não reverberam

²³ Há diversos manuais que sugerem grafias com pequenas alterações. Para melhor detalhamento consultar o Manual de Comunicação do Senado Federal, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/estilos/siglas#:~:text=Escreva%20com%20todas%20as%20letras,%2C%20CPMF%2C%20CPMI%2C%20DNER..>

concomitantemente com a libras, a ocupação do espaço pela língua portuguesa não é ainda naturalizada pela circulação da libras e nem mesmo as regras de grafia dos nomes das línguas orais estão em paridade com sua escrita.

Esses movimentos possibilitam compreender a presença da exotização como elemento motriz para a manutenção das formas de governar as vidas surdas em seus processos de subjetivação, e como tais saberes inserem-se nas engrenagens escolares: promovendo modos de condução do ensino de surdos, com ou sem a língua de sinais, bem como a concepção e as representações que se tem dela nas práticas educativas.

SEÇÃO 2



"Florecência"
2002
Chuck Baird
1947-2012
Oléo sobre tela
Fonte:RIT Libraries

Neste capítulo apresento o direcionamento metodológico que me possibilitou a construção do arquivo envolvendo as atas dos congressos internacionais em diálogo com a produção bibliográfica. Há ainda um delineamento teórico em relação à perspectiva histórica assumida ao longo das reflexões, os critérios de seleção das obras e documentos e as implicações do arquivo com a produção acadêmica contemporânea, sobretudo nas perspectivas impressas sobre as línguas de sinais ao longo do tempo.

4. Aspectos teóricos que ressoam na metodologia composicional do arquivo

*“Procuro alguém para compartilhar uma
aventura que estou planejando”
(Hobbit, 2012.)*

Lançar-me no exercício dessa pesquisa foi uma ação consciente de minhas limitações e caminhadas por territórios que me são caros por afinidade e curiosidade, mas estrangeiros no que tange a minha formação e atuação. Isso porque, embora a história do mundo e das coisas tenha sido alvo de minhas indagações desde minha trajetória na Educação Básica, minha formação em Letras direcionou-me majoritariamente para as discussões mais práticas voltadas para o uso e ensino de línguas.

Ciente dos riscos envolvidos nessa empreitada por terrenos desconhecidos, busquei realizar aproximações teórico-metodológicas que me permitissem um olhar mais rigoroso em relação a coleta e organização de dados. Nessa busca, a obra “Historiografia: teoria e prática” de José Jobson de Andrade Arruda apareceu como um alento inicial que me permitiu compreender que a investigação a que pretendia mostrava-se mais próxima das minhas fronteiras do que eu havia imaginado, quando ele diz que:

[...] pensar historiograficamente é pensar a cultura histórica. Pensar a cultura histórica é refletir sobre os vários momentos de cristalização historiográfica quando se dá a instauração de linhas mestras interpretativas, hegemônicas e hegemônicas. É tentar pairar sobre cada um destes vários momentos historiográficos, ajuizados no limite da neutralidade possível (Arruda, 2014, p. 21).

Essa percepção nos indica algumas possibilidades do pensar investigativo pela via historiográfica. Primeiramente na relação entre cultura e história em um dado recorte do tempo e da narrativa sob a perspectiva de quem faz o registro de um dado acontecimento.

Em seguida, na noção de linha interpretativa segundo a qual o registro histórico se configura em uma invenção de seu ‘autor’ que por sua vez está inserido numa determinada linha interpretativa dominante e, por fim, no que o autor chama de *neutralidade possível* – sendo o possível, um adendo de oposição a perspectiva clássica tradicional de um registro histórico absolutamente asséptico.

No estabelecimento da prática investigativa que toma a cultura como elemento basilar, a aproximação com as questões linguísticas torna-se mais evidente quando assumo a premissa de Coelho e De Mesquita (2013, p. 2) de que “a cultura se constitui e se difunde por meio da língua e que é também por meio dela que ocorrem os processos de identificação do sujeito”.

A noção de linhas interpretativas hegemônicas instaura uma relação ainda mais profunda sobre a questão cultural e linguística quando a transpomos para o cenário da educação de surdos em que se observa um embate constante nas relações de poder demarcados por fronteiras entre surdos e ouvintes, sendo esses últimos os determinantes, em grande parte da história, nas decisões acerca da escolarização de surdos e nas perspectivas sobre as línguas de sinais.

Nesse cenário, parece haver um desequilíbrio relacional em que, quando as ideias se aproximam dos anseios suprimidos dos surdos e incorrem em algum tipo de valorização da língua de sinais e da cultura surda, os ouvintes são marcados pelo *nós* e quando destoam de alguma forma do argumento principal dessa mesma comunidade ocupam a posição de *eles* (Padden, 2008).

Por essa via, figuras históricas que foram ouvintes como o Abade Michel de l’Épée e Thomas Hopkins Gallaudet ocupam grandes posições de prestígio. O primeiro eleito em diversas produções de surdos, como o *pai da língua de sinais e dos surdos*, figurando narrativas folclóricas em pinturas e encenações teatrais em associações de surdos pelo mundo (Padden, 2008). Já o segundo, em seu movimento de defesa em relação a educação de surdos, também recebe a alcunha de *pai da língua de sinais americana* (doravante ASL).

Pareceu-me curioso, dada a lógica das linhas interpretativas hegemônicas (Arruda, 2014), que a maior parte da produção histórica voltada para educação de surdos decorresse de figuras históricas ouvintes tidas como aliadas, enquanto personagens surdos que agiam paralelamente integrando o movimento de fortalecimento

e difusão das línguas de sinais, mesmo por registros escritos, fossem ‘apagados’ de sua própria história.

Há dois elementos contextuais importantes. Em um primeiro momento, é preciso considerar que os registros majoritariamente de ouvintes tinham como fator propulsor um cenário em que os surdos, internacionalmente, estavam em um estágio seminal de apropriação da língua escrita precedido pela aprendizagem das línguas de sinais de forma emergente em diferentes países.

Soma-se a isso a ausência de tecnologias em livre circulação que permitissem o registro em vídeo, o que localizava boa parte das narrativas de surdos em uma tradição oral, uma paisagem completamente distante das facilidades modernas de comunicação global em rede a que dispomos na modernidade. Se é pela língua que se difunde a cultura (Coelho e De Mesquita, 2013) a privação ou atraso na aprendizagem das línguas será determinante no processo de difusão de conhecimentos produzidos por seus falantes.

Posteriormente, não se pode negligenciar os apagamentos das produções de surdos como efeitos de uma governamentalidade excludente engendrada em políticas educacionais nas quais a soberania da perspectiva ouvinte e da língua oral se diluem em uma ótica supostamente inclusiva para surdos.

Sobre isso, Rezende-Curione (2022, p. 20) denuncia que a “infância surda, quando não tem acesso à língua de sinais, enfrenta um resultado de práticas linguísticas colonizadoras, com uma força hegemônica cultural e soberana ouvinte, ou seja, com saberes epistemológicos do soberano ouvinte”. Esse apagamento sócio-político que reduz os surdos à lógica de manutenção dos mecanismos coloniais a autora denomina como *epistemicídio surdo*.

O termo diz respeito a tentativas de demarcação dos educadores adeptos da inclusão radical que, com seus discursos, têm como objetivo deslegitimar as muitas reivindicações da comunidade surda em prol da educação bilíngue, de modo a não serem atendidas. E a alegação para o descaso e não atendimento está na afirmação de que as Escolas Bilíngues de Surdos são espaços de “segregação”. (Rezende-Curione, 2022, p. 25 – aspas da autora)

A discussão problematizada por Rezende-Curione (2022) em seu relatório de pós-doutorado revela um despertar epistemológico no qual o protagonismo das pessoas surdas rompe com as ataduras clássicas de marginalização ao desvelar formas de

pensamento, constituição e posicionamentos sócio-políticos intrínsecos à uma comunidade contemporaneamente atenta e consciente dos efeitos seculares dos mecanismos de condução que capturaram os surdos nos últimos séculos.

Ao mesmo tempo, abre caminhos que tensionam para pensar formas outras de epistemicídios de comunidades minorizadas de forma análoga aos surdos ou mesmo entre eles. Branson e Miller (2002) denunciam que nos primeiros séculos de educação formal de surdos no mundo, mesmo quando o paradigma se distanciava da ótica da deficiência, essa educação se destinava majoritariamente aos surdos homens, brancos e menos pobres.

O despertar consciente e combativo em relação aos mecanismos de manutenção da colonialidade na educação de surdos apresentado por Rezende-Curione (2022) pode ser evidenciado também no trabalho de Moges (2020, p. 3) quando ele diz: “sendo eu mesmo um pesquisador surdo preto, não estou mais interessado em ler as narrativas hegemônicas e repetitivas na perspectiva dos brancos, as quais carecem de uma história na qual os surdos negros são centrais.”

Moges (2020) recorre ao conceito de *ganho surdo*, cunhado por Bauman e Murray (2014) em contraposição à noção de ‘perda auditiva’ para posicionar seu local de pesquisa e reflexão.

O ganho surdo vem sendo empregado como elemento chave que sumariza os benefícios de ser surdo e, neste caso, preto. Em ASL, o ‘ganho’ é representado pelo sinal de VANTAGEM ou BENEFÍCIO, significando a celebração de ser surdo preto, isto é, quem se beneficia simultaneamente de sua formação de identidade e privilégios oriundos de sua história/experiência educacional e linguística (Moges, 2020, p. 6 – destaques do autor).

Embora Rezende-Curione (2022) não se valha do conceito de *ganho surdo*, as discussões realizadas pela autora e por Moges (2020), por diferentes vias teóricas funcionam como pesquisas marcadas por um movimento de *contraconduta* no qual ser surdo, narrar-se e compartilhar seus saberes implicam em uma constituição ontológica da surdez, calejada por uma trajetória de luta para existir na história, evidenciando potencialidades que se enraízam nos aspectos filosóficos, linguísticos, sensoriais, sociais e criativos oriundos da experiência proporcionada pela surdez (Bauman e Murray, 2014).

Ponderar sobre esse contexto mostra-se relevante também como justificativa para impossibilidade de eu me eximir de considerar que os trabalhos historiográficos de ouvintes aliados integrem os escopos de dados dessa pesquisa, dado o seu caráter seminal, além das indicações de nomes, locais, instituições e obras que de outro modo permaneceriam encerradas localmente. Assim, embora eles sejam empregados, sobretudo na relação com as atas e documentos oriundos de congressos, a produção bibliográfica busca balancear esse aspecto trazendo vozes surdas para as perspectivas históricas desses eventos e sobre as discussões envolvendo as línguas de sinais.

Ainda assim, é preciso reconhecer que, mesmo com os avanços tecnológicos atuais e o aumento considerável da produção acadêmica entre os surdos, a circularidade discursiva no campo histórico permanece centrada nos trabalhos de ouvintes e com pouco resgate dos resquícios das narrativas de sujeitos surdos, que se perderam ao longo dos séculos, ou ainda, quando existentes centram-se na repetição das mesmas informações e perspectivas tal qual denunciado por Moges (2020).

Sabendo disso, o dualismo surdo-ouvinte não é aqui descrito no sentido fronteiro, mas colaborativo, desprovido da intenção de negligenciar as singularidades que permeiam um e outro. Importa, nesta pesquisa, entrelaçar, as produções que se dão a partir de ambos, dado que a história é um construto social em que ambos estiveram presentes, relação essa que é justamente o campo de embates políticos e ideológicos que nos permite observar a materialização das linhas interpretativas hegemônicas.

Isso posto, retomando agora a questão de composição do arquivo e da ideia de *neutralidade possível* (Arruda, 2014), busquei reunir dados provenientes de múltiplas fontes, extrapolando os documentos formalizados na lógica tradicional como alternativa de superar novos apagamentos. Por isso a consideração de documentos como: atas, fotografias, relatos e fotografias figurando a coleção de dados de modo a permitir o contraste entre o passado e o presente com vistas a um possível vislumbre do que pode estar por vir, já que, conforme Arruda:

[...] a imagem do passado é fugaz e passa velozmente pela mente dos contemporâneos e somente “se deixa fixar como imagem que relampeja, irreversivelmente, no momento que é reconhecido”, obviamente por um sujeito postado na temporalidade presente, por via de cuja interpretação, da captação dos sons, vozes, imagens, símbolos, representações do passado, mas, sobretudo, por intuir o significado que confere sentido ao movimento da história em sua essencialidade, assim tornado, o passado, aos olhos do presente, uma tradução do passado não exatamente “como ele de fato foi”,

uma impossibilidade absoluta, mas uma apropriação singular de qualquer uma de suas reminiscências (Arruda, 2014, p. 33 – aspas do autor)

A caracterização de múltiplas fontes do passado e seu entrelaçamento com as produções discursivas do presente evidenciam uma caracterização de arquivo que busca, *a priori*, um rompimento com a lógica tradicional ainda não superada na qual ele aparece como um “objeto inquestionado e naturalizado numa ordem de preocupações principalmente operatórias” (Mota, 2019, p. 475).

Mota (2019) aponta um movimento recente na última virada do século em que vem ocorrendo maior “valorização teórica, epistemológica e cultural do arquivo” (p. 479). O autor situa o arquivo como um campo narrativo no qual os discursos podem servir tanto de forma instrumental – para fins de catalogação e preservação, como não procedimental sob a égide de preservação e compartilhamento de uma memória coletiva, sendo, portanto, uma materialização essencialmente sócio-histórica.

Esta pesquisa se alinha, principalmente, com essa segunda perspectiva assumindo o arquivo para além de seu caráter instrumental, o que abre caminhos para investigações mais reflexivas no campo das Ciências Humanas sob diferentes perspectivas teóricas. Por isso Mota (2019), ao falar sobre as problematizações e possibilidades de uso do arquivo menciona que:

[...] o arquivo é utilizado por autores como Michel Foucault enquanto ferramenta de análise dos mecanismos subjacentes às práticas discursivas, por Pierre Nora enquanto domínio da sacralização da memória, por Jacques Derrida enquanto metáfora da teoria da psique freudiana.

Ao conceito de arquivo e à problematização dos arquivos no espaço e no tempo afluem historiadores, antropólogos, sociólogos, geógrafos, filósofos, psicólogos, biólogos, linguistas, artistas; em suma, toda uma diversidade de usos e inquirições, insuscetíveis de reconstituição ou síntese, mas, ainda assim, irmanados, ao menos, pela ausência do propósito imediato de instituir os próprios arquivos e de definir as suas práticas (p. 481).

Em uma publicação da Sociedade Americana de Arquivologia, Tom Nesmith (2002) já apontava um movimento de mudança de perspectiva intelectual sobre os arquivos alinhada com as discussões pós-modernas que colocaram em xeque ideias que elitizavam os arquivos históricos, revestindo-os de excessiva formalidade tanto na caracterização quanto operacionalização, como um tesouro produzido apenas pelo grupo dominante e de prestígio e que precisava ficar fora do alcance das pessoas comuns.

Essa ruptura paradigmática reverbera a noção de que os arquivos são produções sociais localizadas em um recorte de tempo e produzidas de diferentes formas por diferentes sujeitos. Esse movimento, segundo o autor, instaura a prerrogativa de alçar registros, outrora negligenciados, ao *status* de arquivos. Para ele:

[...] O simples fato de colocar determinados registros em um pedestal de progresso nacional, memória sagrada, civilização, história, cultura, democracia ou demanda social, tem frequentemente ocasionado a elevação de registros antes tratados como comuns ao novo *status* especial de arquivos, ou em alguns casos, para além disso como tesouros arquivológicos. Por exemplo, até bem recentemente, registros realizados por mulheres não eram aceitos para maioria dos arquivistas. Esse novo reconhecimento mudou a forma de compreender esses registros, transformando-os assim no que são (Nesmith, 2002, p33).

Esse detalhe mostra-se relevante para esta pesquisa em pelo menos dois aspectos. Por ressoar com o aspecto composicional de múltiplas fontes do arquivo utilizado nesta pesquisa e por situar, temporalmente, a inclusão de registros anteriormente negligenciados pelas coleções arquivológicas.

A ideia de que apenas as produções de grupos em prestígio poderiam ser consideradas arquivos históricos e assim preservadas, pode ser, em tese, um fator epistemológico que inibiu ao longo dos últimos séculos a difusão e preservação de produções surdas no campo da história, visto que assim como mulheres e pessoas das camadas mais pobres, a história dos surdos é também marcada pela marginalização e pela supressão de direitos básicos.

De modo objetivo, a ideia de arquivo aqui presente pode ser sintetizada como lugar em que se guarda traços do passado. Alburquerque Júnior (2019, p. 58) amplia essa definição ao dizer que o arquivo é “destinado a guardar as coisas que restaram dos tempos que se perderam” e Anheim (2018, p. 152) complementa ao dizer que no arquivo são preservados “vestígios das práticas humanas”.

Por essa lógica sensível que considera a memória coletiva, situo o arquivo como uma chave para observar fragmentos e nos oferecer pistas para a compreensão e interpretação de diferentes trajetórias da realidade.

Já por uma lógica sistemática, recorro a Foucault (1969, p. 171) quando ele localiza o arquivo como “um sistema geral da formação e da transformação dos enunciados”, ou seja, na medida em que o pesquisador recorta e delimita os objetos de

sua análise, recorta seu tema de interesse, produz um arquivo. Esses princípios foucaultianos em relação aos elementos que envolvem e a delimitação dos interesses que recortam uma pesquisa e, ao mesmo tempo, possibilitam a produção de um arquivo, são importantes para esta tese.

Nas palavras do autor:

Por arquivo, entendo o conjunto de discursos efetivamente pronunciados: e esse conjunto é considerado não somente como um conjunto de acontecimentos que teriam ocorrido uma vez por todas e que permaneceriam em suspenso, nos limbos ou no purgatório da história, mas também como um conjunto que continua a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos (Foucault, 2008b, p. 145).

Assim, a composição do arquivo histórico define o que, em um dado momento ‘merece’ ser memorizado ou esquecido, agindo com uma espécie de regulador do que se toma como tradição.

A possibilidade de revisitar fragmentos que constituem *lugares de memória* (Nora, 1993) materializados nos documentos componentes de um dado arquivo é aqui revestida por um movimento arqueológico de investigação, assumindo a arqueologia como uma prática de questionar o ‘já dito’, seu papel enunciativo e sua relação com a emergência de formações discursivas (Foucault, 1969, p. 173).

Groppa Aquino e Do Val (2018), também ancorados em Foucault, ao tratarem sobre a ideia de arquivo delineiam de forma distinta os conceitos de *arquivamento e arquivização* como uma alternativas procedimentais visando a superação da noção clássica de arquivo como algo estanque, uma mera junção de dados produzidos com e pelo grupo de prestígio em um dado recorte de tempo. Para eles:

o *arquivamento* é oportunizado por uma nítida inquietação acerca de um tema-problema investigativo, propulsora de uma imersão vertical na densidade e na dispersão de diferentes fontes correlatas (desde aquelas molares até as tópicas, laterais, adventícias etc.) com as quais o pesquisador se defronta em sua lida, o que requer o apego incondicional a ‘um grande número de materiais acumulados, paciência’ (Groppa Aquino e Do Val, 2018, p. 8 – itálico dos autores).

Por essa via, trabalhar com diferentes materiais requer um esforço e planejamento para localização de uma linha mestre ou fio condutor que permita-nos tecer reflexões pelos caminhos nublados da história. Nesta pesquisa, esse fio condutor

se configura nas perspectivas sobre as línguas de sinais em diferentes acontecimentos históricos.

Ainda segundo esses autores:

a *arquivização* oscila entre uma perscrutação de cunho serial e outra *acontecimental*. A série, como uma somatória de textos afins dispostos em um estrato específico, proporciona uma visão mais ampla das fontes, devendo seu recorte temporal ser abrangente o bastante para oferecer uma visão em escala da temática em pauta, concomitantemente à utilização de documentos tangenciais que ora fazem falar, ora singularizam o silêncio de outras séries (Groppa Aquino e Do Val, 2018, p. 8 – itálico dos autores).

Sabendo disso, tanto o *arquivamento* e a *arquivização* constituem, nesta investigação, alternativas composicionais para a produção do arquivo histórico sobre o qual teço reflexões, incorporando produções de surdos e ouvintes acerca de acontecimentos históricos no tear de uma história outra envolvendo as línguas de sinais como centralidade discursiva, em desafio à lógica reguladora clássica imbricada na organização de um arquivo histórico.

Isso porque, esse papel discursivo-regulador do arquivo que instaura saberes tradicionais representa também formas de governar, isso é, conduzir condutas. Segundo Carvalho e Gallo (2020, p. 4), governar, na perspectiva foucaultiana, não é “impor uma conduta ou conjunto de condutas, mas orientar, conduzir as condutas das pessoas”.

Essa forma de condução não marcada pela imposição e direcionada não para indivíduos, mas para coletivos, engendra-se na sociedade sutilmente através desses saberes tradicionais também reproduzidos nas circularidades acadêmicas instaurando uma *governamentalidade democrática*, isto é, uma forma de condução assumida pelo Estado brasileiro nas últimas três décadas marcada pelo reconhecimento das diferenças e dos diferentes em que “a inclusão se faz justamente porque aqueles que ficarem de fora não poderão ser governados” (Carvalho; Gallo, 2020, p. 8).

Compreender essa lógica indica a complexidade desse movimento de compor e analisar um arquivo, compreendendo ainda que sua estrutura, seleção de componentes, categorização e tratamento do material no processo de tecelagem da história serão também marcados por uma condição potente para o estabelecimento de formas contra hegemônicas de governamentalidade, em outras palavras, em uma potência de “estranhamento e de reinvenção do próprio tempo” (Groppa Aquino e Do Val, 2018, p. 12), a partir de acontecimentos negligenciados pelas narrativas então consolidadas. Por

esse prisma, apresento a seguir as etapas metodológicas que resultaram na composição do arquivo aqui analisado.

4.1. Levantamento inicial da produção nacional, quantificação de dados

Optei por organizar algumas de minhas inquietações com base nessa trajetória de estudos previamente apontada para, a partir delas, definir uma ordem de ações e posterior sistematização de procedimentos para seleção de documentos para o arquivo. O quadro a seguir sumariza minha organização lógica inicial para o levantamento de dados e as ações pensadas para elucidá-las.

Quadro 3 – Organização de inquietações e ações pensadas

	Inquietação	Ação prevista
1	Epistemicídio surdo - possível apagamento de obras e sujeitos na produção brasileira no campo da história da educação de surdos em função da regularidade de citações.	Levantamento da produção nacional e cruzamento dos principais autores por citação.
2	Baixa frequência de fontes diretas de narrativas ocasionadas pelo efeito de citação de citação.	Análise de frequência de obras originais e documentos na produção nacional.
3	Alta frequência de citação de um mesmo evento e apagamento de outros.	Verificação de menções de congressos internacionais em bases bibliográficas de dados.

Fonte: elaborado pelo autor.

Para realização das três ações escolhi duas bases de dados pensando em suas ferramentas analíticas e possibilidades de filtragem com operadores booleanos, sendo a primeira o *Google Acadêmico* – por sua amplitude de cruzamento de buscas em rede, potencial de ferramentas analíticas quantitativas e localização de múltiplos formatos de texto como livros, artigos e anais de eventos.

O Catálogo de Teses e Dissertações da Capes foi definido como segunda base de dados considerando o fluxo de produções mais densas no âmbito dos mestrados e doutorados nacionais, apesar de sua atualização pouco precisa retroalimentada manualmente pelos programas, o que pode provocar atrasos na publicação de dados mais recentes.

O impacto desse possível atraso na atualização de dados junto à Capes exerce pouca influência no resultado global do levantamento considerando que o recorte temporal definido compreende o período de 2002-2022/1, isto é, as duas últimas décadas de produção nacional no campo da história da educação de surdos.

A escolha desse recorte temporal se deve a três fatores: 1) publicação de dispositivos legais reconhecendo a libras e instaurando mecanismos para formação e atuação de professores e tradutores e intérpretes de libras, o que alavancou as pesquisas na área; 2) advento das novas tecnologias digitais que possibilitaram a digitalização e compartilhamento de arquivos globalmente pela internet; 3) popularização das redes sociais e tecnologias para o acesso a registros multimídia produzidos pelos surdos.

Apresento a seguir o resultado desse levantamento inicial, indicando as respectivas bases e os operadores empregados.

Quadro 4 – Produções brasileiras no período de 2002-2022 que abordam algum aspecto da história da educação de surdos – Google Acadêmico

Filtro		Filtro	
<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa básica – operador AND - História da educação de surdos - Em qualquer lugar do texto - Apenas em português 		<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa avançada - operador “todas juntas” - História da educação de surdos - Todas as palavras no título - Apenas em português 	
Ano	Quantidade	Ano	Quantidade
2002	647	2002	0
2003	741	2003	0
2004	860	2004	1
2005	1.200	2005	0
2006	1.680	2006	2
2007	2.010	2007	1
2008	2.290	2008	0
2009	2.750	2009	9
2010	3.210	2010	1
2011	3.670	2011	1
2012	4.230	2012	0
2013	4.380	2013	1
2014	4.750	2014	3
2015	5.510	2015	0

2016	5.690		2016	1
2017	6.340		2017	4
2018	6.770		2018	2
2019	6.870		2019	3
2020	6.590		2020	6
2021	6.850		2021	6
2022/1	2.260		2022/1	1
Total	79.298		Total	42

Fonte: elaborado pelo autor.

Nesta primeira etapa do levantamento foi possível observar o volume crescente de produções no campo da surdez ao longo das últimas duas décadas. Esse movimento pode ser observado de forma contínua no período de 2002-2019 sofrendo uma leve oscilação decrescente nos anos 2020 e 2021 e considerando apenas o primeiro semestre de 2022 (momento de coleta e produção de dados desta escrita).

Pode-se inferir que a oscilação nos últimos três anos do levantamento pode ter alguma relação com o período do ápice da pandemia da Covid-19. É possível observar ainda que o volume de trabalhos que aborda em alguma medida a história da educação de surdos é esmagadoramente superior ao volume de trabalhos que se centram especificamente nesta temática.

Aqui é preciso considerar duas questões: a primeira é a de que parece ter se constituído em tendência reservar uma seção nos trabalhos acadêmicos, ainda que breve, situando aspectos históricos da educação de surdos, principalmente nos trabalhos voltados para metodologias de ensino, aspectos identitários, perspectivas filosóficas e reconhecimento da língua de sinais.

Já a segunda tem uma relação direta com as variáveis e limitações do sistema de busca oferecido pela base de dados mesmo empregando os recursos de pesquisa avançada. Dado o volume considerável de trabalhos nesse recorte temporal, fica inviável a leitura integral de todos os eles a fim de mensurar em que medida eles de fato se dedicam a temática especificada.

Também não se pode perder de vista que os critérios de filtragem foram alternados entre ‘em algum lugar do texto’ e ‘apenas no título’. A ausência dos termos chave no título não necessariamente indica ausência da temática no corpo do texto visto

que os autores podem deliberadamente optar por outras formas de expressão, metáforas e provocações.

Sendo assim, atenho-me, nessa primeira ação de levantamento, ao volume de produção anteriormente indicado como crescente nas duas últimas décadas a partir do que inicialmente se constituíam em uma hipótese, mas que pelo levantamento realizado agora se evidencia numericamente, principalmente se considerarmos outros termos chaves recorrentes em outros campos discursivos no âmbito da surdez e da língua de sinais.

Apresento a seguir a segunda etapa do levantamento inicial, desta vez realizado a partir do banco de Teses e Dissertações da Capes.

Quadro 5 – Produções brasileiras no período de 2002-2022 que abordam algum aspecto da história da educação de surdos – Catálogo de Teses e Dissertações Capes

Filtro						
- História AND “Educação de surdos”		- História AND “Educação de surdos”		- “História da Educação de surdos”		
- Mestrado profissional e acadêmico		- Doutorado		- Todos os termos sem booleanos		
				- Mestrado profissional e acadêmico		
				- Doutorado		
Ano	Quantidade	Ano	Quantidade	Ano	Dissertações	Teses
2002	2	2002	1	2002	0	0
2003	1	2003	0	2003	0	0
2004	2	2004	1	2004	0	0
2005	0	2005	0	2005	0	0
2006	8	2006	0	2006	1	1
2007	1	2007	0	2007	0	0
2008	5	2008	1	2008	1	1
2009	6	2009	1	2009	1	1
2010	1	2010	1	2010	0	0
2011	6	2011	0	2011	2	0
2012	8	2012	3	2012	2	1
2013	0	2013	0	2013	0	0
2014	3	2014	1	2014	0	0

2015	4	2015	0	2015	0	1
2016	3	2016	3	2016	1	0
2017	2	2017	0	2017	1	0
2018	4	2018	1	2018	1	0
2019	3	2019	2	2019	0	0
2020	1	2020	3	2020	0	1
2021	5	2021	1	2021	1	1
2022/1	1	2022/1	0	2022/1	0	0
Total	66	Total	19	Total	11	7

Fonte: elaborado pelo autor.

Essa segunda etapa do levantamento, por sua vez, evidencia a insipiência de produções no âmbito da pós-graduação. Mesmo considerando os termos de busca separadamente e concomitantes pelo uso do booleano aditivo *AND*, o volume de produção tanto em programas de mestrado quanto de doutorado é significativamente baixo, quadro que se agrava quando se realiza uma busca pelos termos em conjunto.

Aqui é também necessário considerar algumas variáveis. A primeira delas, anteriormente mencionada, se deve ao fluxo de atualização do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes que ainda é retroalimentado manualmente pelos programas e, portanto, não reflete com precisão o volume de produções nacionais. Como exemplo disso vale mencionar trabalhos aqui referenciados como: Rodrigues (2018) e Nascimento (2019) que não são ainda listados nas buscas mesmo contendo neles os termos chave.

A segunda variável se deve a restrição dos mecanismos de filtro e busca que diferentemente das ferramentas do Google Acadêmico não oferecem personalização para busca de termos no título e no corpo do texto sendo considerados os elementos básicos descritivos informados como palavras-chave quando as dissertações e mestrados são incluídas na plataforma. Desse modo, é possível que trabalhos que abordem parcial ou integralmente a temática, mas não utilizem os termos utilizados como palavras-chave podem ter ficado de fora da busca.

A terceira variável diz respeito ao fluxo de produção e publicação das teses e dissertações. Não se pode perder de vista que artigos, capítulos de livros e livros

incluídos nas buscas pelo *Google Acadêmico* são frequentemente recortes de trabalhos desenvolvidos no âmbito da pós-graduação.

De qualquer forma, os dados quantitativos apresentados nessas duas primeiras etapas mostram-se suficientes para consolidar a afirmação acerca do volume crescente de produções voltadas para essa temática nos últimos anos, ainda que este volume seja pequeno no âmbito da pós-graduação em comparação com o fluxo de publicações em outros tipos textuais.

No entanto, essas duas etapas não respondem ainda a ação prevista para a primeira inquietação envolvendo o cruzamento de autores citados nos trabalhos e identificação de possíveis apagamentos oriundos das linhas condutoras hegemônicas o que torna necessária a utilização de ferramentas automatizadas integradas com as bases de dados e que possibilitem esse cruzamento de referências e identificação percentual dado o volume de trabalhos encontrados nas duas etapas.

Sabendo da impossibilidade, dado o tempo hábil para a produção desta pesquisa, de realizar as entradas, leituras e tabulações estatísticas desse volume de trabalho busquei uma interface com o campo da Ciências da Computação, área com a qual eu detinha alguma familiaridade em função de projetos anteriores envolvendo o ensino de programação para surdos, para munir-me então de ferramentas que me permitissem conduzir esse cruzamento de dados rapidamente.

Como parte do percurso formativo no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial - PPGEEs da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, temos a possibilidade de nos matricularmos em disciplinas optativas também em outros programas para obtenção de créditos que são também requisitos para obtenção da titulação.

Dado o contexto da pandemia e a adoção de práticas educacionais ancoradas no ensino remoto emergencial, programas de pós-graduação espalhados por todas as instituições públicas brasileiras passaram a ofertar disciplinas na modalidade remota nos últimos dois anos o que me possibilitou buscar fora da UFSCar, a capacitação necessária para utilização de novas ferramentas de tabulação de dados.

Nesse período, o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução – POET da Universidade Federal do Ceará – UFC, ofertou a disciplina “*Introduction to Python²⁴ for Text Analysis*”²⁵ como parte das ações de internacionalização do programa. A disciplina foi ofertada em inglês pelo professor Robert de Brose, que me aceitou como aluno especial.

A premissa do curso consistiu em apresentar as ferramentas básicas de programação e análise de textos em *Python* para utilização por profissionais da área da linguagem. Assim, aprendemos desde os elementos básicos da linguagem *Python* à escrita e correção de códigos de automatização de busca, contagem e correção de textos.

Em posse desses conhecimentos e com as devidas orientações de amigos profissionais experientes na área de Programação, propus-me a escrever as linhas de código em *Python* para posterior integração com os levantamentos das bases de dados o que me permitiria obter as análises quantitativas sobre os cruzamentos das referências em ordem de citações dos trabalhos. Sintetizo na imagem a seguir as diretrizes estabelecidas na programação.

Figura 6 – Roteirização e condições da programação em *Python* para tabulação de dados.



Fonte: elaborado pelo autor.

²⁴ Trata-se de uma linguagem de programação relativamente acessível com sintaxe simplificada e mais próxima da linguagem humana. Dado o seu caráter aberto, tem sido cada vez mais utilizada para automatização de tarefas e tabulação de dados.

²⁵ Introdução ao Python para análise de textos em tradução livre.

O processo de codificação mostrou-se mais trabalhoso do que eu previa, sobretudo no aspecto de integração com a base de dados da Capes que impossibilitou o fluxo de alimentação dos dados considerando a aplicação de mais de um filtro, o que exigiu um processo manual que só foi possível pelo volume baixo de trabalho e demandou uma codificação extensa de múltiplas linhas cada qual com condicionais específicas de alteração de filtro. Ainda assim, a alternativa alcançou os resultados esperados permitindo uma tabulação rápida de citações repetidas no volume de trabalhos levantados nas etapas I, II e III.

Na tabulação, considerei a classificação dos 30 autores mais recorrentes em citações dos trabalhos nacionais voltados em alguma medida para história da educação de surdos. A definição deste número se deve a dois fatores: 1) factibilidade de identificação e classificação de autores surdos, ouvintes, nacionais e estrangeiros e; 2) diferença estatística de mais de 50% em relação aos posicionados da 30ª posição em diante.

Não há aqui qualquer intenção de ranqueá-los ou estabelecer um limite de produtividade. Os dados levantados visam meramente indicar a recorrência que será posteriormente utilizada para as discussões, por isso os nomes são listados seguindo uma ordem alfabética.

Quadro 6 – Autores mais recorrentes em referências de estudos históricos da educação de surdos

<i>Autor</i>	<i>País</i>	<i>Gênero</i>	<i>Condição</i>
<i>Adriana da Silva Thoma</i>	Brasil	Feminino	Ouvinte
<i>Ana Regina e Souza Campelo</i>	Brasil	Feminino	Surda
<i>Ana Cláudia Balieiro Lodi</i>	Brasil	Feminino	Ouvinte
<i>Audrei Gesser</i>	Brasil	Feminino	Ouvinte
<i>Carlos Skliar</i>	Argentina	Masculino	Ouvinte
<i>Carol Padden</i>	Estados Unidos	Feminino	Surda
<i>Cristina Broglia Feitosa de Lacerda</i>	Brasil	Feminino	Ouvinte
<i>Douglas C. Bayton</i>	Estados Unidos	Masculino	Ouvinte
<i>Edward Klima</i>	Estados Unidos	Masculino	Ouvinte

<i>Gládis Perlin</i>	Brasil	Feminino	Surda
<i>Harlan Lane</i>	Inglaterra	Masculino	Ouvinte
<i>Karin Lilian Strobel</i>	Brasil	Feminino	Surda
<i>Lodenir Becker Karnopp</i>	Brasil	Feminino	Ouvinte
<i>Lucinda Ferreira Brito</i>	Brasil	Feminino	Ouvinte
<i>Lucyenne Matos da Costa-Vieira Machado</i>	Brasil	Feminino	Ouvinte
<i>Madalena Klein</i>	Brasil	Feminino	Ouvinte
<i>Márcia Goldfeld</i>	Brasil	Feminino	Ouvinte
<i>Márcia Lise Lunardi Lazzarin</i>	Brasil	Feminino	Ouvinte
<i>Maria Cristina da Cunha Pereira</i>	Brasil	Feminino	Ouvinte
<i>Maria Aparecida Leite Soares</i>	Brasil	Feminino	Ouvinte
<i>Maura Corcini Lopes</i>	Brasil	Feminino	Ouvinte
<i>Oliver Sacks</i>	Estados Unidos	Masculino	Ouvinte
<i>Paddy Ladd</i>	Inglaterra	Masculino	Surdo
<i>Regina Maria de Souza</i>	Brasil	Feminino	Ouvinte
<i>Ronice Muller de Quadros</i>	Brasil	Feminino	Ouvinte
<i>Sandra Patrícia Faria Nascimento</i>	Brasil	Feminino	Ouvinte
<i>Solange Maria da Rocha</i>	Brasil	Feminino	Ouvinte
<i>Sueli Fernandes</i>	Brasil	Feminino	Ouvinte
<i>Tatiana Bolivar Lebedeff</i>	Brasil	Feminino	Ouvinte
<i>Tom Humphries</i>	Estados Unidos	Masculino	Ouvinte
<i>Ursula Bellugi</i>	Alemanha	Feminino	Surda
<i>William Clark Stokoe Junior</i>	Estados Unidos	Masculino	Ouvinte

Fonte: elaborado pelo autor.

Analisando atentamente a tabela de autores mais recorrentes, é possível concluir que dessa amostragem mais de 64,5% são brasileiros (20), 19,3% (6) são estadunidenses, 6,4% (2) são ingleses e apenas 3,2% (1) alemã considerando ainda que essa última, Ursula Bellugi, embora nascida na Alemanha obteve dupla cidadania ao se casar com o estadunidense Edward Klima, sendo ambos citados concomitantemente e na mesma proporção pelos trabalhos em parceria. Além disso, dentre os autores 74,19%

(23) são mulheres e, por fim, do total de pesquisadores 83,6% (26) são ouvintes configurando esse grupo como majoritário em referências.

A recorrência de citações desses autores não é mera coincidência, sobretudo em relação aos brasileiros visto que se configuram em personalidades de amplo reconhecimento na pesquisa e entre as comunidades surdas pelo papel que desempenharam nos movimentos políticos, produções acadêmicas seminais e defesa da escolarização de surdos e do reconhecimento da língua de sinais nas últimas quatro décadas.

Os dados, no entanto, confirmam os apagamentos provocados na inquietação 1. Isso porque dentre os pesquisadores que são surdos constantemente referenciados, apenas Carol Padden e Paddy Ladd se destacam pelas investigações e registros históricos internacionais, principalmente esse último.

Outro fator a ser considerado remete diretamente a inquietação 2 no que tange a baixa frequência de recorrência às obras originais. Autores como Harlan Lane, Paddy Ladd, Carol Padden e Tom Humpries ainda que consideravelmente referenciados frequentemente aparecem marcados por *apud* o que indica o movimento de citação de citação.

Por fim, em relação aos eventos que são recorrentes nos trabalhos que abordam em alguma medida aspectos da história da educação de surdos, realizei uma nova busca com fins meramente quantitativos utilizando como referência uma lista base de congressos internacionais voltados para o campo da surdez a partir do trabalho de Rodrigues (2018), empregando como termo de busca os nomes dos congressos e como operador booleano: todas as palavras juntas – para o nome dos congressos acrescido de AND e o nome do país sede em língua portuguesa apenas.

Apresento a seguir a relação de recorrência de menção aos eventos, considerando pelo menos uma edição de cada e indicação do país sede:

Quadro 7 – Recorrência de menção de eventos da história da educação de surdos

Evento	Recorrência		
	País	Google	Capes
Congresso Universal para o melhoramento do destino dos surdos-mudos	Paris	2	0

Congresso internacional para o melhoramento do destino dos surdos-mudos	Milão	19.300	817
Congresso internacional dos surdos-mudos	Chicago	2	0
Congresso Internacional para Estudos de Questões de Educação e de Assistência de Surdos-Mudos	Paris	4.560	3

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Rodrigues (2018).

Como os resultados, salvo para os congressos de Paris e Milão em suas edições principais, foram irrisórios na plataforma do Google e sem resultados na Capes, apliquei ainda em uma segunda tentativa alguns dos nomes dos locais sede de outras edições, sendo elas: Bruxelas, Dijon e Genebra.

Em todos os casos os resultados foram zerados na plataforma da Capes. Com essa etapa final do levantamento quantitativo foi possível confirmar a inquietação 3. A recorrência de menções ao Congresso de Milão é absoluta em relação a qualquer outro evento no escopo da história da educação de surdos.

Os congressos de Paris, talvez pela proximidade ou pela recente publicação em língua portuguesa pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos – Ines aparecem timidamente entre as menções e majoritariamente pela presença de autores já descritos na lista de mais recorrentes.

Em posse desses dados, iniciei a delimitação dos documentos composicionais para o arquivo desta pesquisa.

4.2. Do apagamento histórico à composição do arquivo

Partindo desse levantamento inicial organizei uma lista de demandas visando suprir as lacunas presentes nos trabalhos até então, estabelecendo-as como parâmetros para seleção dos documentos que comporiam o arquivo. Apresento a seguir um mapa das demandas identificadas e as ações pensadas para seleção de diferentes tipos de documentos.

Figura 7 – Mapa de demandas balizadoras para seleção de documentos do arquivo



Fonte: acervo do autor

Uma vez estabelecidas as demandas busquei categorizar os tipos de documentos considerando o volume de textos e aprofundamento das informações iniciando então a investigação documental e bibliográfica.

Pensando em formas de categorização e procedimentos para organização dos documentos recorri ao guia de interpretação de fontes documentais disponível no site *University Libraries*²⁶ - UB disponibilizado pela Universidade de Maryland nos Estados Unidos.

O guia apresenta objetivamente as classificações de fontes primárias e fontes secundárias sendo as primárias definidas como informação gerada por testemunhas ou participantes de eventos passados e caracterizadas não pelo formato, mas pela sua relação com o objeto de pesquisa (UB, 2022). Essa definição empregada na rede de busca do acervo da universidade se alinha com esta pesquisa ao realizar uma categorização que considere múltiplos formatos de documentos e, pela relação sócio histórica de produção na relação cultura-história e sujeitos, daí o caráter arqueológico de investigar os “já ditos” por uma analítica foucaultiana (Foucault, 1969).

Em relação às fontes secundárias o guia da UB as define como material oriundo de interpretações a partir das fontes primárias, isto é, distantes do evento, personalidade ou local original, mas de caráter descritivo a partir deles (UB, 2022).

²⁶ Bibliotecas Universitárias em tradução livre. Pode ser acessado pelo link: <https://www.lib.umd.edu/>.

Para composição do arquivo desta pesquisa, recorro a uma expansão categórica a partir das noções de *arquivização* e *arquivamento* conforme já discutido a partir de Aquino Groppa e Do Val (2018) considerando as especificidades do material.

Em se tratando do processo de *arquivização*, isto é, da organização serial e/ou ‘*acontecimental*’ de dados composicionais do arquivo (Aquino Groppa e Do Val, 2018), elejo as práticas discursivas sobre as línguas de sinais, oriundas das atas dos congressos internacionais de educação de surdos no recorte temporal de 1878-1980 com base em Brill (2004) e complementações propostas por Rodrigues (2023)²⁷.

Segundo Aquino Groppa e Do Val (2018, p. 11):

[...] a série constitui a superfície documental sobre a qual a investigação incide, ao passo que o acontecimento fundamenta os cortes e os desvios necessários ao tratamento dos documentos propriamente. Ambos, série e acontecimento, consistem no terreno sobre o qual é possível estipular pontos de ruptura, laços de continuidade, falas singulares etc.

Tendo isso em vista, as atas desses eventos internacionais consistem em relatórios essencialmente documentais das pautas abordadas nos congressos, seus participantes e deliberações de forma periódica, mas, pela analítica foucaultiana funcionam com um conjunto que excede a noção estanque dos acontecimentos e os coloca como uma série de eventos que funcionam como partes de um todo a ser investigado (Foucault, 2008b).

O arquivamento, por sua vez, é constituído por dois eixos entrelaçados. O primeiro considera a produção internacional que aborda principalmente aspectos históricos da educação de surdos e conseqüentemente das línguas de sinais no mundo. O segundo pela produção nacional também nesse campo como uma forma de percepção dos impactos das discussões internacionais na percepção brasileira sobre os surdos e as línguas de sinais.

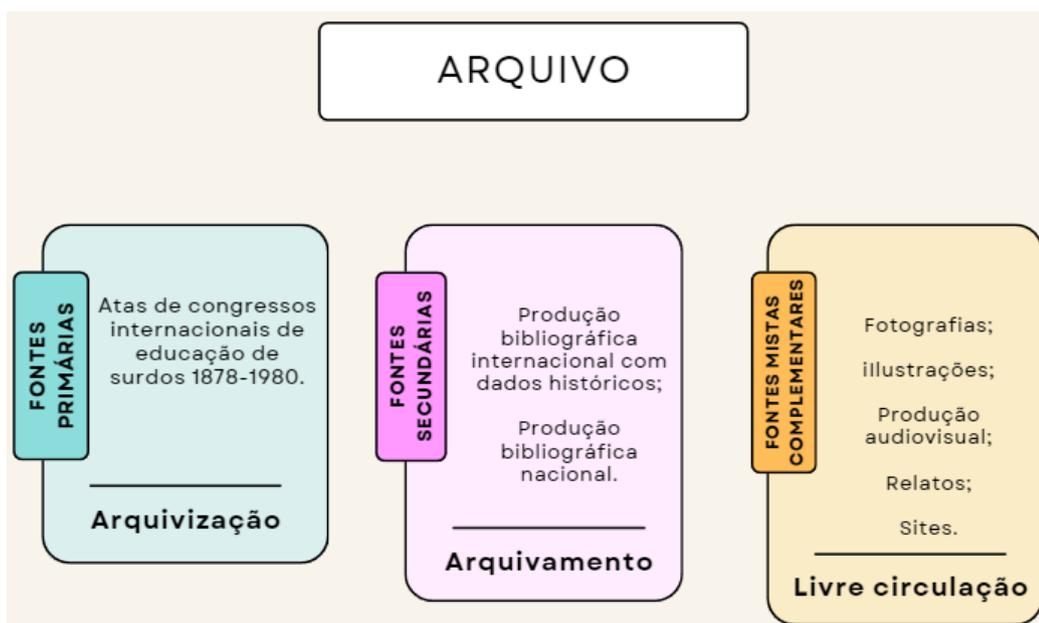
Tais trabalhos possibilitam o adensamento vertical nos eventos e práticas discursivas recorrentes nas produções sobre educação de surdos e língua de sinais, ampliando o contexto e trazendo percepções tanto de surdos quanto de ouvintes contemporâneos desses acontecimentos.

²⁷ A tese completa pode ser acessada em: <https://educacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGE/detalhes-da-tese?id=17183>.

Por fim, a categoria procedimental nomeada de ‘livre circulação’ funciona como um reforço informativo que contorna as nuances históricas do arquivo de modo complementar ao considerar novos suportes de difusão de dados que merecem um olhar atento nas pesquisas com advento das novas tecnologias digitais.

Apresento a seguir a sumarização dessa categorização pensada e expandida para produção deste arquivo.

Figura 8 - Organização e categorização do arquivo



Fonte: acervo do autor

4.3. Revisão panorâmica das fontes centradas na história da educação de surdos

4.3.1 A eleição e os critérios de análise das fontes primárias

Considerando as categorias previamente estabelecidas elegi como fontes primárias as atas dos congressos internacionais de educação de surdos no recorte de 1878-1980, especialmente os organizados por ouvintes (Brill, 1984) mas considerando outros organizados por surdos (Rodrigues, 2023). A delimitação desse recorte temporal se deve ao caráter internacional de aquecimento das discussões acerca dos métodos para

o ensino formal para surdos irradiado do continente europeu, abarcando eventos diversos, alguns dos quais o Brasil contou com delegações presentes.

Além disso, tais eventos contavam com representantes que encabeçavam as discussões sobre educação de surdos e língua de sinais no mundo, o que possibilita uma visão macro sobre essas temáticas de forma mais objetiva a partir das discussões e deliberações decorrentes desses eventos.

O exercício de retomar esses documentos implica em um movimento crítico-analítico consciente, que toma a história, tal qual as verdades dela provenientes e enraizadas nas produções acadêmicas com uma ‘invenção’, não no sentido de algo sem fundamentos ou dados, mas de uma linha narrativa pensada por um grupo e para um grupo em um dado recorte de tempo.

Por esse prisma, a eleição de dados composicionais do arquivo desta pesquisa significa também uma possibilidade de ‘invenção’ da história, ainda que a narrativa busque trazer à tona elementos vitimizados pelos epistemicídios diversos, daí um cuidado no caminhar entre as fontes que demanda melhor contextualização tanto dos dados quanto de seus autores.

Com isso em mente, para localização inicial de quais e quantos eventos internacionais ocorreram nesse recorte, recorri ao trabalho de Richard G. Brill²⁸ (1984) que, por sua vez, é aqui caracterizado como fonte secundária, o que reforça a definição da UB em relação a interpretação das fontes primárias, visto que Brill realiza de forma sintetizada um levantamento de cada evento e seus aspectos principais incluindo seus participantes.

O quadro a seguir indica todos os eventos listados por Brill no período de 1878 a 1980.

²⁸ Brill foi Bacharel em Ciências Políticas pela Universidade Rutgers, Mestre em Psicologia Educacional pela Universidade da Califórnia em Berkeley e Doutor em Supervisão Educacional pela Universidade Rutgers. Ele foi professor de surdos e diretor de várias escolas de surdos nos EUA, além de ter fundado a Escola para Surdos da Califórnia. Durante o período em que foi presidente da Associação de Professores de Surdos, do Conselho da Educação de Surdos e do Comitê Executivo das Escolas de Surdos nos EUA, ele publicou mais de 40 artigos em periódicos diversos. Seu trabalho envolve levantamento e compilação de dados, sobretudo do ponto administrativo da educação de surdos nos Estados Unidos.

Quadro 8 – Congressos Internacionais no recorte 1878-1980

Congresso	Ano	Local
Congresso Internacional para o Melhoramento das Condições dos Surdos-Mudos	1878	França – Paris
Segundo Congresso Internacional para o Melhoramento das Condições dos Surdos-Mudos	1880	Itália – Milão
Terceiro Congresso para o Melhoramento das Condições dos Surdos-Mudos	1883	Bélgica – Bruxelas
Congresso Mundial de Instrutores de Surdos e 13º Congresso Americano de Instrutores de Surdos	1893	Estados Unidos – Chicago
Congresso Internacional para o Estudo das Questões da Educação e Assistência para os Surdos	1900	França – Paris
Sexto Congresso Internacional de Educação de Surdos	1905	Bélgica – Liège
Congresso Internacional de Educação de Surdos	1907	Escócia – Edimburgo
Congresso Internacional de Educação de Surdos	1925	Inglaterra – Londres
Congresso Internacional de Educação de Surdos	1933	Estados Unidos – Nova Jérsei
Congresso Internacional de Assistência de Surdos-Mudos	1950	Holanda – Groningen
Congresso Internacional de Tratamento Educacional Moderno da Surdez	1958	Inglaterra – Manchester
Congresso Internacional de Educação de Surdos	1963	Estados Unidos – Washington D.C.
Congresso Internacional de Educação de Surdos	1970	Suécia – Escolmo
Congresso Internacional de Educação de Surdos	1975	Japão – Tóquio
Congresso Internacional de Educação de Surdos	1980	Alemanha Ocidental – Hamburgo

Fonte: Brill (1984).

Embora o trabalho de Brill seja o ponto de partida inicial para localização dos eventos, é preciso atentar para um aspecto interessante de seu levamento. Os eventos elencados pelo autor, com exceção do Congresso de Paris (1900), que contou com uma seção específica para surdos paralela à dos ouvintes, todos os demais foram congressos

organizados por/para professores de surdos, isto é, com público e delegações majoritariamente ouvintes.

Atento a isso, José Raimundo Rodrigues²⁹ (2023) aponta que o autor é:

[...] oriundo de uma família ligada à educação de surdos, ao longo de sua vida, Brill foi professor de surdos, diretor de instituições e presidente do *American Instructors of the Deaf*. Esses dados biográficos colocam-nos diante de um autor ligado a um grupo de professores promotores da oralização dos surdos. (Rodrigues, 2023, p. 69)

Do ponto de vista discursivo, o efeito dessa linha narrativa sobre a educação de surdos protagonizada pelos ouvintes (ainda que professores de surdos) tem como efeito uma percepção que passa “para o presente a imagem de uma comunidade passiva, apática e desmobilizada” (Rodrigues, 2023, p. 70).

A negligência de Brill em relação aos eventos organizados por surdos em 1889, 1896 e 1898 conforme apontado por Rodrigues (2023, p. 69) evidencia a história narrada a partir de um ponto de vista centralizador, o do ouvinte. Por sua vez, a ‘ligação’ do Brill com sujeitos promotores da oralização tem a ver com sua própria origem e trajetória e, um pouco mais tarde, com seu papel de articulação política e administrativa quando ele encabeça a direção de mais de uma escola de surdos por quase três décadas.

Em 1974, Brill publica o livro “Educação de surdos: desenvolvimento profissional e administrativo” pela *Gallaudet Press*. No prefácio, Ray L. Jones, diretor do Programa de Liderança e Formação na Área da Surdez da universidade enuncia:

É encorajador que a editora da Gallaudet publique esse material importante, disponibilizando-o para estudantes no campo da educação de surdos nos Estados Unidos. Esta publicação constitui um passo importante que contribuiu para o crescimento profissional no campo da administração e supervisão na área da surdez. É, portanto, um marco para emergência desse campo profissional que encabeça os programas nacionais de educação e reabilitação para pessoas com deficiência auditiva (Brill, 1974, s/p).

Esse registro no prefácio do livro mostra-se relevante para compreendermos as motivações da catalogação de Brill com foco nos congressos protagonizados pelos

²⁹ Rodrigues é licenciado em Pedagogia e Filosofia, Mestre em Teologia, Mestre e Doutor em Teologia, Mestre e Doutor em Educação. Atualmente atua como servidor na Prefeitura Municipal de Vitória, tem ampla experiência na Educação e se debruça em investigações que consideram fontes históricas da educação de surdos.

ouvintes. Primeiramente, pelo seu histórico de vida, considerando que os pais de Brill eram professores da Escola Oralista de *Mystic* em Connecticut, e boa parte de sua trajetória escolar se deu em escolas de surdos nos EUA e Canadá, o que o ascendeu rapidamente à cargos de gestão em escolas de surdos.

A princípio pode soar estranho um prefácio tão favorável ao trabalho de Brill partindo da editora de uma universidade referência para surdos. No entanto, vale considerar que, I. King Jordan, o primeiro diretor surdo da Universidade de Gallaudet, só passa a ocupar esse posto em 1988, isto é, 14 anos após a publicação de Brill e após um movimento vigoroso de protesto organizado pelos surdos denominado ‘Presidente Surdo Já’³⁰. Antes disso, as discussões nos EUA permaneciam protagonizadas pelos professores ouvintes, fossem eles inclinados para os métodos orais ou para o uso da língua de sinais americana.

Além disso, os livros publicados por Brill em 1978 e 1984 pouco denotam abertamente seu posicionamento em relação a preferência de um método, mas centram-se em dados objetivos e descrições oriundas de suas quase três décadas de gestão.

No livro de 1974, no entanto, a ligação de Brill com promotores do oralismo apontada por Rodrigues (2023), fica mais evidente quando o autor transita entre: 1) levantamentos de dados políticos e sociodemográficos; 2) padrões de gestão estaduais no país, credenciamento, programas de financiamento, testes de avaliação de procedimentos, desempenho e resultados, quantitativo de alunos e professores, produções de materiais e recursos de fomento e; 3) informações acerca de filosofias e recomendações de ensino, ações de instituições contrárias ao uso de sinais, como a ‘Associação Graham Bell para Surdos’³¹, cujo papel no combate ao uso da língua de sinais permanece ainda na contemporaneidade, a problemática da surdez associada a alguma deficiência e a situação do surdocegos no país.

Os dados de Brill (1974), trazem ainda um alinhamento com a perspectiva inclusivista da educação para surdos ao trazer logo na primeira seção do livro uma síntese da trajetória das chamadas ‘Escolas Especiais’ nos EUA com um olhar sutilmente alinhado às práticas assistencialistas camuflado pela relação instituição-

³⁰ Tradução livre para ‘*Deaf President Now*’ (DPN).

³¹ A Associação permanece com grande força no EUA a despeito das pesquisas e movimentos modernos em prol de uma educação bilíngue, ela centra os esforços nas práticas da oralização e métodos de ensino que a envolvam, bem como intervenções, indicações de formação, apoio a familiares etc. Mais informações podem ser acessadas diretamente no site institucional em <https://www.agbell.org/>.

família, com uma possibilidade de ensino voltado para formação para o mercado de trabalho.

No livro 'Inclusão para os surdos pré-linguais' publicado em 1978, também pela Gallaudet Press, Brill adota uma postura descritiva mais assertiva focando nos dados coletados de programas educacionais em vigência em escolas de surdos de 10 estados dos EUA.

Brill (1978) a partir dos dados coletados, indica uma predominância de métodos ancorados na chamada 'Comunicação Total' nos programas de ensino para surdos, definida como uma filosofia que incorpora práticas apropriadas que combinam formas de comunicação manual e oral para assegurar a comunicação com/entre pessoas com deficiência auditiva (Garretson, 1976, p.4).

A adoção de métodos combinados em prática em diferentes estados dos EUA (Gallaudet, 1933) serve como um indicador de uma perspectiva menos restrita aos métodos puramente orais, possivelmente pela influência dos estudos em andamento e pelo fortalecimento político e social dos surdos estadunidenses. Ao mesmo tempo, demonstra, na catalogação demográfica de Brill, maior abertura e fundamentação para uma mudança de perspectiva em relação a um método único.

É notável a preocupação de Brill (1978) acerca dos processos de inclusão de surdos em fase pré-lingual, isto é, antes da aprendizagem de uma língua nas escolas regulares de ouvintes. O autor não se posiciona contra a possibilidade da inclusão, mas chama atenção criticamente para o cuidado necessário nesse processo para considerar as especificidades de uma comunidade bastante heterogênea em que para alguns, apenas incluir nas salas regulares pode trazer mais prejuízos que benefícios, o que faz com que o autor exorte professores e pesquisadores a estarem atentos, compararem e analisarem diferentes possibilidades de programas educacionais a partir de critérios rígidos de avaliação e desempenho.

Essa obra, parece ser um fator catalisador para a catalogação de Brill (1984) acerca dos congressos internacionais, tal qual ele recomenda que os pesquisadores e professores atentem para diferentes possibilidades de ensino, cada qual com suas especificidades e público definido, ele mesmo o faz sumarizando as discussões dos congressos realizados sem perder de vista o caráter sintético e demográfico de suas obras anteriores, mas mantendo sua lógica alinhada com a perspectiva de um ouvinte,

acadêmico e gestor cujas articulações políticas fomentaram a organização e manutenção de escolas para surdos nos EUA.

Embora essa contextualização sirva para uma compreensão possível sobre a negligência de Brill em relação aos surdos, não o exime do ‘apagamento’ consciente das informações sobre os congressos de surdos em sua catalogação.

Essa negligência em relação aos demais congressos históricos é algo que se repete de forma consistente nas pesquisas nacionais e internacionais seja de surdos ou ouvintes que tomam quase que exclusivamente, por exemplo, o Congresso de Milão, como evento-marco significativa da história da educação de surdos.

Ponto, de forma lamentável, que não localizei em tempo desta pesquisa o trabalho de um pesquisador surdo que se aproxime da catalogação de Brill (1984) ou Rodrigues (2023) no sentido de identificar de forma macro e descritiva os eventos internacionais, sobretudo os organizados para surdos de forma sistematizada.

No entanto, há um esforço de pesquisadores como Paddy Ladd, Douglas C. Bayton e Carol Padden de propiciarem uma narrativa histórica concisa na perspectiva dos surdos, um movimento que parece tomar forma nos últimos anos com o trabalho já mencionado de Moges (2020), do indiano Vasishta (2006), em ambos os casos com perspectiva mais local ou centrada em movimentos interseccionais, ou ainda trabalhos como o de Cantin (2014) que estabelece uma cronologia histórica crítica em uma perspectiva surda.

Isso posto, o trabalho de Rodrigues (2023) em sua tese de Doutorado possibilita uma expansão dos dados de Brill (1984) ao incluir e abordar os congressos não listados e indicar personalidades surdas cujas ideias e ações foram também determinantes para moldar a concepção sobre a língua de sinais na história. Sumarizo a seguir os congressos de surdos adicionais elencados por Rodrigues (2023).

Quadro 9 – Congressos internacionais analisados por Rodrigues (2023)

Congresso	Ano	Local
Congresso Internacional de Surdos-Mudos	1889	França – Paris
Congresso Internacional de Surdos-Mudos	1893	Estados Unidos – Chicago
Congresso Internacional de Surdos-Mudos	1896	Suíça – Genebra

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Rodrigues (2023, p. 41),

Em posse desses dados, o volume de documentos do processo de *arquivização* desta tese inclui os congressos apontados por Rodrigues (2023) de forma complementar os já listados por Brill (1984), considerando ainda que as análises de Rodrigues cobrem até o ano de 1900 com as discussões sobre as deliberações e pautas discutidas nos congressos de surdos, ao passo que Brill avança até 1980, período em que as discussões e pesquisas mais densas centradas na língua brasileira de sinais começam a tomar forma.

Dado o volume considerável de dados presentes nas atas de todos os congressos listados, interessa, como foco desta tese, a atenção centrada nos recortes pontuais de práticas discursivas registradas nas atas, que denotam perspectivas sobre as línguas de sinais e as caracterizações delas no decorrer dos anos, com base no seguinte roteiro de análise:

Quadro 10: Questões balizadoras para análise das fontes primárias.

Fontes	Questões balizadoras
Atas dos Congressos	Como a língua de sinais é descrita?
	Qual o <i>status</i> da língua de sinais no evento?
	Qual a relação entre os métodos apresentados/defendidos e a língua de sinais?
	Qual a perspectiva predominante sobre os surdos?

Fonte: elaborada pelo autor.

Uma vez definidas as fontes primárias e o foco de buscas a partir delas com base nas questões balizadoras, indico agora a triangulação transnacional resultante das visitas às obras de cunho histórico para identificação dos possíveis impactos das práticas discursivas internacionais nas perspectivas sobre a língua brasileira de sinais.

4.3.2 A eleição das fontes secundárias e suas correlações na revisão bibliográfica

Em relação às fontes bibliográficas, aqui tratadas como secundárias, busquei verificar um período de proximidade da emergência das primeiras escolas de surdos nos Estados Unidos e no Brasil de modo a centralizar o impacto das resoluções dos congressos no recorte de tempo definido em processo de triangulação transnacional com os eventos e acontecimentos na Europa. Para isso, delimiti alguns critérios de seleção os quais sumário a seguir.

Quadro 11: Critérios de seleção da bibliografia para fontes secundárias

Suporte requerido	Critérios de inclusão
Livro digital ou impresso nacional/internacional	<ol style="list-style-type: none">1. Abordam dados históricos no recorte de 1878-1980;2. Prioritariamente trazem dados produzidos por surdos;3. Incluem dados sobre personagens surdos na história;4. Trazem alguma definição para língua de sinais;5. Publicados por editoras ligadas a instituições de educação de surdos.
Critérios de exclusão	
<ol style="list-style-type: none">1. Não abarcam central e verticalmente questões históricas;2. Centralizam as discussões nos efeitos pós-congresso de Milão e sobre ele.3. Publicadas em línguas que não fossem o inglês e português.	

Fonte: elaborada pelo autor.

Por triangulação transnacional, refiro-me às interrelações oriundas das práticas discursivas e experiências de influência na relação Europa – Estados Unidos – Brasil e seu impacto nas perspectivas educacionais brasileiras sobre a educação de surdos e consequentemente na percepção sobre a libras.

Jones (1918, p. 1) narra que a fundação da primeira escola para surdos nos Estados Unidos, em Hartford, ocorreu pela articulação de “Thomas Hopkins Gallaudet

em 1817”. Rocha (1992, p. 2) aponta que a primeira escola de surdos no Brasil, foi fundada durante o império de “Dom Pedro II em 1857”.

Considerando que o recorte de congressos no período de 1878-1980 conforme Brill (1984) e Rodrigues (2023) é posterior a fundação da primeira escola de surdos no Brasil, busquei na relação de participantes de cada evento, em quais deles, Estados Unidos e Brasil, estiveram presentes com representantes. Nessa busca identifiquei que os Estados Unidos enviaram delegados em todas as edições reportadas. O Brasil, no entanto, contou com delegados apenas nos congressos ocorridos em: 1889 (França), 1900 (França), 1950 (Holanda), 1963 (Estados Unidos) e 1980 (Alemanha).

Esses dados servem como indicadores de que, embora a participação da delegação brasileira não tenha sido marcante no recorte delimitado com proposições, as relações de influência e difusão de modelos educacionais e experiências com a educação de surdos ocorreram paralelamente aos eventos.

Sendo assim, considere para o cruzamento de dados históricos a bibliografia nacional que caracteriza as fontes secundárias do processo de arquivamento, sendo ela composta por: registros do acervo do Instituto Nacional de Educação de surdos – Ines, a primeira instituição educacional voltada para surdos no Brasil.

Dentre eles nomeio os pareceres de diretores e relatos de organização curricular e administrativa da instituição contidos na obra ‘O Ines e a Educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de surdos em seu percurso de 150 anos’ (Rocha, 2008);

A obra inicia (p. 18) retomando de forma sintetizada a história da educação de surdos destacando figuras como Juan Pablo Bonet (1579-1633) Charles Michel de l’Épée (1712-1789), Samuel Heinicke (1729-1790) e Abade Sicard (1742-1822) como responsáveis diretos pela fundação de escolas e desenvolvimento de métodos para a instrução de surdos em seus respectivos países e, posteriormente, a obra atribui a criação da primeira escola brasileira de surdos à articulação entre o Eduard Huet, um surdo francês instruído no Instituto de Surdos-Mudos de Paris, e o Imperador Dom Pedro II.

Essa publicação mostra-se especialmente relevante para esta pesquisa por três motivos. Primeiramente ela permite o cruzamento de nomes e acontecimentos

internacionais e seus impactos no Brasil ao retomar figuras históricas tanto de professores quanto de gestores.

Segundo pelo seu potencial de reprodução documental, ao sintetizar decisões de diretores do Ines que contrariam a ideia amplamente enraizada nas produções contemporâneas de que o impacto das deliberações do Congresso de Milão foi imediato e igualitário no sentido de proibição das línguas de sinais mundialmente por 100 anos.

E por fim, pelos embates, legislações e pareceres compilados que podem indicar pistas acerca de como a libras era percebida, seu lugar no processo educacional e sua evolução atrelada às relações que emergiam com a formação de uma comunidade surda centralizada, bem como as disputa entre os métodos envolvendo a articulação, minuciosamente descritos no trabalho de Valade-Gabel (1865) e os métodos combinados envolvendo o uso de sinais manuais.

Em uma esteira semelhante à dos trabalhos de Brill (1974; 1978) a tese do médico Arnaldo de Oliveira Bacellar (1926) intitulada ‘A surdo mudez no Brasil’ resgata dados censitários importantes da época, retoma aspectos históricos e a produção nacional acerca dos métodos empregados no Brasil e se aproxima de um olhar da saúde em relação à surdez, fomentando discussões sobre surdez como patologia e apresentando alternativas profiláticas em relação a ela.

Sua contribuição reside nas informações acerca das figuras que encabeçaram a produção nacional sobre métodos de articulação oral para surdos, e nas tensões que realçavam uma perspectiva assistencialista na qual a língua de sinais pouco valoraria a formação de um surdo cidadão e produtivo para os interesses do Estado.

Na esteira de produções na contramão das possibilidades exclusivamente oralistas de instrução para surdos, a obra já mencionada “*Iconographia dos Signaes dos surdos-Mudos*” do professor-repetidor Flausino José da Gama (Gama, 1875), desponta como uma tímida tentativa de difusão e circulação de uma língua de sinais ainda seminal no Brasil.

O trabalho de Gama recorreu à litografia do vocabulário da língua de sinais francesa com alterações descritivas em português. Embora trate, sumariamente de uma reprodução, o material cumpre seu papel inicial de difusão e abre portas para maior popularização do que viria a se tornar uma língua genuinamente brasileira de sinais.

Já em relação às fontes secundárias internacionais, recorri a produções bibliográficas de cunho também histórico que lançam luz às informações adicionais para contextualização histórica das discussões sobre a língua de sinais, com referências aos eventos internacionais, às figuras históricas e métodos que permearam a educação de surdos.

A obra ‘História da Faculdade de Surdos’ (Gallaudet, 1933) foi a primeira eleita pela proximidade com o ano inicial do recorte de tempo pertinente aos congressos internacionais. Vale pontuar que a data de fundação da primeira instituição de ensino superior para surdos nos EUA foi abril de 1864, 42 anos após o início da escolarização formal de surdos naquele país, um ano após o início da organização da escola de educação básica para surdos no Brasil e no mesmo ano em que o Ines recebe o financiamento do Imperador para seu funcionamento em novas instalações (Rocha, 2008, p. 31).

Os paralelos entre a fundação da então Faculdade Gallaudet, excedem o ano de fundação e revelam personagens que participaram ativamente da instituição e cujas relações se estenderam à presença posterior do Imperador Pedro II, em outras palavras, embora distantes geograficamente as influências que recaíram nos EUA estavam paralelas às que tomam forma no Brasil.

Em seguida, o trabalho de Brill (1984) intitulado ‘Congressos Internacionais de Educação de Surdos: uma história analítica’ foi o principal catalizador para a identificação dos eventos internacionais a partir da catalogação realizada pelo autor. O detalhamento sobre os congressos e os recortes das práticas discursivas serão retomados nas seções seguintes desta tese.

O livro ‘A história surda desvelada: interpretações de novos estudiosos’ (Cleve, 1993) é escrito por uma nova leva contemporânea de estudiosos, que examinam aspectos pouco explorados da história surda, destacando as perspectivas e vozes que muitas vezes foram marginalizadas. Os textos problematizam as verdades recorrentes nas pesquisas do campo e trazem à tona elementos prático-discursivos até então negligenciados acerca das campanhas pró e contra a língua de sinais.

Na contramão do dualismo vigoroso e exclusivamente militante, que estabelece a vilania ouvinte como estratégia de opressão intencional dos surdos, os autores abordam aspectos socioculturais que permearam a constituição e percepção sobre os

surdos, como as crenças dos oralistas na defesa dos métodos articulatórios como mecanismo eficiente de aprendizagem, a invisibilidade dos surdos pretos diante da implantação crescente dos métodos orais e a resiliência da comunidade surda, cuja própria existência implica na impossibilidade de erradicação das formas manuais de comunicação.

Em ‘Os sinais proibidos: a cultura americana e a campanha contra a língua de sinais’ (Bayton, 1996) que assina um dos capítulos de Cleve (1993) reforça as possibilidades de narrativas outras acerca da língua de sinais situando a história e cultura surda como elementos indissociáveis da história e cultura nacional, tensionando ainda outros elementos que alavancaram as práticas oralistas, os ideais eugenistas e a desigualdade de tratamento em relação aos surdos pertencentes à outros grupos minorizados como pretos, migrantes e mais pobres.

Na obra ‘As políticas da surdez’ (Wrigley, 1996), o autor explora a complexa interseção entre a surdez e as questões políticas. Wrigley oferece uma análise profunda das políticas governamentais, da educação à assistência social, que moldaram a vida das pessoas surdas ao longo da história.

Ele destaca as lutas contínuas por direitos e inclusão, bem como os desafios únicos enfrentados pela comunidade surda na busca por igualdade. Ao examinar as questões políticas que cercam a surdez, Wrigley oferece uma visão crítica e esclarecedora sobre como as políticas públicas afetam a vida e o acesso das pessoas surdas à sociedade em geral.

As discussões presentes nessa obra foram construídas a partir da experiência ativa do autor no trabalho com as comunidades surdas da Tailândia, o que, embora distante do eixo de análise nesta tese, ilustra uma trajetória histórica, política, linguística e cultural que parece ter sido compartilhada por surdos de todo o mundo, o que remete novamente a noção de um *Surdus mundi* tal qual já discutido a partir de Witches (2018).

Esse compartilhamento de trajetórias similares, no entanto, não implica nas comunidades surdas um caráter de homogeneização, o que fica mais evidente a partir da leitura da obra ‘*Muitas formas de ser surdo: variação internacional em comunidades surdas*’ (Monaghan *et al*, 2002) e Comunidades Surdas na América Latina – Língua, Cultura, Educação e Identidade (Zambrano e Pedrosa, 2017);

Nessas obras os autores destacam a diversidade e a riqueza das comunidades surdas em todo o mundo, explorando as diferentes culturas, línguas de sinais, identidades e experiências das pessoas surdas em vários países e demonstrando como a surdez é vivida e percebida de maneira única em diferentes contextos culturais. Por isso, a leitura das obras possibilita um olhar macro em relação aos paralelos históricos vividos pelos surdos em diferentes países, experiências essas que serviam de dados para fomentar as discussões nos congressos internacionais.

Pensando na constante dicotomia de percepção da surdez como deficiência-diferença, a obra ‘Condenados pela sua diferença: a construção cultural dos surdos como deficientes’ (Branson e Miller, 2002), possibilita uma compreensão mais clara acerca de como os mecanismos de governamentalidade imprimiram nos sujeitos surdos o rótulo de deficiência, reduzindo à língua de sinais a um elemento acessório e utilizando a língua oral como estratégia de manutenção de operadores coloniais.

Na mesma esteira, o trabalho editado por Cleve (2007) ‘O leitor da história surda’ (Cleve, 2007) consiste em uma compilação abrangente de ensaios e documentos que mergulham profundamente na história da comunidade surda ao longo dos séculos. Esta obra oferece uma perspectiva multidimensional sobre a experiência surda, abordando não apenas aspectos linguísticos e culturais, mas também questões políticas, sociais e educacionais.

Os diversos textos reunidos neste livro revelam a evolução das atitudes sociais em relação à surdez e destacam o papel crucial desempenhado pelos surdos na construção de suas próprias identidades e na luta por direitos e inclusão ao longo da história, o que permite uma retomada de uma narrativa histórica na perspectiva dos surdos e partindo de suas experiências, uma tarefa combativa e de resgate para os prejuízos resultantes do ‘epistemicídio surdo’ (Rezende-Curione, 2022).

Esse movimento de retomada que traz para a centralidade das discussões as vozes surdas fica ainda mais evidente nos livros ‘Abra seus olhos: os estudos surdos falando’ editado por Bauman (2002) e ‘Ganho surdo ampliando as apostas para a diversidade humana’ (Bauman e Murray, 2014) e ‘Era uma vez: os surdos franceses’ (Gicquel, 2019).

Os ensaios contidos em ambos os livros exploram uma ampla variedade de tópicos, incluindo a evolução da comunidade surda ao longo do tempo, as

complexidades da língua de sinais, a importância da cultura surda como identidade e os desafios enfrentados pelas pessoas surdas em diferentes esferas da sociedade.

O tema central dessas obras é a reivindicação de uma perspectiva ‘de baixo para cima’, que valoriza as vozes e experiências das pessoas surdas em oposição a uma abordagem ‘de cima para baixo’ que historicamente dominou a narrativa sobre surdez. Além disso, o livro também explora as interseções entre a surdez e outras identidades, como raça, gênero e sexualidade, ampliando ainda mais o entendimento das experiências surdas.

De modo complementar, mas agora focando com maior densidade nos aspectos históricos e os impactos oriundos da presença das línguas de sinais no mundo, as obras ‘Surdos ao redor do mundo: o impacto da língua’ (Mathur e Napoli, 2011); ‘A língua da luz: uma história de vozes silenciadas’ (Shea, 2017) e ‘O reconhecimento legal das línguas de sinais: defesa e reverberações pelo mundo’ (Meulder, Murray e Mckee, 2019) contribuem fortemente para a identificação de perspectivas sobre as línguas de sinais ao longo da história, algo já provocado no título do trabalho de Shea (2017) em uma associação direta da língua de sinais em um caráter salvacionista atravessado pelas relações sociais e religiosas.

A compilação dessas obras desempenha um papel crucial no cruzamento dos dados na tríade Europa-Estados Unidos-Brasil, uma vez que autoridades e delegações que aparecem nos registros primários têm suas articulações estendidas nas obras que detalham com maior especificidade suas contribuições nas discussões sobre a educação de surdos, além de oferecer perspectivas mais objetivas sobre os participantes e o modo como as informações presentes nos documentos se desdobraram como um todo.

Por fim, apresento a seguir algumas fontes complementares localizadas a partir do exame das fontes secundárias e que servirão para contextualizar e ilustrar eventos e acontecimentos a partir das discussões com as fontes primárias.

4.3.3 Fontes mistas complementares para a tecelagem histórica

As fontes que indico a seguir resultam de menções a partir das fontes primárias e secundárias examinadas e servem como uma linha de costura para os dados ao oferecer apoio visual e informativo acerca dos eventos e acontecimentos históricos que serão discutidos.

Primeiramente destaco o relatório, recentemente traduzido para o português brasileiro, de James Denison intitulado “Impressões sobre o Congresso de Milão” (Rodrigues; Vieira-Machado; Nascimento, 2021). A relevância do relatório de Denison reside no fato de ele ter sido um dos quatro educadores surdos que integraram delegações em Milão. No documento ele não somente narra sua perspectiva acerca das discussões lá realizadas, como elementos dos bastidores, organização e conjuntura política e econômica do evento.

Retomar com atenção estes eventos e a atmosfera política, social e econômica europeia de forma contextual pode nos oferecer pistas valiosas sobre diferentes olhares sobre a Educação de surdos e as línguas de sinais, bem como seus impactos diretos no Brasil, dada as relações diplomáticas no período imperial e a presença de professores e missionários estrangeiros nos primórdios da fundação da primeira escola de surdos do Brasil em 1856 (ROCHA, 2008).

Vale ressaltar que as atas referentes a esse congresso, apenas o relatório elaborado por Kinsey, secretário da seção anglo-saxônica do Congresso de Milão, e as atas da Seção dos Ouvintes do Congresso de Paris contavam com traduções em língua portuguesa do Brasil no momento deste levantamento, realizadas sob a curadoria da professora Solange Maria da Rocha do Instituto Nacional de Educação de surdos – Ines, a partir de 2011, e integram a chamada Coleção Histórica disponível para *download* no site institucional³².

Em publicação recente, Rodrigues e Vieira-Machado (2019) contribuem com uma tradução das atas do Congresso de Lyon (1879). As análises desses documentos são ainda recentes, no Brasil, o que reforça o caráter original e inovador desta pesquisa visto que muitas dessas fontes históricas são ainda inexploradas e, dentre as etapas da pesquisa, as traduções inéditas em português brasileiro por si só representam um marco contributivo para futuras produções nacionais.

As discussões aqui propostas não se restringem a uma linearização dos registros históricos, ainda que eles sigam uma linha temporal em termos de organização, mas parte deles como peças para confecção de um mosaico através do qual se poderá focar em eixos específicos identificando as perspectivas sobre as línguas de sinais.

³² As obras que integram a Coleção Histórica mencionada podem ser baixadas gratuitamente pelo site do Instituto Nacional de Educação de surdos – Ines através do endereço: <http://ines.gov.br/publicacoes>

Destaco também a Coleção de Fotografias Históricas³³ da Universidade de Gallaudet contendo cerca de 80 mil fotografias documentando a história da instituição e personagens marcantes nos movimentos de escolarização de surdos nos Estados Unidos e no mundo, além de milhares de livros, volumes de periódicos e documentos digitalizados dos últimos dois séculos disponibilizados gratuitamente.

Na mesma esteira, o *Deaf History International*³⁴, uma organização associativa global, mantém um site-repositório com links e indicações de materiais intercontinentais diversos abarcando a história das comunidades surdas no mundo e promove eventuais anuais em torno da temática.

Além deles, o repositório organizado pelo Laboratório de Pesquisa de Língua de Sinais – SLRL, da Universidade de Georgetown vem disponibilizando materiais diversos e principalmente filmagens históricas e biografias de figuras marcantes na história da educação de surdos.

Esses filmes representam um dos grandes achados da empreitada de cruzamento de dados a partir das fontes primárias e secundárias. Suppala e Clark (2015) mencionam brevemente sobre uma visita de Dom Pedro II a Universidade de Gallaudet em 1876, a partir do relato de um personagem surdo categórico, porém apagado da produção brasileira, chamado Edward Allen Fay. No repositório fílmico do SLRL é possível visualizar não somente a transcrição do discurso de Allen Fay sobre Dom Pedro II como o próprio vídeo com legendas.

O registro mais moderno em vídeo e em fotografia representa um marco de preservação da produção histórica em língua de sinais e na história dos surdos no mundo. A experimentação decorrente do manuseio dos materiais e observação direta dos vídeos reforça a sensação de revisitar os porões em buscas de detalhes que de outro modo poderiam passar despercebidos e abrem caminhos para múltiplas linhas de investigação.

Essa percepção, no entanto, talvez não fosse possível considerando apenas os textos escritos e documentos por mais descritivos que eles sejam. A observação direta das produções audiovisuais fornece pistas linguísticas, detalhes e percepções que

³³ Gallaudet University Historical Photograph Collection em tradução livre. Acesso em: <https://gaislandora.wrlc.org/>

³⁴ História Internacional dos Surdos em tradução livre. Acesso em: <https://www.deafhistoryinternational.com/>

materializam práticas discursivas de forma orgânica e possibilitam, como parte desta investigação, o contraste com as práticas discursivas modernas sobre as quais discorreremos adiante.

Por fim, os dados netnográficos coletados como forma de evidenciar nas práticas discursivas contemporâneas sobre a libras, um olhar essencialmente próximo da caracterização do *exótico colonial*.

4.4. Práticas discursivas contemporâneas sobre a libras

Considerar apenas os documentos e práticas discursivas inerentes às produções das fontes selecionadas incorreria no risco de restringir os deslocamentos de poder a uma discursividade acadêmica e hegemônica, o que novamente deixaria as questões sócio-políticas e as subjetividades em um plano de fundo secundário.

Pensando nisso, dado a potencialidade de coleta de formações discursivas materializadas na contemporaneidade para além das produções acadêmicas, isto é, no cerne das relações sociais proeminentes no interior das comunidades surdas em sua interface dialógica com as comunidades de ouvintes.

Essas relações, frequentemente marcadas por tensões, permitem evidenciar a cristalização dos fatos históricos em verdades constituídas, sejam elas ancoradas nas produções acadêmicas ou mesmo na identificação dos próprios sujeitos e suas percepções, o que me imbui no exercício desta pesquisa desse *modus operandi* arqueólogo em que o principal objeto de interesse reside nas ideias que se apresentam nos limites do discurso.

Por esse prisma, alinho-me a Albuquerque Jr. (2000) quando ele diz que:

Os fatos históricos seriam como arrecifes, nascidos do paciente trabalho de aglutinação dos detritos, da dispersão de práticas discursivas, que vão se cristalizando e delineando o relevo do passado, que, embora nos apareça inteiriço e sem fissuras, guarda no seu interior, para um curioso arqueólogo, movimentos tectônicos incessantes, vagas e estremecimentos que ameaçam fazer voltarem no tempo àquelas cristalizações (p. 120).

Isso porque não somente a história da educação de surdos como a das línguas de sinais vem sendo demarcadas nesse relevo de constantes estremecimentos nos quais o

operador lógico do poder provoca movimentos de circularidade ancorados nos saberes hegemônicos em alternância em dados recortes históricos.

Os embates políticos e identitários que outrora centralizavam os movimentos de surdos em prol de seu reconhecimento social, linguístico e cultural perduram por pelo menos três séculos valendo-se de argumentações nem sempre inéditas, daí a noção de “voltar no tempo àquelas cristalizações” conforme mencionado por Albuquerque Jr (2000, p. 120).

Assim, parece necessário atentar a essas ideias que preenchem os limites discursivos na atualidade, com a tarefa de compreender com maior clareza de que modo as cristalizações têm sido retomadas e contrastar as motivações que as fomentaram no passado e hoje.

Pensando nisso, lanço mão da netnografia, assumindo-a como uma forma complementar de coleta de dados contemporâneos. Kozinets (2014) define a netnografia como:

[...] uma forma especializada de etnografia e utiliza comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural na Internet. Sua abordagem é adaptada para estudar fóruns, grupos de notícias, blogs, redes sociais etc. (p.203).

Utilizá-la mostra-se oportuno dado o advento das novas tecnologias de comunicação e informação que propiciaram aos surdos formas autônomas de se expressarem e travarem discussões diretamente na língua de sinais. Além dos aplicativos e softwares de conferência, as redes sociais se tornaram um novo campo de discussões com postagens de vídeos discutindo sobre temas diversos.

Nesses espaços, é possível perceber diferentes argumentos e posicionamentos que servem como evidência de biopolíticas cristalizadas visto que, apesar da publicidade e alta circulação não estão sob a vigilância de um espaço acadêmico ou se prendem a um rigor científico de análise. Isso é favorável quando considerando a intenção de discutir as relações de língua e o impacto das produções científicas nas relações sociais repletas de registros escritos e filmados que podem também se constituírem como parte de um arquivo.

É possível que, em um formato mais criterioso como uma entrevista semiestruturada, com registro em vídeo, os interlocutores se preocupem mais em manter

o rigor, a formalidade e o discurso estanque, nublando de alguma forma suas próprias percepções por temer possíveis julgamentos.

No entanto, realizar uma coleta pela via da netnografia não significa também algo solto, há preocupações metodológicas que precisam ser consideradas na produção de dados. Sobre isso Kozinets alerta:

O netnógrafo tem importantes decisões a tomar antes do primeiro contato com uma comunidade online. O procedimento de entrada, ou *entrée* cultural, parte de decisões sobre questões e temas, sobre a formulação da pergunta de pesquisa e visa a preparação para o trabalho de campo, tais como a identificação da comunidade online ou grupo a ser pesquisado. Inicialmente as formas de interação social e comunidades devem ser investigadas usando mecanismos de busca e outros meios e, ainda, o reconhecimento do campo e a forma como o pesquisador se apresentará ao grupo pesquisado são decisões fundamentais (2014, p. 203 – grifo do autor).

Com isso em mente, a produção ou coleta de dados demanda uma organização prévia com eleição de grupos específicos com perfil identificável. Por produção, considero os dados que emergem de perguntas lançadas nos fóruns e espaços interativos, tal qual ocorre regularmente nos comentários de postagens nas redes sociais. Já por coleta, compreendo o recolhimento de discursos já produzidos e postados para visualização pública no grupo investigado.

Para essa etapa de coleta de dados, os grupos foram selecionados tendo em vista o potencial de pluralidade de discussões e temáticas, a frequência de postagens e o caráter dialógico que se estabelece nas discussões entre os membros a partir da língua de sinais. A língua majoritária em circulação é a Libras, no entanto, há comentários diversos utilizando a língua portuguesa e recursos multimídia como imagens animadas, *emojis* e também vídeo-respostas a depender do teor de discussão do post.

A possibilidade de haver alguma interação com sujeitos nessa etapa da coleta exigiu que o projeto de pesquisa passasse pelo crivo do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos. A submissão ao comitê foi realizada em 21 de junho de 2022 recebendo parecer final de aprovado em 13 de julho de 2022 sob o protocolo de número 5.526.316.

Considerando os pressupostos elencados anteriormente por Kozinets (2014, p. 203), sumário a seguir os aspectos gerais dos grupos selecionados para coleta de dados na rede social *Facebook*.

Quadro 12 – Caracterização dos grupos para coleta netnográfica

Nome	Membros ³⁵	Descrição
A Sociedade em Libras	20.300	O presente grupo destina-se a proporcionar um espaço em Libras para serem abordados temas do dia a dia, da atualidade. A língua oficial do grupo é a Libras, sendo assim envie vídeos com suas ideias, apresentações, temas para debates/discussões (sic).
Libras/Língua Brasileira de Sinais	26.700	Grupo de pessoas que estão de diferentes formas envolvidas com a cultura viso espacial das pessoas surdas e lutam pela divulgação, uso, estudos, pesquisas das línguas de sinais. Todos os participantes podem postar artigos, publicações, convites, sugestões, vídeos, imagens, poesia, histórias, e qualquer artefato da cultura surda nacional e internacional (sic).

Fonte: Dados de cadastro dos respectivos grupos no *Facebook*.

Ambos os grupos selecionados apresentam perfis distintos em termos de caracterização. O primeiro “A Sociedade em Libras” concentra um número perceptível de acadêmicos surdos e ouvintes com discussões de cunho político-social mais acirradas com usuários proficientes em língua de sinais. Já o segundo, “Libras/Língua Portuguesa” apresenta um público mais misto composto também por aprendizes e a concentração de tópicos envolvendo menos debate e mais divulgação acerca da libras e cultura surda.

Esses perfis distintos mostram-se positivos pela potência de coleta de práticas discursivas que atravessam diferentes níveis de formação e atuação entre os membros transitando de forma livre entre a coloquialidade e o argumento pautado também em produções acadêmicas, por vezes, dos próprios membros o que se mostra

³⁵ O quantitativo de membros aqui apresentado foi verificado em 02/06/2022 podendo apresentar alterações em futuras observações.

relevante em uma investigação arqueológica na busca por evidenciar as formas de *governamentalidade* (Foucault, 1969) ancoradas nos saberes tradicionais estabelecidos no curso da história.

Em termos de procedimentos éticos, mesmo que os discursos coletados/produzidos possam ser compilados de grupos fechados do *Facebook* sem as identificações diretas de seus autores, as postagens podem ser localizadas com cadastro de perfil na rede e a entrada no respectivo grupo mediante solicitação a um moderador.

Além disso, é preciso considerar que diferentes redes sociais condicionam os aspectos de privacidade dos seus usuários de forma consentida previamente. Ainda assim, não se pode perder de vista a necessidade de, em caso de reprodução direta desses discursos identificáveis parcial ou integralmente, solicitar autorização de seus autores por meio de mensagem privada com um termo de Consentimento Livre e Esclarecido, especificando o objetivo da pesquisa, o teor de análise e assegurando a confidencialidade de suas identidades na escrita da tese.

Essa alternativa pode assegurar ao usuário o direito de manter a publicação ou excluí-la de visualização pública resguardando aspectos éticos e procedimentais de pesquisas em ambientes virtuais. Os dados coletados de postagens com usuários identificáveis e que não responderam a solicitação de uso ou recusaram a entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE foram imediatamente descartados. Foram consideradas apenas postagens espontâneas já realizadas no *Facebook* sem indicação de links diretos.

Considerando o interesse da pesquisa em identificar perspectivas contemporâneas sobre a libras foram utilizados termos-chave: “libras, língua, surdo, ouvinte” na área de buscas do próprio grupo que direcionassem para discussões sobre a língua de sinais. Foram consideradas apenas postagens realizadas nos últimos dois anos no intuito de resguardar a atualidade das discussões.

As práticas discursivas coletadas são apresentadas a seguir em duas colunas sendo a primeira uma tradução direta de falas postadas em libras nos grupos e a segunda uma transcrição de falas utilizadas em português como comentários ou descrição junto aos vídeos. Pela tabela é também possível identificar os respectivos grupos onde as falas foram produzidas.

Quadro 13 – Recorte de práticas discursivas observadas no Grupo 1

A Sociedade em Libras	
Traduzidos	Transcritos
A libras é uma língua profunda os ouvintes nunca vão entender como é ser surdo.	É verdade! Não é linguagem! É língua completa!
Eu não te entendo, não tem coragem de postar o vídeo em libras? Não quero o português!	A libras é uma língua natural complexa com gramática e estrutura.
Os ouvintes ocupam as vagas de professores de libras. Eles não têm respeito.	A vida com a libras é linda!
Acabou o oralismo! Respeita a libras! Libras é vida!	Que lindo os sinais! Eu não entendi tudo, mas quero muito aprender.
Linguagem de sinais? Eu não sou um macaco! Sou surdo!	O português é muito difícil para o surdo. A libras é mais fácil porque é visual.
Na história, libras não tinha <i>status</i> , agora é língua oficial do Brasil!	O Brasil é um país bilíngue, a Libras tem lei!

Fonte: Facebook – A sociedade em Libras. Disponível em:
<https://www.facebook.com/groups/1627077764235022>

Quadro 14 – Recorte de práticas discursivas observadas no Grupo 2

Libras/Língua Brasileira de Sinais	
Traduzidos	Transcritos
Os ouvintes precisam entender que a libras é a língua do surdo.	Precisamos colocar a libras no currículo das escolas, é uma língua maravilhosa.
Eu sou surdo e amo a libras porque ela é natural para mim.	Que lindo o vídeo, eu sempre me emociono. Parabéns!
A libras é uma poesia no corpo do surdo!	Viva a libras!

Libras é emoção.	Eu amo a libras!
Libras é minha vida!	Eu sempre me emociono quando vejo o surdo ‘falar’ em libras. Deus é maravilhoso em tudo!
Quero ser intérprete para ajudar os surdos!	Quando vou ser batizada em libras?
	Tenho dificuldade com português, mas amo Libras.

Fonte: Facebook – Libras/ Língua Brasileira de Sinais:
<https://www.facebook.com/groups/184242240383>

Esses recortes de práticas discursivas serão retomados no capítulo 6 da próxima seção em que trago perspectivas sobre a libras no contraste com os documentos históricos que compuseram o arquivo da tese.

SEÇÃO 3



"O dobro de 9 vidas"
1992
Chuck Baird
1947-2012
Oléo sobre tela
Fonte:RIT Libraries

Neste capítulo teço reflexões sobre as perspectivas sobre as línguas de sinais ao longo da história, partindo dos congressos internacionais catalogados por Brill (1984) e Rodrigues (2023) com foco no tratamento dispensado às línguas de sinais nesses congressos e, em seguida, na produção inicial levantada como referência recorrente no Brasil. Essa interface se configura a partir das fontes composicionais do arquivo histórico previamente desenhado para compreensão dos processos de exotização da língua de sinais.

5. Tessitura de uma história outra: olhares sobre as línguas de sinais no mundo

*“Não há nada como procurar, se você quiser encontrar algo.
Você certamente encontra algo, se procurar, mas nem sempre é exatamente o
que você estava procurando”
(Hobbit, 2012)*

Partindo do acervo composicional do arquivo delimitado na seção anterior, busco agora tecer reflexões analíticas a partir dos congressos internacionais no recorte temporal de 1878-1980, apontando os movimentos de *exotização* que perpassam à pessoa surda, relativas ao uso da língua de sinais.

É notável que os registros históricos dos congressos internacionais, dado o volume de textos presente nas atas, documentos complementares e relatos acerca desses eventos constituem uma fonte para décadas de investigações que podem cobrir uma boa parte dos tópicos principais atrelados a educação de surdos e as línguas de sinais em uma perspectiva histórica, no entanto, importa para esta pesquisa, considerando o tempo disponível e a necessidade de delimitar a investigação, localizar práticas discursivas e pistas contextuais que permitam evidenciar diferentes perspectivas sobre as línguas de sinais ao longo da história.

Pensando assim, opto por realizar as análises delimitando 4 grandes recortes temporais (quartéis), cada qual cobrindo os eventos realizados em seus respectivos períodos. Essa estratégia visa facilitar o delineamento histórico e contextual em que os congressos tomaram forma.

Quadro 15: Recortes temporais dos congressos internacionais

<i>Quartel</i>	Congressos realizados
1º 1878 - 1903	Paris (1878), Milão (1880), Bruxelas (1883), Paris (1889), Chicago (1893), Genebra (1896), Dijon (1898), Paris (1900)

2º	1904 - 1929	Liège (1905), Edimburgo (1907), Londres (1925)
3º	1930 - 1955	West Trenton (1933), Groninga (1950)
4º	1956 - 1981	Manchester (1958), Washington (1963), Estocolmo (1970), Tóquio (1975), Hamburgo (1980)

Fonte: elaborado pelo autor.

Embora os congressos apareçam aqui de forma linear, as perspectivas em voga em cada um deles denotam categorizações exóticas sobre as línguas de sinais que refletem um movimento de circularidade de práticas discursivas, no qual os olhares sobre a educação de surdos denunciam uma cosmovisão hegemônica em diferentes recortes de tempo, ainda que se buscasse nesses congressos, em tese, a delimitação de um espaço focado na pluralidade de ideias e no debate.

Nesse sentido, para Brill (1984, s/p):

Os relatos oriundos desses vários congressos internacionais evidenciam o que se sabia em cada época, os procedimentos adotados, as crenças consolidadas em diferentes partes do mundo em um dado momento. Revelam o Estado da Arte do momento. Além disso, é esperado que o conhecimento do que foi, em algumas instancias, evite que o passado se repita.

A perspectiva do autor, no entanto, pode soar demasiadamente ingênua para análise dos dados se tomada em sua literalidade, visto que seu compilado evidencia, na linearidade da ocorrência dos eventos, perspectivas hegemônicas sendo retomadas e defendidas nesses quatro períodos.

Como justificativa para a compilação dos congressos tal qual o fez, Brill delimita três critérios:

1. O congresso deveria ser de fato internacional e aberto para professores de surdos de qualquer país;
2. O evento não poderia ter restrições de tópicos a serem tratados, desde que fossem pertinentes para as discussões no campo da educação de surdos;
3. A participação não poderia se restringir à proponentes de uma determinada filosofia ou método (BRILL, 1984, p. 2).

Ao delimitar esses critérios, Brill (1984) é coerente com a noção de que a composição de um arquivo denota uma escolha teórica e metodológica que possibilita a

emergência de uma história inventada a partir da perspectiva de quem a narra, ilustrando ainda a estratégia de *arquivização* conforme discutida em Aquino Groppa e Do Val (2018).

Embora Brill busque caracterizar seu compilado de forma pretensamente asséptica, sendo os critérios de inclusão uma forma de resguardo quanto a isso, a escolha por negligenciar eventos organizados por surdos serve como indicador da relação de poder desigual acerca da potencialidade surda em relação aos debates em andamento entre os ouvintes professores de surdos à época.

Ele reconhece, contudo, que houveram congressos outros em todos os recortes temporais, como os indicados por Rodrigues (2023), mas justifica a exclusão deles sob o argumento de manutenção de um caráter supostamente democrático e diversificado nos eventos. É o caso do 'Congresso de Educação Física e Esportiva para crianças surdas pré-linguais' realizado na Holanda em 1962 e 'Congresso de Um século de oralização nos Estados Unidos' em 1967.

O primeiro foi excluído da catalogação pela pauta restrita às atividades físicas, sem adentrar em discussões gerais sobre educação de surdos. Já o segundo foi deixado de fora em função de sua polarização evidente para a defesa do método oral, algo corroborado pela Associação Graham Bell, em articulação e financiamento cooperativo com a Escola Clarke para Surdos. Contudo, ao sugerir a especificidade da pauta de forma generalista, o autor indica, em sua perspectiva, que as pautas dos congressos de surdos não o fossem (Brill, 1984, p.2).

Ainda sobre os congressos no decorrer dos anos, Brill aponta o número crescente de participantes, iniciando no Congresso de Paris (1878) com 27 delegados da Europa e 1 dos EUA em contraste com o Congresso de Tokio (1975) que contou com 2.389 delegados em sua totalidade, ou mesmo o de Hamburg (1980) que contou com 1.133 participantes oriundos de 64 países (Brill, 1984, p. 3).

Esse redimensionamento do público dos congressos tornou cada vez mais difícil manter discussões abertas e mais gerais em função do tempo disponível e da estrutura para a realização. Assim, atividades como leituras integrais de artigos dos delegados foram sumariamente reduzidas a breves exposições em conferencias principais e discussões mais centralizadas em grupos menores com sessões simultâneas.

Outro fator levantado por Brill diz respeito às línguas adotadas nos congressos e os serviços de tradução e interpretação, considerando falantes de línguas diversas presentes em um mesmo espaço. Segundo o autor, o francês é a língua predominante nos congressos do 1º quartel, com exceção do Congresso de Chicago, que contava com sessões exclusivas em inglês, mas havia um esforço para uso da língua do país sede do evento, e pouco ou nenhum esforço na promoção de tradução e interpretação nesses primeiros congressos.

Uma mudança mais significativa pode ser percebida nos congressos a partir do 2º quartel, com a presença crescente da língua inglesa. No 3º quartel com evidências mais claras da tradução dos documentos e textos dos eventos para o inglês, francês e alemão para leitura prévia dos participantes e, por fim, nos eventos finais do 4º quartel com a adoção do inglês como língua principal de comunicação.

Nos Congressos de Tóquio (1975) e Hamburgo (1980), além dos resumos em língua estrangeira, cada participante recebia um volume impresso contendo textos traduzidos para o inglês ou língua de seu respectivo país (Brill, 1984).

Com a pluralidade de línguas sendo diretamente proporcional ao aumento do número de participantes em cada ano, a demanda para interpretação das línguas orais é pontuada pela organização dos eventos. Brill (1984, p. 4) indica a ocorrência de interpretação simultânea para as línguas orais no Congresso de Chicago (1963) e nos subsequentes, uma possibilidade emergida do avanço tecnológico que permitia o uso de fones de ouvido com diferentes canais em inglês, francês ou língua do país sede.

No entanto, por questões técnicas e orçamentárias o uso de equipamento de áudio para interpretação simultânea estava centrado nas sessões principais do evento. Além disso, a demanda por profissionais intérpretes hábeis para o trabalho simultâneo multilíngue era escassa à época. Com isso, congressos como o de Tóquio (1975) optavam por uma espécie de tradução consecutiva em inglês e japonês que resumizava o conteúdo principal nos intervalos de cada parágrafo lido, uma estratégia não bem recebida por interferir drasticamente na duração do evento e pela imprecisão da comunicação.

Em se tratando da interpretação para língua de sinais o quadro se mostra ainda mais complexo. Brill (1984, p. 4) narra que alguns participantes se voluntariaram para interpretar para as línguas de sinais no Congresso de Chicago (1893), no entanto, houve

poucos registros de que algo semelhante se manteve oficialmente nos congressos subsequentes até o de Washington (1963), cujo fato de ter sido sediado na Universidade Gallaudet foi determinante para a oferta de interpretação.

Há ainda registros de interpretações para língua de sinais nos congressos de Estocolmo (1970) e Tóquio (1975). Já no Congresso de Hamburgo (1980), houve uma tentativa massiva de que a interpretação para as línguas de sinais fosse disponibilizada nas sessões em que houvesse participantes surdos, com destaque para língua de sinais americana, alemã e escandinava, além de intérpretes repetidores para auxiliar a compreensão de surdos oralizados na leitura labial.

Fica evidente pelos registros de Brill (1984) que a condução das discussões nos congressos internacionais recaí sobre os ouvintes. Inicialmente, os congressos do 1º quartel contavam majoritariamente com gestores, diretores, professores e articuladores de escolas de surdos em seus respectivos países, como o próprio Richard G. Brill. Como as escolas dirigidas por surdos eram ainda escassas e o número de surdos que ocupavam oficialmente cargos de docentes entre 1878-1925 também, esse fator contribuiu para a centralidade ouvinte nos eventos desse primeiro recorte temporal, e na participação coadjuvante de poucos surdos.

Segundo Brill (1984, p. 10):

O primeiro registro oficial de participantes surdos ocorreu no quarto congresso internacional em Chicago (1893). O encontro foi realizado juntamente com a '13ª Convenção de Instrutores de Surdos dos EUA', foi parte da Exposição Mundial de Columbia, o que o caracterizou como Congresso Mundial da Educação de Surdos. À época, havia muitos surdos professores nos Estados Unidos, muitos dos quais participaram do congresso em Chicago. O evento contou com sessões separadas para surdos e ouvintes, mas que se proibissem que ouvintes ou surdos frequentassem as sessões de um ou de outro.

De modo semelhante, o Congresso de Paris (1900) contou com a participação considerável de surdos, e maior circulação da língua de sinais. No entanto, o evento é marcado pela controversa segregação. A organização optou por separar o evento em duas seções: a de ouvintes, com 180 representantes registrados e; a de surdos, com 219. Tal segregação gerou uma série de tensões e acalorou os debates entre os dois grupos.

A disputa ideológica na defesa pela retomada e manutenção da centralidade dos métodos orais foi o fator determinante para a separação e apagamento das discussões e trabalhos apresentados na seção dos surdos.

Os organizadores da seção de ouvintes argumentaram que a separação era necessária porque os surdos participantes de sua respectiva sessão não eram professores, um argumento refutado por Edward Miner Gallaudet (da delegação americana) que apontou que “o presidente da seção de ouvintes, que realizou a maior parte das deliberações contra a sessão de surdos, era um médico que nunca foi professor de surdos” (Brill, 1984, p. 10).

Figura 9: Edward Miner Gallaudet



Fonte: Repositório do SLRL – Universidade de Georgetown. Disponível em: <https://hslldb.georgetown.edu/films/>

Liège, por sua vez, foi palco para dois congressos internacionais em 1905, em ambos os casos sem representatividade de delegações dos EUA. No primeiro evento, surdos e ouvintes permaneceram em sessões separadas, salvo pela cerimônia de abertura e a de encerramento. Já o segundo contou com a presença de 8 países sendo com número majoritário de participantes surdos franceses e belgas. O evento recebeu a

alcunha de ‘Congresso Livre’ pela inversão da lógica dominante sendo o tratamento dispensado a surdos e ouvintes equalizado.

A igualdade de tratamento de Liège não se repetiu nos eventos de Edimburgo (1907) ou no de Londres (1925) que não contaram oficialmente com participantes surdos e, apenas três participantes surdos constam nos registros oficiais do Congresso de Manchester (1958) dada a forte tradição e defesa na Grã Bretanha em relação aos métodos orais.

Uma retomada de participações oficiais de surdos ocorre no Congresso de Trenton (1933) em virtude de sua organização contar com entidades representativas de quatro organizações de instrutores surdos dos EUA, o que resultou na presença massiva de professores surdos. Embora não se tenha registros oficiais, Brill (1984, p. 10) sugere “a provável presença de intérpretes de línguas de sinais ao longo de algumas sessões”, considerando o público majoritário.

Os congressos de Estocolmo (1970) e Tóquio (1975) também tiveram maior participação de surdos, sobretudo oriundos da Universidade de Gallaudet, o que gerou maior atenção às experiências de surdos professores, apesar da oferta irrisória de serviços de interpretação.

Por fim, é no Congresso de Hamburgo (1980) que se desenha um quadro mais estável de retomada de surdos em relação às discussões sobre escolarização e língua de sinais, com a inserção de pautas nas plenárias principais e apresentação de pesquisas conduzidas por surdos alemães, estadunidenses e escandinavos, contando ainda com interpretação simultânea para língua de sinais americana, alemã e sueca.

Essa ‘alternância’ de público, direcionamento de pautas e o lugar ocupado pelas línguas de sinais nos eventos internacionais apontam para as constantes tensões e movimentos oriundos de décadas de uma visão ‘colonizadora’ sobre os surdos. Os debates ocorriam à luz das disputas de modelos médicos e socioculturais para escolarização de surdos sempre centralizando as perspectivas ouvintes.

O termo ‘colonizadora’, aqui empregado não se refere ao sentido clássico do termo no recorte das expansões marítimas e fronteiriças. Ele designa uma lógica de domínio ideológico no qual os surdos são inscritos em uma circularidade social e política subalterna, hora ocupando um espaço mais aberto de aceitação para a produção

de saberes, hora relegado a postos essencialmente coadjuvantes nas proposições e deliberações nos congressos.

Parte disso pode ser evidenciada pela crescente preocupação em relação à interpretação e tradução oral multilíngue dos textos e plenárias dos congressos. A compreensão dos materiais e proposições era um elemento chave para continuidade dos debates, compartilhamento de saberes e interlocuções entre diferentes países, mas era assim compreendida como elementar para os ouvintes, ao passo que a interpretação para as línguas de sinais se mostrava sempre acessória.

Esse entrelugar da interpretação das línguas de sinais denuncia em dados momentos uma exotização pela ótica *colonial* quando desprestigia a forma natural de comunicação dos surdos caracterizando-a com menos prioritária, ainda que a surdez e a aprendizagem dos surdos fosse a razão da própria existência dos congressos.

Noutro momento, possibilita formas alternantes de exotização *docilizadora* e de *contraconduta*. A primeira quando a língua de sinais resulta no posto de trabalho necessário para intérpretes também de língua de sinais, pela presença de surdos professores capturados pela lógica capitalista, ainda que reféns das deliberações realizadas pelos ouvintes. Já a segunda pelo movimento de retomada e protagonismo surdo como em Liège, Escolmo, Tóquio e Hamburgo em resistência às práticas de epistemicídio, trazendo a língua de sinais como algo elementar para as discussões de/sobre/para surdos.

Em todos os casos o maquinário da governamentalidade permanece em pleno vapor, inicialmente sedimentando os surdos em um espaço de subalternidade discursiva, avançando para movimentos de captura e docilização nos quais o grupo hegemônico se posta como a unidade sábia para condução de uma forma de existência idealizada na visão ouvinte, ou ainda instrumentalizando formas de condução mais autônomas e políticas na contramão do grupo hegemônico.

A alcunha de ‘Congresso Livre’ atribuída a um dos eventos de Liège cujo tratamento para surdos e ouvintes foi igualitário, rotula de forma implícita os demais congressos como ‘Congressos Não-Livres’, nos quais a diversidade e representatividade surda na e por meio da língua de sinais permaneciam cerradas a um grupo historicamente *exotizado*, os surdos.

Partindo desse contexto, apresento a seguir o plano de fundo histórico geral e as perspectivas sobre as línguas de sinais no primeiro quartel.

5.1 Panorama histórico transnacional

O final do século XIX foi uma época de efervescência científica, marcada por descobertas revolucionárias e inovações que transformaram a maneira de perceber o mundo e a sociedade (Funari, 2001). No final do século XIX, a Europa era o epicentro do desenvolvimento científico. Países como Alemanha, França e Inglaterra lideraram inovações em diversas áreas, desde a física e química até a medicina e a engenharia

Conforme Browne (2007), a teoria da evolução de Darwin, publicada em 1859, começou a ser amplamente aceita, desafiando concepções antigas e essencialmente religiosas sobre a origem das espécies. Além disso, a descoberta dos raios X por Wilhelm Conrad Roentgen em 1895 revolucionou a medicina, permitindo a visualização interna do corpo humano pela primeira vez na história.

Na Inglaterra, destacou-se o trabalho pioneiro de William Thomson (Lord Kelvin) em termodinâmica e eletromagnetismo, que estabeleceu as leis fundamentais que governam o comportamento da energia. Além disso, o avanço na teoria atômica, com contribuições notáveis de cientistas como Dmitri Mendeleev, criador da tabela periódica, e Marie Curie, que pesquisou intensivamente sobre a radioatividade na França, transformou a compreensão da matéria e das interações fundamentais (Hiebert e Hiebert, 1971).

Na França, a Terceira República (1870-1940) promoveu uma reforma educacional abrangente, tornando a educação primária gratuita, laica e obrigatória. Jules Ferry (1832-1893, ministro da Instrução Pública, desempenhou um papel fundamental nesse processo, pavimentando o caminho para a expansão da educação básica para todas as crianças francesas. Além disso, as escolas de engenharia e ciências, como a *École Normale Supérieure*³⁶, estabeleceram padrões elevados para o ensino superior na Europa (Thiesse, 1995).

No campo da linguística, o movimento neogramático, liderado por linguistas como Karl Brugmann (1849-1919) e Hermann Paul (1846-1921) na Alemanha,

³⁶ Escola Normal superior em tradução livre

revolucionou a abordagem à linguística histórica. A teoria neogramática argumentava que as mudanças linguísticas seguiam padrões regulares e previsíveis, lançando as bases para a reconstrução das línguas antigas e o estabelecimento do método comparativo histórico (Brugmann, 1967; Curtius *et al*, 1977).

Além disso, a Europa viu o desenvolvimento da linguística estruturalista, com Ferdinand de Saussure na Suíça como uma figura central. Saussure propôs a distinção entre *langue* (a estrutura linguística) e *parole* (a manifestação individual da linguagem), introduzindo conceitos cruciais para a compreensão moderna da linguística. Suas ideias, postumamente compiladas em ‘Curso de Linguística Geral’, influenciaram gerações de linguistas e proporcionaram uma nova perspectiva sobre a natureza da linguagem (Hewson, 1976).

No Brasil, esse período foi marcado por desafios sociais e políticos significativos. O país acabara de abolir a escravidão em 1888, e a República foi proclamada em 1889, substituindo o Império. Destacam-se personalidades como Oswaldo Cruz, médico sanitaria que liderou campanhas de combate a epidemias e cujas ações foram fundamentais para erradicar a febre amarela e a peste bubônica (Bueno, 2018).

No campo da Educação, em 1882, foi promulgada a Lei Saraiva, que tornou o ensino primário obrigatório e gratuito, um marco crucial na história educacional brasileira. No entanto, a escassez de recursos e infraestrutura educacional limitou a eficácia dessas políticas, especialmente nas áreas rurais e entre a população mais pobre. Apesar desses desafios, instituições de ensino superior, como a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (criada em 1874), começaram a surgir, oferecendo cursos de engenharia e arquitetura e contribuindo para o desenvolvimento industrial do país (Bueno, 2018).

No campo da linguística, destacam-se no Brasil, as contribuições de Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906), um dos primeiros antropólogos do país. Ele explorou as relações entre línguas indígenas e africanas e investigou o sincretismo cultural nas comunidades afro-brasileiras, mostrando como a linguística poderia iluminar aspectos fundamentais da antropologia cultural (Rodrigues, 2010; 2011)

A linguística também desempenhou um papel crucial nas pesquisas de Curt Nimuendajú (1883-1945), um etnólogo e linguista alemão-brasileiro. Nimuendajú estudou diversas línguas indígenas brasileiras, documentando sua gramática e

vocabulário de maneira detalhada. Seu trabalho não apenas contribuiu para preservação de línguas em perigo de extinção, mas também contribuiu significativamente para a compreensão da diversidade linguística e cultural no Brasil (Nimuendajú, 1981).

Nos Estados Unidos, o final do século XIX marcou uma era de inovação científica e industrialização acelerada. Thomas Edison, patenteou a lâmpada elétrica em 1879, inaugurando a era da eletricidade. Seus experimentos também levaram ao desenvolvimento do fonógrafo e do cinema. Além disso, a popularização do telefone por Alexander Graham Bell em 1876³⁷ revolucionou as comunicações, encurtando distâncias e conectando pessoas de maneiras antes inimagináveis (Magnoli, 2005).

A Educação Compulsória tornou-se uma realidade em muitos estados dos EUA, garantindo que as crianças frequentassem a escola por um número mínimo de anos. A diversificação curricular também foi um destaque desse período, com um maior foco em disciplinas além das tradicionais, leitura, escrita e aritmética. A Educação Vocacional, por exemplo, ganhou destaque, preparando os alunos para carreiras específicas em campos como agricultura, mecânica e comércio.

Além disso, o período viu a fundação de muitas instituições de ensino superior notáveis, como a Universidade de Chicago, que adotou um modelo educacional mais flexível e experimental. A ascensão das universidades públicas, como a Universidade da Califórnia e a Universidade de Michigan, contribuiu para o processo de democratização o acesso ao ensino superior, oferecendo oportunidades educacionais para um número crescente de cidadãos estadunidenses e migrantes.

O cenário linguístico americano era complexo, com uma multiplicidade de idiomas nativos americanos, dialetos regionais e línguas trazidas por imigrantes. Linguistas como Franz Boas, muitas vezes considerado o pai da antropologia americana, desempenharam um papel crucial na documentação e análise dessas línguas diversas.

Além disso, o período viu o início dos estudos linguísticos aplicados à educação. A diversidade linguística nas escolas públicas foi reconhecida como um desafio,

³⁷ Durante muitos anos Bell foi reconhecido como inventor do telefone, no entanto, uma grande controvérsia foi instaurada quando Antonio Meucci reclama a autoria dessa invenção e acusa Bell de ter roubado a sua ideia. A disputa pela patente gerou uma longa batalha judicial denominada ‘O Governo americano versus Alexander Graham Bell: um importante reconhecimento para Antonio Meucci’. O processo, iniciado em 1885 chegou ao fim em 1897, sem um veredicto conclusivo pela ausência de materialidade que corroborasse a alegação de Meucci, cujos trabalhos ou rascunhos não haviam ainda sido publicados. Para mais informações ver Catania (2002).

levando à introdução de métodos pedagógicos que respeitavam e integravam as línguas e culturas dos alunos. Essas práticas pioneiras lançaram as bases para a educação bilíngue e para programas de preservação linguística que seriam desenvolvidos posteriormente.

Em síntese, o plano de fundo transnacional do 1º quartel estabelece a Europa, como um centro de poder global, mantendo-a no epicentro das tensões políticas, com rivalidades imperialistas moldando alianças e conflitos. Enquanto isso, o Brasil e os Estados Unidos estavam passando por mudanças políticas internas significativas, refletindo a influência das ideias republicanas e democráticas europeias.

As relações entre essas regiões foram complexas e multifacetadas. O imperialismo europeu teve implicações diretas nas políticas de expansão dos Estados Unidos, enquanto a transição política no Brasil foi observada de perto pelos governos europeus e norte-norte americanos. Além disso, as tensões comerciais e os interesses econômicos moldaram as relações políticas e diplomáticas entre essas nações (Harvey, 2004).

Em última análise, o período de 1878 a 1903 foi um capítulo crucial na história política global, marcado por transformações radicais e interações complexas entre Europa, Brasil e Estados Unidos. As influências políticas mútuas entre essas regiões não apenas moldaram o cenário político de então, mas também estabeleceram as bases para o desenvolvimento político, social e econômico do século XX.

O foco na industrialização, urbanização, as invenções tecnológicas e o desenvolvimento da medicina impactam diretamente nas discussões sobre a surdez, com figuras como Graham Bell personificando as intenções de manutenção da lógica ouvinte e a necessidade de normalizar os surdos pelo padrão biológico hegemônico. O avanço nas tecnologias refletia, por exemplo, na estrutura e ampliação dos congressos internacionais, auxiliando desde a difusão de materiais como nos aparelhos de interpretação simultânea para as línguas orais.

Tecnologia e saúde, portanto, influenciaram drasticamente nas discussões de metodologias e na organização da educação de surdos, seja com proposições de uso de aparelhos, intervenção cirúrgica e ou terapêutica, ou ainda pelo endosso das discussões encabeçadas por cientistas da época financiados pela elite, com as promessas de grande

revolução que se daria na formação de mão de obra útil para suprir as filas do desenvolvimento capitalista industrial.

Essas figuras da ciência funcionavam como argumento potente de autoridade nos congressos, pela sua presença direta ou de suas invenções, daí as críticas de Fay e Gallaudet em relação às vozes proeminentes nas deliberações gerais dos eventos (Brill, 1984).

Os estudos linguísticos, por sua vez, ainda que em escassas tentativas de registrar línguas de grupos minorizados, focavam-se em questões mais estruturais e menos sociais das línguas de modo que, àquelas de menor prestígio ou de modalidade diversa da oral-auditiva eram igualmente tratadas como menores, simplificadas e pouco uteis. Tornar seus falantes uteis, portanto, implicava em desenvolver neles as línguas e o modo de existência do grupo hegemônico.

No período de 1904 a 1929, o mundo testemunhou mudanças profundas nos campos da medicina, educação e política.

Em 1928, Alexander Fleming descobriu a penicilina, um marco crucial que inaugurou a era dos antibióticos. Esse avanço revolucionou o tratamento de doenças infecciosas, salvando inúmeras vidas tanto no tratamento como pela profilaxia. Os avanços no uso de antibióticos foram decisivos no combate e tratamento de doenças como a meningite, uma das principais causas de surdez (Bynum, 2011).

No Brasil, a medicina também passou por transformações. Hospitais e escolas médicas foram estabelecidos em várias cidades, seguindo modelos europeus e norte-americanos. A disseminação de conhecimento médico contribuiu para melhorias na saúde pública, embora o acesso a esses avanços ainda fosse limitado para grande parte da população e trouxe implicações consideráveis para diferentes modelos educacionais.

Nesse período, a educação tornou-se uma prioridade crescente tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Houve um aumento significativo no número de escolas e universidades, refletindo um compromisso renovado com o ensino formal. As instituições educacionais passaram a adotar métodos mais científicos e focados no desenvolvimento intelectual dos alunos.

No Brasil, as mudanças no sistema educacional refletiram essa tendência global. Esforços foram feitos para expandir o acesso à educação primária, mas ainda havia disparidades significativas, especialmente em áreas rurais.

No contexto político, a Europa foi abalada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), um conflito devastador que deixou marcas profundas na sociedade e na política. Após a guerra, muitos países europeus enfrentaram instabilidade política e econômica, levando ao surgimento de movimentos extremistas em várias nações (Magnoli, 2005).

As tensões do período da Guerra e mesmo nos anos seguintes a ela impactou profundamente o circuito transnacional de congressos de educação de surdos. As relações estremecidas entre as nações e a escassez de recursos financeiros inviabilizavam os congressos com a mesma periodicidade vista no quartel anterior.

Enquanto isso, nos Estados Unidos, o período foi caracterizado pelo crescimento econômico contínuo e pela ascensão como potência mundial pós-Guerra. No Brasil, em 1930, a Era Vargas começou, marcada pelo governo autoritário de Getúlio Vargas, que implementou reformas significativas, incluindo mudanças trabalhistas e políticas, moldando o curso político do país nas décadas seguintes (Rocha, 2008).

Essa alteração no eixo global de influência com os EUA assumindo o topo da escala reverberou também na educação de surdos no Brasil, com um afastamento gradual dos modelos franceses para o ensino de surdos com maior aproximação do oralismo, e um olhar mais atento para as discussões polarizadas nos EUA entre a Universidade de Gallaudet e Associação Graham Bell, o que será mais detalhado mais adiante em Rocha (2008)

O período de 1930 a 1955, ainda centralizou os avanços da medicina, com a educação e a política fortemente vinculada às relações entre Europa, Brasil e Estados Unidos. Essas décadas foram marcadas por desafios globais, incluindo a Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos, que tiveram impacto direto nos sistemas de saúde, educação e governança dessas regiões.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) levou a avanços na cirurgia e no tratamento de trauma, impulsionados pela necessidade de tratar feridos de guerra. No pós-guerra, houve um aumento na pesquisa científica, levando a descobertas cruciais, como a estrutura do DNA por Watson e Crick em 1953. Além disso, a produção em massa de antibióticos, como a penicilina, tornou-se uma realidade instaurando uma nova era de aplicação de antibióticos com as mais diversas finalidades (Magnoli, 2005).

No Brasil, esses avanços também foram sentidos. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) foi fundamental no combate a doenças tropicais, enquanto o país avançava em pesquisas médicas e implementava campanhas de saúde pública.

O período pós-Segunda Guerra Mundial testemunhou um aumento maciço no acesso à educação em várias partes do mundo. Nos Estados Unidos, o G.I. Bill, uma lei de assistência educacional para veteranos de guerra, proporcionou a milhões de americanos acesso à educação superior, impulsionando a ascensão da classe média.

No Brasil, houve esforços para expandir o sistema educacional, com a criação de universidades e escolas técnicas. A industrialização crescente no país demandava mão de obra qualificada, resultando em investimentos em educação técnica e profissionalizante.

Na Europa, o continente estava dividido com tensões que preparavam o terreno para a Guerra Fria, com países ocidentais alinhados com os Estados Unidos e países do leste sob influência soviética. No Brasil, o país estava emergindo de um regime autoritário durante a Era Vargas (1930-1945) para um período democrático. Juscelino Kubitschek, eleito presidente em 1955, implementou políticas desenvolvimentistas, como a construção de Brasília, a capital federal, e o Plano de Metas, visando modernizar o país (Bueno, 2018).

Nos Estados Unidos, o período pós-guerra foi marcado pelo Macarthismo e pela luta pelos direitos civis. Políticas internas, como o Plano Marshall para reconstrução europeia e a Doutrina Truman para contenção do comunismo, tiveram influência global.

Por fim, no recorte de 1956 a 1983 a medicina continuou a avançar em ritmo acelerado. Houve a descoberta e a aplicação generalizada de vacinas para diversas doenças, levando a uma redução significativa das taxas de mortalidade infantil. Além disso, avanços na cirurgia, como a primeira cirurgia de coração aberto bem-sucedida por Christian Barnard em 1967, abriram novos horizontes para o tratamento de doenças cardíacas (Bynum, 2011).

Na Europa, especialmente em países como o Reino Unido e a Alemanha, os sistemas de saúde foram reformados para proporcionar acesso universal a cuidados médicos. Nos Estados Unidos, o programa de saúde *Medicare* e *Medicaid* foi estabelecido em 1965, proporcionando cobertura para idosos e pessoas de baixa renda como forma de condução biopolítica.

No Brasil, políticas de saúde pública foram implementadas para combater doenças endêmicas, e a pesquisa médica foi fortalecida com a criação de instituições de pesquisa e hospitais especializados, seguido da expansão do acesso à educação básica – ainda que centrada na elite.

Na Europa, especialmente nos países escandinavos, a educação pública gratuita e de alta qualidade foi amplamente implementada. Nos Estados Unidos, houve um movimento pelos direitos civis que também impactou a educação, culminando na Lei de Educação Superior de 1965, que visava aumentar o acesso à educação superior para minorias e grupos de baixa renda (Cunha, 2007)

A política, nesse último quartel foi marcada por intensas rivalidades ideológicas durante a Guerra Fria, com a Europa Ocidental alinhada com os Estados Unidos na OTAN, enquanto alguns países europeus do Leste estavam sob a influência soviética. No Brasil, o período foi dominado por instabilidade política, com golpes militares e regimes autoritários, mais notavelmente durante o governo militar de 1964 a 1985.

Nos Estados Unidos, o movimento pelos direitos civis e a Guerra do Vietnã provocaram agitação social significativa. Na Europa, houve uma crescente integração econômica e política, culminando na formação da União Europeia em 1993, mas os anos anteriores a esse evento foram marcados por protestos estudantis e movimentos sociais, especialmente em países como França e Alemanha.

Olhar para a educação de surdos e as discussões relacionadas às línguas de sinais com esse pano de fundo possibilita uma maior clareza acerca dos discursos hegemônicos e as tensões dos congressos nacionais. O rápido avanço da medicina, por exemplo, reforçava o ideal de surdez como uma falha biológica para qual uma solução poderia surgir a qualquer momento, o que catalisava um esforço maior para os métodos orais, especialmente no segundo e terceiro quartel, para adequação do surdo à sociedade ouvinte, até que o ‘problema’ da surdez fosse resolvido (Bynum, 2011).

No cenário político as tensões entre os países provocavam maior ou menor participação de determinados países nos eventos, como é o caso da Rússia, que embora potente nas discussões sobre a surdez pouco se envolveu nos eventos internacionais.

A seguir, foco as discussões nas nuances históricas que permearam a organização dos congressos internacionais.

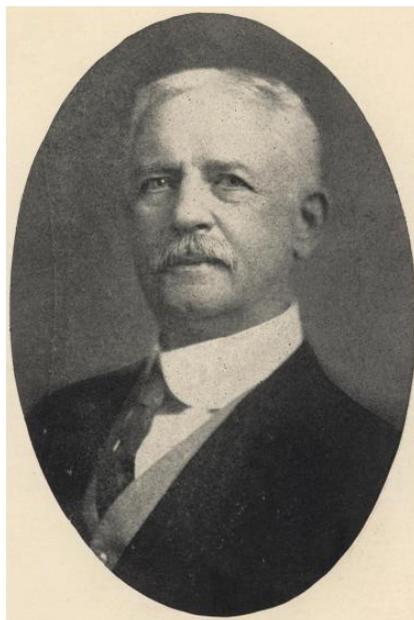
5.2 Entrelaçamentos: história e línguas de sinais no 1º quartel: 1878-1903

Na esteira dessa efervescência da medicina, industrialização e tecnologia no contexto de reestruturação política, social e educacional desse primeiro recorte temporal, a organização em 1878 do “Congresso Internacional para o Melhoramento das Condições de Cegos e Surdos-mudos”, em Paris (Brill, 1984, p. 13), marca a abertura do circuito de discussões transnacionais sobre a educação de surdos.

As impressões sobre a realização do congresso aparecem nos registros de uma figura ouvinte, Edward Allen Fay (1843-1923), cuja biografia sobre ele diz:

[...] era muito respeitado na comunidade educacional de surdos. Seu pai, o reverendo Barnabas Fay, fundou a Michigan School for the deaf em 1851 e proporcionou a Edward um contato precoce com pessoas surdas e com a língua de sinais. Ele lecionou na New York School for the Deaf por três anos antes de aceitar a oferta de Edward M. Gallaudet para lecionar na recém-criada Gallaudet College. Por mais de 50 anos, o Dr. Fay lecionou na Gallaudet principalmente na área de idiomas e tornou-se vice-presidente da faculdade em 1885 (SLRL, s/d, s/p).

Figura 10: Edward Allen Fay



Fonte: Patterson (1923).

Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/44462320.pdf>.

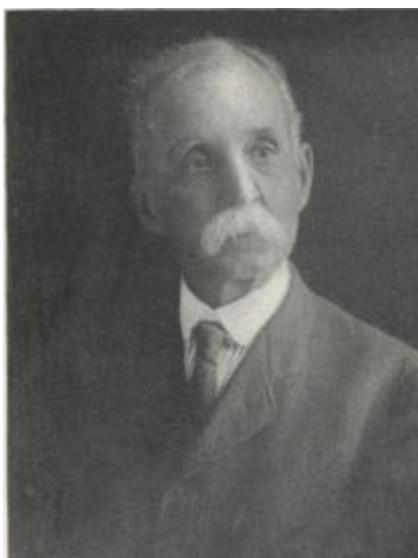
Fay teve grande relevância na história da educação de surdos nos EUA, recebendo a alcunha de ‘mestre sinalizador’ tal qual Edward Miner Gallaudet e

ocupando um posto de prestígio e referência para os surdos do país. Sua posição em relação à comunidade surda é a de defesa do uso de sinais a partir de sua própria experiência de contato com surdos desde a tenra infância. É também Fay o responsável pelo relato já mencionado da visita de Dom Pedro II à escola de surdos estadunidense.

Seu relato sobre o primeiro congresso (Fay, 1879) é marcado por uma tensão inicial e desencontros entre o que ele aponta e o que aparece de fato nas atas do evento. O convite para o congresso, supostamente não chegou a Fay e Gallaudet a tempo, de modo que ambos não estiveram presentes. Assim os EUA, de acordo com os registros divulgados na França, foram representados por J.D. Philbric.

Ocorre que Fay realizou algumas pontuações críticas em relação ao evento e a alegada representatividade estadunidense. Em relação a Philbric, Fay (1879) pontua que o representante não era professor de surdos, tampouco representava formalmente os EUA, que contou com a presença de outras pessoas dentre elas James Denison, um surdo usuário da língua de sinais (Brill, 1984, p. 18).

Figura 11: James Denison



Fonte: Gallaudet Press.

Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44464171?seq=2>

Em relação ao evento, ele é contundente ao afirmar que o congresso concentrava defensores franceses das ‘Escolas de Articulação’³⁸ – alcunha das escolas que

³⁸ *Articulation Schools* em tradução livre.

empregavam métodos orais, e que embora eles fossem maioria no evento, representavam em termos práticos um número irrisório comparado às diversas instituições que empregavam métodos manuais na França.

Em linhas gerais, as deliberações presentes na ata do Congresso apontavam que, embora os surdos estivessem utilizando as línguas de sinais entre eles e na comunicação com os professores e sendo escolarizados por métodos que a empregavam, os países deveriam dar preferência aos métodos que propiciavam o desenvolvimento da fala oral e da leitura labial como mecanismos elementares de integração dos surdos à sociedade.

O documento apontava ainda que tal estratégia focada na oralização representava um movimento hegemônico na “Europa e até mesmo nos EUA” (Paris, 1878, p. 233), uma asserção refutada por Fay. Ele argumenta que o movimento em favor dos métodos orais apresentava um movimento crescente nos EUA, mas de modo algum se mostrava hegemônico no país (Fay, 1879, p. 57).

Aqui vale atentar para três pontos importantes. Primeiro, a produção de argumentação falaciosa em torno da efetividade do método oral, divulgado como algo em plena efetividade em diversos países sem, no entanto, a apresentação de dados reais que corroborassem essa asserção.

Segundo, pelo fato de ser um evento realizado em Paris, mas sem a presença das principais escolas de surdos francesas cujos métodos manuais integravam o cotidiano escolar, com a presença de professores surdos.

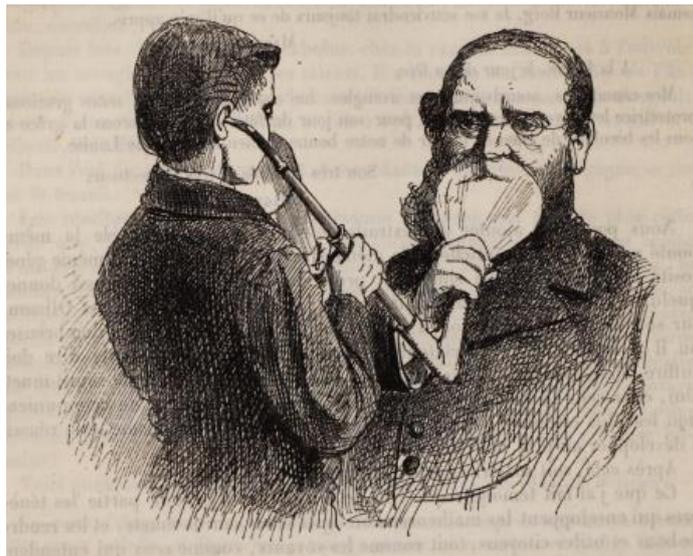
A predominância de apoiadores da oralização está intimamente relacionada aos organizadores desse Congresso. Segundo Brill (1984, p. 13).

O primeiro Congresso Internacional foi organizado por representantes da Sociedade Pereire, assim denominada em homenagem a Jacob Pereire, o primeiro professor de surdos na França. O objetivo principal do grupo era a defesa da adoção do método oral de forma geral. Os descendentes de Pereire era membros de um abastado setor bancário, e contribuíam com quantias generosas para apoiar o grupo e a Escola Pereire de Surdos-Mudos, uma das poucas escolas oralistas na França à época.

Esses dados apontam para um interesse genuinamente econômico de uma elite que se escorava no financiamento como forma de propagação de ideias. O congresso registrou a participação de 27 pessoas, sendo apenas um representante respectivamente da Suécia, Bélgica, Itália e EUA e os demais, oralistas franceses.

Nessa configuração, a organização garantiu um espaço amplo para perpetuação e defesa do método oral, incluindo tecnologias e técnicas para sua efetividade, camuflando-se na internacionalidade como uma estratégia de rápida disseminação da suposta efetividade e aceitação do método.

Figura 12: Aparelho apresentado como tecnologia para percepção de sons



Fonte: Paris (1878, p. 130)

As menções à língua de sinais na ata do congresso podem ilustrar a perspectiva que se sobrepunha sobre elas:

- (1) A criança surda-muda deve ser educada de acordo com os princípios da educação, que consiste no cuidado mais atento com o corpo e a mente; o primeiro deve ser extraído dos elementos do ser humano, e a segundo, do uso dos sinais naturais comuns a suas irmãs e irmãos (Paris, 1878, p. 219 – tradução do autor).
- (2) O Congresso considera que o surdo-mudo que não sofre de idiotia possui inicialmente as mesmas faculdades intelectuais e morais que a criança ouvinte e, portanto, tem o direito a uma educação semelhante e equivalente por meios e métodos apropriados (Paris, 1878, p. 219 – tradução do autor).
- (3) Magnus concluiu seus cursos no Instituto de Manilla e recebeu as seguintes notas ao sair: conduta, habilidade, aplicação, muito bom; gramática sueca, ofícios, alta distinção; composição sueca, aritmética, linguagem de sinais, distinção; religião, história bíblica, geografia sueca e geral, história nacional, história natural, caligrafia, narração, muito bom (Paris, 1878, p. 128 – tradução do autor).

Esses três recortes permitem uma visão macro do direcionamento das discussões. Em (1) aparece a menção aos ‘sinais naturais’ delimitando a comunicação gestual a um contexto familiar e afetivo. Reconhece-se a materialidade do corpo surdo como corpo humano e evidencia uma forma de comunicação e interação por uma via única, a da oralidade.

Essa ideia é corroborada em (2) pela afirmação de que a surdez, por si só, não representa um obstáculo e que a educação pelos ‘métodos apropriadas’ deve ser assegurada. O termo ‘idiotia’ é um marcador da época que denotava inaptidão ou pouco domínio intelectual para aprendizagem, uma forma então designada como referência direta à deficiência mental sobre a qual pouco se compreendia à época, o que resultava não raramente em falsos diagnósticos.

Por fim, há a indicação da presença de uma língua de sinais na grade curricular de alguns países como Suécia (3) ao indicar as disciplinas cursadas por um dos egressos da Escola de Manilha. Nesse primeiro Congresso, a língua de sinais pode ser percebida de forma transnacional, como uma ‘língua natural’, ainda que tal nomenclatura não seja diretamente empregada, acessória para o desenvolvimento, útil para comunicação cotidiana, mas não equiparada em complexidade e utilidade para o convívio social geral.

Por esse prisma, os métodos orais e a exclusividade de ensino e aprendizagem das línguas orais aparecem aqui mais como uma indicação, uma estratégia em princípio de difusão para convencimento o que permite uma distinção entre o chamado ‘método oral’, relativamente flexível no qual a língua de sinais ocupa um papel rudimentar, e o ‘método oral puro’ no qual o uso de sinais deve ser combatido (BRILL, 1984, p.15).

Essa segunda proposição aparece de forma definitiva e contundente após a ‘Convenção Internacional de 1880’ (Brill, 1984, p. 17), um evento constantemente referido na produção internacional como ‘Congresso de Milão’, aparecendo, quase que exclusivamente, na produção brasileira como o evento de maior relevância para a história da educação de surdos no mundo.

De fato, as deliberações desse congresso tiveram um impacto significativo que moldou as discussões teóricas na educação de surdos e sobre as línguas de sinais no século seguinte, mas claramente a percepção sobre ele nas produções do campo falham em olhar para os demais congressos e frequentemente apresentam uma narrativa

demasiadamente sensacionalista acerca de suas deliberações, e esvaziada do contexto de seu presente nos registros.

Brill (1984, p. 18) explica que originalmente era previsto que esse congresso ocorresse em Como, na Itália, conforme periodicidade prevista no Congresso de Paris (1878), mas tanto a data quanto o local foram alterados. O motivo principal se deve às articulações crescentes na defesa dos métodos orais financiadas por grupos de elite, como a já mencionada Sociedade Pereire, além disso, as duas principais escolas de surdos de Milão que originalmente empregavam métodos manuais a partir das proposições do método combinado de l'Épée, na ocasião já tinham aderido às práticas oralistas, ao contrário das escolas de Como, que mantinham o uso de sinais.

Participaram do evento 164 pessoas representando 8 países: França, Inglaterra, Estados Unidos, Escandinávia, Alemanha, Bélgica e Suíça e Itália como anfitriã. A comissão organizadora foi presidida pelo Abade Guilio Tarra, tendo o italiano Pasquale Fornari como secretário geral e o britânico Arthur Kinsey como um dos subsecretários e representante da delegação para o grupo falante de inglês.

O evento cumpriu sua função previamente delimitada para o convencimento de um público geral acerca da efetividade e necessidade de retomada do método oral ao estabelecê-lo como melhor alternativa para a escolarização de surdos, tal qual preferida pela Sociedade Pereire e demais defensores oralistas que financiavam o evento.

As discussões recorreram a uma roupagem pseudodemocrática, isto é, embora houvesse a representatividade de 8 países, os membros das delegações eram em maioria defensores do método oral organizados desde o princípio em articulação com Tarra.

A figura de um abade trazia um peso na articulação do evento, uma forma metafórica de oposição aos pressupostos de l'Épée, ao mesmo tempo em que assegurava um discurso de verdade e intencionalidade marcada por uma ótica supostamente idônea que visava o bem estar dos surdos.

As articulações de Tarra, no entanto, foram atentamente observadas por James Denison (Nascimento; Rodrigues; Vieira-Machado, 2021, p. 317), que em seu registro narra:

Os organizadores pareciam bem resolvidos que, o que quer que se dissesse sobre o Congresso Internacional, o crime abominável de ser enfadonho jamais lhe seria imputado. É verdade que foi um acontecimento unilateral, em que os defensores do método oral conduziram desde o princípio de sua

maneira, mas não se tratava de maneira alguma do triunfo da força bruta. Seus homens mais hábeis, mais enérgicos e mais eloquentes estavam presentes. O próprio abade Tarra era um anfitrião: entusiasmado, cativante, eloquente, constantemente seguro na defesa do seu sistema favorito, sempre pronto para interpor seu escudo de presidente do congresso, contra qualquer investida divergente. A plenitude com a qual ele se identificava com seus objetivos e mecanismos poderia sugerir, apropriadamente, que o encontro de Milão fosse renomeado de Congresso *In-tarra-nacional*.

A descrição de Denison vai além da observação de Tarra, fornece ainda uma descrição detalhada que permite um olhar completamente diverso do que comumente se observa nas produções tanto brasileiras quanto internacionais, no escopo da história da educação de surdos, as quais se restringem a replicar pontual e repetidamente, a narrativa sobre a completa proibição do uso de sinais no mundo, a partir das deliberações do congresso.

Na visão de Denison, um surdo professor:

[...] não parece de todo razoável que os conterrâneos do abade Tarra atribuam, exclusivamente à articulação, todo ou qualquer sucesso por eles obtido na educação dos surdos e mudos.

Sei, por ter observado pessoalmente, que seus alunos usam sinais em maior ou menor grau nos horários fora da escola. Ao longo da semana do congresso foram realizadas várias exibições dos alunos das duas escolas de Milão para fundamentar o “método oral puro”. Enquanto ocorriam as exibições, eu costumava notar pequenos grupos de alunos reunidos fora das salas de aula, provavelmente aguardando sua vez de serem expostos. Eles falavam e gesticulavam junto o que, ainda que de forma animada, parecia mais forçado que elegante, intercalado com tentativas de fala e leitura labial.

Duas ou três vezes, um grupo, ao notar minha atenção observando sua conversa, abruptamente parava com os sinais que estavam usando como parte do diálogo, provavelmente reconhecendo entre os espectadores algum membro do congresso de agosto, na qual seus instrutores buscavam causar certa impressão.

Algum tempo depois, ao me aproximar de um dos grupos, eu inquiri em sinais se eles alguma vez fizeram uso dos sinais. A resposta foi um vazio perplexo em cada rosto, e então, um balançar negativo das cabeças de forma generalizada. Mas quando eu os lembrei do que eu havia observado há pouco, eles se declararam culpados, com um sorriso característico, como quem comeu um fruto proibido da árvore do conhecimento, e então, tivemos alguns minutos de conversa prazerosa. Possivelmente, pode ser que eles tenham falhado em compreender minha pergunta a princípio ou tenham a compreendido de forma equivocada (Nascimento; Rodrigues; Vieira-Machado, 2021, p. 317).

A experiência de Denison atribui uma visão do Congresso de Milão, não como um acontecimento soberano de confluência intelectual e científica cujo debate foi determinante, mas como uma grande farsa teatralmente idealizada para o

convencimento, uma propaganda em tempo real que não representava nem mesmo a realidade de Milão. Para ele “havia evidências de uma longa preparação, muita dissimulação e manejo pessoal para causar o efeito mais impressionante” (p. 315).

Considerar esse relato, partindo de um surdo professor, usuário da língua de sinais presente no Congresso pode, portanto, significar um primeiro passo para uma análise crítica sobre esse evento nas produções nacionais, bem como observá-lo como parte de um cenário macro cujo contexto caminhava para uma consolidação de uma visão marcada pelo capitalismo produtivo escorado na ciência, na medicina e na industrialização, marcante nesse recorte temporal.

Além disso, a ideia da abolição simultânea absoluta do uso de sinais em todo o mundo a partir do Congresso, não somente é frágil como carece de evidencia documental. Fay (1881, p. 64-65 – tradução do autor) explica que:

os participantes, considerando que a adoção de um método oral puro por instituições que ainda não o implementavam deveria ocorrer de forma prudente, gradual e progressiva para ter sucesso, acredita-se que: (1) os novos alunos devem estar em turmas separadas para receber a instrução por meio da articulação oral; (2) que esses alunos deveriam estar completamente separados dos demais velhos demais para serem iniciados no novo método, cabendo a educação desses últimos ser concluída com o uso de sinais; (3) as turmas seriam abertas anualmente, até que aqueles que foram educados pelo sinais terminassem o curso de instrução.

Desse modo, a proposta foi desenhada e planejada para ser gradativa, usando as encenações e exibições apontadas por Denison para o convencimento da efetividade do método. A língua de sinais é aqui percebida como um instrumento acessório para a educação daqueles que não mais poderiam ser salvos pelo método oral. As discussões e deliberações de Milão podem ser observadas, como uma prática eugênica e elitista conforme apontado por Branson e Miller (2022).

A farsa em relação a Milão sugerida por Denison é corroborada por Gallaudet que registra suas impressões pós-Congresso. Segundo Gallaudet (1881, p. 2 – tradução do autor):

os promotores do método de articulação asseguraram toda vantagem possível para si, imbricando um caráter parcial no evento desde o seu delineamento, e o tempo dirá que a Convenção de Milão não foi mais internacional ou representativa do que a anterior ocorrida em Paris. Desse modo, suas deliberações não devem ser tomadas como representativas dos professores de surdos ao redor do mundo.

A visão de Gallaudet foi, no entanto, noticiada de forma diferente no contexto europeu. Segundo Brill (1984, p. 21) o jornal *London Times*, refutou a opinião de Gallaudet, reafirmando que o evento foi sim representativo e contou com uma argumentação de “unanimidade virtual de preferência pelo método oral que impossibilitou qualquer oposição”.

A ideia de unanimidade virtual divulgada ignora o posicionamento formal da delegação americana e de um dos delegados britânicos, que foram contrários na votação de Milão em que o método oral venceu numa relação de 160x4 votos (Buxton, 1883, p. 42).

É possível notar que o embate de Milão não recai sobre uma disputa entre as línguas de sinais e as línguas orais, mas uma disputa entre métodos e ideologias educacionais que refletiam cada qual os interesses de grupos divergentes. De um lado, a língua de sinais em uso no cotidiano e nas escolas representava uma forma de existência divergente de um padrão hegemônico a ser alcançado.

Do outro lado, a língua oral idealizava a formação de um sujeito produtivo socialmente, uma forma de normatização de docilização que imprimia sobre os surdos uma visão panóptica de vigilância. Não se tratava e tampouco havia interesse em compreender as possibilidades da língua nos processos de aprendizagem, interessava capturar os surdos para o modo de existência compreendido pela elite como benéfico. Para isso, era urgente que as línguas de sinais fossem relegadas à informalidade, as interações menores e isoladas entre os surdos como forma de manutenção da grande farsa.

Há de se pensar porque os próprios surdos como James Denison, apesar da centralidade ouvinte no evento, não se manifestaram contundentemente de forma contrária ao método oral no evento. O que é respondido pelo próprio delegado americano em seu relato:

[...] tenho consciência tanto quanto vocês, do meu fracasso em assumir um posicionamento exato e definitivo em relação aos dois métodos, aparentemente antagônicos, isto é, o sistema de articulação e o de sinais. Isto se deve ao fato de eu considerar que ambos os sistemas apresentam vantagens e desvantagens.

Caso eu me detivesse em observar apenas um lado, não incorreria em expressar opiniões menos corretas, mas elas certamente teriam sido mais deliberadas e ancoradas nos aspectos positivos. Mas, como diz Arthur Help?

“O conhecimento traz inquietações, exceções e limitações, as quais, ainda que em alguns casos conduzam à verdade, constituem, em sua totalidade, obstáculos para assunções resolutas”.

Na verdade, embora eu suspeite que muito tenha sido reivindicado em favor da articulação em Milão, sei que nos Estados Unidos essas discussões não tiveram o mesmo espaço até muito recentemente. A linguagem gestual apresenta vantagens incomparáveis no que diz respeito à instrução, mas não ocupa ainda um lugar subordinado no contexto da sala de aula. (Nascimento; Rodrigues; Vieira-Machado, 2021, p. 318 – aspas dos autores).

Esse ponto é ainda interessante por destoar de uma narrativa simplista do bem contra o mal, do nós *versus* eles. Ao indicar que ambos os métodos podem trazer algum benefício, Denison abre prerrogativa para discussões focadas em surdos outros, uma heterogeneidade da comunidade surda em que alguns podem se beneficiar em menor ou maior grau do ensino pelo método oral.

Ele tem consciência de sua abstenção, mas descreve os mecanismos pensados na articulação do congresso que tornariam sua fala pouco efetiva. Além disso, a experiência nos Estados Unidos era menos combativa pela insipiência de um movimento forte em articulação do método oral e maior abertura para um sistema combinado de ensino.

Por fim, Denison é também atento ao fato de que mesmo nos EUA, em que a língua de sinais era fortemente presente nas escolas de surdos, seu lugar na escola permanecia subordinado. Um posicionamento possivelmente crítico em relação à condução da educação em seu país pelos ouvintes, algo que logo mais, seria percebido em um despertar de consciência coletiva das comunidades surdas nos Estados Unidos nas décadas seguintes.

O terceiro evento do primeiro quartel, denominado de ‘Terceiro Congresso Internacional para Melhoria da Situação dos Surdos Mudos’, ocorreu em Bruxelas (1883) e despertou tensões mesmo antes de acontecer.

Financiado pelo governo belga, especialmente pelo ministro da justiça, supervisor das instituições de surdos do país, o que gerou uma série de incentivos para participação externa, dentre elas o pagamento de apenas metade do valor da passagem para os participantes do evento em território belga.

Figura 13: salão principal onde foi realizado o Congresso de Bruxelas



Fonte: Bruxelas (1883, p. 9)

Eugene Pereire foi o responsável pela indicação da comissão de organização e avaliação dos artigos a serem submetidos para o congresso. Dentre os membros da comissão estava Richard Elliot, diretor do Instituto Real de Educação de Surdos-Mudos de Margate, na Inglaterra.

A figura de Elliot merece um destaque aqui por dois motivos: ele foi o único a se juntar aos delegados dos EUA e votar contra a implementação exclusiva do método oral no evento de Milão (1880). Além disso, sua participação é recorrente nos eventos, tanto como debatedor quanto membro da comissão organizadora, ocupando uma posição mais branda e flexível para os métodos em debate na ocasião.

Parece haver um esforço neste Congresso, possivelmente em função das críticas a Milão proferidas por Gallaudet, para uma representação sutilmente menos radical em relação à defesa do método oral, de modo que não houve um representante italiano na comissão organizadora.

Essa escolha não passou despercebida. Segundo Brill (1984, p. 28) um periódico italiano noticiou preocupação em relação a presença de um italiano na comissão, o que

foi compreendido como uma retaliação em relação ao posicionamento contundente do país em favor do método oral, no Congresso de Milão.

Para além disso, o evento buscou se distanciar da discussão sobre os métodos e focar em questões mais administrativas e logísticas da educação de surdos partindo de seis tópicos principais:

1. A necessidade de criação de um curso ou escola de formação para professores de surdos;
2. O número máximo de alunos em sala que poderiam ser instruídos pelo método oral e até que ponto seriam instruídos individual ou coletivamente;
3. A manutenção de um mesmo professor ou diversificação deles em diferentes estágios da educação;
4. Onde e quando a formação profissional de surdos para o campo da indústria deveria se dar de forma efetiva;
5. O benefício de oficinas de aprendizagem em instituições agrícolas;
6. A necessidade de organização de um corpo diretivo em contato com todas as escolas de surdos (Brill, 1984, p.30 – tradução do autor).

A ausência de discussões sobre a língua de sinais e o foco na parte logística das escolas orais demonstra a escolha efetiva de evitar as polemicas tensões de Milão, assim, a discussão não era sobre o método, mas como proceder em sua execução, inclusive na formação de professores que atuariam em escolas de surdos.

O aspecto essencialmente administrativo das pautas, no entanto, foi duramente criticado haja vista que pautas como (1) eram caracteristicamente locais e, portanto, destoantes do aspecto internacional e generalístico do evento, razão pela qual as delegações americanas e britânicas não votaram na maioria das resoluções.

A divulgação do relatório completo trazia pautas e resoluções como: limitação de turmas para um quantitativo de 10-12 alunos; manutenção de um mesmo professor por pelo menos dois anos e, posteriormente, reorganização de acordo com a avaliação do desempenho do aluno; assistência para surdos idosos e indigentes; oficinas de empregabilidade para surdos e; comitês locais de apoio em cidades pequenas com surdos.

O foco diferente dos eventos anterior provocou um esvaziamento nos debates em relação ao uso das línguas de sinais, no entanto, dada a continuidade discursiva de organização a partir da proposição anterior em relação ao método oral, subentende-se que a parte administrativa e assistencial discutida considerava majoritariamente esse método como padrão, algo que se estendeu por afinco pelo menos até 1889, quando

ocorre um segundo congresso de surdos em Paris. O evento não foi catalogado por Brill (1984), mas explorado cuidadosamente por Rodrigues (2023).

Segundo Rodrigues (2023, p. 65) o evento que ocorreu em “ocasião do centenário de morte do Abade de l’Épée, presidido por Ernest Dusuzeau, expôs a situação dos professores surdos obrigados a se aposentarem pós-Milão”, um desdobramento das políticas que viam na língua de sinais um atraso formativo em relação aos objetivos pretendidos nos congressos anteriores, o que justificaria a demissão de surdos professores e contratação de ouvintes.

O evento traz o diferencial categórico de ser o primeiro internacional organizado por surdos abarcando representantes de 11 nacionalidades.

Figura 14: agrupamento de congressistas surdos



Fonte: Paris (1890, p. 18).

As trocas de informações entre associações e sociedades aconteciam rapidamente por meio da imprensa surda e do contato direto entre lideranças. Essa ‘internacionalidade’ surda foi particularmente forte entre 1889 e 1914, e parecia ignorar as rivalidades nacionalistas entre os países, mais particularmente entre a França e a Alemanha. [...] para lutar juntos contra um perigo universal: o método oral puro. De fato, a adoção do método oral puro em poucos anos demonstrou a falta de organização e coordenação das sociedades surdas em escala internacional (Cantin, 2014, p. 198 – tradução de Rodrigues, 2023)

Quadro 16: Nacionalidades dos surdos representantes no Congresso de Paris (1889)

Nacionalidades	Número de congressistas
Alemães	05
Americanos	22
Brasileiros	01
Ingleses	18
Austríacos	08
Belgas	24
Franceses	84
Holandeses	02
Suecos e Noruegueses	05
Suíços	06
Turcos	02
Total de participantes	177

Fonte: Rodrigues (2023, p. 141)

Pensando na perspectiva de língua, a circulação das línguas de sinais em um evento internacional, 9 anos após as deliberações de Milão, indica o movimento de confluência e conscientização emergente em relação às especificidades e formas de existência compartilhadas entre os surdos, um elemento característico do *Surdus mundi* (Witchs, 2018).

Para além disso, provoca uma ruptura com o padrão discursivo ‘replicado’ nas produções diversas sobre a educação de surdos, que provoca um apagamento secular das línguas de sinais no contexto pós-Milão, as colocando forçosamente em um processo letárgico da narrativa. Isto é, a ocorrência de um congresso de surdos e com a presença corrente das línguas de sinais em uso em 1889 demanda um olhar mais atento sobre tais práticas discursivas e merece investigações mais precisas, sobretudo no campo dos Estudos Surdos.

O protagonismo de surdos sinalizantes no evento catalisou olhares diversos de desaprovação pelo desafio ao método oral. No prefácio do relatório sobre o Congresso de Paris (1889), é possível encontrar os seguintes dizeres proferidos por Bélanger, que sumariza o pensamento do grupo de professores ouvintes inclinados para a manutenção do método oral puro.

Estamos longe de contestar aos nossos irmãos surdos o direito de se ocuparem do seu futuro, dos seus interesses e da sua felicidade. Nós pensamos, no entanto, que eles se afastaram do seu caminho, ao procurarem dar o seu parecer sobre o melhor método a seguir para a instrução dos seus irmãos. Em todo o caso, foi um congresso de surdos instruídos pelo método dos sinais. Se posteriormente, tivéssemos um congresso de surdos instruídos pelo método oral puro, talvez chegássemos a conclusões diferentes. Aliás, nem uns nem outros têm o direito de travarem progresso de um ou outro. [...] e se no futuro encontrarem uma maneira de devolver a audição aos surdos, eles terão o direito de recusar? E a prova de que os ouvintes sabem o que é necessário fazer melhor do que os surdos-mudos: Não sei o abade de l'Épée foi inventada por um surdo. (Chambellan, 1889, p. 3, – tradução do autor).

Essa perspectiva merece atenção em pelo menos dois aspectos. Aqui a língua de sinais é mantida como instrumento acessório para suprir a ausência da audição. Mesmo a evidencia de mobilização dos surdos e a reivindicação sobre o método que queriam manter para sua própria educação com base em sua própria experiência, dissolvem-se no olhar epistemicida dos professores ouvintes.

Desse modo, os saberes surdos, as línguas de sinais e toda potencialidade discursiva do evento é marcada pelo 'se' na ótica dos ouvintes defensores do oralismo, e extrapola para uma visão de futuro em que a surdez vislumbraria alguma esperança de ser erradicada, mas sem notar que o próprio discurso no então presente, consistia numa forma outra de erradicação da surdez como forma de existência constituída na e por meio da língua de sinais.

O segundo ponto, é o mecanismo de *exotização dócil* do qual os surdos lançam mão, como forma de iniciar um reposicionamento discursivo e político. Os congressos internacionais, até então presididos e organizados por ouvintes, têm seu modelo reconstruído para uma representatividade majoritariamente surda, isto é, busca-se, pelas mesmas engrenagens que colocaram as deliberações sobre os surdos, tomando-os como coadjuvantes, uma mudança de eixo referencial (Padden, 2008) no qual as deliberações de e sobre os surdos partem deles mesmos, mas ainda alocadas na governamentalidade desenhada pelos professores ouvintes.

Esse movimento se reflete no evento internacional duplo seguinte, o 'Congresso Mundial de Instrutores de Surdos e a '13ª Convenção Americana de Instrutores de Surdos', realizados em Chicago (1893). O evento traz um marcado diferencial logo em seu nome, sendo o primeiro a realizar a troca do termo 'surdos-mudos' para apenas surdos, mesmo que só no título.

Quando se discute a educação de surdos e os métodos para sua efetivação, sobretudo nesse primeiro quartel, é preciso considerar que essa educação se destinava a um grupo essencialmente branco, heterossexual, masculino e com algum acesso a recursos financeiros, daí a pauta levantada em Bruxelas (1883) sobre as demandas assistenciais para surdos idosos, indigentes ou sem condições de ascensão social e econômica.

Além disso, a corrente eugenista era marcante e crescente nesse contexto de impulsionamento da medicina e tensão política entre as nações em uma intensa corrida pelo desenvolvimento, o que levantava discussões acerca da necessidade de uma população que atendesse a um ideal biológico de corpo, cujo desvio representava um grande risco e, portanto, devia ser combatido.

Nos EUA, a figura de Alexander Graham Bell se mostrou proeminente e controversa nesse aspecto. Segundo Greenwald (2007, p. 137):

Para os surdos, Alexander Graham Bell é mais conhecido pela sua oposição à cultura surda e à língua americana de sinais, mas ele também se envolveu profundamente no movimento eugenista. Entre seus colegas e colaboradores profissionais estavam vários dos mais renomados eugenistas americanos como Charles Benedict Davenport [...] a figura eugenista mais influente no movimento eugenista estadunidense no início do século XX [...] a mãe e a esposa de Bell eram ambas surdas embora, paradoxalmente, nem Bell nem Davenport mencionem isso nas correspondências que trocaram.

Apesar do interesse e apoio de Bell ao movimento eugenista, bem como os seus estudos sobre surdez e genética, ele se recusava a defender qualquer programa que limitasse o direito dos surdos de se casarem entre eles ou mesmo que sinalizasse algum tipo de esterilização.

Ainda conforme Greenwald (2007, p. 141) Edward Allen Fay, que atuou como intérprete de Bell em mais de uma ocasião, publicou posteriormente e com financiamento de uma instituição mantida por Bell, o livro ‘Casamento de surdos americanos: uma investigação acerca do resultado dos casamentos de surdos nos EUA’³⁹.

A obra, curiosamente, desafiava algumas considerações do trabalho anterior de seu financiador. Enquanto Bell defendia que surdos normalmente se casavam com

³⁹ *‘Marriages of the Deaf in America: An inquiry concerning the results of marriages of the deaf in America’* em tradução livre.

surdos e que o resultado disso consistia em um número maior de filhos surdos do que o casamento entre ouvintes, Fay apontava que, embora de fato houvesse uma tendência de casamentos surdo-surdo, a combinação não resultava em um número maior de filhos surdos em comparação com o casamento entre ouvintes.

A publicação desses trabalhos serve para ilustrar as interferências mais ou menos radicais dos mecanismos empregados na governamentalidade das pessoas surdas nesse primeiro quartel. Algo semelhante as discussões acerca da miscigenação entre brancos, indígenas e pretos, herança da colonização, o que também caracteriza uma forma de exotização, agora biofisiológica, impulsionada pelos avanços da ciência, no viés do *exótico colonial*.

Em se tratando das mulheres, entre 1878 e 1903, um período marcado por profundas mudanças sociais e políticas, as mulheres deram os primeiros passos significativos em direção à igualdade de gênero. Nesse recorte histórico, elas enfrentaram desafios monumentais para conquistar direitos básicos, voz política e igualdade perante a lei, o que incluía a possibilidade de acesso à formação educacional.

Em 1878, por exemplo, a ilha de Man foi um dos primeiros lugares a conceder às mulheres o direito de votar em eleições parlamentares. No entanto, essa conquista foi uma exceção, já que a maioria das nações continuava a negar às mulheres o acesso às urnas. A luta se estendeu para além do sufrágio na busca por uma educação equitativa e à entrada no mercado de trabalho em alguns países.

Na mesma esteira, o olhar para a mulher surda nesse recorte era mais restritivo, visto que para além do ‘ser mulher’ havia o ‘ser surda’ implicando numa dupla categorização de subalternidade e controle tanto em relação ao direito reprodutivo quanto o de existência na diferença. Por essa ótica, a presença de mulheres nos eventos internacionais é recebida com grande surpresa por Lane (1984, p. 406 – tradução de Rodrigues, 2023, p. 65).

[...] os delegados franceses ficaram particularmente chocados e humilhados [...] com a participação de muitas mulheres surdas inteligentes e charmosas, pois mulheres surdas ainda permaneciam internadas na França e não tinham permissão para participar de reuniões sociais ou políticas.

O diferencial de Chicago (1893), portanto, repousa no desdobramento do fenômeno do congresso anterior com a mudança de eixo referencial com os surdos e

surdas debatendo seus próprios interesses, com uma visão mais branda e flexível tal qual demonstrada por Denison em seu relato.

Na abertura do evento, Philip G. Gillet enuncia:

Nos reunimos hoje não para entrar em debate e controvérsias, embora representemos e defendamos diferentes métodos para realização do grande trabalho a que nos propomos, mas para amistosamente comparar nossas perspectivas e métodos, relatando nossos acertos e dificuldades [...] vamos nos esforçar mais para aprender uns com os outros ao invés de tentarmos forçar nossos métodos e peculiaridades já que estamos aqui não como adversário, mas como colaboradores em um nobre trabalho (Brill, 1984, p. 35 – tradução do autor).

O debate e a controvérsia aos quais Gillet se refere decorre das tensões de um movimento oralista crescente nos EUA, endossados por figuras renomadas como Bell, que viam no ensino da língua oral uma oportunidade crível de integração dos surdos ao meio ouvinte, partindo da lógica da surdez como algo temporário ou passível de reparação pelas intervenções médicas, terapêuticas e tecnológicas, assim:

A junção de três acontecimentos separados, mas relacionados: o estabelecimento da Escola Carke para Surdos-Mudos em Northampton, Massachusetts; a criação do Instituto para Melhoramento da Instrução de surdos (atual Escola Lexington para Surdos) em Nova York, ambas em 1867; e o trabalho de Alexander Graham Bell, que introduziu o estudo da fisiologia vocal pela fala perceptível em 1872, resultou no encorajamento progressivo para adoção do ensino da fala para surdos congênitos. Consequentemente foram abertas 10 escolas públicas e 10 escolas privadas nos EUA que empregavam exclusivamente o método oral (Brill, 1984, p. 35-36 – tradução do autor).

Nesse cenário, dentre as pautas eleitas para o congresso, chamo atenção para quatro delas com relação direta com as perspectivas de língua, foco desta pesquisa.

1. Língua de sinais: seu uso e abuso em sala de aula;
2. Formação do hábito de leitura em crianças surdas;
3. O estado mental de surdos não educados.
4. O *status* social dos surdos (Brill, 1984, p. 38-47).

A redação controversa do tópico em (1) foi apresentada por F. W. Booth, H. C. Hamond e D. C. Dudley respectivamente professores das escolas de surdos da Pensilvania, Ilinóis e Colorado. Os argumentos deles foram sumarizados por Brill (1984, p. 40).

Booth, Hammond e Dudley concordaram que os fatos e informações poderiam ser bem, talvez melhor, apresentados aos alunos surdos através da língua de sinais. Eles também pontuaram que os surdos não poderiam aprender o inglês por meio da língua de sinais, assim como qualquer outra língua a menos que a utilizassem. Booth apontou que os alunos surdos poderiam entender o significado de cada palavra e, ainda assim, não compreender o sentido da frase. E que palavras importantes como partes do verbo *to be* não tinham equivalentes em sinais. Os três concordaram que o uso da soletração manual, bem como a escrita eram formas apropriadas de aprendizagem da língua.

Os apontamentos dos professores demonstram uma via dupla de concepção da língua de sinais. Há um entroncamento inicial na fala deles, que parece indicar que a língua de sinais não seria efetiva para ensinar outras línguas aos surdos, mas o excerto seguinte evidencia que os professores se referem especificamente a competência da fala oral, o que é corroborado pela sugestão da escrita e da soletração manual – recurso de empréstimo linguístico das línguas orais para representação de seus respectivos alfabetos.

Há ainda dois apontamentos relevantes. O primeiro relacionado a uma percepção de equivalência entre línguas partindo de uma estrutura morfossintática quando elas indicam a ausência das conjugações para os verbos ‘ser e estar’ em inglês, que nas línguas de sinais são comumente incorporados de forma simultânea na sinalização de forma espacial (Quadros e Karnopp, 2004).

O segundo pela afirmação de que os fatos e informações poderiam ser, talvez melhor, compreendidos pelos surdos por meio da língua de sinais. Em ambos os casos, há um ensaio para percepção de universais linguísticos e as questões de modalidade linguística, em outras palavras, um reconhecimento potencial da estrutura das línguas de sinais tanto no quesito do uso, quanto das correlações sintáticas, semânticas e morfológicas com as línguas orais.

Essa interpretação fica ainda mais sólida nas discussões sobre os tópicos (2) e (3) onde ocorre indicações do emprego de recursos visuais, manuais e combinados para o desenvolvimento do hábito de leitura, e os efeitos da ausência da escrita e de uma comunicação efetiva para surdos sem educação formal, em uma relação direta de incapacidades de socialização efetiva e produtiva para o trabalho.

Por fim, o tópico 4 é marcado por reivindicações no contexto pós-Milão em que os surdos foram preteridos para os cargos de ensino, uma parte deles demitida e outra aposentada compulsoriamente. Nas discussões desse tópico, o posicionamento

parte do contexto americano em que havia tanto surdos quanto ouvintes que lecionavam para surdos, cada qual em suas respectivas escolas com método oral ou manual de ensino como padrão.

A realidade dos surdos nos EUA se mostrava, à época, sutilmente mais avançada nas proposições envolvendo a língua de sinais que nos demais países, de modo que os surdos americanos reivindicavam melhores postos de trabalho nas instituições e salário equiparado ao dos ouvintes.

Nesse evento, é possível observar um esforço dos surdos para o *governo de si* operando na lógica do trabalho na interface capitalista emergente. Ainda que exotizados, o ideal colonial se dissolve nas discussões. Tal posicionamento indica a emergência de uma forma outra de exotização, agora de *contraconduta* com sugestões para minar a tensão do debate entre os métodos, considerando ambos em suas potencialidades e fragilidades, mas conferindo aos surdos as rédeas de sua própria experiência, o direito de ser surdo trabalhador, educador, bilíngue e articulador de sua própria história.

Naturalmente, o protagonismo surdo emergente nessas articulações sociopolíticas permaneceu sobre a vigilância panóptica dos defensores dos métodos orais, que viam na presença de surdos à frente das discussões e a utilização da língua de sinais, um equívoco, que bem ilustra a perspectiva de Rezende-Curione (2022) acerca do epistemicídio surdo. Ainda assim, Chicago (1993) marcou um período de movimentação intensa e combativa que reverberou nos eventos seguintes, como é caso do Congresso Internacional de Surdos-Mudos sediado em Genebra (1896).

Segundo Rodrigues (2023, p. 207):

organizado pelos surdos suíços com apoio dos franceses, o congresso foi ocasião de debates de temas já, aparentemente, desgastados nos eventos anteriores, mas também espaço para novidades. Se Chicago dava os indicativos de um movimento surdo com atuação internacional não mais centrada na França, o Congresso Internacional de Genebra parece confirmar esse propósito.

O autor aponta ainda uma observação em relação aos registros por ele analisados. Os textos em francês apresentavam uma série de desvios do padrão de escrita denotando marcas genuínas da escrita de surdos. A presença massiva de surdos, sendo 146 surdos e 20 ouvintes representando seis países, e das línguas de sinais em uso

despertou grande interesse da imprensa, fato que despertava certo rancor por parte dos oralistas que viam na retomada surda e expansão da língua de sinais um sinal de ingratidão em relação ao que propunham com tanto afincó há quase duas décadas.

Genebra (1896), nesse sentido, delimita uma presença de oposição direta as discussões de Milão (1880) sem se furtar a uma neutralidade de discussões sobre os métodos para a escolarização de surdos como fez Bruxelas (1883) ou com olhares mais brandos e flexíveis como Paris (1889) e Chicago (1893), o que pode ser evidenciado pela tradução de excerto dos registros de Henri Gailard, uma liderança surda, que exorta:

À bandeira do Abade de l'Épée! Vamos levantá-la, alto e firme, suas dobras amplamente abertas diante de nossos adversários; golpeie com impulso e habilidade; não nos cansemos de agradecer e proclamar que somos homens, tendo o direito dos homens de cuidar dos seus semelhantes! E é no dia em que tivermos chegado a esta vitória suprema, que o espírito do Abade de l'Épée estremecerá de alegria, é nesse dia que teremos prestado à sua querida memória a mais brilhante homenagem (GAILLARD, 1898, p. XV *apud* tradução de Rodrigues (2023, p. 221)).

Figura 15: Henri Gailard



Fonte: Liège (1905, p. 16).

O posicionamento político engendrado no discurso é aqui mais contundente e direto, marcando uma forma de exotização não no sentido de subalternidade *colonial*, tampouco meramente de captura *docilizadora*, mas uma forma de *contraconduta* focada

na retomada no protagonismo, em uma forma de existência outra, ainda que materializada sob a bandeira de l'Épée, tomado aqui como uma figura representativa precursora dos sinais, um ouvinte santificado na cultura surda sinalizante.

Pensando na perspectiva que se detinha sobre a língua de sinais, outro excerto dos registros de Gaillard transcritos a partir de um jornal oferece pistas interessantes para essa localização.

Mas devemos acreditar que os próprios interessados consideram esta palavra, que não podem ouvir, como uma língua morta, dificilmente aprendida, nunca conhecida, enquanto o sinal, o gesto, é para eles uma linguagem viva que traduz sem esforço todos os seus pensamentos e sentimentos e os coloca em contato com seus companheiros e outros surdos-mudos. E talvez percebam que a prática da linguagem artificial prejudica a da linguagem natural e que a conversa com os falantes não é interessante àqueles que falam com seus colegas de infortúnio (Gaillard, 1898, p. XIII – tradução de Rodrigues, 2023, p. 220).

Nesse recorte é possível evidenciar uma análise contrastiva em relação à língua oral e a língua de sinais. A primeira é apontada como uma 'língua morta' por destoar do canal de recepção dos surdos (*input*) (Quadros e Karnopp, 2004) e 'artificial' não no sentido de inventada para um propósito específico, mas descaracterizada das especificidades surdas.

Já a segunda é apontada como uma 'linguagem viva' cujas ideias, pensamentos e articulações poderiam fluir sem entraves no arranjo comunicativo e existencial, significando uma forma de representação dos interesses dos surdos para seus próprios pares.

Nesse sentido, o evento de Genebra serviu como uma vitrine para exposição do uso das línguas de sinais, dessa vez na Europa, acerca de uma forma outra de condução dos eventos, tal qual Chicago (1893) e, em ambos os casos, funciona como um marcador do retorno ao confronto direto entre os diferentes métodos e seus respectivos defensores.

Prosseguindo, o penúltimo evento internacional organizado nesse primeiro quartel ocorreu em Dijon em 1898, denominado 'Congresso Internacional de Surdos-Mudos'. O evento não foi catalogado por Brill (1984), mas foi explorado na tese de Rodrigues (2023) em que o autor o caracteriza, a partir da análise de publicações

ocorridas antes do evento e alguns registros dos secretários, como um evento ‘esquecido, aquecido e incendiário’ (p. 256).

As asserções de Rodrigues (2023) decorrem dos embates que rodearam o evento. Os conflitos que o atravessaram, ao contrário do que se pode esperar, não decorriam unicamente das tensões entre surdos e ouvintes, mas principalmente entre os surdos com visões antagônicas, o que reflete a pluralidade da comunidade que, por vezes, é representada nos registros como uma massa homogênea (p. 259).

Sobre esses embates, destaca-se a figura de Joseph Chazal, o surdo eleito como secretário do evento e cuja indicação é o estopim para as tensões que se desdobrariam mais adiante. Sobre ele, Rodrigues (2023, p. 259) relata que:

Ele teria sido o pivô de uma série de acusações ao associativismo surdo parisiense. Tendo fundado um jornal, *Le sourd-muet illustré*, através de uma linguagem satírica, não poupava as três grandes lideranças surdas: Henri Genis, Henri Gaillard e Joseph Cochefer. Chazal criticava as lideranças surdas de tentativa de manipulação dos demais (Cantin; Cantin, 2017). O próprio nome do jornal era significativo, pois fazia oposição aos outros jornais de surdos, assumindo-se como uma imprensa iluminada, ou seja, mais atualizada, mais condizente com o uso da racionalidade tão em voga naquela época, livre das influências da religião e também livre de possíveis dominações pelos pares.

A disparidade de visões e a manutenção de Chazal no posto de secretário imprime nos registros realizados por ele a ‘invenção’ de uma história em que aos seus opositores se reserva um aspecto mais vilanesco e, portanto, obscurantista em relação a um suposto progresso almejado, principalmente no contexto do trabalho.

Voltando para as questões de perspectivas sobre as línguas de sinais, os embates do evento acerca dos métodos: oral, gestual ou combinado desvelam uma percepção que se organiza em pelo menos três dimensões: função e uso das línguas; desdobramento prático da aplicação de diferentes métodos; desejo/imposição.

Na primeira dimensão, a língua de sinais é reduzida como forma de interação entre pares surdos e que, mesmo efetiva em algum grau para a construção do conhecimento e desenvolvimento educacional dos surdos, destoia dos interesses que extrapolam às comunidades surdas, visto que o grupo majoritário dela não faz uso, o que encerraria os surdos a um espaço menor de inscrição social em uma época em que as línguas de sinais encontravam pouco terreno fértil para um florescimento mais amplo

nos países. Tal interpretação pode ser corroborada pela fala de Henry Vanton, um dos surdos congressistas.

[...] preferia dentre todos os sistemas aquele em que se aprende a falar e a ler os lábios, o sistema oral em uma palavra que pode realmente reintegrar os surdos-mudos à sociedade. Por sua vez, lamentou profundamente não ser capaz de se expressar oralmente ou de compreender a linguagem dos ouvintes-falantes (CHAZAL, 1899, p. 20 – tradução de Rodrigues, 2023, p. 261).

Na segunda dimensão, há um aspecto relacional estritamente associado à lógica do trabalho no cenário do capitalismo emergente, mas agravado para os surdos no contexto pós-Milão em que se apresenta a dificuldade dos surdos educados em sinais em se inserirem no mercado de trabalho e serem acolhidos socialmente, uma questão compartilhada pelos surdos mesmo na contemporaneidade.

Soma-se a isso a situação dos surdos professores sinalizantes que foram destituídos de seus cargos e empregos com o advento do método oral puro financiado pelo governo dos países que optaram pela exclusividade desse método, discussões essas que pareciam encaminhadas nos dois congressos anteriores, mas que reaparecem em Genebra (1898) de forma ascendente e polarizada, conforme se pode observar na fala de Jules Henry, outro surdo congressista.

Até agora procurávamos em vão provas dos bons resultados deste método: longe de ser útil, é prejudicial para a maioria dos surdos-mudos, cuja instrução atrasa consideravelmente. Tenho, portanto, o direito, tanto em meu nome quanto no dos ausentes, de protestar contra o uso abusivo do método oral, cujo primeiro resultado foi a destruição da carreira de um grande número de surdos-mudos de elite: professores, tutores ou supervisores gerais que, pelo fato do método em questão, foram jogados durante a noite na calçada e reduzidos às piores condições (CHAZAL, 1899, p. 22-23, *apud* tradução de Rodrigues, 2023, p. 263).

A partir dessa lógica torna-se possível a delimitação de diferentes perspectivas sobre a língua de sinais nesse recorte temporal sendo elas: *língua acessória* – quando destinada exclusivamente à interação entre os surdos nos contextos em que ouvintes ou pessoas não sinalizantes estiverem presentes; *língua da profissão* – quando possibilita a existência de postos de trabalho e carreiras exclusivamente voltadas para o seu ensino e difusão, ou o ensino por meio dela; *língua de contraconduta* – quando usada

publicamente como tecnologia de posicionamento, reivindicação de ideias e reconhecimento social.

A polarização sobre os métodos e o lugar da língua de sinais reascendida de forma contundente em Genebra foram carregadas para o último evento desse primeiro quartel, o ‘Congresso Internacional para o Estudo das Questões de Educação e Assistência para Surdos’, realizado em Paris (1900).

O Congresso de Paris (1900) foi organizado em duas seções simultâneas, sendo uma Sessão de ouvintes, contando com cerca de 200-300 participantes e 180 delegados registrados representando 16 países, dentre eles Brasil. E uma seção de surdos, com 219 participantes oriundos de 9 países. O número impreciso de participantes se deve ao fato de que, além dos convidados e registrados oficialmente, o evento era livre para participação de interessados mediante a quantia de 2 euros (Brill, 1984, p. 56).

O sentimento de *apartheid* marca a atmosfera do evento, sendo a seção dos ouvintes encabeçada principalmente por oralistas e duros opositores do uso das línguas de sinais como forma de instrução. Três figuras já apresentadas retornam na representação dos EUA: Edward Miner Gallaudet, então presidente da Faculdade Gallaudet; Alexander Graham Bell, delegado oficial do governo dos EUA, da Associação Americana para o Ensino da Fala para Surdos e representante da Volta Bureau⁴⁰; Edward Allen Fay, editor do periódico Anais dos Surdos Americanos.

Sobre a organização do evento, Brill (1984, p. 56) registra que:

O presidente geral e da seção de ouvintes do congresso, o qual aparentemente controlou seus eventos, foi o Dr. Ladreit Lacharriére, um médico que atuou por 30 anos no Instituto de Surdos-Mudos de Paris. Gallaudet o descreveu como um profissional altamente qualificado, mas cuja parcialidade em prol do método oral puro o conduziu a tomar decisões e negar requisições que parecessem contrárias às ideias de seu grupo.

A presença de Bell, por si só, carrega uma imensa potência discursiva em um contexto em que a medicina e a tecnologia caracterizavam o processo intenso de desenvolvimento em andamento nos principais Estados. As ‘maravilhas’ tecnológicas representavam um ideal materializado de futuro antes inimaginado, como é o caso de

⁴⁰ Um laboratório de pesquisa fundado por Alexander Graham Bell, seu pai Alexander Melville Bell e seu cunhado Charles Sumner Tainter em 1880. Localizado em Washington, D.C., o laboratório foi criado com o objetivo de estudar a surdez e melhorar os dispositivos de comunicação para surdos, especialmente o telefone. O laboratório também realizou pesquisas em várias áreas, incluindo tecnologia do som, fotografia e reprodução de som.

instrumentos como o telefone, o que reforçava o argumento de que as intervenções médicas e tecnológicas apropriadas pelos oralistas se mostravam o melhor caminho para a integração social dos surdos, o que dispensaria o uso das línguas de sinais.

Isso posto, sumarizo a seguir uma síntese de resoluções de ambas as sessões.

Quadro 17: Resoluções das seções de Ouvintes e de Surdos em Paris (1900).

Seção dos Ouvintes	Seção dos Surdos ⁴¹
Em relação ao ensino obrigatório, cabe ao governo do país assegurar o necessário para a instrução básica e profissional dos alunos surdos.	O ensino deve ser obrigatório para surdos-mudos a partir dos 8 anos de idade. O ensino secundário deve assegurar formação de carreira abordando conteúdos de ciências, letras e artes. O ensino religioso não deve, de forma alguma, ser removido da grade curricular para surdos.
Livros e materiais pertinentes para o ensino de alunos surdos deveriam ser disponibilizados	Os surdos-mudos devem ser tratados como cidadãos, com acesso à cargos públicos de acordo com suas capacidades e no trabalho comum.
Os materiais produzidos nas escolas poderiam, mediante um custo, serem adquiridos por outras.	Um asilo deveria ser providenciado para surdos inválidos ou incapazes de se cuidarem com autonomia.
Os surdos parciais deveriam estar o mais distante possível dos demais, e serem educados pelo método auricular.	Os surdos-mudos devem ser indicados como professores quando aptos para tal.
Professores e médicos em escolas de surdos deveriam se apoiar mutuamente.	Dada a dificuldade da empregabilidade, o governo deveria articular reservas de postos de trabalho em lojas, fábricas e outras sob administração do Estado como escritórios de correios e telégrafos. Deveriam criar o cargo de Inspetor para a Supervisão e Controle Exclusivo da Escolas de Instrução de surdos-mudos.
Todos os alunos deveriam	Uma linguagem de sinais uniforme deveria ser adotada

⁴¹ Houve um total de 19 resoluções a partir da Sessão de Surdos, mas Brill opta por excluir 11 delas e justifica que as demais focavam no contexto da França, descaracterizadas assim da discussão internacional.

**receber formação profissional, e em todo o mundo.
após se formarem deveriam
ainda receber assistência para
inserção no mercado de trabalho.**

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados de Brill (1984, p. 59-60)

As resoluções apontam para um caráter mais generalista dos aspectos educacionais dos surdos, sobretudo em atendimento às questões levantadas nos três congressos anteriores acerca da empregabilidade de surdos, qualidade de formação, resultados das aplicações dos métodos e articulação internacional.

No embate entre métodos oral e método manual ou combinado, a maioria da seção ouvinte seguia apontando o método oral como melhor alternativa tanto no aspecto comunicativo quanto no profissional mediante os avanços tecnológicos e as novas demandas oriundas da industrialização.

De certo modo, soa como se os oralistas se apropriassem da pauta dos surdos sobre as dificuldades com trabalho e mobilidade social, por meio de uma governamentalidade democrática (Carvalho; Gallo, 2020) na qual o assujeitamento ao método e a condução proposta resultaria na possibilidade de trabalho e reinserção social, não nas escolas ou discussões teóricas, mas nas filas da indústria carente de mão de obra.

Nesse sentido, o interesse recai sobre tornar os surdos sujeitos produtivos para o maquinário estatal, restringindo as questões assistenciais àquele cujo padrão biopsicossocial não atendesse ao perfil almejado pelo Estado. Esse aspecto reforça a condução exótica da língua de sinais como um instrumento desnecessário para constituição do sujeito capitalista útil e estabelece a língua ora como forma precisa de integração política e social. Um discurso sedutor para um grupo que almejava reconhecimento e valorização social, e eram convencidos de que isso estaria no alcance à luz da oralização e leitura labial.

Com isso, renova-se a *exotização* do corpo surdo sinalizante em uma associação direta com a incapacidade para o trabalho tal qual necessário para a movimentação das engrenagens do maquinário estatal, uma visão semelhante àquelas docilizadora e colonizadora que promoviam determinada língua para atender aos interesses do grupo dominante.

Por outro lado, as resoluções da seção dos surdos revelam uma articulação não muito distante desse alinhamento no sentido de manutenção de aspectos como, a obrigatoriedade do ensino religioso e não precisamente de uma língua de sinais na grade curricular.

Pode-se inferir que a religião como parte essencial da instrução é um reflexo de memória e influência de figuras como l'Epée, tal qual ocorria com os jesuítas no princípio da colonização brasileira, o que pode ser parcialmente corroborado pelo apoio considerável em relação ao emprego do método combinado nas escolas.

Os posicionamentos dos surdos parecem centrar, majoritariamente, na posição contrária ao método oral puro, justamente pelo aspecto heterogêneo e de percepções divididas entre eles, em que alguns enxergavam que o método oral pudesse ser efetivo para alguns, mas reconheciam seus prejuízos para uma parcela maior dos surdos.

Contudo, é interessante observar a proposição, nas resoluções dos surdos, de uma 'língua de sinais uniforme' no mundo. Não fica claro pelo registro de Brill se esse ponto se refere à proposição de um sistema artificial mundial em sinais para comunicação nos congressos – dada a multiplicidade de línguas tanto orais quanto sinalizadas, como o Gestuno, apresentado em 1951 pela Federação Mundial de Surdos, ou de uma tentativa de unificação das línguas de sinais.

Ao fim, considerando o Congresso de Paris (1878) e o Congresso de Paris (1900) que abrem e fecham respectivamente o ciclo de discussões transnacionais sobre educação de surdos, é possível compreender uma não linearidade de propostas e perspectivas.

Na contramão disso, a visão das línguas de sinais como algo simplificado e subalterno em relação às demais línguas orais não se dissolve nesses 25 anos, mas reaparece atrelada ao momento de produção científica e reorganização geopolítica, o que instaura um debate marcado pela circularidade.

Seja o congresso organizado por surdos ou por ouvintes, o que se observa é um discurso mais ou menos contundente em relação à proposição do método e do uso da língua de sinais. Mantêm-se os mecanismos que cerram os surdos no aspecto de grupos minorizados e com direitos restritos, como os migrantes e indígenas ou mesmo mulheres, com participação coadjuvante nas decisões sobre sua formação e papel social, capturados – e em vários momentos endossando tais práticas – pelo interesse do Estado

desde o que tange aos direitos de casamento e reprodução à escolha e manutenção dos seus postos de trabalho.

5.3 Entrelaçamentos: história e línguas de sinais no 2º quartel: 1904-1929

O ‘Congresso Internacional de Educação de Surdos’ realizado em Liège (1905) abre o ciclo de discussões transnacionais em continuidade aos eventos anteriores, mantendo inclusive o clima de tensão. O evento traz uma particularidade, na verdade trata-se de dois encontros ocorridos na mesma cidade, no mesmo mês, organizados pelo mesmo país e com as pautas basicamente iguais, o que leva Brill (1984, p. 64) a tratá-los como um evento único.

Figura 16: Comissão organizadora dos eventos de Liège



Fonte: Liège (1905, p. 10).⁴²

A atmosfera de segregação de Paris (1900) assume aqui uma nova roupagem. O primeiro encontro, denominado de ‘Congresso Oficial’ contou com cerca de 600

⁴² A legenda da foto não identifica os presentes nela, mas é possível identificá-los parcialmente a partir demais imagens do documento. O primeiro, da esquerda para a direita, é Eugene Graff, Diretor do Instituto de Surdos-Mudos de Paris. À direita de Graff está Emile Cornet, presidente de Federação de Desportos de Surdos-Mudos da Bélgica e no lado inferior direito de Cornet está Robert Dresse, presidente da Sociedade de Surdos-Mudos de Liège (Liège, 1930).

participantes, sendo 350 deles surdos, majoritariamente surdos belgas, seus amigos e ex professores, tendo obtido apoio e financiamento do país para a organização. Nesse primeiro encontro, surdos e ouvintes se reuniram em sessões separadas em um modelo semelhante ao de Paris, salvo pela abertura e encerramento, e registrou-se maior circulação entre as seções.

O segundo encontro, denominado de ‘Congresso Livre’ teve participação de 181 congressistas de 8 países, com maioria sendo surdos e alguns poucos ouvintes. Em função disso o tratamento para ambos os grupos foi essencialmente igualitário em termos de acesso, informação e discussão com a língua de sinais com maior evidencia.

Há uma descrição nas ata dos eventos acerca de uma parada realizada na cidade. A caminhada contou com mais de mil pessoas e chamou bastante atenção da população local.

A organização da caminhada foi longa e trabalhosa. Cada nação representada foi colocada atrás de uma placa indicando o seu país e transportada por um estudante do Instituto Real de Liège. Entretanto, foram colocados flâmulas, bandeiras e estandartes de empresas belgas e estrangeiras. Acima de tudo, notamos a pesada bandeira da Sociedade de Ajuda Mútua dos Surdos-Mudos de Barcelona, com num canto do mastro, um pequeno busto dourado de Pedro Ponce de León, o primeiro professor conhecido de surdos-mudos. ; a suntuosa bandeira da Associação Jérôme Cardano de Milão; o da Sociedade de Liège, com uma grande imagem bordada do Abbé de l'Épée, rodeada pelo alfabeto manual em letras bordadas; as bandeiras e estandartes da Associação de Surdos-Muets de Bruxelas, da Sociedade de Surdos-mudos de Gante, da *Silent Hive* de Charleroi, da União Esportiva Silenciosa de Liège, da Estrela Esportiva de Surdos-Mudos de Paris, do Associação dos Surdos-Mudos de Nord e Pas-de-Calais, a Associação dos Surdos-Mudos de Champagne, a Associação dos Surdos-Mudos da Provença, etc. Precedido pela polícia e pela fanfara dos Órfãos da Cidade e membros do Instituto Real de Surdos-Mudos (Liège, 1905, p. 30)

Dentre as resoluções oriundas desse evento, transcrevo as principais listadas por Brill (1984, p. 64-65), com relação direta com algumas novidades em relação às perspectivas sobre as línguas de sinais.

1. O ensino da fala deve ser assegurado a todos os alunos matriculados que dele possam se beneficiar; para os que não podem, o meio de instrução se organizará pelo ensino da escrita; o uso dos sinais e alfabeto manual são permitidos aos alunos fora do horário de aula;
2. O alfabeto manual deve ser divulgado nas escolas regulares;
3. Propõe-se a unificação das línguas de sinais em caráter universal;
4. Adota-se o esperanto como língua de publicação de relatórios internacionais.

A resolução (1) indica novamente maior abertura em relação à exclusividade do uso do método oral. No entanto, essa abertura mantinha às margens a possibilidade do uso de sinais, priorizando ainda a língua oral, mas agora na modalidade escrita. A língua de sinais é mantida como língua da informalidade, da interação fora do contexto formativo.

As resoluções (1) e (2) confluem para uma distinção entre o que se chamava de sinais e o que se configura como alfabeto manual, muito provavelmente sendo o alfabeto manual aos moldes do método de l'Épée sendo empregado meramente para transliteração da língua oral e os sinais ocupando uma categoria outra, desvinculada das línguas orais.

As proposições (3) e (4) corroboram a ideia do congresso anterior de unificação das línguas de sinais o que é evidenciado pela sugestão do esperanto⁴³ como língua dos relatórios oficiais. É interessante notar esse ponto pelo fato de que, ainda que não houvesse *episteme* suficiente para o reconhecimento das línguas de sinais como línguas de outra modalidade, havia uma consciência de que elas configuravam formas diversas de comunicação que, em tese, seriam passíveis de junção tal qual se tentou com as línguas orais ao adotar o esperanto caso fossem delimitados alguns parâmetros.

A proposição de 'línguas universais' (sinalizada e oral) atende a uma queixa antiga dos eventos pelas barreiras que emergiam nos encontros de natureza multilíngue. Portanto, ainda que marcada pela marginalização e subalternidade, há aqui um princípio ativo para o reconhecimento futuro das estruturas e classificações para as línguas de sinais.

Os processos de *exotização*, por sua vez, recaem sobre o modo de organização metodológica para os surdos. A perspectiva colonial se apresenta na obrigatoriedade da língua escrita, tal qual ocorria com os filhos dos escravizados e indígenas nas escolas conduzidas nos processos de colonização. Começa ainda a se delinear melhor – algo já percebido no Congresso de 1878 – a distinção entre surdos e surdocegos como grupos distintos, algo que ganharia mais atenção ainda no decorrer desse segundo quartel.

Por essa via, a ótica do exótico dócil pode ser compreendido pelo aspecto situacional em que os surdos, em um movimento de retomada dos postos de trabalho,

⁴³ *Língua artificial* criada pelo médico e estudioso de línguas polonês Ludwig Lazar Zamenhof 1859-1917, por volta de 1887, para ser língua de comunicação internacional. Possui gramática muito simples e regular e utiliza as raízes das línguas europeias mais faladas, além de raízes latinas e gregas.

buscam por direitos e, participando ativamente das discussões internacionais, optam pela deliberação do método oral como prioritário, relegando as línguas que lhe são naturais a um posto de línguas menores, com finalidade específica, não acadêmica e não profissional.

O evento seguinte denominado de ‘Congresso Internacional de Educação de Surdos’ ocorreu em Edimburgo (1907) sendo o primeiro sediado na Grã-Bretanha foca essencialmente nas questões administrativas, de financiamento e resultados com relatórios das discussões em pauta nos eventos anteriores. Ele contou com a participação de 192 membros da Associação Nacional de Professores de Surdos e outros do Reino Unido, além das delegações de 12 países, dentre eles Rússia e Kwazulo-Natal (África do Sul).

Richard Eliott, E. M. Gallaudet e F. W. Booth retornam representando respectivamente Inglaterra e Estados Unidos, trazendo um quadro estatístico da situação educacional dos surdos em seus respectivos países.

Os posicionamentos deles eram os mesmos dos anteriores, enquanto Elliot mantinha o tom mais brando priorizando métodos diferentes em situações diferentes, Gallaudet trazia os resultados de um ensino pautado nos sinais e no inglês escrito, com a produção de novos surdos professores, mas também em outras profissões do ensino superior como arquitetos, editores, químicos etc. Já Booth deixava clara sua predileção pelo método oral pontuando que “mesmo uma oralização pobre, ainda era mais efetiva que qualquer outra forma de comunicação sinalizada” (BRILL, 1984, p. 70).

A pauta da caridade e do financiamento da educação de surdos pelo poder público também é retomada pelo delegado da Itália, país em que a religião detinha forte influência na educação de surdos, sobretudo pelo financiamento das igrejas para o funcionamento das instituições.

P. Roorda, delegado da delegação holandesa complementa sobre a influência da igreja majoritariamente nas escolas de surdos do país, mas sinaliza a presença de instituições outras que financiavam as escolas com presença de alunos de outras religiões senão a católica. Seu relato evidencia a preleção pelo método oral nas escolas de Groninga, cidade que será sede de um novo congresso internacional mais a frente, em 1950.

Ao discorrer sobre a grade curricular e a efetividade do método, Roorda aponta uma supressão da língua de sinais holandesa, o foco no ensino da articulação oral da língua nacional e de línguas estrangeiras, o trabalho paralelo com a escrita e uma proposição formativa que delineava caminhos profissionais diferentes para homens e mulheres, sendo a educação de mulheres surdas direcionadas para atividades de costura e atividades de cunho mais doméstico.

Não há proposições relacionadas às línguas de sinais como no evento anterior nas resoluções de Edimburgo (1907). No entanto, a predominância do método oral encontra evidência maior neste evento pelo relato de conclusão do superintendente da escola de surdos da Pensilvânia, A. L. Crouter, que diz:

A oralidade e a fala devem ser firmemente asseguradas para crianças surdas. Deve-se insistir com a comunicação oral em todos os momentos e lugares, e a comunicação na linguagem e sinais deve ser desencorajada, tanto quanto proibida. Não deve haver meio termo. [...] a linguagem de sinais mantém seu valor para a comunicação entre surdos adultos, mas a sala de aula não é seu lugar, lá ela é excessivamente perigosa e inútil e seu lugar, para mim o único lugar, se restringe a salas de conferência ou salões de reuniões onde se reúnem grupos grandes de surdos adultos para fins religiosos ou seculares (EDIMBURGO, 1907, p. 149).

Por esse relato, os processos de *exotização* alcançam um patamar mais agressivo. A perspectiva que se assume sobre a língua de sinais é a de *língua dos adultos surdos* e a *língua para reuniões*. A primeira perspectiva denota um movimento de busca pela erradicação também semelhante à lógica colonial brasileira em que o ensino da língua portuguesa escrita era compulsório para os filhos de escravizados e indígenas, mas não mais imputada aos adultos e idosos destinados ao trabalho braçal até a morte.

A morte aqui, para além da finitude do corpo, da vida, representaria em larga escala também a morte da língua de sinais “excessivamente perigosa e inútil” na sala de aula. Talvez esse seja o recorte mais assertivo para sinalizar uma forma de epistemicídio surdo (Rezende-Curione, 2022) indicada na sugestão de um movimento ‘genocida’ em relação às línguas de sinais, que sobrevivem ao processo, mas fora dos muros da escola.

Nesse ponto, o epistemicídio surdo não se satisfaz apenas com a supressão de saberes surdos, das experiências de sucesso, como Aquelas registradas por Gallaudet (1881) ou da presença dos surdos nos diversos espaços. Ele demanda uma erradicação

de ‘ordem natural’, isto é, com a morte eventual dos surdos adultos, enterrar-se-ia com eles o mal dos sinais que representa o grande risco para as crianças surdas capturadas pela maquinaria governamental revestida de um olhar caridoso e salvacionista.

Brill (1984) não oferece uma explicação detalhada acerca da lacuna de 18 anos em sua catalogação dos congressos internacionais e não consta nas resoluções de Edimburgo (1907) alguma pontuação sobre nova periodicidade para os eventos, mas o autor pontua que de fato o Congresso de 1925 foi o primeiro realizado após à Primeira Guerra Mundial, o que parece justificar a ausência de mais congressos nesse período.

Além disso, no Congresso de Paris (1900), Alexander Graham Bell havia sugerido a ideia de encontros a cada 2 ou 3 anos apenas locais, e internacionais com intervalos mais longos, talvez de 10 anos. Ele argumenta que os encontros internacionais com falantes de múltiplas línguas – que por vezes não se entendiam plenamente – se mostrava menos produtivo e mais dispendioso. É possível que essa sugestão tenha um segundo fator para a concretização da lacuna de eventos.

O último evento desse segundo quartel, registrado por Brill (1984), é o ‘Congresso Internacional de Educação de Surdos’ sediado em Londres (1925) que contou com mais de 500 educadores de surdos representando 34 países, boa parte deles com delegações grandes o que fomentou maior interesse em relação às atas e registros do congresso.

Algumas personalidades reconhecidas presidiram várias sessões, dentre elas o *Lord Charnwood*, presidente da Faculdade Nacional de Professores de Surdos, famoso por ter sido biógrafo de Abraham Lincoln ou ainda o psicólogo russo em ascensão, Lev Semionovitch Vygotsky.

As programações e discussões de Londres (1925) foram bastante similares às de Edimburgo, visto que ambos os congressos foram sediados na Grã Bretanha e se focaram nas questões mais administrativas e o quadro situacional da escolarização de surdos, tangenciando o embate sobre os métodos marcantes em todos os congressos anteriores que ocorreram na Europa, sendo o evento de Chicago o diferencial em termos de localidade e discussão justamente pela experiência lá experimentada na educação de surdos.

Os embates sobre metodologias de ensino para surdos em Londres tiveram pouco espaço, pelo fato de que à época o método oral era dominante na maioria das

escolas que enviaram representantes. Aparentemente nenhum dos presentes se posicionou efetivamente contra o método oral e pela defesa do uso do método manual ou combinado como Gallaudet o fizera nos eventos anteriores.

Ainda assim, o nível de formação de surdos nos países representados foi observado com um olhar crítico em relação aos Estados Unidos que apresentavam um quadro de formação profissional mais avançado e certificado em relação aos países que adotaram o método oral puro. O que podia também ser observado no nível de autonomia. Enquanto os surdos dos EUA presidiam clubes, associações e até mesmo empresas com serviços voltados para o atendimento aos surdos, na Inglaterra essas instituições seguiam sendo regidas pelos ouvintes

O argumento para essa disparidade foi o de que esse ‘atraso’ não decorria somente da exclusividade do método oral, mas de uma combinação de fatores econômicos, culturais e organizações nos demais países, uma discussão apropriada para um evento em que o público majoritário era constituído principalmente por diretores de escolas de surdos.

Um destaque relevante para esse evento é a primeira participação expositiva de uma delegação russa, representada na figura de Lev Vygotsky, um defectologista com trabalho em ascensão e cujas produções são modernamente empregadas na realização de pesquisas no campo da educação de surdos.

A participação de Vygotsky, contudo, é marcada pelo olhar vigilante do regime soviético e se restringe a um aspecto descritivo da propaganda do sucesso das escolas de surdos russas que, naquele momento, espelhavam o modelo oralista em tendência na Europa.

Vale pontuar que a busca pela oralização dos surdos na Rússia tinha um alinhamento engendrado na organização do regime soviético, na tradicionalidade da formação para a mão de obra útil e serviente ao Estado e na manutenção tradicional, senão ritualística dos movimentos patriotas nacionais.

Portanto, era importante que Vygotsky colocasse a Rússia no quadro discursivo transnacional da educação de surdos com dados que evidenciassem o progresso nesse campo no contexto pós-revolução de 1917. Vygotsky, ainda pouco conhecido no cenário internacional, estava focado em desenvolver seus estudos voltados para o

desenvolvimento e aprendizagem de ‘crianças com defeito’⁴⁴. A visão dele sobre a exclusividade do método oral como alternativa cede lugar ao uso de sinais em trabalhos posteriores ou póstumos dele.

De modo geral, o Congresso de Londres encerra o segundo quartel de eventos internacionais com a consolidação quase que soberana do método oral, cerrando as línguas de sinais em um lugar de inutilidade, senão barreira para o desenvolvimento adequado dos surdos.

Os olhares aqui se voltavam para uma compreensão urgente da formação de surdos com vistas às fileiras de trabalho, da produção, da não oneração do Estado e nas propagandas sobre as reorganizações geopolíticas no contexto pós-guerra.

As perspectivas sobre as línguas de sinais, portanto, se mantiveram as mesmas ao longo do segundo quartel e não representam qualquer novidade em relação às oscilações já observadas no primeiro quartel, daí a afirmação aqui recorrente de que tais percepções estão inscritas em práticas discursivas não lineares, sempre alinhadas ao momento histórico que pode tanto irrigá-las quanto drená-las.

5.4 Entrelaçamentos: história e línguas de sinais no 3º quartel: 1930-1955

O Congresso Internacional de Educação de Surdos realizados em West Trenton em 1933, é o primeiro dos dois únicos congressos internacionais catalogados por Brill (1984) nesse terceiro quartel. É o segundo evento sediado nos Estados Unidos e muito semelhante, em organização e práticas discursivas, ao Congresso de Chicago (1883).

Ele rompe com o aspecto impositivo do método oral predominante no segundo quartel, e tem uma participação majoritária de professores e não de administradores como nos dois últimos congressos. Essa composição faz com que as pautas sejam centralizadas nas possibilidades de uma educação efetiva para surdos alinhada com os modelos presentes no país. Apesar disso, não há registros de sessões destinadas especificamente para surdos professores, tampouco grandes referências à presença de intérpretes e poucos surdos participantes identificados.

⁴⁴ Defeito, no contexto da produção científica russa não denota o sentido ocidental de falha ou problema, mas uma caracterização diferencial que remete às possibilidades outras de desenvolvimento e aprendizagem por vias da compensação psicofisiológica, metodologias e intervenções. As investigações nesse escopo se inscrevem sob a égide da Defectologia. O que não deve aqui ser compreendido em um sentido pejorativo ou estigmatizante pela lógica da incapacidade.

O número geral de participantes foi bastante reduzido, contando com apenas 12 delegados estrangeiros de 7 universidades, com destaque para os EUA. O estado de Nova Jersey forneceu algum apoio financeiro, e foi cobrada a taxa de 1 dólar americano para inscrição. A baixa adesão de estrangeiros pode ser justificada pelo grande cenário de instabilidade oriundo da grande depressão econômica mundial, o que dificultou a participação de uma diversidade maior de estrangeiros.

Ainda assim, o congresso contou com um número expressivo de participantes variando em sessões diurnas e noturnas com a presença de mil a duas mil pessoas. O evento é marcado por uma extensa exposição de livros, produções, artes e trabalhos diversos relacionados à surdez, parte do financiamento para publicações e divulgações se deu por um acordo de cooperação entre os governos dos Estados Unidos e do Canadá.

A pluralidade discursiva se mostrou mais aberta com apresentações de resultados e proposições que perpassavam o método oral, manual e combinado, algo característico dos eventos dos EUA. As discussões extrapolaram o contexto educacional, colocando em pauta tópicos como: trabalho social com surdos, extensão de políticas assistenciais, financiamento público e privado e um foco especial na escolarização de crianças surdas pré-linguais.

Embora essa última pauta não seja inédita nas discussões transnacionais, o assunto despertou maior interesse, não no sentido de uma intervenção direta, mas para uma discussão mais aberta acerca dos diferentes níveis de perda auditiva e aproveitamento do resíduo auditivo para a sistematização do ensino diferenciado para surdos.

Esse ponto serve para ilustrar novamente uma concepção de heterogeneidade da comunidade surda e um olhar mais brando e receptivo para métodos de ensino que sejam benéficos em suas especificidades. Esse congresso, portanto, talvez seja o de menor tensão realizado nos EUA, tanto pela presença de associações oralistas nacionais diversas, como pelo diálogo e interlocução com elas.

Na contramão do evento de Chicago, fica evidente o número de defensores do método oral como estratégia definitivamente efetiva para o ensino de surdos em países como Japão, Checoslováquia e Itália.

Nesses países, o encadeamento de métodos que permitissem aos surdos mimetizar a fala oral dos ouvintes era apresentado como sucesso, ao passo que o uso de uma língua de sinais permanecia relegado àqueles que não alcançassem o resultado esperado, uma *língua de caridade*, daí o trabalho social como pauta do evento. Aqui, mantém-se a perspectiva de que o sucesso só se daria pelo domínio, ainda que crasso da língua oral e da leitura labial, algo endossado por instituições presentes como a Volta Bureau, cujo objetivo exortado no congresso é o de:

Tornar-se um centro de informação sobre a surdez, especialmente um lugar onde os pais pudessem aprender sobre a educação dos filhos surdos, onde pesquisadores poderiam ter acesso às publicações raras, onde os recém-surdos pudessem ser informados sobre a reabilitação pela leitura labial e alertados contra o charlatanismo (West Trenton, p. 1933, p. 574).

Chamo atenção para o termo “charlatanismo” que aparece nesse recorte das atas do evento. Em inglês o termo original é *quacks*. Ocorre que charlatão e charlatanismo é uma tradução possível e adequada para o termo, mas a palavra original não é a única forma de se referir à enganadores, na verdade, há uma gama de outros termos que poderiam ser empregados como *medcaster* (alguém que finge deter um conhecimento sobre saúde); *gabbler* (alguém conhecido por falácias); *sciolist* (alguém que finge ser sábio sobre algo); *pettifogger* (um vigarista) ou ainda o termo cognato *charlatan*.

Nessa miríade de possibilidades, a escolha do termo *quacks*, cuja tradução também pode ser ‘grasnada’ ou ‘sons emitidos por patos’, não deve ser levada de forma accidental ou não intencional, pois alude às formas pejorativas de se referir à produção de uma fala oral falha ou sons produzidos pelos surdos sinalizantes.

Em outras palavras, o termo sugere de forma debochada que a Volta Bureau é o local que livraria os surdos e seus familiares do charlatanismo dos sinais e dos grunhidos falhos dos que viam potência constitutiva noutra forma de educação senão pela oralidade, realocando a língua de sinais como *língua de enganação*.

A Volta lança mão do recurso de prestígio da ciência como caracterização para credibilidade. É nela que se encontram os sábios da oralidade, é por meio dela que se compartilham as ‘pesquisas raras’, é ela a fonte de informação para os que buscam na oralização uma salvação da surdez.

Após o congresso de Trenton (1933) ocorre uma nova lacuna temporal entre os eventos internacionais em virtude da Segunda Guerra Mundial. É a cidade de Groninga,

na Holanda que sedia o Congresso Internacional de Cuidados dos Surdos-Mudos, em 1950.

Atente o leitor que o termo ‘surdo-mudo’ retorna no nome do evento e o termo ‘cuidado’ faz sua estreia, ambos funcionando como uma espécie de prelúdio para as discussões em torno da nomenclatura direcionada aos surdos, que se desdobrariam ao longo do evento. Participaram dele 200 pessoas representando 26 países incluindo o Brasil, mas Brill (1984) não registra trabalhos ou interlocuções de delegações brasileiras o que possibilita inferir que pela segunda vez o país não assumiu um papel ativo nas conferências internacionais, mesmo com uma escola de surdos em funcionamento há quase um século.

Há um esforço em minimizar o problema da comunicação no cenário multilíngue já apontado por Bell em Paris (1900). Das 18 apresentações, 12 foram proferidas em inglês. Cada delegado recebeu uma sumarização dos trabalhos em inglês, francês e alemão antes das apresentações, e um dos organizadores, M. J. C. Buchli, se dispôs a interpretar as perguntas e repostas nessas três línguas (Brill, 1984, p. 130).

O evento foi revestido de um aspecto humanista marcado por percepções sociológicas sobre o lugar dos surdos na sociedade. Logo na abertura de sua fala, Buchli enuncia que “aquele que revisita a história do cuidado dos surdos-mudos será continuamente confrontado com o fato de que o desenvolvimento desse cuidado é paralelo ao desenvolvimento da humanidade (Groningen, 1950, p. 13).

Assim, as discussões sobre as terapias voltadas para oralização e o desenvolvimento da fala em crianças surdas, embora presentes, cederam o lugar para uma problematização mais ampla e sociológica imbicada da surdez. É nessa esteira que Henk C. Huizing, audiólogo da Holanda problematiza o uso confuso dos termos, ‘surdo’ e ‘deficiente auditivo’⁴⁵.

Há muita confusão no uso dos termos surdo e deficiente auditivo, especialmente em se tratando de crianças. Alguns profissionais usam o termo deficiente auditivo enquanto outros usam termos como áudio-remanescentes áudio-residuais para descrever os mesmos casos. Outros profissionais, por sua vez, chamam de surdos leves em distinção aos surdos profundos ou severos. Além disso, surdez total e surdez parcial aparecem frequentemente em alguns países (Brill, 1984, p. 136).

⁴⁵ Tradução livre para *deaf and hard of hearing*.

Essa discussão é relevante por indicar um movimento inicial transnacional acerca das nomenclaturas direcionadas aos surdos, agora por uma via de um audiólogo que busca na aferição audiométrica uma forma mais precisa de classificação que demonstre, pela padronização, uma forma mais clara de referência.

A discussão de Huizing não se limita à categorização audiométrica, ele também critica o termo idiotia (em referência ao clássico surdo e idiota)⁴⁶ como algo que precisa ser repensado, tanto pelos movimentos internacionais quanto pelo valor semântico equivocado, já que se discutia o sucesso da educação de surdos.

O argumento foi posteriormente endossado por Edna Simon Levine, da escola de surdos de Nova York, que apontou que o termo estava entrando em desuso nos EUA e havia também um esforço em relação a isso na Inglaterra, mas não houve proposições resolutivas nesse ponto (Brill, 1984, p. 138).

De modo geral, a controvérsia dos métodos não foi um problema ou causa de tensão em Groninga (1950) com as discussões centradas em uma visão mais sociológica que permeava o bem estar, a saúde mental e o desenvolvimento dos surdos. Apesar de serem os surdos o centro das discussões no evento, não há indicações de qualquer surdo participando nesse evento, o que remonta sua ocorrência a boa parte dos congressos realizados no primeiro quartel.

A ausência de surdos, no entanto, é um fator de estranheza que pode remontar à perspectiva essencialmente *colonial* e *docilizada* em que se discute sobre o grupo sem considerar a percepção dele próprio sobre as deliberações ou ainda de *contraconduta* de recusa ao evento pelo seu retrocesso discursivo sublinhado nas ações da organização e nas pautas.

5.5 Entrelaçamentos: história e línguas de sinais no 4º quartel: 1956-1981

O último recorte temporal delimitado no arquivo histórico aqui analisado compreende 5 congressos internacionais. O primeiro deles denominado ‘Congresso Internacional sobre o Tratamento Educacional Moderno da Surdez’, realizado em Manchester (1958), que contou com a participação de mais de mil pessoas representando 41 países, em 12 plenárias.

⁴⁶ Tradução livre para *deaf and dumb*.

Esse talvez seja o congresso mais essencialmente focado nas questões de saúde tomando a surdez com um olhar essencialmente clínico que demanda atenção para reparação e normatização pela ótica ouvinte, daí a inclusão do termo ‘tratamento’ em seu nome, pois a perspectiva educacional nele materializada é marcada principalmente pela intervenção médica, com a organização de uma equipe multiprofissional de atendimento, em que os professores de surdos, embora considerados, ocupavam um papel essencialmente coadjuvante.

A centralidade na medicina se justifica historicamente pelo momento de pleno aquecimento de novas pesquisas e tecnologias voltadas para especialidades do corpo humano, como é o caso do ouvido. A apresentação do médico Hallowell Davis relata:

Este trabalho propõe uma revisão sobre o desenvolvimento nos últimos 4 ou 5 anos, particularmente da eletrofisiologia da parte interior do ouvido. [...] o conteúdo do trabalho pouco aborda os problemas práticos do diagnóstico, terapia e reabilitação, mas representa esperança de que em breve seremos capazes de compreender o funcionamento da cóclea mais profundamente e, particularmente, as deficiências da audição, as quais agrupamos atualmente como perdas neurossensoriais (Erwing, 1960, p. 1).

Esse recorte evidencia a proeminência da medicina e seus avanços em pauta no congresso e os demais trabalhos apresentados abordando: padronização de avaliação audiométrica, acústica da fala, patologia da surdez, uso e benefício de aparelhos auditivos, saúde e desenvolvimento mental, surdez associada a múltiplas deficiências e diagnóstico de distúrbios da audição.

Por tal abrangência, ele bem poderia ser denominado como ‘Congresso Internacional de Medicina e Surdez’, não fossem os relatos realizados a partir das experiências em escolas de surdos em diferentes países.

Algumas apresentações se direcionam ao desenvolvimento da linguagem em crianças surdas e o ensino de língua, mas em todos os casos os relatos repousam sobre a experiência de surdos oralizados, sugestões de adequações para o ensino da escrita e da leitura labial, sempre focando no aproveitamento do resíduo auditivo em associação com medidas terapêuticas e uso de tecnologias como aparelhos.

Há, no entanto, uma fala interessante voltada para a língua de sinais. Segundo Brill (1984, p. 148), “ao apresentar seu tópico, a Srta. Tracy assegurou ao seu público

que, embora ela fosse abertamente oralista, ela reconhecia que apenas a comunicação oral por si só não proveria uma vida ‘completa e rica’.

Apesar disso ela aponta que o método oralista permanece sendo o ideal, pois confere aos surdos a habilidade de falar e serem compreendidos pelos ouvintes. Assim, a perspectiva que se denota sobre as línguas de sinais, é a de *língua que não comunica com os ouvintes*.

O segundo evento internacional desse último recorte é o terceiro realizado nos EUA, desta vez na capital Washington D. C. em 1963, estado de localização do principal campus da agora Universidade de Gallaudet. Ele foi organizado pelo Conselho de Educação de Surdos, composto pela articulação de três organizações profissionais a saber: A Associação Alexander Graham Bell; A Conferência de Executivos das Escolas Americanas para Surdos e; A Convenção Americana de Instrutores de Surdos sendo presidida por Richard Silverman, diretor do Instituto Central de Surdos do Missouri e Leonard M. Elstad, reitor da agora Universidade de Gallaudet.

Um total de 1700 delegados participaram representando 49 países. Pela terceira vez o Brasil esteve presente, contando com 10 representantes, mas novamente nenhum deles teve um papel ativo com apresentação de trabalhos ou relatos sobre a experiência educacional de surdos no país.

Na programação houve retomada de algumas pautas em Groninga (1950) como diagnóstico e avaliação áudio-sensorial de crianças surdos, tratamento e intervenção precoce, uso de tecnologias de suporte, afasia e surdez associada à múltiplas deficiências. No entanto, as pautas abriram discussões novas sobre aprendizagem, desenvolvimento da linguagem e aprendizagem de línguas por crianças surdas.

O tom brando em relação aos métodos presente no evento pode ser um reflexo da presença da Associação Alexander Graham Bell e da própria Universidade de Gallaudet, que representavam lados antagônicos em relação à educação de surdos, mas mantinham a interlocução como cobertura de representatividade e heterogeneidade surda americana.

Sobre a perspectiva em relação à língua de sinais, no caso dos oralistas há um registro interessante de estudo afirmando que “os estudos acerca de crianças surdas oriundas de um contexto de uso dos sinais sem supervisão, mostra que os sinais são uma

barreira para o desenvolvimento, a menos que sejam supervisionados ou substituídos pela fala oral” (Washington, 1963, p. 178).

Aqui há duas inscrições sobre perspectivas de língua. A primeira atrelada à língua oral como *língua de controle* e a segunda atrelada à *língua de sinais como barreira* para o desenvolvimento. Nesse dualismo a língua de sinais só poderia ser benéfica se empregada sobre a vigilância da língua oral experimentada pela fala.

O terceiro evento desse quartel foi realizado em Estocolmo em 1970 e traz o marcador de, pela primeira vez na história dos congressos, contar com a presença de uma mulher como diretora executiva Rut Madebrink, diretora da Escola de Surdos de Manila em Estocolmo.

O evento se volta, pela primeira vez, para discussões relacionadas à educação de surdos principalmente no interior dos países e em locais mais afastados das grandes capitais, cuja estrutura financeira e logística funcionava como impeditivo para interlocuções e a formação de professores de surdos era escassa. O apoio financeiro da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco é apontado como essencial para assegurar a participação de estrangeiros no evento.

Em função disso houve pouca discussão relacionada aos métodos de ensino. Em meio aos trabalhos voltados para o método e a abordagem oral do ensino, começam a aparecer também trabalhos sugerindo métodos combinados de ensino, a chamada Comunicação Total, com descrições de programas e currículos que relatavam experiências positivas na utilização dos sinais como recurso auxiliar.

A ideia de formas combinadas para o ensino se pautava no argumento de que:

para os surdos serem pessoas felizes e equilibradas, é essencial que eles vivam nos dois mundos, o surdo e o ouvinte para alcançar uma felicidade média. A real felicidade não pode ser encontrada em apenas um mundo porque a vida hoje é muito complexa e demanda mais de cada um de nós (Stockholm, 1971, 665).

Esse recorte destoa dos discursos sobre as línguas nos congressos internacionais mesmo quando relacionados ao bem estar e saúde mental dos surdos por ser revestido de uma visão quase esotérica de auto realização. É ainda marcado pela controvérsia existencial pois imprime no sujeito surdo a realização de si pelo transitar entre dois mundos, mas não sugere que o mesmo ocorra com os ouvintes que permanecem com um bilhete único dessa passagem.

Ainda assim, pode-se depreender desse recorte presente nas atas uma perspectiva que desenha a língua de sinais como *língua de equilíbrio*, uma forma de balancear as experiências de um entrelugar.

Curiosamente, as reflexões não recaem sobre essa potência das línguas de sinais já em uso corrente nos eventos. Há um relato breve sobre uma ‘Nova Linguagem de Sinais Sistemática’, uma língua inventada na Inglaterra por dois ouvintes entre 1930 e 1940. Os relatos incluem ainda uma menção à uma língua de sinais emergente em uma comunidade surda isolada em Israel, descrita como “uma língua desenvolvida em uma cultura, livre de qualquer conexão com uma língua oral” (Brill, 1984, p. 236).

Esses dois últimos relatos são interessantes pelo teor contrastivo. Enquanto o primeiro ignora a naturalidade em que emergem as línguas de sinais a partir do contato entre surdos e se rejubila na invenção de uma língua gestual artificial, o segundo denota o princípio elementar da emergência e estabilização de línguas e a independência correlacional entre as línguas de sinais e as línguas orais, denotando pela primeira vez um olhar que concebe a língua de sinais como *língua natural*.

O penúltimo evento internacional catalogado por Brill (1984) é sediado pela primeira e única vez no oriente, em Tóquio em 1975 e retoma o nome direto já presente em congressos anteriores, sendo registrado como ‘Congresso Internacional de Educação de Surdos’.

O evento contou com o apoio da realeza japonesa e participação do rei, rainha e seus filhos na cerimônia de abertura. O país recebeu na ocasião cerca de 2.400 participantes oriundos de 34 países, sendo o maior em registro de participantes da história dos congressos.

É interessante notar que o Japão até então atuava como forte defensor dos métodos orais se posicionando quase sempre de forma contrária aos métodos manual e combinado. O relato de Brill (1984, p. 254) sobre o trabalho de Kohei Sumi, professor de surdos de Osaka evidencia um rompimento com esse posicionamento e uma problematização sobre os efeitos da exclusividade do método oral.

Sumi, ao discutir a aquisição de linguagem por crianças surdas, diz que a fala e a leitura labial não são habilidades principais da linguagem e sim periféricas. Ele falou positivamente sobre o método manual de comunicação com crianças surdas como uma forma facilitadora da aprendizagem. Ele aponta que muitos pais ouvintes não se comunicavam com os filhos surdos nos primeiros anos de vida, mas que pais surdos empregavam o uso de sinais

com seus filhos surdos desde a tenra idade tal qual os pais ouvintes fazem com seus filhos ouvintes. De acordo com ele, todos os pais ouvintes utilizam linguagem corporal e gestual com seus filhos ouvintes, mas tão logo descobrem que o filho não pode ouvir, cessam. (Brill, 1984, p. 255).

A perspectiva de Sumi conflita com o posicionamento japonês nos eventos anteriores e provoca um choque de percepção sobre a naturalidade da aprendizagem e desenvolvimento de crianças surdas quando expostas à língua de sinais. Para ele, a língua de sinais como *língua de nutrição e aprendizagem* no contexto familiar, é uma *língua natural* que emerge no cotidiano e possibilita o desenvolvimento da criança quando observadas longe das amarras que delimitam a oralidade como possibilidade única.

O relato de Sumi não constitui um caso isolado, pelo contrário é um indicador de um movimento de mudança nas escolas do Japão em progressiva adesão ao método pautado na filosofia da Comunicação Total.

O evento responde a destituição de surdos dos postos de trabalho como professores nas décadas anteriores por uma nova via. Os argumentos indicam, tal qual Sumi, a importância de um modelo de referência que interaja naturalmente com a criança surda por meio da língua de sinais.

Assim, o professor é aqui visto como um elo cultural que compartilha um modo de existência que de outra forma não seria disponibilizado em um contexto de pais ouvintes.

Mesmo com um número memorável de participantes, o que torna a logística multilíngue complexa, houve um esforço louvável de interpretação consecutiva e simultânea tanto para as línguas orais do evento quanto para a língua de sinais americana e japonesa em algumas das sessões com surdos.

A presença de surdos no evento, algo minimizado nos três últimos quartos, torna o evento de Tóquio um ponto de virada de perspectivas solidificadas ao longo de quase 50 anos. O Congresso exorta que os surdos tenham maior participação nos eventos futuros e se envolvam mais diretamente com as discussões.

Por fim, o último evento que integra esse recorte de 1956-1980 é o Congresso Internacional de Educação de Surdos sediado em Hamburgo, em 1980 e reflete o quadro progressista de Tóquio (1975). Embora tenha contado com menos da metade do total de

participantes do evento anterior, Hamburgo (1980) reuniu cerca de 1.133 participantes oriundos de 64 países.

O evento contou com interpretação simultânea integral das palestras para o alemão, francês e inglês por meio de fones de ouvido com multicanais. Havia ainda interpretação simultânea para as línguas de sinais americana, alemã e escandinava, com pelo menos um intérprete de ASL em cada painel.

Esse aspecto logístico e comunicativo, ao mesmo tempo em que sinaliza uma estratégia efetiva de condução pela captura, representa uma percepção ampla e inédita nos congressos internacionais que toma as línguas de sinais como línguas de fato, em sua potência para aprendizagem, desenvolvimento, interação e comunicação direta.

O trabalho dos profissionais intérpretes no evento foi conduzido a partir de parâmetros éticos já delimitados, como a fidelidade ao texto fonte, o posicionamento, e a variedade da língua alvo.

As resoluções indicam: o uso de sinais, considerando que as experiências envolvendo os métodos manuais e combinados se mostraram profícuas para o desenvolvimento dos surdos em diferentes faixas etárias; indicam a necessidade de envolvimento dos pais de surdos no processo de desenvolvimento e aprendizagem de filhos e; necessidade de articulação governamental para assegurar aos países menos desenvolvidos, as condições básicas para efetivação do ensino para surdos com qualidade e atualizado em alinhamento com as perspectivas do congresso.

O congresso exorta politicamente para os direitos de ser surdo em sua plenitude elencando que:

1. Os surdos têm o direito de receber informação sobre oportunidades educacionais e opções de carreira;
2. Os surdos têm o direito de escolherem seus próprios objetivos;
3. Os surdos têm o direito de ser ouvidos com clareza no modo de comunicação que lhes for conveniente;
4. Os surdos têm o direito de se envolverem no planejamento e tomada de decisões quando isso afeta suas vidas;
5. Os surdos têm o direito de ingressar em qualquer programa educacional de qualquer nível em que se qualifiquem;
6. Os surdos têm o direito de desafiar o sistema;
7. Os surdos têm o direito de realizar contribuições significativas para a sociedade (Hamburg, 1981, p. 10-11).

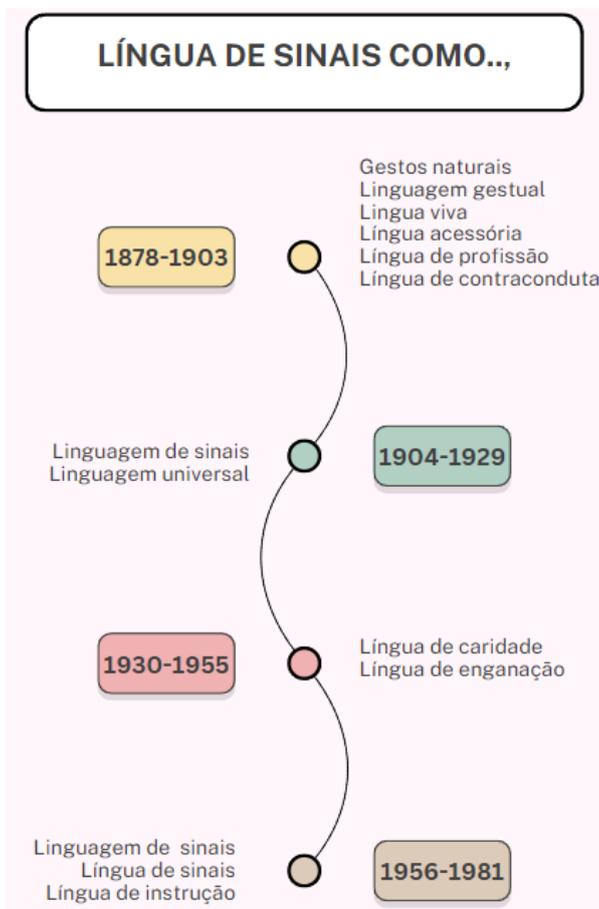
Esses pontos elencados como direitos realçam o teor humanístico, político e de envolvimento social. Contudo, o olhar humanizador denota uma visão na qual os

surdos, destituídos da língua de sinais, se encontravam em uma condição de limitação e subalternidade. As discussões, fossem enebriadas pela fé ou pela ciência, buscava imprimir neles um rótulo de ‘humanos’ condicionado à noção de normalidade ouvinte, a qual só se daria pelo domínio da fala oral.

A noção de deficiência atrelada à surdez é finalmente contestada em Hamburgo (1980). Despido desse rótulo de incapacidade prescrita, caberia daqui em diante compreender os surdos por uma lógica outra que não a colonial, daí a exortação com apelo aos Direitos Humanos. Nessa *velha nova* forma de existência surda, a língua de sinais desponta ao final do quarto recorte temporal analisado, como uma língua de constituição humana, uma forma de apropriação do exótico como elemento essencial de ser na diferença.

Percorrida essa trilha histórica dos congressos internacionais, sumário a seguir as perspectivas de línguas observadas ao longo dos 4 quartéis.

Figura 17: Perspectivas sobre as línguas de sinais no recorte 1878-1980



Fonte: elaborado pelo autor.

Partindo do quadro sumarizado anteriormente apresentado, é possível perceber diferentes perspectivas sobre as línguas de sinais ao longo dos quartéis dos congressos internacionais. Essa visão macro é importante porque serve para apontar concepções de língua ainda no primeiro quartel, não com essa mesma nomenclatura, mas por meio das práticas discursivas presentes nos registros.

No primeiro quartel, há uma distinção de referências quando se localiza as línguas de sinais como ‘gestos naturais’ que emergem da comunicação espontânea cotidiana, e ‘linguagem gestual’ quando se trata de algo mais complexo e estruturado.

As demais perspectivas que emergiram ainda no primeiro quartel apresentavam um aspecto mais relacional e crítico. A noção de ‘língua viva’ é sugerida pelo discurso que não se trata de algo padrão e estanque, mas que se desenvolve no uso frente a diferentes demandas. Já ‘língua acessória’ e língua de ‘profissão’ são mais interrelacionadas, a primeira restrita em uma utilidade momentânea, para um fim específico, já a segunda é inscrita em uma lógica laboral em que não somente se tem um fim específico, mas ele resulta na subsistência.

Por fim, a ‘língua de contraconduta’ é sugerida pela ocupação de espaços e retomada das discussões operando de dentro para fora da lógica da governamentalidade ouvinte, como a organização de um congresso de surdos e a utilização livre da língua de sinais no contexto pós-Milão⁴⁷.

No segundo quartel, a concepção de ‘linguagem de sinais’ aparece pelo teor reducionista que a aproxima de um sistema combinado, finito e registrado de tal modo que pode e deve ser unificado para a geração de uma ‘linguagem universal’ de sinais.

O terceiro quartel traz duas concepções que apelam para a discursividade religiosa. Com a ‘língua de caridade’, imprime-se no corpo surdo o aspecto necessário para que ele seja salvo da surdez, acesse a fé e se habilite para salvação tanto espiritual quanto da ignorância.

⁴⁷ Trago a reflexão de que algumas defesas da língua de sinais contemporaneamente são fruto destas mudanças temporais e das práticas discursivas que elas trazem. A ideia da libras como língua de instrução, defesa tal qual aparece no decreto 5.626/05 e nas lutas mais recentes das comunidades surdas, remonta de uma perspectiva favorável às línguas de sinais que emergiu meados do 1º quartel.

A ‘língua de enganação’ é assim atribuída aos sinais quando exerce o propósito maligno de desviar o surdo da finalidade última de sua instrução salvacionista, a aprendizagem da fala articulada e da leitura labial.

Por fim, no último quartel é onde se retoma o aspecto mais profundo de configuração das línguas de sinais, na transição entre ‘linguagem’ simples e limitada para uma ‘língua’ complexa e estrutura marcada com tamanha estabilidade que se mostra potente suficiente para o ensino, uma ‘língua de instrução’.

Neste capítulo, realizo uma breve incursão sobre a organização da educação de surdos no Brasil buscando apresentar pontos de convergência nas discussões realizadas nos congressos internacionais. Em seguida, realizo uma catalogação descritiva focada nas perspectivas sobre a libras que emergem das produções brasileiras desde a fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos às pesquisas contemporâneas e dados netnográficos, evidenciando formas de exotização do surdo por meio da língua usada.

6. Perspectivas nacionais sobre a libras: infiltrações discursivas dos congressos internacionais

*Não é bom deixar um dragão vivo de fora de seus cálculos,
se você mora perto dele.
(HOBBIT, 2012).*

Conforme apontado no capítulo anterior, embora o Brasil tenha marcado presença em alguns dos congressos internacionais, Brill (1984) não registra a apresentação de pautas ou um papel mais representativo das delegações brasileiras, tampouco evidencia o nome desses representantes como o faz com os delegados dos demais países.

Essa omissão é curiosa, considerando que na ocasião do primeiro Congresso de Paris (1878) o Brasil já contava com pelo menos uma escola de surdos, o então Instituto Imperial dos Surdos Mudos (atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – Ines), desde a sua fundação e estruturação em 1855/1856 (Rocha, 2008, p. 30).

As relações internacionais no escopo da educação de surdos, no entanto, datam de um período anterior ao Ines e sob a égide do Imperador Dom Pedro II, que conforme Nascimento (2023) teve um papel fundamental na articulação internacional nos primórdios da educação de surdos brasileira.

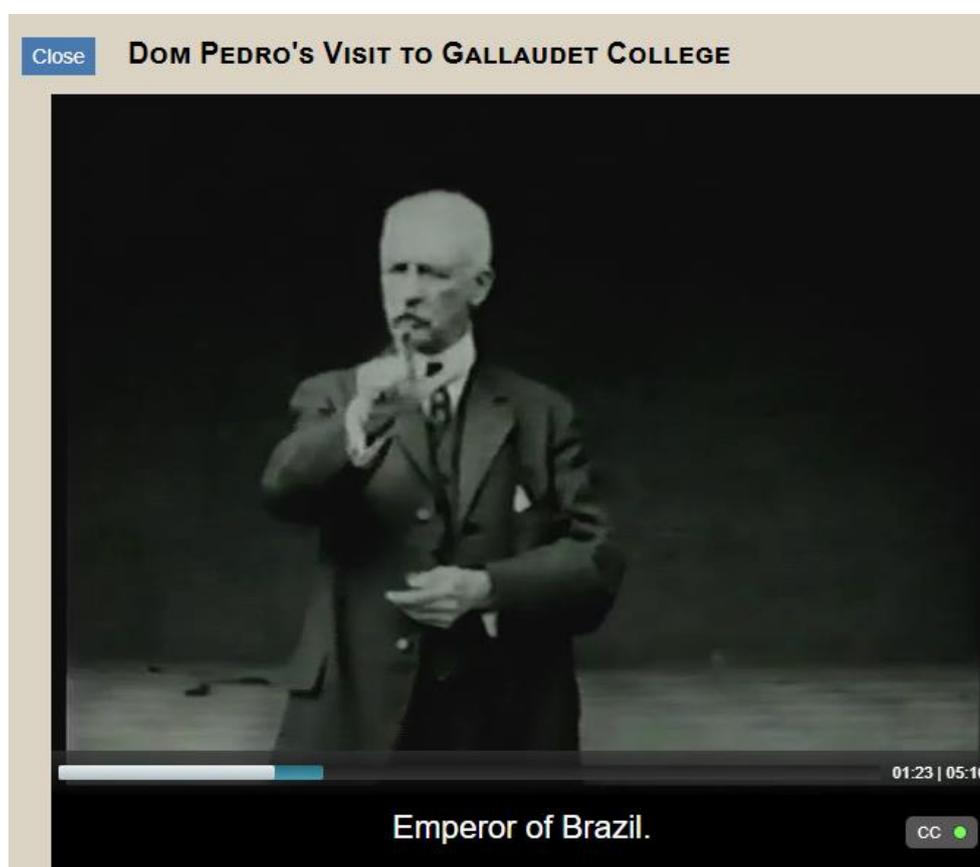
Na agenda de viagens de Dom Pedro há um registro das impressões dele em sua visita à Universidade de Gallaudet e à NAD em 1876, a mesma visita registrada no vídeo sinalizado por Edward Allen Fay, que ativamente comentou as resoluções dos congressos internacionais no primeiro quartel analisado.

1 de junho de 1876 – É preciso mandar as cartas logo e por isso irá tudo às pressas. Antes do almoço – Instituto de surdos-mudos – o mais completo que vi mesmo na Europa. Tem 100. Há 44 anos nos Estados Unidos. Com 4.000 e tantos alunos e 25.000 surdos-mudos nos Estados Unidos. Neste belo estabelecimento perfeitamente colocado e com 150 acres de terreno onde os alunos trabalham saem deles bacharéis em letras ou ciências. Metade deles

articulam e falam melhor ou pior. Resolveram equações algébricas, discorrem por escrito na pedra perfeitamente expondo uma teoria dos eclipses e outro traduzindo falando Horácio e uma passagem das Catilinárias mostrando saber bem latim. O diretor é filho de uma pessoa que aprendeu em Paris com abbé Sicard. Casou com uma de suas discípulas surda-muda que é a mãe do diretor e a qual me deu uma hera que eu plantei na escada do estabelecimento. Fiquei encantado com a visita (Bediaga, 1999, p. 32).

O recorte do diário do imperador pode ser complementado pela narrativa de outra figura já apresentada nas análises do primeiro quartel de congressos internacionais, o exímio Edward Allen Fay.

Figura 18 – Fay fala a sobre a visita de Dom Pedro II



Fonte: Repositório do SLRL – Universidade de Georgetown. Disponível em: <https://hslldb.georgetown.edu/films/>

Sobre a visita do imperador, Fay narra:

Meus amigos, ao longo dos meus últimos 50 anos em que estive nesta universidade, muitas pessoas célebres nos visitaram. Mas há um deles de quem me lembro com muito apreço. Ele esteve aqui em 1876. Naquele ano, os Estados Unidos comemoravam seus 100 anos de independência com uma

grande apresentação. Para esse evento muitas pessoas renomadas de várias partes do mundo vieram para cá, dentre elas, havia um homem famoso chamado Dom Pedro II, o Imperador do Brasil. Ele é celebrado não só pelo seu governo, mas por sua inteligência, sabedoria, zelo, gentileza e amor para com seu povo. Ele proporcionou um progresso considerável para o Brasil ao longo de seus 58 anos como imperador (FAY, 1913).

Ele esteve na Filadélfia em 4 de julho e participou de uma série de palestras. Mas antes disso, no mês de junho, ele foi a Washington onde permaneceu por vários dias. Nós havíamos lido sobre ele, e queríamos convidá-lo para vir conhecer a universidade, mas sabíamos de sua agenda apertada. Havia muitas outras coisas importantes para ele ver na capital e por isso optamos por não enviar o convite. Para nossa surpresa, recebemos uma mensagem do Comitê Estadual informando que no dia seguinte às 7 da manhã, Dom Pedro viria visitar a Gallaudet (Fay, 1913 – tradução do autor).

Os dois registros refletem um encantamento mútuo entre Fay e Dom Pedro II e funcionam ainda como uma evidência histórica acerca do interesse do imperador em relação à educação de surdos. Em comentário sobre esse evento, Nascimento (2023, p. 55) reflete:

Embora a fama de Dom Pedro o precedesse mesmo entre acadêmicos surdos e ouvintes, muito provavelmente em função de seu apoio na criação do Ines, é possível notar pelo depoimento de Fay que a visita à Gallaudet partiu do interesse do próprio imperador a despeito de sua agenda corrida o que corrobora seu interesse especial pela educação de surdos.

O caráter político do Imperador, no entanto, o permitia transitar entre àqueles que o admiravam profundamente pelo seu interesse pela educação de surdos e uso das línguas de sinais e entre aqueles que defendiam arduamente a manutenção dos métodos envolvendo apenas a língua oral, a terapia e a reabilitação.

Por essa ótica, a visita do Imperador é marcada por um aspecto de interlocução diplomática e não necessariamente uma visita que traria implicações diretas na organização da educação de surdos no Brasil ou na definição dos métodos, algo que era imputado à direção do Instituto, relegando à coroa o papel de destinação de recursos.

O caráter político do imperador e o seu não posicionamento decisivo pela preleção de um ou outro método pode ser evidenciado em outro excerto de registro histórico:

Durante a *Centennial Exposition* de 1876 na Filadélfia, Dom Pedro II esteve presente, conforme indica Fay em seu relato. Na ocasião, Bell participava do evento apresentando “seu telefone”. Ao final das atividades, Bell permaneceu timidamente separado dos demais. Para surpresa de todos, Dom Pedro se dirige a ele em tom amistoso indicando que já se conheciam. Desse encontro – que conta com uma encenação dramática que pode ser encontrada nos arquivos fílmicos da AT&T (2012) nos Estados Unidos – é que nasce a

famosa expressão ‘Meu Deus, isto fala?’, proferida pelo Magnânimo em espanto diante do aparelho apresentado por Bell.

A encenação nos arquivos AT&T omite essa pergunta inicial, mas ressalta os aspectos de personalidade do Imperador, representado como figura enérgica, eloquente com seu forte sotaque em inglês. Na interação, Dom Pedro inclusive diz agradecer, em nome da comunidade surda, pelo trabalho de Bell. (Nascimento, 20233, p. 56 – aspas do autor)

Assim, é possível afirmar que ainda no período anterior ao circuito de congressos internacionais, o Brasil estava ciente dos modelos, tecnologias e sistemas educacionais que marcaram os eventos, bem como dos embates entre o método oral e o uso de sinais para instrução de surdos.

A figura do Dr. Tobias Leite, assume a direção interina do Ines em 1869 e permanece na direção do Instituto até 1896, quando faleceu. Leite teve um papel essencial na reestruturação do ensino no Ines e na articulação de fomento para sua expansão e desenvolvimento, com proposições curriculares, implementação do ensino profissionalizante e um foco na autonomia e cidadania dos surdos que “após a conclusão do curso, deveriam dominar um ofício para garantir a sua subsistência” (Rocha, 2008, p. 40).

Uma influência maior dos congressos internacionais no Brasil, mais especificamente de Milão (1880) começa a ser percebida de forma mais evidente em 1883, quando a educação de surdos é registrada na Questão 26, pauta do Congresso de Instrução do Rio de Janeiro.

Rocha (2008, p. 45) registra que:

Os pareceres feitos pelo Dr. Tobias Leite, e pelo professor do Instituto, Dr. Menezes Vieira, eram antagônicos e refletiam, em parte, as discussões de Milão. O parecer do Dr. Menezes Vieira continha uma minuciosa descrição dos surdos do Brasil e no mundo, fruto de uma viagem realizada à Europa. [...] Seu discurso tinha como tônica a importância de oferecer instrução às pessoas surdas para torná-las produtivas e socialmente viáveis. Embora reconhecendo o empenho do Dr. Tobias como diretor, fazia severas críticas ao programa de ensino com foco na escrita e na profissionalização. Discordava da orientação em oferecer a disciplina Linguagem Articulada aos mais aptos.

Para o professor, o método oral deveria ser oferecido a todos, dados os resultados de seus exercícios para o desempenho “dos órgãos da respiração, e conseqüentemente da maior qualidade na oxigenação cerebral” (p.46).

Esse movimento antagônico nos relatórios de Leite e Viera evidenciam uma mudança de mentalidade em relação à educação conforme os movimentos dos congressos do primeiro quartel, permeando discussões como a instrução profissionalizante de surdos homens no instituto e de mulheres em casa - (algo que só se reverteria em 1930).

A insistência de Vieira o conduziu em uma longa viagem em missão à Europa no período de 1882-1889, recorte temporal dos congressos de Bruxelas (1883), Paris (1889) com expectativa de coletar mais informações sobre o método oral, que pudessem ser aplicados no Brasil.

Não há indicações de Brill (1984) da presença de Vieira como delegado no Congresso de Bruxelas (1883), tampouco nas atas do evento consta seu nome como participante, mas suas propostas enviadas ao Brasil por correspondência ao longo de sua viagem, se alinham com o foco no ensino da articulação oral e no ensino profissionalizante de surdos em tendência na Europa. Já no Congresso de Paris (1889) consta nas atas do evento como “Dr. Menezes Vieira, professor do Instituto de Surdos do Rio de Janeiro” (Chambellan, 1890, p. 30).

Em 1889, Leite ainda na direção do Ines envia um ofício ao governo com dados comparativos entre o êxito de alunos ensinados exclusivamente pelo método oral e os alunos ensinados pelo método combinado e escrita, indicando que o segundo grupo apresentou um desempenho significativamente melhor, o que resulta na demissão de Vieira (Rocha, 2008, 49).

Ainda segundo Rocha (2008) uma ênfase ao método oral ocorre após a morte de Leite em 1886, quando o diretor interino Joaquim Borges Carneiro, convoca o professor Cândido Jucá, que se torna um grande defensor do método articulado, com resultados de alunos capazes de realizar a leitura labial sendo amplamente divulgados pela imprensa.

Carneiro permanece na direção até 1897, quando assume o Dr. João de Carvalho, o qual segundo Rocha (2008, p. 49) esteve presente no Congresso de 1900, em Paris. De fato, Brill (1984) indica a participação do Brasil em Paris (1900) e o nome de Carvalho aparece na seção de ouvintes do Congresso de Paris publicadas no Brasil.

Durante seu tempo na direção, há registros de professores como A. J. Moura e Silva, que também estiveram no Congresso de Paris (1900) e se posicionaram contra a

exclusividade do método oral indicando que ele não poderia ser aplicado indistintamente para instrução dos surdos (Rocha, 2008, p. 51)

A gestão de Carvalho se encerra com sua exoneração em 1903. Na ocasião, Rocha (2008, p. 51) relata a ocupação do Dr. João Brasil Silvado no posto de diretor e sobre ele descreve:

Importante abolicionista, ele também foi diretor do Instituto Benjamin Constant. Era advogado e autor de inúmeras publicações, entre elas o livro 'Alma Livre', que trata da escravidão no Brasil. [...] Em 1906, criou a revista do Instituto de Surdos-Mudos, cuja produção foi de três edições e assinou alguns artigos em defesa da educação das meninas surdas (Rocha, 2008, p. 52 – destaques da autora).

O trabalho de Silvado reverbera mesmo após o fim da sua gestão em 1907 com a nomeação de seu filho, João Brasil Silvado Jr, na função de repetidor (Rocha, 2008). Silvado Jr. desenvolveu um trabalho alinhado com o método combinado em função de sua experiência com a escola francesa, permanecendo discordante de alguns de seus colegas defensores do método oral até 1911, quando o Decreto 9.198, trouxe algumas mudanças para o Ines, conforme se pode observar nos artigos transcritos a seguir:

[sic] Art. 1º O Instituto Nacional de Surdos-Mudos tem por fim instruir e educar as crianças de ambos os sexos privadas da audição e da palavra articulada, dando-lhes instrução literaria e ensino profissional.
Art. 2º O instituto será dividido em duas secções, masculina e feminina, tendo ambas o mesmo regimen economico e administrativo e os mesmos professores, mas funcionarão em edificios diferentes.
Art. 9º O methodo oral puro será adoptado no ensino de todas as disciplinas (Brasil, 1911).

O referido decreto não menciona em nenhum de seus artigos e parágrafos um espaço ou possibilidade de utilização da língua brasileira de sinais no Ines, embora não a proíba descritivamente, a instituição do método oral puro no Art. 9º deixa claro que não haveria espaço para uso dos sinais como forma de instrução direta, o que reflete uma aproximação maior com a realidade da Europa, tal qual apresentada no Congresso de Edimburgo (1907) e na contramão das experiências dos EUA delineada nos Congressos de Paris (1900) e Liège (1905).

A mudança de perspectiva no Instituto é fruto direto da gestão do Dr. Custódio Ferreira Martins que assumiu a direção depois de Silvado e nela permaneceu pelos 23 anos seguintes, período de ampliação das instalações do Ines, incluindo uma ala

feminina, uma expansão também utilizada por outras repartições públicas durante um período (Rocha, 2008).

O foco excessivo na formação para mão de obra para o trabalho e a escolha para o método oral não tarda a mostrar prejuízos na formação dos alunos, já em 1914 os resultados não se mostravam positivos (Rocha, 2008, p. 56), e na década seguinte revestiu o Ines de roupagem que mais se assemelhava a um asilo para cuidados e formação de mão-de-obra ‘útil’, algo que já havia sido criticado por Tobias Leite e que reacende os olhares críticos na tese de Bacellar (1926) que critica abertamente a gestão de Custódio.

Ao visitar o Ines, Bacellar (1926) relata que os “métodos de ensino não existem, por quanto, verdadeiramente não existe ensino. Não há seleção de alunos – encontramos lá desde o surdo mudo verdadeiro até o perfeito idiota” (p. 102). A utilização do termo idiota é também um reflexo europeu acerca do termo *deaf and dumb*, conforme discutido no Congresso de West Trenton (1933).

O trabalho de Bacellar, além do pioneirismo marcante pelo detalhamento descritivo e estatístico da situação dos surdos no Brasil atenta para a existência de outras instituições voltadas para surdos em funcionamento no Brasil à época. Segundo ele:

pelas informações recebidas, verificamos que existem no Brasil apenas 4 instituições para surdos-mudos: O Instituto Nacional de Educação de Surdos, que é o único oficial do País, e o Instituto Central do Povo, de caracter inteiramente particular, no Rio de Janeiro; um asilo para moças surdas-mudas em Itajubá – Estado de Minas; O Instituto Rodrigues Alves, particular, porém subvencionado pelo governo estadual, em São Paulo (Bacellar, 1926, p. 77).

A menção às 4 instituições é um fator interessante para preencher lacunas na história da educação de surdos no Brasil. No levantamento de todos os trabalhos consultados e referenciados nesta tese, nenhuma das três instituições é mencionada, o que se mostra um campo frutífero para investigações futuras em uma visão mais macro acerca dos processos de educação e movimentos associativos de surdos, seja na iniciativa privada ou particular.

Sobre o Instituto Central do Povo, Bacellar não especifica sobre o método de ensino adotado, mas se diz impressionado com a estrutura e a administração do local, as atividades desportivas e o leque de apoio a serviços oferecidos como: médico, odontológico, jurídico e farmacêutico, em todos os casos gratuitos. Segundo ele:

lá os surdos encontram um agradável e proveitoso ponto de reunião⁴⁸, onde se divertem e se instruem – é mais um clube que uma escola. Todos os seus frequentadores, em número 35 actualmente, são adultos e gozam a liberdade de frequentar o departamento quando quiserem ou quando puderem. Todas as noites funciona um curso de instrução secundária, dirigido também por um surdo-mudo, Manoel de Souza, que se tem mostrado um professor habilíssimo, de cultura bastante vasta (Bacellar, 1926, p. 103).

Figura 19: Instituto Central do Povo



Fonte: Bacellar (1926, p.104)

Destaco aqui a presença de um surdo professor em um contexto de supressão da libras no Ines pela adoção em decreto do método oral puro, o que consequentemente resultou na demissão ou aposentadoria de professores que ocupavam o posto de instrução, conforme apontado nos congressos do segundo quartel, e reivindicados nos quartéis terceiro e quarto.

⁴⁸ Tal menção lembra-nos os espaços das associações de surdos atuais e/ou espaços em que os surdos se reúnem para trocas sociais, convencionalmente chamado de espaços de encontro das ‘comunidades surdas’.

Em relação ao Asilo para Moças Surdas de Itajubá, Bacellar (1926) não apresenta informações detalhadas pelo fato de não o ter visitado, mas sumariamente descreve que:

trata-se apenas de um asylo para surdas mudas, dirigido e mantido pelas freiras de um convento lá existente. [...] Só ensinam às alumnas serviços domésticos e alguns trabalhos manuais, sendo completamente descurado o ensino de leitura, da escripta ou da linguagem falada (p. 108).

Aqui chama a atenção o detalhe de que, nessa instituição, não se ensinava às moças surdas leitura, escrita ou a fala oral, o que nos permite pressupor a existência de uma comunicação essencialmente gestual nas interações e ritos religiosos cotidianos, dada a instrução das freiras.

Essa nuance representa um duplo desafio, em relação a legislação da época e em relação ao método preferido, já que os três elementos básicos do método oral: fala, escrita e leitura, não eram considerados no asilo.

Ademais se destaca o saber comum disperso na relação social com as mulheres surdas. A ação da repressão das mulheres surdas e sua desvalorização restringindo as práticas possíveis em seu papel social alinham-se às práticas proferidas para mulheres não surdas, tal qual apontam estudos feministas na atualidade (Fraser, 2022).

A última instituição mencionada por Bacellar (1926) é o Instituto Paulista de Surdos Mudos ‘Rodrigues Alves’. Segundo o autor, o Instituto é fruto do trabalho do professor italiano Nicoláo Carusone, formado no Instituto Nacional para Surdos-Mudos de Milão, e que chegou ao Brasil em 1905.

Bacellar (1926, p. 110) aponta que Carusone era um “fervoroso partidário do método oral puro” um reflexo do recém realizado Congresso de Milão. Em função disso iniciou com alguma dificuldade a captação de alunos até conseguir realizar demonstrações públicas de seu trabalho com escassos alunos particulares e ganhar mais confiança da comunidade local.

Figura 20: Instituto Paulista de Surdos Mudos ‘Rodrigues Alves’



Fonte: Bacellar (1926, p. 109).

O método de ensino na escola permaneceu sendo o puro desde sua fundação em 1905 até o fechamento da tese de Bacellar em 1926. Carusone atribuía o insucesso de alguns alunos não ao método, mas a errada aplicação dele.

Figura 21: Turmas masculina e feminina do Instituto ‘Rodrigues Alves’



Fonte: Bacellar (1926, p. 119-122)

O último detalhe apontado por Bacellar, é um marco legal que demonstra a importância representada pelo Instituto em São Paulo.

A lei nº 1579 de 19 de dezembro de 1917, que reforma a instrução pública no estado de S. Paulo, cuida em artigo especial, da adequação dos anormais, inclusive dos surdos mudos. O Artigo 39 daquela lei diz – Ficam creados na capital do Estado: I – O Instituto de surdos mudos (BACELLAR, 1926, p. 124).

A legislação, porém, não foi colocada em prática, nem para criação do Instituto oficialmente, tampouco para a modificação de ‘Rodrigues Alves’ em uma escola pública de surdos. Ainda assim, a existência de quatro instituições distintas, ainda que três delas tenham menor peso e dimensão que o Ines, evidencia que o Brasil detinha experiências que poderiam (e deveriam) ter sido compartilhadas em trabalhos nos circuitos internacionais dos congressos, sobretudo no primeiro e no segundo quartel.

Retomando a linha histórica da educação de surdos no Brasil irradiada do Ines, o declínio da Instituição pelas mãos do Custódio chega ao fim com a mudança do quadro político nacional, quando Getúlio Vargas em 1930 nomeia Dr. Armando de Paiva Lacerda como diretor do Ines, em reconhecimento ao seu trabalho de reeducação auditiva.

O olhar médico terapêutico é também uma tendência internacional impulsionada ao longo do segundo quartel e fortalecida no terceiro e quarto, em um cenário de impulsionamento tecnológico e luta pelos direitos das mulheres, o que evidencia mais uma vez que o Brasil não estava isolado das discussões e resoluções dos eventos.

Um reflexo disso é que no processo de reestruturação do Ines, Armando cria em 1932, a seção feminina do instituto com oficina de costura e bordado. E posterior contratação de surdos professores como Antônio Pitanga, um premiado artista. Ações como esta serviram duplamente para uma mudança de olhares e prestígio para os surdos e como boa propaganda com a imprensa, fruto das relações extensas de Armando com políticos e artistas.

A gestão de Armando, encerrada em 1947, é portanto um período de grande impulsionamento, no Brasil, tanto na formação de surdos quanto na informação e difusão geral de informações sobre eles.

O cenário político com o início da Guerra Fria, no entanto, foi bastante conflituoso nos anos seguintes, trazendo além dos embates políticos nacionais, tensões e

disparidades ideológicas que resultaram na destituição de políticos e outros servidores públicos como forma de contenção dos ideais comunistas, dentre esses, o Dr. Armando.

O foco na fala oral e na leitura labial ainda que menos restritivo, permanecia sendo na instrução e foi possível observar menos disparidades no cotidiano social entre surdos e ouvintes, sobretudo na gestão da diretora Ana Rímoli, com a progressão de publicações no Ines e ampliação das políticas no Instituto, sobre ela, vale mencionar um ponto destacado por Rocha (2008, p. 101):

Em 1968, já afastada da direção da instituição, dona Ana traduziu uma série de oito publicações extraídas da revista *The Volta Bureau*, órgão do Centro Internacional de Informações sobre Surdez, sediado em Washington. Nesse período da história do Brasil e consequentemente do Ines, a influência francesa foi dando lugar à americana em vários campos da nossa atividade política, cultural e educacional. Os olhares do Ines começaram a se voltar para a Instituição, criada pelo reverendo Gallaudet e pelo surdo Clérc, e deixando de olhar para o Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris.

É interessante esse recorte por dois fatores. As traduções de Rímoli são de materiais produzidos pela *Volta Bureau*, já referida com participação ativa nos Congressos de Chicago (1893), Paris (1900) e West Trenton (1933). A tradução dessas publicações é um sinal de um papel de influência transnacional da instituição de Alexander Graham Bell.

Além disso, os olhares voltados para a Gallaudet possibilitam uma abertura maior em relação a métodos outros de instrução e maior flexibilidade para retomada dos métodos combinado e manuais, haja vista que mesmo na instituição de Gallaudet, o ensino articulado era em parte paralelo e, portanto, não obrigatório na estrutura curricular.

Desse ponto em diante, observa-se nas décadas seguintes maior número de contratação de surdos egressos do Instituto, reconhecimento das potencialidades do método combinado seguindo a tendência mundial impulsionada no último quartel de congressos internacionais, o que representava uma grande novidade que culminaria na abertura para os primeiros cursos de língua de sinais no Brasil, a partir de 1985, na gestão de Lenita Oliveira Viana, cuja proposição foi fruto de sua ida aos EUA (Rocha, 2008, p. 119).

A reentrada da língua brasileira de sinais no Ines serviu também como retomada para trabalhos empoeirados nos porões e nas estantes da instituição, como é o caso de *Iconographia dos Signaes* (Gama, 1875).

Feita essa recapitulação histórica do cenário Brasileiro no recorte temporal de realização dos congressos internacionais, é possível reconhecer que de fato a participação do Brasil, embora silenciosa e coadjuvante trouxe marcas para as políticas e organização da educação de surdos no Brasil em diferentes recortes do tempo.

Em alguns momentos com a influência direta de estrangeiros que buscavam difundir suas ideias no Brasil, como Huet e Carusone, e em outros momentos pela busca direta de visitas e materiais estrangeiros que apareciam como demonstrações nos congressos, como é o caso das traduções dos volumes da Volta Bureau.

Isso posto, detenho-me a seguir na apresentação de perspectivas que recaíram sobre a língua de sinais na história em interface com as práticas discursivas contemporâneas (marcadas em itálico) coletadas nos procedimentos netnográficos.

6.1 Linguagem das mãos e mímica – um meio ‘qualquer’ de comunicação

As perspectivas sobre as línguas de sinais mostram-se diversas ora no mesmo recorte temporal ora em diferentes momentos como resultado dos acontecimentos e influências da religião, da educação, das ciências e da própria organização sócio-política dos países.

A disputa conceitual em relação à língua de sinais como língua ou linguagem permanece ainda na contemporaneidade como embate recorrente, mas para além dessa velha e persistente dicotomia, as práticas discursivas revelam outras possibilidades de percepção sobre as línguas de sinais ao longo da história, que ressoam com caracterizações exóticas marcadas pelo parâmetro ideológico hegemônico da época.

Uma percepção recorrente, sobretudo entre os opositores do uso de uma língua de sinais, é o discurso que as localiza como meros gestos ou mímica, uma ótica que reduz a língua de sinais, do ponto de vista estrutural e funcional, como algo simplificado, intuitivo, tão limitada quanto se acreditava ser o potencial de aprendizagem dos surdos (Branson e Miller, 2002), uma visão em processo de

erradicação dada a produção contemporânea com o avanço significativos no campo da linguística e da surdez.

Na obra a ‘A linguagem das mãos’ do padre Eugênio Oates (OATES, 1969) é possível encontrar nas páginas iniciais uma breve apresentação do Dr. Murillo Rodrigues Campello, então diretor do Ines na seguinte asserção:

Considera o Padre E. Oates, que o melhor meio de comunicação entre os surdos deve ser a linguagem oral, ensinada pelos professores do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Levando em conta contudo, que muitos surdos nunca tiveram ocasião de frequentar as escolas, torna-se necessário um meio qualquer de comunicação para que se façam entender (Oates, 1969, p. 9).

As palavras do diretor evidenciam um modelo de ensino pautado nos métodos orais naquela ocasião, mas o ponto central é a localização da língua de sinais como algo rudimentar, uma língua menor e alternativa para quem tem a possibilidade de acesso à instrução formal pela língua oral que se considera adequada, o que sinaliza um movimento de hierarquização que contextualmente elege o português como língua de prestígio e a língua de sinais como ‘um meio qualquer de comunicação’ cuja finalidade repousa sobre a benfeitoria, um movimento caridoso em auxílio dos surdos distantes do Ines.

Há, no entanto, um aspecto contraditório nas colocações do diretor. Ainda nas palavras do prefácio ele menciona que Oates estava “estudando o meio de comunicação natural que existe entre eles” (os surdos), e que o esforço do padre em organizar sistematicamente os sinais decorre do fato de que se verificou que “em cada região do país, usam mímicas diferentes, dificultando que um surdo do norte se entenda bem com um companheiro do sul” (Oates, 1969, p. 9).

Com isso, o diretor não somente reconhece o uso dos sinais como forma de comunicação para os surdos como evidencia múltiplas variantes deles em território nacional, daí a necessidade de uma compilação em uma pretensa vontade de unificação da língua de sinais.

Tal pretensão fica mais evidente na apresentação do livro redigida pelo padre mineiro, Vicente de Paula Penido Burnier, que diz:

passando aos trabalhos do Padre Eugênio, posso asseverar que foram feitos com a preocupação de dar a todos os surdos brasileiros a grande felicidade de poderem viver unidos entre si, através de compreensão mútua. É este volume o resultado da união das linguagens mímicas usadas em vários ambientes do Brasil. [...] Alguns gestos não existentes no Brasil e presentes neste livro, visaram completar e dar exata expressão do pensamento. [...] Houve consultas a surdos e a professores mais conhecedores da linguagem gestual. [...] Um sonho dos surdos no mundo inteiro é que apareça no futuro um livro de mímica internacional (Oates, 1969, p. 12).

A breve apresentação de Burnier possibilita também uma série de inferências. Embora convencionalmente se atribua ao estadunidense William C. Stokoe Jr. em 1965 o ponto de virada para o reconhecimento sistemático estrutural das línguas de sinais com base em seus estudos da ASL que resultaram na publicação do livro “Estrutura da Língua de Sinais”, aqui no Brasil, a percepção sobre aspectos como variação, empréstimos linguísticos e composição lexical já lançavam suas bases, ainda que carentes de uma episteme e sistematização adequada que as nomeasse em acordo com as teorizações linguísticas.

Nesse sentido, o trabalho de Oates, a despeito de seu posicionamento favorável aos métodos orais é marcado por um caráter colaborativo abarcando surdos e professores que dominavam a língua de sinais, em parte, em virtude da perspectiva religiosa que justificava o trabalho como um mecanismo para assegurar o bem estar e a união dos surdos.

Avançando na leitura da obra, o prefácio redigido por Oates demonstra de forma ainda mais clara sua percepção sobre os aspectos estruturais da língua de sinais tanto no aspecto morfológico quanto no sintático centrado em estabelecer regras e padrões para o uso dos sinais.

No primeiro parágrafo do prefácio Oates (1969) enuncia que:

a linguagem de gestos, de mímica, é basicamente, uma linguagem natural e universal. É o primeiro idioma que aprendemos nos braços de nossa mãe. Durante toda a vida usamos as mãos fazendo gestos e sinais para expressar nossas ideias com mais ênfase e clareza e tal hábito é tão natural como chorar e rir.

Oates se equivoca ao imputar na língua de sinais um caráter universal, uma ideia que ainda hoje segue sendo parte fundamental de desmistificação em obras voltadas a libras como Quadros (2004), Gesser (2009) e Nichols e Martins (2022). Apesar disso é

interessante notar que sua dedução de que se tratam de mímicas empregadas naturalmente também pelos ouvintes desde a tenra existência, imputa sutilmente uma ideia de língua materna, potente para expressão de ideias.

Um dos indicadores dessa interpretação é a lucidez como Oates, em seguida, aponta aspectos linguísticos elementares da língua de sinais que viriam a ser sistematizados em publicações posteriores como as de Ferreira-Brito (1984; 1986; 1995), no Brasil, por exemplo, conforme enumero a seguir.

1. [...] Por meio de gestos e mímica uma criança surda começa a compreender as coisas;
2. [...] O surdo que não consegue falar, por uma razão ou outra, chama-se ‘surdo-mudo’, mas, mesmo assim, ‘fala’ com as mãos e ‘ouve’ com os olhos;
3. [...] Mesmo quando existe mímica de uma certa palavra, o surdo-mudo pode transmitir essa palavra parafraseando-a com outra mímica ou usando o alfabeto manual;
4. [...] cozinheira, faz-se a mímica de ‘cozinhar’ e de ‘mulher’. (Oates, 1969, p. 11).

Nesses quatro primeiros excertos, o registro de Oates evidencia sua percepção de que a aprendizagem da criança surda pode se efetivar por meios de sinais (1) que o canal de entrada (*input*) de informações se dá pelos olhos e o de saída (*output*) pelo uso das mãos (2), o que possibilita aos surdos compreender e expressar-se por essas vias; que é possível produzir sentido empregando recursos inferenciais ou empréstimos mesmo na ausência de um sinal específico, o que assegura possibilidades infinitas de produção e sentido (3) e, por fim; descreve possibilidades de composição morfológica pela combinação de dois sinais (4), em síntese há alguns dos universais característicos das línguas naturais (Quadros e Karnopp, 2004).

Ainda no prefácio, ele diz que:

5. [...] Os gestos devem ser feitos suavemente e com uma certa calma e continuidade;
6. [...] Podem e devem ser usadas expressões faciais que ajudam a comunicação da palavra: um olhar interrogativo no caso de uma pergunta, um olhar alegre para demonstrar alegria ou um olhar triste para expressar tristeza;
7. [...] A linguagem mímica constitui uma comunicação relâmpago. Para se dizer, por exemplo ‘você pretende ir à festa hoje à noite?’, o surdo-mudo, em três sinais mímicos, diz a mesma coisa resumidamente ‘vai festa noite?’ (Oates, 1969, p. 11).

Esses três excertos, por sua vez, adensam mais a percepção clara de outros aspectos linguísticos. Em (5) ele reconhece a necessidade de uma sinalização contínua e fluida, que diverge meramente dos exageros cênicos ou gestos desordenados. Em (4), Oates aborda um dos que viriam a ser, cinco décadas depois, denominados de parâmetros das línguas de sinais, mais especificamente as expressões não manuais (Quadros e Karnopp, 2004) e, por fim em (5) ele descreve uma possibilidade de construção frasal, usando o termo ‘relâmpago’ para significar uma organização sintática diferente da língua portuguesa.

Em suma, o trabalho de Oates (1969), embora carente de uma fundamentação linguística, dado o Estado da Arte nesse campo à época, é certo ao apontar elementos básicos de estruturação de uma língua organizada de forma espacial e visual.

Os termos empregados por ele são alternantes: gestos, mímica, linguagem de gestos, e não denotam estar imbuídos de um caráter vexatório que desprestigia a complexidade dos sinais, na contramão das palavras do diretor Campello (Oates, 1969, p. 9), fica evidente que, para Oates, não se tratava de ‘um meio qualquer de comunicação’, mas algo que emerge na relação com o outro e assume uma organização coesa para comunicação com potencial expressivo de algo cuja classificação ainda carecia de fundamentação, mas assim como descrita, se tratava de uma língua natural.

A perspectiva de Oates (1969) no entanto assume contemporaneamente uma roupagem que soa como desprestígio localizando a língua em um patamar de inferioridade ou simplicidade.

Em função disso, os recortes das falas coletadas dos grupos do Facebook como: “*É verdade! Não é linguagem! É língua completa!*” e “*Linguagem de sinais? Eu não sou um macaco! Sou surdo!*” Denotam um aspecto combativo em relação à essa percepção, dessa vez não entre surdos, mas na oposição de uma lógica de governamentalidade ouvinte, ou melhor, ouvintista (Padden, 2008).

Aqui, situar a libras como língua completa e complexa funciona como uma armadura argumentativa, como rota de escape de qualquer movimento colonialista que a tente suprimir ou desumanizar a existência surda sinalizante, “*Na história, libras não tinha status, agora é língua oficial do Brasil!*”.

A *exotização* da língua e conseqüentemente do sujeito surdo, nesse nível, se dá pela ótica *docilizadora*, pois ao inscrever a libras como aspecto fundamental, humanizador e constitutivo do corpo surdo social e politicamente, torna-se possível negar a outra língua, mesmo inscritos na governamentalidade ouvinte, daí o “*Eu não te entendo, não tem coragem de postar o vídeo em libras? Não quero o português!*”.

Aqui a prática discursiva desafia a legislação que estabelece a língua portuguesa obrigatória, isto é, ela permanece obrigatória nos espaços formais de registro, mas de forma alguma nos espaços compartilhados por surdos que veem na sua presença uma forma de ludibriar os interesses coletivos do grupo.

Ao mesmo tempo exalta a língua de sinais com tamanha complexidade cultural e representativa de uma cosmovisão densa, que não poderia ser compreendida em sua totalidade pelos ouvintes “*A libras é uma língua profunda os ouvintes nunca vão entender como é ser surdo*”.

Em outros momentos, assume uma defesa excessivamente emocionada que destoa dessa lógica de língua complexa e se aproxima integralmente de uma materialidade corpórea de nível subjetivo, representada na fala de surdos como “*A libras é uma poesia no corpo do surdo!*”; “*Libras é emoção!*”; “*Libras é minha vida!*”.

Essa perspectiva reverbera ainda na fala dos ouvintes em: “*Que lindo os sinais! Eu não entendi tudo, mas quero muito aprender.*” “*Eu sempre me emociono quando vejo o surdo ‘falar’ em libras. Deus é maravilhoso em tudo!*” “*Quando vou ser batizada em libras? Que lindo o vídeo, eu sempre me emociono. Parabéns!*”.

Essas discursividades dispersas entre surdos e ouvintes aliados reforçam uma das caracterizações de *exotização* da língua quando evocam o lado religioso – obra de Deus, batismo, em um caráter quase ritualístico que estabelece uma forma de existência semelhante ao hábito colonial dispensado no contato com os indígenas em escolarização, que a língua nativa é uma marca de passagem entre mundos.

6.2 Língua natural – a(s) língua(s) brasileira(s) de sinais

No passado brasileiro recente, Lucinda Ferreira-Brito (1986) chamou atenção para um outro aspecto relevante, a existência de mais de uma língua de sinais em território nacional ou, tal qual referido pela autora “línguas dos sinais”. Para ela:

o uso da expressão ‘língua dos sinais’, no plural, faz sentido já que se refere a estruturas linguísticas utilizadas por surdos na expressão e elaboração do pensamento e da comunicação. São línguas naturais e, como tal, apresentam especificidades próprias devidas a restrições de ordem estrutural e a fatores socioculturais (1986, p.1).

E continua:

cada comunidade surda tem sua língua dos sinais. Só no Brasil, tem-se notícia da existência de duas línguas distintas; a LSCB (Língua dos Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros) e a LSKB (Língua dos Sinais Ka’apor Brasileira), está última servindo na comunicação entre surdos e ouvintes da comunidade indígena Urubu-Ka’apor, que habita uma região próxima do Rio Gurupi, no Estado do Maranhão (Ferreira-Brito *apud* Ferreira-Brito, 1984, p. 8)

O trabalho auto referenciado pela autora é o artigo ‘Similaridades e diferenças entre duas línguas brasileiras de sinais’⁴⁹ publicado no volume 42 da revista *Sign Language Studies* da Universidade de Gallaudet. O pioneirismo da autora em relação às publicações em torno dos aspectos linguísticos das línguas de sinais pode ser percebido pelas citações de trabalhos produzidos por ela mesma no recorte de 1981 a 1986, então publicados ou no prelo.

Pensando no aspecto de triangulação internacional, vale mencionar as influências que incidem sobre seu trabalho, atentando que há textos publicados por ela em língua portuguesa, inglês e francês, parte dessas produções resultantes de suas pesquisas de mestrado na Universidade de São Paulo e de Doutorado na Universidade de Paris IV, este último em 1977.

A proximidade com as discussões sobre as línguas de sinais nas França e nos Estados Unidos, como o trabalho de Klima e Bellugi referenciado por Ferreira-Brito (1986), imprimem em seus estudos um caráter mais incisivo que não somente caracteriza a libras como língua natural, como busca demonstrar descritivamente tal asserção com base em análises estruturais, tal qual ocorria com as línguas orais.

Sobre a pluralidade das línguas de sinais, o trabalho de Ferreira-Brito (1986) serve ainda como um pontapé que provoca a necessidade de um olhar sobre outras possibilidades de comunicação em sinais no Brasil diferentes da libras, algo que vem

⁴⁹ *Similarities & Differences in Two Brazilian Sign Languages* em tradução livre.

sendo alvo de novas investigações com maior afinco quase três décadas após as discussões realizadas pela autora (1984; 1986).

Apresento a seguir um quadro com dados compilados a partir de Quadros e Silva (2019), Almeida-Silva e Nevins (2020) e Silva (2021) para indicar comunidades surdas indígenas, de centros urbanos, de ilhas, vilas e zonas rurais e as respectivas línguas de sinais utilizadas por elas.

Quadro 18: Algumas línguas de sinais brasileiras

	Línguas de sinais	Comunidades falantes/locais
1	Libras	Surdos em território nacional
2	Língua de sinais Urubu-Ka 'apor	Indígenas Urubu-Ka 'apor (Maranhão)
3	Língua de sinais Sateré-Waré	Indígenas Sateré-Waré (Manaus)
4	Língua de sinais Kaingang	Indígenas Kaingang (Santa Catarina)
5	Língua de sinais Terena	Indígenas Terena (Mato Grosso do Sul)
6	Língua de Sinais Guarani-Kaiowá	Indígenas Guarani-Kaiowá (Mato Grosso do Sul)
7	Língua de sinais Pataxó	Indígenas Pataxó (Bahia)
8	Cena	Surdos da Várzea Queimada (Piauí)
9	Acenos	Surdos de Cruzeiro do Sul (Acre)
10	Língua de sinais da Cruz	Surdos de Fortalezinha (Pará)
11	Língua de sinais de Ilha de Marajó	Surdos de Ilha da Assoure (Pará)
12	Língua de sinais de Porto de Galinha	Surdos de Porto de Galinhas (Pernambuco)
13	Língua de sinais Caiçara	Surdos de Várzea Alegre (Ceará)
14	Língua de sinais Maxakali	Indígenas Maxakali (Minas Gerais)
15	Língua de sinais Akwê	Indígenas Akwê (Tocantins)
16	Língua de sinais da fronteira	Surdos na fronteira (Brasil/Uruguai)
17	Língua de sinais de São Gabriel da Cachoeira	Surdos de São Gabriel da Cachoeira (Amazonas – fronteira Brasil/Venezuela)
18	Língua de sinais de Macuxi	Indígenas Macuxi (Roraima)
19	Língua de sinais Paiter Suruí	Indígenas Paiter Suruí (Rondônia)
20	Língua de sinais Canauim	Indígenas Canauim (Roraima)

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Quadros e Silva (2019); Almeida e Nevins (2020) e Silva (2021).

A catalogação de múltiplas línguas de sinais emergentes ou em processo avançado de estabilização modernamente, dão sentido mais consistente à preocupação de Ferreira-Brito (1986) em pluralizar o discurso sobre elas. Ainda que à época não se dispusesse de aparatos tecnológicos que possibilitassem à autora identificar com precisão as demais línguas de sinais, algumas das quais são ainda recentes, a percepção dela das línguas de sinais como línguas naturais já indicava a possibilidade da existência de outras línguas senão a libras.

A ideia de língua natural como argumento de defesa para uma existência consolidada das línguas de sinais indica a primeira perspectiva moderna sobre ela na produção brasileira, espelhando discussões que já vinham ocorrendo em outros países.

Por língua natural, compreende-se uma categorização de língua como algo empregado por seres humanos e que emerge na relação entre eles mediante demandas comunicativas e relacionais cotidianas (Harrison, 2007).

Por essa lógica, as línguas de sinais se enquadram nos critérios básicos de emergência de uma língua a partir da interação de dois ou mais surdos que se orientem pela visualidade, tal qual ocorreria com ouvintes em situações de contato, daí a existência de outras línguas de sinais em comunidades afastadas dos centros urbanos ou ilhas.

Desse modo, a linha base de defesa para consolidação do reconhecimento das línguas de sinais brasileiras, especialmente a libras, assume a partir de 1984, a empreitada de indicar estruturas, nuances e elementos condizentes com os universais linguísticos que permitissem conceber tais línguas como línguas naturais, isto é, que emergem nas relações de contato e se desenvolve morfologicamente e sintaticamente em um processo de estabilização. Tal prerrogativa resulta em publicações seminais sobre a libras, como é o caso da obra “Por uma gramática da língua de sinais” (Ferreira-Brito, 1995).

No Brasil afirmações como: “A libras é uma língua natural complexa com gramática e estrutura” conforme já indicada na subseção 4.4, evidenciam a reprodução da asserção de Ferreira-Brito (1984; 1986; 1995), porém, frequentemente esvaziada pela falta de conhecimentos da sociedade comum em compreender o que significa afinal ser uma língua complexa, ter gramática, ter estrutura.

Ainda assim, pode ser indicada como uma percepção pioneira acerca das línguas de sinais e enraizada nas práticas discursivas tanto acadêmicas quanto sociais, tendo como principal mecanismo de defesa a evidência, a partir de estudos cada vez mais densos, que as línguas de sinais são tão complexas quanto quaisquer outras línguas naturais, ainda que socialmente em desprestígio pela sua rotulação clássica de algo limitado (Quadros e Silva, 2019; Almeida e Nevins, 2020; Silva, 2021; Nichols e Martins, 2022).

Outro ponto a considerar nessa perspectiva é que o reconhecimento da língua de sinais como língua natural, seja pelos estudos linguísticos seja pelos dispositivos legais implica em um olhar capitalista, senão mercantilizado dela como língua de trabalho, daí a ocorrência de práticas discursivas contemporâneas dos surdos como em: “*Os ouvintes ocupam as vagas de professores de libras. Eles não têm respeito*” e também de ouvintes aliados “*Precisamos colocar a libras no currículo das escolas, é uma língua maravilhosa*” e “*Quero ser intérprete para ajudar os surdos! Tenho dificuldade com português, mas amo Libras*”.

Essa forma de *exotização docilizadora* é complexa e representa uma lâmina de dois gumes. Ao mesmo tempo que possibilita a retomada surda ao posto docente – algo previamente delineado nos congressos internacionais como marginalização na tessitura histórica – e a ocupação de um posto essencial para referência política cultural surda, ela também movimenta as engrenagens de captura do maquinário Estatal, que prioriza os surdos como professores de Libras em editais e seleções cerrando-os nesse posto, o de professores de libras.

Com isso, em reivindicação e defesa de surdos professores ocupando as vagas que estão sendo ‘usurpadas’ pelos ouvintes no ensino da libras, inconscientemente os surdos operam precisamente na lógica da *governamentalidade democrática*, quando seu trabalho, sua formação, enfim, sua existência “Libras é minha vida!” se resumem à língua de sinais, uma existência constitutiva para a libras e não por meio da libras.

É crucial que se tenha professores de surdos capacitados e com habilitação adequada para o ensino de libras, mas não se pode perder de vista a exotização docilizadora que o reduz a esse posto, e que contraria a potencialidade da libras em formar também surdos médicos, engenheiros, advogados entre outros, profissões que mesmo quando alcançadas, esbarram em seleções injustas que preferem profissionais

ouvintes, o que conduz novamente os surdos a tentativas de dupla formação como alternativa de inserção no mercado de trabalho.

Para além disso, a noção de naturalidade como característica da língua pode assumir uma forma outra oriunda de um grupo minorizado, parte de uma comunidade cujo modo de subsistência e fortalecimento se dá no coletivo de seus membros, na perpetuação dos saberes culturais materializadas em formas outras de ser e existir no mundo, saberes esses transmitidos de uma geração para a outra, um bem coletivo, uma herança.

6.3 Língua de herança – a língua da família

Essa perspectiva da língua como bem coletivo compartilhado e repassado entre gerações assume novos contornos à medida que a concepção de comunidade surda abranda as fronteiras do nós/eles, albergando os aliados usuários e defensores das línguas de sinais e, principalmente, delimitando uma nova existência fronteiriça bilíngue e bicultural, nomeadamente os CODA⁵⁰, sigla para designar os filhos de pais surdos.

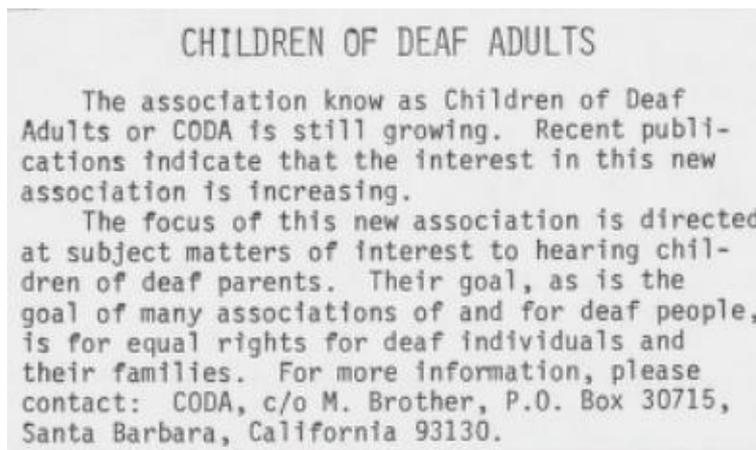
Embora os trabalhos voltados para as especificidades dos CODA sejam ainda um terreno pouco explorado no Brasil, a terminologia vem aparecendo de forma crescente nos movimentos de surdos em diversos países.

Em um panfleto do periódico *Tidings* (1985) organizado pelo Departamento Católico de Surdos da *College of the Holly Cross*⁵¹, no Kentucky, EUA, é possível encontrar uma entrada acerca do crescimento de um movimento envolvendo os CODA naquele país.

Figura 22 – Recorte do periódico *Tidings*

⁵⁰ *Children of Deaf Adults* em tradução livre.

⁵¹ Faculdade da Santa Cruz em tradução livre.



Fonte: Tidings (1985, p.1),⁵²

A indicação do movimento CODA crescente nos EUA, conforme apontada no periódico é oficializada no ano seguinte com a organização da ‘Primeira Conferência Nacional de CODA’, encabeçada por James Woodward, na Califórnia. Na ocasião uma série de questionamentos foram levantados sobre o movimento:

Em primeiro lugar, podemos nos perguntar: ‘Precisamos de uma organização como o CODA?’ ‘Por que ou por que não?’ Ao responder a essas perguntas, é provável que outras perguntas tenham de ser respondidas. ‘Há algo significativamente diferente entre as pessoas surdas e ouvintes?’ ‘Se houver uma diferença, ela se deve a algo biológico - algo inerente à surdez em si - por exemplo, uma diferença devido à ‘privação sensorial’ no indivíduo surdo?’ ‘Ou será que essas diferenças podem estar relacionadas a fenômenos culturais - algo relacionado a sistemas de valores e identidade social?’ Como essas diferenças podem afetar membros da família que diferem no *status* de audição - por exemplo, filhos surdos de pais ouvintes e filhos ouvintes de pais surdos?’ (Woodward, 1986, p. 2).

Tais questões também não tardaram a povoar as discussões nas comunidades surdas brasileiras com o contínuo desenvolvimento da libras e empenho nas pesquisas voltadas para educação de surdos em ascensão, sobretudo no fim da década de 1990 e início da virada do século.

Nesse recorte, é possível observar a emergência de uma nova categoria de identificação nas pesquisas, marcada pelas nuances questionadas por Woodward (1986), a de ouvintes filhos de pais surdos, visto que conforme Quadros e Skliar (2000, p. 44)

⁵² Em tradução livre “A associação conhecida como Filhos de Pais Surdos ou CODA ainda está crescendo. Publicações crescentes indicam o aumento de interesse nesse novo movimento. Seu foco é tratar dos interesses de ouvintes filhos de pais surdos. Seu objetivo, tal qual o de outras associações de e para surdos, é a igualdade de direitos para surdos e seus familiares. Para mais informações, contate [...]”

“ser filho ouvinte de pais surdos não retrata claramente o que as pessoas surdas normalmente referem como ouvintes”.

Para esses autores “os ouvintes são identificados como aqueles que têm uma experiência essencialmente oral-auditiva, embora possam ter outros tipos de experiências visuais (Quadros e Skliar, 2000, p. 45). Em se tratando de ouvintes filhos de pais surdos usuários de uma língua de sinais, no entanto, é comum que eles sejam:

[...] bilíngues, dominando tão bem a língua de sinais quanto a língua portuguesa. No entanto, este bilinguismo reflete muitos dos problemas de identidade que surgem. Aos poucos, eles passam a se dar conta das diferenças sociais, políticas e culturais que cada língua apresenta dentro da sociedade e precisam aprender a lidar com elas sem abandonar suas raízes surdas, as que são excluídas (p.49).

Assim, é impressa nos filhos ouvintes de pais surdos uma condição diferente das demais ouvintes em função desse transitar entre duas percepções de mundo frequentemente conflitantes pelos estereótipos sobre os surdos e o discurso ouvinte hegemônico.

Para a realização dessas discussões, Quadros e Skliar (2000) recorrem às discussões realizadas pelos estadunidenses Carol Padden e Tom Humphries em um diálogo com a brasileira Gládis Perlin, trazendo para o foco das reflexões os aspectos culturais e identitários em ampla discussão na comunidade surda em aproximação com os estudos culturais, outra evidência de grandes influências externas dos movimentos surdos mundiais, reflexo do contato de pesquisadores brasileiros com produções estrangeiras no campo da linguística, educação e estudos culturais.

Retomando o posicionamento sócio-político híbrido dos CODA, recai sobre a ideia de um compartilhamento linguístico-cultural entre gerações, irrompendo com a unidade surdo-surdo ao abrir prerrogativa para uma maior proximidade identitária entre surdos e CODA, o que possibilita uma percepção ainda menos fechada em relação aos membros das comunidades surdas, mas paralelamente caracterizando a língua de sinais como um bem, uma herança passada de pais surdos para os seus filhos ao longo da história.

Ao tratar dessa temática, Quadros (2017, p. 2 – destaques da autora) explica que:

língua de herança é uma língua usada pelas comunidades locais (étnicas ou de imigrantes) em uma comunidade da qual outra língua é utilizada de forma mais abrangente. Língua de herança é, normalmente, a língua falada em família, em um contexto no qual outra língua é falada nos demais espaços sociais, tais como a escola e a mídia. ‘Herança’ significa transmissão de bens culturais e materiais de uma geração para outra.

Essa percepção é bastante interessante no sentido de responder aos questionamentos iniciais de Woodward (1986) situando língua de sinais e a cultura surda como elementos absolutamente indissociáveis e, portanto, marcadores essenciais de uma organização sócio-política dessa comunidade.

Paralelamente, evidencia uma nova percepção de língua mais alinhada a outros grupos minorizados, como é o caso de indígenas e imigrantes, cuja língua falada no contexto familiar difere da língua utilizada no contexto macro em que estão inseridos. Por essa via, as línguas de sinais passam também a serem classificadas como ‘línguas de herança’.

Essa classificação possibilita (e demanda) novos olhares do ponto de vista de aprendizagem de línguas em contextos bilíngues, uma vez que a noção de língua materna (L1) e a língua adicional (L2) destoam do padrão comumente adotado (FISHMAN, 2001).

Isso porque, em se tratando de filhos ouvintes de pais surdos sinalizadores, a língua de contato inicial da criança ouvinte será a libras, já a língua portuguesa será desenvolvida a partir das demais relações cotidianas em contato com os ouvintes, seja no contexto familiar, proximidades e ou escola, daí a noção híbrida na qual se inserem os CODA.

Por essa via, a exotização docilizadora discutida anteriormente cede espaço para a *exotização de contraconduta* compartilhada por surdos e CODA. Ambos delimitam um conjunto de experiências visuais e de língua, que é traço de uma comunidade minorizada, uma forma moderna e virtual de agrupamento semelhante ao de uma tribo ou etnia particular.

O tratamento dispensado aos CODA professores de libras é, por exemplo, menos taxativo pois também é deles a língua de sinais tanto quanto o é dos surdos. Eles não precisam ser “*batizados*” em libras, nascem e crescem dela e com ela.

No entanto, ao delinear a língua de sinais como um “bem cultural” a ser transferido e valorizado pelos filhos de surdos, abre-se uma prerrogativa para

compreensão da libras como um patrimônio geracional em um sentido mais estrito, isto é, o de propriedade de e para a comunidade surda, ainda que dela façam parte os ouvintes aliados que usam a língua de sinais e os ouvintes filhos de pais surdos, uma percepção que, a depender da linha de argumentação pode desafiar as pautas dos movimentos bilíngues de surdos.

6.4 Língua propriedade – a língua ‘própria do surdo’

Essa percepção da libras como ‘língua propriedade’ é apontada por Nascimento (2019) por três vias de interpretação, cada qual com seus efeitos. A primeira, tal qual aponta Fishman (2001) delimita as línguas de herança como àquelas faladas pela família e comunidade, e que diferem da língua e cultura majoritária, e Quadros (2017) ao classificar a libras como língua de herança pela sua relação de pertencimento sócio-político compartilhado entre os surdos e seus filhos.

Por essa via, os aspectos linguísticos e culturais compreendem faces de uma mesma moeda que financia a constituição social e identitária da comunidade surda, isto é, a cultura surda se organiza de forma visual – uma percepção não compartilhada naturalmente pelos ouvintes embora neles também potente. E essa organização está organicamente atrelada a uma língua de sinais, no caso dos surdos dos centros urbanos brasileiros, a libras.

Tal concepção se alinha em diversas instâncias ao contexto indígena, por exemplo, cuja língua nativa de determinadas aldeias é mantida em uso exclusivo durante a maior parte da infância, e o português introduzido posteriormente nas escolas indígenas ou inclusivas.

Espera-se, a partir desse sistema, que a criança indígena compreenda as raízes de seu povo, a língua, as tradições, as crenças e formas de constituição da aldeia em um cenário ‘não contaminado’ pela língua dos não indígenas, de modo que o contato posterior seja menos danoso à manutenção das formas indígenas de ser e existir.

Da mesma forma, a ideia de compartilhamento da libras no contexto familiar, ainda que em maior peso pelo tempo inicial da criança com os pais surdos, faz com que uma boa parte dos CODA aprendam naturalmente a libras com os pais, ajam em acordo com a percepção surda do mundo e, pelo menos a princípio, estejam isentos dos

estereótipos ouvintistas que provocam os embates culturais e políticos em relação à comunidade surda.

Ocorre que, diferentemente dos indígenas, o ambiente de ‘não contaminação’ com a língua e cultura ouvinte é inevitável, pois ao contrário das aldeias indígenas, em grande parte afastadas do convívio direto urbano, os filhos de surdos estão inseridos no mesmo ambiente que os ouvintes, senão em casa, com a presença de irmãos, parentes e agregados, na vizinhança, na igreja, nas escolas, um cenário que inscreve nos CODA um aspecto bilíngue bicultural de desenvolvimento simultâneo.

Por esse prisma, é concebível que a libras se localize como uma espécie de patrimônio imaterial para os filhos de surdos, os quais herdaram dos pais uma língua que os situa como parte íntima e naturalizada da comunidade, o que inclui a percepção cultural pela lógica da visualidade.

A segunda via de interpretação desenha na língua de herança a ideia de ‘língua propriedade’ em uma aproximação maior com a posse no sentido jurídico, isto é, materializada nos discursos recorrentes entre os surdos, por exemplo, que apenas eles podem ensinar a libras, desconsiderando os percursos formativos demandados para o ensino da língua, como se apenas ser usuário dela fosse suficiente para essa tarefa (Carvalho, 2016) e ilustradas em falas como a já mencionada no recorte etnográfico, “*Os ouvintes ocupam as vagas de professores de libras. Eles não têm respeito*”.

Novamente, em contraste com as possibilidades de ensino indígena, Nascimento (2019) aponta uma sutil divergência na preleção pelas comunidades indígenas de suas línguas nativas antes do contato com a língua portuguesa, e a aprendizagem da libras no contexto familiar de surdos.

Em ambos os casos, busca-se um modelo de referência para identificação sociocultural com os pares, o que não somente é positivo e necessário para constituição mais precisa de formas outras de existência, mas crucial para um envolvimento imersivo nos aspectos que constituem a percepção surda do mundo.

Porém, a divergência recai sobre o repertório de constituição identitária indígena ao longo da infância, que abarca ensinamentos atrelados à língua, as crenças, modos de organização na aldeia, sobrevivência, papéis e funções na comunidade, rituais, enfim toda a tradição que caracteriza socialmente àquela comunidade.

Já em se tratando dos surdos, ainda que a forma de percepção pela visualidade irradie formas outras de organizar-se socialmente, como: os encontros em associações; a exploração do corpo e expressões não manuais de forma mais acentuada como aspecto inerente à língua; percepções diferenciadas para humor e narrativas; entre outros, os surdos estão capturados paralelamente para o conjunto de transmissão de tradições ouvintes em convenções sociais que variam desde elementos básicos comportamentais, como: sentar à mesa e utilizar garfos e pratos às religiões de tradição ouvinte, não raramente também impostas desde a infância.

Além disso, é preciso considerar o processo de violência e genocídio em relação aos indígenas que reduziu drasticamente as populações nativas brasileiras desde a invasão, perpassando o período de colonização e que se mantem ainda hoje em conflitos intensos que resultaram e resultam na erradicação de diversas comunidades indígenas brasileiras.

Isso não implica, é claro, em desconsiderar a violência física, intelectual e mais recentemente epistemológica enfrentada pelos surdos ao longo da história, mas demanda um olhar atento para uma perspectiva antropológica diferenciada, marcada pela luta pelo direito à língua e a cultura em acordo com as especificidades surdas.

Por fim, a terceira possibilidade de interpretação apresentada por Nascimento (2019) diz respeito a uma percepção da libras como ‘língua propriedade’, mas não no sentido de posse, mas como algo característico e constitutivo que revela uma forma outra de *governamentalidade surda*, e instaura um mecanismo de subjetividade resistente.

Em termos práticos, apropriar-se da libras como algo ‘próprio’ da comunidade surda revela um posicionamento sócio-político de ocupação de espaço, busca por protagonismo e retomada dos saberes apagados pelo *epistemicídio surdo*.

Assim, cabe aos surdos principalmente o ensino e o compartilhamento da língua de sinais com os ouvintes, mas mesmo nos casos em que os ouvintes por razões diversas venham a ocupar esse espaço, a percepção, o olhar, os métodos e as referências devem reforçar a produção de saberes de/para surdos.

Por esse enfoque, a relação entre o nós/eles assume uma forma menos dicotômica e mais colaborativa, visando maior circulação e uso da língua de sinais,

manutenção e expansão de mecanismos de acessibilidade e modelos bilíngues e biculturais de ensino e profissionalização.

Isso posto, essa diversidade de perspectivas sobre as línguas de sinais: linguagem, mímica, língua natural, língua de herança e língua propriedade funcionam como elementos caracterizadores de uma visão *exotizadora* sobre elas quando postas em contraste com o tratamento histórico dispensado às línguas orais, conforme se pode observar no distanciamento entre elas pela via da historiografia linguística.

6.5 O lugar das línguas de sinais na historiografia

Ao discorrer sobre a historiografia descritiva das chamadas ‘línguas exóticas’, Altman (2011) aponta um movimento essencial que ressoa com o ponto de origem das discussões sobre a educação de surdos e o uso das línguas de sinais, o eixo religioso como forma de condução. Para ela:

[...] um dos desafios do historiógrafo interessado nas tradições linguísticas latino-americanas é tentar reconstruir e, se possível, explicar, como e por que, no processo de seleção das ideias e práticas linguísticas que efetua, certas tradições de estudo, como, por exemplo, o da chamada linguística missionária, teriam sido subestimadas (para não dizer excluídas, em uma interpretação mais forte) da historiografia linguística canônica, pelo menos até a segunda metade do século XX.

A provocação de Altman é direcionada aos epistemicídios praticados em relação às línguas nativas brasileiras e de povos escravizados conforme já apontado em Carboni e Maestri (2012), a despeito do intenso trabalho oriundo da catalogação, gramatização e registros missionários sobre essas línguas já que:

[...] quando se buscam informações em nossa historiografia oficial sobre a eventual contribuição para a linguística geral dos três ou quatro séculos de copiosa coleta de dados de ‘línguas exóticas’, levada a cabo pelos missionários sul-americanos, nos surpreendemos pela parcimônia das referências (Altman, 2011, p. 210 – destaque do autor).

Nesse ponto, é possível traçar um paralelo com os registros voltados para as línguas de sinais do ponto de vista histórico. As referências, principalmente sobre as perspectivas surdas sobre as línguas de sinais, ou ainda de ouvintes religiosos e seculares que se dedicaram a registrar e descrever aspectos linguísticos e estruturais das

línguas de sinais, os quais poderiam ser utilizadas como fontes diretas também ‘aparecem com parcimônia’.

Apesar disso, nomes modernos como Michel de l’Épée e William Stokoe são recorrentes e exaltados nas produções diversas, o primeiro com a alcunha de ‘Pai da língua de sinais’ e o último como principal responsável pelo princípio do reconhecimento das estruturas que caracterizam os sinais como línguas (Padden e Humphries, 1988), não surpreendentemente, ambos ouvintes.

Mesmo o trabalho de Oates (1969) que já apontava estruturas linguísticas elementares na libras de forma alinhada aos postulados de Stokoe sobre a ASL, aparece de forma tímida, e mais frequentemente em trabalhos que analisam a organização de dicionários e glossários da libras de forma comparativa (Sofiato e Reily, 2014; Marques e Martins, 2020) ou voltados para as influências de outras línguas de sinais na constituição da libras (Diniz, 2010).

Essa particularidade em relação ao registro e referenciação denota uma forma de padrão na seleção do que seria publicado e referenciado a partir da ideologia dominante em diferentes recortes de tempo, de modo que as línguas menos prestigiadas tendiam a serem marginalizadas ou erradicadas da história geral.

Isso explica o porquê de, mesmo com os avanços modernos nos estudos linguísticos e o esforço de pesquisadores surdos e ouvintes, a libras permanecer como um nicho especializado e pouco explorado por linguistas generalistas ou nos manuais historiográficos sobre as línguas.

Inicialmente publicado em 1999, a reimpressão de Fischer (2009) se propõe a narrar “Uma breve história da linguagem”. Para isso, ele situa alguns pontos de origens das principais línguas resgatando desde os primórdios da comunicação verbal, perpassando os critérios que distinguem a linguagem humana da animal e caminhando nas discussões sobre sistemas de escrita, o cenário presente dos estudos das línguas e proposições de encaminhamentos.

Ocorre que das 283 páginas em que autor delineia uma historiografia geral das línguas no mundo, um pouco mais de duas páginas e meia são dedicadas ao tópico ‘língua de sinais’ e trazem um rol de informações desatualizadas e passíveis de correção, mas que não são exclusivas do trabalho de Fischer, um estudioso da linguística não atrelado à surdez.

O autor inicia a seção caracterizando as línguas de sinais como um:

[...] sistema organizado de símbolos criados naturalmente, mecanicamente ou eletronicamente para transmitir mensagens a longas distâncias; e de gestos feitos com as mãos e/ou pantomimas no lugar da língua falada entre pessoas com uma língua comum ou entre indivíduos fisicamente incapazes de falar ou ouvir (Fischer, 2009, p. 248).

A definição apresentada por ele em uma publicação reimpressa uma década após a publicação original não traz qualquer atualização, tanto na grafia de termos obsoletos como ‘deficientes auditivos’ sem distinção para a heterogeneidade ou perspectiva que o termo compreende, ou ainda pela noção simplista atribuída às línguas de sinais, sempre retratadas por ele como semelhança a gestos corriqueiros produzidos por qualquer ser humano, mas mais organizados a ponto de serem independentes quando empregados pelos surdos.

No restante das linhas, ele insiste no contraste entre línguas orais e línguas de sinais, mas mantêm a noção das línguas de sinais como algo funcional diante da ausência da audição ou de uma língua oral, como um código imediatista que não se perpetuaria noutras condições de uso com o mesmo peso que as línguas orais, inclusive, ele reforça uma caracterização das línguas de sinais como algo a ser discutido pela via geral da semiótica, um argumento nada sutil para estancá-las numa categoria outra de língua, menos complexa, com menor significância na história geral das línguas.

Janson (2012) opta por ignorar a presença das línguas de sinais ao escrever “A história das línguas: uma introdução”. Ao invés disso, o autor realiza uma extensa discussão acerca de como as línguas nascem, morrem, aspectos historiográficos de línguas empregadas por grandes civilizações do mundo como o chinês, o árabe, o inglês, o grego e o latim.

Apesar disso, os argumentos apresentados pelo autor descrevem precisamente os aspectos que favorecem o apagamento das línguas de sinais da história geral das línguas, em outras palavras, denunciam a ideologia que permeia sua própria obra.

Para ele, os elementos sócio-políticos, as formas de governamentalidade oriundas de sucessivas etapas de dominação de um determinado povo em relação a outros são pontos chave na consolidação ou erradicação das línguas. Tal dominação, no entanto, não está restrita ao contexto de guerra e sobreposição de línguas comuns na

antiguidade, mas em movimentos de ‘assimilação’ da cultura dominante nas relações de contato com os grupos hegemônicos.

Everett (2019), por sua vez, estabelece um esforço de ir na contramão de seus contemporâneos ao também realizar uma historiografia geral das línguas. Com uma linguagem mais didática e fluida, o autor se aproxima de uma argumentação sólida envolvendo as línguas de sinais como um aspecto essencial no desenvolvimento da linguagem humana.

Ele parte da naturalidade dos gestos como uma forma básica de interação humana, mas distingue com lucidez os parâmetros que caracterizam gestos, mímicas e línguas de sinais ao longo de pelo menos 25 páginas. Embora ele não trate especificamente de uma língua de sinais suas discussões interpelam pela existência de canais de entrada e saída diferenciados entre surdos e ouvintes, o que demandaria uma forma de comunicação que excede os simples gestos e se estrutura como língua mediante necessidade de seus falantes.

Essa perspectiva demonstra uma maior proximidade do linguista em relação aos estudos mais contemporâneos voltados para a surdez e língua de sinais. A argumentação pautada nos mecanismos básicos de linguagem, e a equiparação da língua falada oralmente e da língua sinalizada evidenciam um rompimento com a visão simplista e de superioridade em relação às línguas orais de Fischer (2009).

Essa mudança de perspectiva dos linguistas, que passa lentamente a incluir as línguas de sinais como elemento valorado na historiografia das línguas, curiosamente não se escora predominantemente nos trabalhos voltados para uma linguística estrutural como os de Ferreira-Brito (1984; 1986) ou Quadros e Karnopp (2004) que tanto foram caros para o reconhecimento da libras, mas se aproximam de discussões mais centradas na perspectiva sociolinguística, bem como o de outros grupos minorizados.

Nessa esteira vale mencionar o trabalho de Cabrera (2016). Trata-se de uma reimpressão corrigida e atualizada do volume publicado em 2000, nele o autor destina um capítulo do livro para tratar das línguas de sinais, ao passo que, nos demais, a discussão é centrada em línguas nativas, línguas em perigo de extinção e políticas linguísticas de valorização para grupos minorizados.

Por esse caminho, o autor se destaca com um visão moderna e pioneira na virada desse século ao abordar os riscos de supressão em relação à língua de sinais, mesmo

sem adentrar especificamente nas questões históricas da educação de surdos ou das práticas ouvintistas em voga nos dois últimos séculos.

Ao situar as línguas de sinais de forma equiparada as línguas orais, Cabrera (2016) estabelece um novo ponto de partida pelo argumento que, dentre as línguas humanas, não se pode definir alguma, como mais ou menos complexas ou de mais ou menos importância, sendo todas elas elementos essenciais da constituição de existências humanas.

Seu trabalho funciona ainda como um estandarte no combate ao desprestígio das línguas de grupos minorizados, um chamado à luta e resistência como mecanismo para dissipar e combater os epistemicídios linguísticos e culturais oriundos de uma polarização linguística historicamente construída, mas convenientemente apagada dos registros históricos, em se tratando das línguas de sinais.

Partindo desse contexto, revisitar as perspectivas históricas sobre as línguas de sinais à luz dos debates realizados nos congressos internacionais pode ainda contribuir para uma construção historiográfica que situe essas línguas de forma paralela às línguas orais. Isso porque, tal qual preconiza Lucchesi (2015), é inviável pensar sobre línguas como um fenômeno fora das sociedades humanas.

Para isso, o ponto de partida recai sobre reconhecer a presença dos surdos em diversos espaços educacionais, de trabalho, de produção cultural e literatura na história do mundo, isto é, como parte das sociedades humanas nas quais as línguas, sejam orais ou sinalizadas, emergem como fenômeno constitutivo de existências.

Nessa empreitada é preciso ainda estar atento às nuances das relações sócio-políticas e administrativas, bem como o ideal capitalista que funcionaram como catalizadores históricos da polarização sobre as línguas de sinais em detrimento das línguas orais como principal forma de comunicação e instrução para surdos.

Esse olhar implica em evidenciar nos debates históricos dos congressos, a quem interessava que os surdos falassem pela língua oral e a quem interessava que utilizassem as línguas de sinais e, em um segundo momento, a quem interessa que as línguas de sinais estivessem deslocadas das discussões historiográficas sobre as línguas humanas.

Ambas as questões são relevantes pelo potencial de suspensão dos olhares polarizados que estabelecem de um lado, as maquinarias ouvintistas de dominação dos

surdos sob a ótica da incapacidade e deficiência e do outro, o movimento de resistência política que almeja devolver aos surdos as rédeas de condução da sua própria história.

Analisando historicamente, com um olhar sensível para o contexto de produções discursivas, os interesses de mercado e de escolarização, cada qual com finalidades pensadas para colocar em ação corpos produtivos úteis ao interesse do Estado, requer escavar algumas raízes fincadas nos primórdios da educação de surdos no mundo e exportada nas embarcações colonizadoras do Brasil.

Nessa tessitura histórica, a percepção do *exótico* inicialmente se torna rótulo para aquilo que destoa do padrão hegemônico de um ideal branco, ouvinte, eurocêntrico, mas pode ser ferramenta de *contraconduta*, o ressignificando como uma potência de existência na vida pela diferença e que pode ser identificada pelo adjetivo de uma *vida surda sinalizante*.

7 Considerações pertinentes a este recorte investigativo

*“De dentro da frigideira para dentro do fogo”
(Hobbit, 2012).*

Embora comumente se utilize o tópico ‘Considerações finais’ para indicar a conclusão dos trabalhos acadêmicos, atrevo me aqui a nomear este capítulo de modo a localizar temporalmente as considerações que fluíram de mim no decorrer desta pesquisa apenas. Considerações essas que, no fluxo do tempo, certamente requererão revistas, adições e edições senão de mim, de outros pesquisadores que se dispuserem a tecer histórias outras a partir das fontes aqui elencadas.

No ofício de artesão em que me desafiei no tear de uma história outra, a partir dos congressos internacionais, com foco na caracterização das línguas de sinais, o tempo não deve ser compreendido meramente em sua linearidade, mas no conjunto de circularidades discursivas materializadas em múltiplas fontes que, a despeito do empenho empregado nas análises delas, sempre resultará em perdas e omissões que demandarão novas visitas, novos olhares, novas lentes investigativas, de modo que minhas considerações são demasiadamente delimitadas e não são finitas para serem chamadas de finais nesse universo de dados.

Essa multiplicidade de fontes, por sua vez, só foi possível de compilação na forma de um arquivo como tal, por uma assunção intencional que desvia da concepção de fonte histórica como exclusivamente àquelas marcadas como ‘documento oficial’.

Partindo da compreensão que o teor de oficialidade de um documento está sempre atrelado a um poder hegemônico, o qual delimita quais fontes serão empregadas e, conseqüentemente, delimita quais histórias serão contadas. Optei nesta investigação por um caminhar metodológico mais livre, mas nem por isso desorganizado de procedimentos comuns no rigor de uma investigação científica.

Nesse sentido, o emprego do *arquivamento* como estratégia procedimental atende ao propósito investigativo desta tese por não se furtar de olhar para fontes à margem dos grupos de prestígio, valendo-se primariamente das correlações que podem ser estabelecidas entre elas, dos detalhes potentes para a construção de um colcha histórica entremeada por uma linha somatória.

Essa linha, aqui denominada de *arquivização*, funciona como um procedimento complementar de organização das fontes, permitindo categorizá-las em recortes menores de um todo, tendo como eixos, determinados acontecimentos e contextos singulares de impacto direto ou indireto no objeto de estudo.

A junção de ambos os procedimentos permitiu revisitar os congressos internacionais com foco nas pistas contextuais e práticas discursivas que denotaram a emergência de diferentes perspectivas sobre as línguas de sinais, ressaltando vozes e acontecimentos ainda invisibilizados por práticas epistemicidas.

A pesquisa, que aqui se desdobra em tese, parte de uma série de inquietações que estremeceram meu processo formativo e investigativo no campo da educação de surdos, e que, se em determinados momentos da investigação cessaram de chacoalhar meu corpo pesquisador, paralelamente provocaram tantos outros tremores à medida em que eu me deparava com pontas soltas, informações e sujeitos novos, vítimas de escolhas histórico-narrativas ou ideologias epistemicidas na dicotomia Eles-Nós, bem e mal, cada qual potentes para a condução de investigações em um número que me demandaria muitas vidas para dar conta, dado o volume de materiais disponíveis e sua densidade informativa ao alcance de um clique.

A questão problematizadora “*como a história e o uso social, no Brasil, podem imprimir na libras uma caracterização de língua exótica?*” partiu de uma observação

peçoal que, desde o princípio, indicava a necessidade de extrapolar as fronteiras nacionais na busca por respostas, porque a história do Brasil é sustentada por raízes multiculturais e multilíngues desde o princípio de sua tessitura, na percepção de registros escolhidos intencional e metodologicamente para uma construção narrativa localizada em um dado tempo e espaço e com um público específico.

Assim, revisitar, ainda que brevemente, a historiografia da colonização brasileira nesse *entrefontes*, me possibilitou tanto respostas quanto perguntas outras, na montagem do prisma histórico que aqui denomino de arquivo, o qual, fortuitamente, me permitiu desconstruções teóricas que aterrorizaram a minha hipótese seminal de que, a concepção de exótico sobre a libras era exclusivamente aquela que saía em uma via de mão única, da visão do grupo hegemônico em direção aos grupos minorizados de forma taxativa e desprestigiada.

Não foi necessário avançar tanto na história e nos processos de colonização linguística para que florescesse a *noção do exótico* como uma forma tanto de condução quanto de existência.

No contexto da colonização brasileira, o "exótico" desempenhou um papel fundamental na construção da identidade cultural nacional. Os invasores encontraram, no Brasil, uma terra vasta e diversificada, habitada por uma multiplicidade de culturas e línguas indígenas, a qual, posteriormente, inundaram de povos africanos escravizados.

Para os colonizadores, essas culturas e tradições eram frequentemente vistas como exóticas, estranhas por destoarem das normas europeias. Esse exotismo serviu para reforçar a ideia de superioridade cultural e justificar a exploração, a escravização e a dominação desses povos, considerados "primitivos", desumanizados pela ignorância e selvageria e, portanto, passíveis da salvação da obscuridade iluminada pelo ideal eurocentrista.

Além disso, a exotização dos povos indígenas e africanos também desempenhou um papel na construção do imaginário colonial e na criação de estereótipos que perduraram ao longo dos séculos. A imagem do Brasil como um lugar exótico, cheio de selvas tropicais, animais selvagens e povos "selvagens" contribuiu para a criação de uma narrativa que justificava a exploração econômica e cultural da terra e de seus habitantes. Uma visão perpetuada tanto na literatura quanto na arte europeias, criando uma representação distorcida e muitas vezes caricatural da realidade brasileira.

Durante o período de colonização brasileira, houve dois principais processos relacionados às línguas indígenas e africanas: imposição e proibição. Na imposição linguística, os colonizadores europeus tentaram impor suas línguas, como o português, às populações nativas e africanas, muitas vezes forçando a aprendizagem da língua dominante por meio de programas educacionais e conversões religiosas. Esse processo visava a assimilação da cultura dominante, facilitando a comunicação e o controle social dos colonizados.

Paralelamente, os colonizadores, conscientes do poder das línguas na preservação cultural e na resistência, proibiram o uso de línguas indígenas e africanas em certos contextos. As práticas culturais e religiosas que envolviam essas línguas foram reprimidas para minar as identidades culturais e fortalecer o domínio. Essa proibição muitas vezes ocorreu em instituições educacionais e religiosas, onde as línguas nativas e africanas foram substituídas pelo português, levando à perda de línguas e tradições culturais ao longo do tempo.

Esses processos de imposição e proibição das línguas durante a colonização brasileira contribuíram significativamente para a desestruturação das comunidades indígenas e africanas, enfraquecendo suas identidades culturais para que espelhassem o ideal branco eurocêntrico, mas sem usufruir dos mesmos direitos e prerrogativas que eles.

Partindo desse cenário, é possível visualizar um processo de *exotização colonial* semelhante imbricado sobre os surdos ao longo da história e, conseqüentemente, sobre as línguas de sinais, quando nos propomos a revisitar os registros dos congressos internacionais de educação de surdos, compreendendo-os como eventos-acontecimentos discursivos nos quais se evidenciam as práticas de governamentalidade em voga em diferentes recortes de tempo.

O tratamento dispensado aos surdos perpassa formas de condução, focadas em uma noção de incapacidade e deficiência em maior ou menor grau, que demanda o cuidado do ouvinte, uma tutela caridosa como estratégia de uma ‘humanização desumanizadora’, isto é, que retira do corpo surdo qualquer potencia de condução de si, despe-o da faculdade elementar da linguagem enxergando, na comunicação gestual, uma forma rudimentar, simplista e pouco útil para o convívio social e assimilação do modo de existência hegemônico ouvinte.

Esse idealismo centrado na normalização biológica e social do sujeito surdo não se resume sempre à demonização da surdez. Por vezes, encontra nela uma possibilidade de salvação que se daria pela benção da língua oral, essa mesma que arrancou a humanidade do comportamento animalesco, inscrevendo-a na lógica da razão.

Assim, a resistência de aceitação em relação às línguas de sinais recai sobre a crença definitiva de que sua erradicação seria a única solução possível para o convívio social produtivo dos surdos, pois parte da noção central de que a forma ouvinte, em séculos de existência majoritária, é a única possível, foi a mesma tática usada por colonizadores no período das invasões, atribuindo a si a supremacia intelectual, cultural e religiosa.

Essa crença é impulsionada pelos avanços da ciência, reorganização geopolítica e emergência do capitalismo em um cenário de intensa industrialização que provoca ranhuras, classificações sociais cada vez mais desiguais. A modernização fomentada pelo ideal capitalista demanda corpos úteis para a lógica produtivista, o que coloca em xeque o olhar essencialmente caritativo sobre a educação de surdos e os conduz às filas para formação de mão de obra.

Nessa esteira, cada descoberta e desenvolvimento no campo da medicina, cada tecnologia inventada e antes inimaginada como telefone ou aparelhos de radiofrequência com longo alcance representavam um passo mais proeminente para erradicar o ‘problema da surdez’.

O cenário fica mais complexo quando essa mesma lógica capitalista de produtividade em que a governamentalidade colonial opera, faz emergir movimentos de percepção mais acurados sobre as formas de existência surda, nos quais a língua de sinais, tão quanto a língua oral, instrumentaliza a reivindicação de espaço, permite uma forma de existência docilizada pelo maquinário da governamentalidade, mas também parte essencial para manutenção dele. A esse movimento, denomino *caracterização exótica dócil*.

Nessa nova caracterização, o lugar do exótico é preenchido por uma existência que não escapa do olhar panóptico do colonizador, mas simultaneamente se apropria do seu ferramental como uma forma de condução de si, não raramente ocupando espaços cedidos por meio de políticas e dispositivos legais.

Por essa via, o foco na produtividade é sustentado pelo desenvolvimento científico, porém, de uma determinada forma de ciência que angaria prestígio pelo seu potencial de captação econômica. Esse modo de operação provoca práticas epistemicidas em relação a tudo aquilo que destoe ou ameace o funcionamento da governamentalidade em movimento.

Assim, as produções de surdos, que já são insipientes pelas inúmeras barreiras linguísticas e de formação, são frequentemente apagadas, o que caracteriza uma prática de epistemicídio surdo. Mesmo nas produções históricas que versam sobre a sua própria história e língua, as referências e os lugares de destaque permanecem centralizadas nos ouvintes aliados.

Essa centralidade ouvinte aparece nas diversas esferas. Ouvintes como Gallaudet e Fay são cortejados e lembrados como “mestres sinalizadores” de grande renome. À Susan Denison, a esposa de Gallaudet que era surda, reserva-se o anonimato, senão em pequenas referências sobre a sua existência como esposa, um papel reservado à mulher durante dois séculos de educação formal de surdos.

Muito se fala sobre o abade l’Epée e sua alcunha de ‘Pai da língua de sinais’, mesmo na contemporaneidade quando a compreensão de que as línguas de sinais são línguas naturais e, portanto, não poderiam ser inventadas pelo clérigo ou qualquer outro. Ainda se mantêm a referência a ele, alterando levemente o discurso como uma homenagem em função da abertura provocada por seu trabalho para a educação de surdos na França.

Conforme os dados levantados acerca dos registros dos congressos internacionais, as entradas tratando do Congresso de Milão (1880) excedem a casa dos milhares no levantamento de publicações. Já os demais congressos, principalmente os congressos de surdos, as menções são praticamente inexistentes.

Ainda pensando na referenciação constante de Milão, James Denison, que esteve presente, vivenciou as discussões e acompanhou os bastidores, registrando com riqueza de detalhes o que caracterizou como grande farsa, segue sendo negligenciado nas produções de ouvintes e surdos pesquisadores que insistem na reprodução de um discurso sobre o referido que não mais se sustenta à luz dos documentos e relatos.

Pela *exotização docilizadora*, a língua de sinais é guarnecida de uma dupla instrumentalização. Uma delas possibilita a ocupação dos espaços, integração à força de

trabalho, com cerceamento do alcance e reconhecimento. A outra como tecnologia de captura que auxilia sutilmente no processo de docilização e mina reivindicações.

Na prática, instaura-se uma forma de *governamentalidade democrática* para que, por meio da língua de sinais, os surdos ocupem um determinado espaço, como por exemplo, o de professores de libras, fomentando dispositivos legais e políticas que resvalam nas produções acadêmicas com pouca atenção crítica para suas reverberações futuras. Parte disso em função de uma exaustiva luta pelo direito de ser surdo sinalizante, também evidenciada globalmente nas práticas discursivas dos congressos internacionais, o *Surdus mundi* inclui também os desafios enfrentados pelos surdos.

No entanto, essa condução para a ocupação dos postos de docentes de línguas de sinais, paralelamente restringe o acesso a outros postos de trabalho, cerrando os surdos em uma forma de existência em que ‘ser surdo’ se resume a libras e ao trabalho com ela, em outras palavras, uma forma de vida para a língua de sinais e não por meio dela como se almeja.

Uma mudança no eixo diferencial dessa caracterização docilizadora se dá no momento em que a língua de sinais potencializa uma forma de reivindicação de existência surda que rompe com essa lógica de condução restritiva, sendo empregada como catalisadora para inserção em outros espaços, por vezes se valendo da língua oral como alternativa para circulação e produção de saberes, como é o caso de artigos, livros e outros materiais impressos produzidos por surdos

Esse reposicionamento aqui compreendido como perspectiva *exótica de contraconduta*, mira o estabelecimento de um processo de autogestão, marcado por um despertar consciente que acolhe língua e cultura como uma unidade constitutiva a qual é exteriorizada por uma *tecnologia de contraconduta*, a língua de sinais.

Isso posto, a tese aqui empalmada de que a exotização oriunda dos processos de invasão colonial se transfigura em diferentes vertentes ao longo da história, encontra respaldo nos registros oriundos do arquivo histórico aqui apresentado.

A *exotificação* da libras seja na condução *colonizadora*, *docilizadora* ou de *contraconduta*, decorre de acontecimentos contextualmente localizados no tecido do tempo, catalisados pela ideologia dominante e pelos interesses do maquinário do Estado.

Assim, para longe de uma compreensão simplista que assume o exótico como uma categorização única, a partir das discussões aqui realizadas é possível compreendê-lo como uma forma de condução multifacetada e potente, que possibilita uma forma de existência surda na diferença empregando a libras como *tecnologia de contraconduta*, isto é, com aspecto linguístico e cultural não restrito a um espaço delimitado, mas na produção de saberes em que o sujeito protagoniza, reflete e narra sua história.

Referências

ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. **Um leque que respira: a questão do objeto em história.** In: CASTELO BRANCO, G. & PORTOCARRERO, V. Retratos de Foucault. Rio de Janeiro: Nau, 2000.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História.** São Paulo: Intermeios, 2019.

ALMEIDA-SILVA. A.; NEVINS, A.I. Observações sobre a estrutura linguística da Cena: a língua de sinais emergente da Várzea Queimada (Piauí, Brasil). In: **Revista Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 23, n. 4, p. 1029-1053, out.-dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/18533>. Acesso em: 5 jun. 2023.

ALTMAN, M. C. A descrição das línguas ‘exóticas’ e a tarefa de escrever a história da linguística. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 10, n. 3, 2011. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1091>. Acesso em: 24 set. 2023.

ANCHIETA, Pe. José de. **Artes da Gramática da língua mais usada na Costa do Brasil.** 11º Vol., Coleção Obras Completas. Editora Loyola: São Paulo, 1595[1990].

ANHEIM, Etienne. Arquivos singulares – o estatuto dos arquivos na epistemologia histórica. Uma discussão sobre A memória, a história, o esquecimento de Paul Ricoeur. In: NEDEL, Letícia e HEYMANN, Luciana (Orgs.). **Pensar os Arquivos: uma antologia.** Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 121-154, 2018.

ARRUDA, José Jobson de A. **Historiografia, teoria e prática.** São Paulo: Alameda, 2014.

AT&T. O encontro de Pedro II e Alexander Graham Bell. Causa Imperial – Arquivo – YouTube, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=96MMT-TKv3Y>. Acesso em: 22 nov. 2022.

AVELINO, Nildo. Democracia e educação na constituição do sujeito liberal. **Educação**, v. 36, n. 2, p. 180-191, 2013.

BACELLAR, Arnaldo de Oliveira. **A surdo mudez no Brasil** (cadeira de higiene). Tese de Doutorado em Medicina (USP). São Paulo: Universidade do Estado de São Paulo, 1926.

BARBOSA DA SILVA, Diego. Política linguística na Oceania: nas fronteiras da colonização e da globalização. **Alfa: Revista de Linguística** (São José do Rio Preto), v. 63, p. 317-347, 2019.

BAUMAN, H.-Dirksen L. (Ed.). **Open your eyes: Deaf studies talking.** University of Minnesota Press, 2008.

BAUMAN, H.-Dirksen L.; MURRAY, Joseph J. (Ed.). **Deaf gain: Raising the stakes for human diversity**. University of Minnesota Press, 2014.

BAYTON, D.; GANNON, J.; BERKELEY, J. **Through Deaf eyes**. Washington, DC: Gallaudet University Press, 2007.

BAYTON, Douglas C. **Forbidden signs: American culture and the campaign against sign language**. The University of Chicago Press, Chicago, 1996.

BEDIAGA, Begonha (Org.). “**Diário do Imperador D. Pedro II (1840-1891)**”. Petrópolis: Museu Imperial, 1999. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/diarios/>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

BEHARES, Luis Ernesto; PELUSO, Leonardo. A língua materna dos surdos. **Revista Espaço**, p. 42-50, 1997. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/81>. Acesso em 5 de julho de 2023.

BENVENISTE, Émili. **Problemas de lingüística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.

BETTEN, Henk. **Deaf Education in Europe: the early years**. Maya de Wit – Sign Language Interpreting Consultancy. EUA, 2013.

BRANSON, Jan; MILLER, Don. **Damned for their difference: the cultural construction of deaf people as "disabled": a sociological history**. Gallaudet University Press, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 6.892**. Regulamento para o Instituto Nacional de Surdos-Mudos a que se refere o decreto n. 6892, de 19 de março de 1908. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6892-19-marco-1908-501484-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 29 de junho de 2023.

BRASIL. **Decreto nº. 9198**. Aprova o regulamento para o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, de 12 de dezembro de 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9198-12-dezembro-1911-520039-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Lei de nº 10.436. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Brasília, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 05 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**. Regulamenta a Lei nº 10.436, e o art. 18 da Lei nº 10.098. Brasília, 2005. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/566431#:~:text=REGULAMENTA%20A%20LEI%2010.436%2C%20DE,19%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202000.&text=EDUCA%C3%87%C3%83O%20>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.319** de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm. Acesso em: 05 jul. 2023.

BRASIL. Novo Acordo ortográfico da Língua Portuguesa. 2ª Ed. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508145/000997415.pdf>. Acesso em 11 dez. 2022.

BRASIL, **Lei n. 13.146**, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 05 jul. 2023.

BRILL, Richard G. **Education of the Deaf: Administrative and professional developments**. Gallaudet College Press, 1974.

BRILL, Richard G. **International Congresses on Education of the Deaf: an analytical history 1878-1980**. Gallaudet Washington Press, Washington D.C., 1984.

BRILL, Richard G. **Mainstreaming the prelingually deaf child: a study of the status of prelingually deaf children in various patterns of mainstreamed education for hearing impaired children**. Washington: Gallaudet College Press, 1978.

BROWNE, Janet. **A origem das espécies de Darwin**. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2007.

BRUCE, Scott G. **Silence and sign language in medieval monasticism: the Cluniac tradition c. 900-1200**. Cambridge University Press, 2007.

BRUSSELS. **Proceedings of the International Congress for the Improvement of Deaf Mutes**. 1883.

BUARQUE, Chico. NASCIMENTO, Milton. **Cálice**. Chico Buarque, 1978.

BUENO, Eduardo. **Brasil, uma história**. Leya, 2018.

BURCH, Susan. **Signs of Resistance: American deaf cultural history 1900 to World War II**. NYU Press, New York, 2002.

BUXTON, D. Notes of progress in the education of the Deaf. **American Annals of the Deaf** Vol. 28. Washington: Gallaudet Press, 1883.

BYNUM, William. **História da medicina**. Souto Maior F, tradutora. Porto Alegre: L&PM, 2011.

CABELLO, Janaina; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **Marcas históricas do movimento ativista surdo em articulação ao pensamento prático de Paulo Freire e**

Michel Foucault. **Pro-Posições**, v. 32, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/VTMmhRkGh6KxbmmT5K7vQnf/>. Acesso em 25 set., 2023.

CABELLO, Janaína. **Cartografia das (re) territorializações no movimento social surdo no Brasil atual: (Des) caminhos para as pedagogias surdas como devir**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação (Unicamp). Campinas: Repositório Unicamp, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=460533>. Acesso em 25 set., 2023.

CABRERA, J. C. M. **La dignidade e igualdad de las lenguas: critica de la discriminacion lingüística**. Alianza Editorial: Madrid, 2016.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta de Pero Vaz de Caminha (1437-1501)**. Brasília, 1999. Disponível em: <https://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/bitstream/123456789/608/1/Carta%20de%20Pero%20Vaz%20de%20Caminha>. Acesso em: 19 de dez 2023.

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, p. 71-92, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/6KfHLbL5nN6MdTjtd3FLxpJ/>. Acesso em: 25 set. 2023.

CANTIN, Y. **Les Sourds-Muets de la Belle Epoque, une communauté en mutation**. Thèse (Doctorat en Histoire). 395 f. École de Hautes Etudes en Sciences Sociales. École doctorale de sciences sociale (ED). Centre de Recherches Historiques (UMR 8558). Paris, 2014.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mario. **A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes**. São Paulo: Expressão popular, 2012.

CARVALHO, Alexandre Filordi; GALLO, Silvio D. Foucault e a governamentalidade democrática: A questão da precarização da educação inclusiva. **Mnemosine**, v. 16, n. 1, 2020.

CARVALHO, Daniel Junqueira. **Não basta ser surdo para ser professor: as práticas que constituem o ser professor surdo no espaço da inclusão**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação (UFES). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/8656>. Acesso em: 11 dez. 2022.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CATANIA, Basilio. The us government versus alexander graham bell: an important acknowledgment for antonio meucci. **Bulletin of Science, Technology & Society**, v. 22, n. 6, p. 426-442, 2002. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0270467602238886>. Acesso em: 01 dez. 2023.

Chambellan, Victor-Gomer. **Congr s des sourds-muets de 1889**. Paris: Éditions du Fox, 1889.

CHICAGO. **Proceedings of the World Congress of the Deaf and 4th National Convention on the Education of the Deaf**. 1893.

CLARK, H. H. **Using language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CLARK, H.H; CLARK, E.V. **Psychology and language: An introduction to psycholinguistics**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1977.

CLEVE, J. V. V. **The deaf history reader**. Gallaudet Press: Washington D.C, 2007.

CLEVE, J. V.V. **Deaf history unveiled: interpretations from the new scholarship**. Washington: Gallaudet Press, 1993.

COELHO, Lidiane Pereira; DE MESQUITA, Diana Pereira Coelho. Língua, cultura e identidade: conceitos intr secos e interdependentes. **Entreletras**, v. 4, n. 1, 2013.

Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/975>. Acesso em: 28 nov. 2022.

COSTA, Bianca Silva Lopes. **“Milagre do Efat ”**: discursos e práticas do catolicismo na educa o de surdos no Brasil (1950-1980). Tese de Doutorado (Programa de Pós Gradua o em Educa o). Universidade Federal da Bahia, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/314732020>. Acesso em 14 jun. 2023.

CUNHA, Janaína Dias. Coopera o técnica Brasil-Estados Unidos na reforma universitária de 1968. **Simpósio Nacional de História**, v. 24, 2007. Disponível em:

https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210565_afc50ef56c8f45306e8cbcf3301a1411.pdf. Acesso em: 01 dez. 2023.

CURTIUS, Georg et al. **The Lautgesetz-Controversy: A documentation (1885 86)**. John Benjamins Publishing, 1977.

DE OLIVEIRA MARTINS, Vanessa Regina; TORRES, Regina Célia. Aspectos Culturais Para A Educa o De Crianças Surdas: # Casalibras Em A o. **Revista Espaço**, p. 177-202, 2021. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1666>. Acesso em: 10 jul 2023.

DE OLIVEIRA, Sonia Regina Nascimento. Surdo: Um Estrangeiro em seu País. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/9903>. Acesso em: 19 set. 2022.

DELEUZE, Giles. **Diferença e repeti o**. Paz e Terra: São Paulo, 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O que é a Filosofia?** 2.ed. São Paulo: Editora 34, 1993.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Kafka:** por uma literatura menor. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs:** Vol. 05. São Paulo: Editora 34, 1997.

DENISON, J. **Executive committee of the convention of American instructors of the deaf.** *American annals of the deaf*, vol. 13, is. 4. Washington D.C, 1868.

DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO PARA CONSULTA EM LINHA – DT. Disponível em: <https://dt.dge.mec.pt/>. Acesso em 16 de jul. 2022.

DINIZ, Heloise Gripp. **A história da língua de sinais brasileira (libras):** um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística (UFSC). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93667>. Acesso em: 24 set. 2023.

ERWING, A. *The Modern Educational Treatment of Deafness*. Manchester: University of Manchester Press, 1960.

EVERETT, Daniel. **How language began:** The story of humanity's greatest invention. Profile Books, 2017.

FÁVERO, Leonor Lopes *et al.* **A política linguística do Marquês de Pombal para o Brasil.** Século das luzes. Frankfurt: TFM, 2006.

FAY, E. A. **The International Convention.** *American Annals of the Deaf* Vol. 26. Washington: Gallaudet Press, 1881.

FAY, Edward Allen. **Dom Pedro's visit to Gallaudet College.** Sign Language Research Lab. Georgetown: Georgetown University, 1913. Disponível em: <https://hslldb.georgetown.edu/films/film-title.php?source=fay>. Acesso em: 24 nov. 2022.

FELIPE, Tanya Amara. **Os processos de formação de palavra na Libras.** ETD-Educação Temática Digital, v. 7, n. 2, p. 200-217, 2006. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1676-25922006000000020&script=sci_abstract. Acesso em: 24 nov. 2022.

FERNANDES, Sueli de Fátima. *Educação bilíngue para surdos: identidades, diferenças, contradições e mistérios.* Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPR). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193718>. Acesso em 25 set. 2023.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. **Similarities and differences in two Brazilian sign languages**. Sign Language Studies. Maryland: Linstock Press, 1984.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. Integração social do surdo. **Trabalhos em linguística aplicada**, v. 7, 1986. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/download/8639021/6616>.

Acesso em 6 jun. 2023.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FISCHER, Steven Roger. **Uma breve história da linguagem**: introdução à origem das línguas. Novo Século, 2009.

FISHMAN, J. A. **Do not leave your language alone**: the hidden status agendas within corpus planning in language policy. In: PEYTON, J. K.; RANARD, D. A.; MCGINNIS, S. (Ed.) *Heritage languages in America: preserving a national resource*. Washington, DC: Center for Applied Linguistics, 2001.

FOUCAULT, M. **Sécurité, territoire, population**: cours au Collège de France, 1977-1978. Paris: Gallimard, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luís Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 [1969].

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**: Cursos no Collège de France, 1979-1980 (excertos). São Paulo: CCS-SP/Achiamé, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução Eduardo Brandão. Revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel; MOTTA, Manoel Barros da. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. In: **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2008b.

FOUKA, Vasiliki. **Backlash**: The unintended effects of language prohibition in US schools after World War I. *The Review of Economic Studies*, v. 87, n. 1, p. 204-239, 2020.

FRASER, Nancy. **Justiça interrompida**: Reflexões críticas sobre a condição " pós-socialista". Boitempo Editorial, 2022.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Com os olhos na Europa e os pés na América**: a pesquisa científica no Brasil do século XIX. 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/pCjWRRJ7FdpnFrmkVVxTTTN/?lang=pt>. Acesso em:

01 dez. 2023.

GALE, A. C. C. **Plan for The Asylum for The Support and Education of the Deaf and Dumb Children of the Poor:** situated in the Grange Road, Bermondsey Instituted 1792. London: Eighteenth Century Collections Online, 1797.

GALLAUDET, E. M. The Milan Convention. **American Annals of the Deaf Vol. 26.** Washington: Gallaudet Press, 1881.

GALLAUDET, E. M. **History of the college for the deaf 1857-1907.** Gallaudet Press: Washington D.C, 1933.

GALLO, Sílvio. **Educação Menor:** produção de heterotopias no espaço escolar. In: GRUPO TRANSVERSAL (Org.). **Educação Menor: conceitos e experimentações.** Curitiba: Appris, 2015.

GALLO, Sílvio. Em torno de uma educação menor. *Educação & Realidade*, v. 27, n. 2, 2002. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25926>. Acesso em 17 de julho de 2023.

GALLO, Sílvio. Governamentalidade democrática e ensino de filosofia no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), v.42, p.48 – 64, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FYVwfRDc45K4z54Pjy38TGK/>. Acesso em 14 out. 2022.

GAMA, Flausino José. **Iconographia dos signaes dos surdos-mudos.** Rio de Janeiro: Tipografia Universal de E & S Laemmert, 1875.

GARRETSON, M. D. **Committee report defining total communication.** Proceedings of the Fourty-Ninth Meeting of the Conference of Executives of American Schools for the Deaf. Rochester: New York, 1976.

GICKEL, Patrice. **Once upon a time:** the French deaf. Paris: Books on Demands, 2019.

GREENWALD, Brian. H. **Taking Stock:** Alexander Graham Bell and Eugenics, 1883-1922. IN: John Vickerkey Van Cleve (Org.) **The deaf history reader.** Washington: Gallaudet University Press, 2007.

GROCE, Nora Ellen. **Everyone here spoke sign language:** hereditary deafness on Martha's Vineyard. Cambridge: Harvard University Press, 1952.

GRONINGEN. **Proceedings International Congress of the Care of The Deaf-Mute.** The Netherlands, June 5-10, 1950.

GROPPIA AQUINO, Julio Aquino; DO VAL, Gisela Maria. **Uma ideia de arquivo:** contributos para a pesquisa educacional. *Pedagogía y Saberes*, n. 49, p. 41-53, 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-24942018000200041&script=sci_arttext. Acesso em: 14 jun. 2023.

GUATTARI, F. **Revolução Molecular:** pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GUY, Gregory Riordan. Preconceitos Linguísticos Em Contato Linguístico E Dialectal Nos Estados Unidos Da América. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, v. 4, n. 4, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/5231>. Acesso em: 4 out. 2022.

HARRISON, David K. **When Languages Die: the extinction of the world's languages and the erosion of human knowledge**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HARVEY, David. **Novo imperialismo (O)**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2004.

HEWSON, John. Langue and parole since Saussure. **Historiographia Linguistica**, v. 3, n. 3, p. 315-348, 1976. Disponível em: <https://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/hl.3.3.04hew>. Acesso em: 01 dez. 2023.

HIEBERT, Ray; HIEBERT, Roselyn. **Atomic Pioneers Book 2 From the Mid-19th to the Early 20th Century**. US Atomic Energy Commission (AEC), 1971.

HOBBIT, O. New Line Cinema. Direção: Peter Jackson. (2h e 49 min). Estados Unidos, 2012.

INES. **Atas do congresso de 1880**. Tradução de Maria Solange da Rocha. Rio de Janeiro: Ines, 2011 [1880].

INES. **Congresso Internacional para o estudo das questões de educação e de assistência de surdos-mudos**. Tradução de Solange Maria da Rocha. Rio de Janeiro: Ines, 2013 [1900].

JANSON, T. **A história das línguas: uma introdução**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

JOÃO. 1:1. **Bíblia Sagrada: Novo Testamento**. Tradução de João Ferreira de Almeida. 1997.

JONES, John W. One hundred years of history in the education of the deaf in America and its present status. **American Annals of the Deaf**, p. 1-47, 1918.

KOZINETS, Robert. V. **Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso. 2014.

LADD, PADDY. **Understanding deaf culture: in search of deafhood: multilingual Matters**. Frankfurt: Clevedon, 2003.

LANE, H. **When The Mind Hears: a history of the deaf**. New York: Vintage Books, 1984.

LIÈGE. Proceedings of the two International Congresses of the Deaf. 1905.

LODI, Ana Claudia Balieiro; MOURA, Maria Cecília de. Primeira língua e constituição do sujeito: uma transformação social. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 7, n. 2, p. 1-13, 2006. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1676-25922006000000003&script=sci_abstract. Acesso em: 04 jan. 2022.

LOPES, Maura Corcini; VEIGA-NETO, Alfredo. Acima de tudo, que a escola nos ensine. Em defesa da escola de surdos. **ETD Educação Temática Digital**, v. 19, n. 4, p. 691-704, 2017. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1676-25922017000500691&script=sci_abstract. Acesso em 25 set. 2023.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas: A polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MAGNOLI, Demétrio. **História das guerras**. Editora Contexto, 2015.

MANN, Edwin J. **The deaf and dumb: or a collection of articles relating to the condition of deaf mutes; their education, and the principal asylums devoted to their instruction**. Harvard: Harvard Press, 1836.

MARIANI, B. **Colonização Linguística**. Campinas: Pontes, 2004.

MARIANI, B. E SOUZA. T. C.C. de "Questões de lusofonia". **Organon**, vol. 21, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

MARQUES, Janice Gonçalves Temoteo; MARTINS, Antonielle Cantarelli. A influência da Língua de Sinais Francesa (LSF) na Língua de Sinais Brasileira (Libras): Estudo Baseado em Metalexigrafia Comparativa. **Porto das Letras**, v. 6, n. 6, p. 84-102, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/10197>. Acesso em: 5 jun. 2023.

MATHUR, Gaurav; NAPOLI, Donna Jo (Ed.). **Deaf around the world: The impact of language**. OUP USA, 2011.

MCCLEARY, Leland; VIOTTI, Evani. **Transcrição de dados de uma língua sinalizada: um estudo piloto da transcrição de narrativas na língua de sinais brasileira (LSB)**. In: Bilinguismo e surdez: questões linguísticas e educacionais. Goiânia: Cãnone Editorial, p. 23-96, 2007.

MEULDER, M., MURRAY, J., MKEE, R. **The legal recognition of sign languages: advocacy and outcomes around the world**. Blue Summit: Multilingual Matters, 2019.

MOGES, Rezenet Tsegay. From White Deaf People's Adversity to Black Deaf Gain. **Journal Committed to Social Change on Race and Ethnicity (JCSCORE)**, v. 6, n. 1, p. 69-99, 2020. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48644511?seq=10>. Acesso em 19 jun. 2023.

MONAGHAN, Leila *et al.* **Many Ways to Be Deaf: international variation in Deaf Communities**. Washington: Gallaudet College Press, 2002.

MOREAU, Filipe Eduardo. **Os índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta**. Rio de Janeiro: Annablume, 2003.

MOTA, Nuno. Reflexos, Silêncios, Fantasmas: Do Arquivo como Norma ao Arquivo como Problema na História. **Arquivo Histórico da Madeira**, Nova Série, n. 1, p. 479-527, 2019. Disponível em: <https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/23>. Acesso em: 04 jul. 2023.

NASCIMENTO, G. S. X. Das (Im)possibilidades teórico-metodológicas no ensino de língua portuguesa para surdos em contextos inclusivos. *Revista Iniciação & Formação Docente*, Uberaba, MG, v. 7, n. 3, p. 679-701, 2020. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistagepadle/article/view/4988>. Acesso em: 18 out. 2022.

NASCIMENTO, Gabriel S. A língua própria do surdo: a defesa da língua a partir de uma subjetividade surda resistente. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em: <https://educacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGE/detalhes-da-tese?id=13559>. Acesso em: 18 dez. 2023.

NASCIMENTO, Gabriel S. X. O Imperador dos surdos: entre viagens de Dom Pedro II. In: *Ensaio Histórico da Educação de Surdos*. Carlos Roberto de Oliveira Lima (Org.) Campo Grande: Editora UFMS, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/7877>. Acesso em: 18 dez. 2023.

NESMITH, Tom. Seeing archives: postmodernism and the changing intellectual place of archives. **The American Archivist**, v. 65, n. 1, p. 24-41, 2002. Disponível em: <https://meridian.allenpress.com/american-archivist/article-abstract/65/1/24/23876>. Acesso em: 06 jul. 2023.

NICHOLS, Guilhaer.; Martins, V. R. O. **Introdução à Língua Brasileira de Sinais**. São Carlos: Edesp/UFSCar, 2022.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Mapa etno-histórico**. Rio de Janeiro: Instituto brasileiro de geografia e estatística, 1981.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/12101/8763>. Acesso em: 08 nov. 2023.

OATES, E. **No silêncio da fé: catequese e oração na linguagem das mãos**. Aparecida: Santuário, 1961.

OATES, E. **Linguagem das mãos**. Santuário: Aparecida, 1969.

OATES, E. **Língua das mãos**. Com adaptação e atualização de Simone Vecchio. Santuário: Aparecida 2017.

OLIVEIRA, Fernando Bonadia de. A Prática Espinosana de uma Educação Menor. **Educação & Realidade**, v. 44, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/sbHqFDkFVfMC6HQQpDcZpXv/?lang=pt&format=html>. Acesso em 17 de julho de 2023.

OLIVEIRA, José Fernandes de. **A Igreja dos Cegos, dos Surdos e dos Mudos**. São Paulo: Sorvil, 1978.

OLIVEIRA, S. R. N. de. Surdo: Um Estrangeiro em seu País. **Revista Interdisciplinar De Gestão Social**, v. 3, n.2, 2016. Disponível em:

<https://doi.org/10.9771/23172428rigs.v3i2.9903>. Acesso em 26 de junho de 2022.

PADDEN, C.; HUMPHRIES, T. **Deaf in Deaf in America: voices from a culture**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

PADDEN, Carol. **The Decline of Deaf Clubs in the United States: A Treatise on the Problem of Place**. Cambridge: Harvard University Press 2008.

PARIS. **Proceedings of the Congress for the Improvement of Blind and Deaf Mutes**. 1878.

PARIS. **Proceedings of the Congress for matters of assistance and education for the Deaf and Dumb**. 1900.

PATTERSON, Robert. Edward Allen Fay. **American Annals of the Deaf**, vol. 68, n. 4., p. 257. Washington D.C.: Gallaudet University Press, 1923. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/44462320.pdf>. Acesso em 4 out. 2023.

PÉREZ MELÉNDEZ, José Juan. Reconsiderando a política de colonização no Brasil Imperial: os anos da Regência e o mundo externo. *Revista Brasileira de História*, v. 34, p. 35-60, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/htyJmzppNBYvLCJc3q966Lj/?lang=pt>. Acesso em 4 de junho 2023.

QUADROS, Ronice M.; CRUZ, Carina Rebello. **Língua de sinais**. Artmed Editora, 2009.

QUADROS, Ronice M. **Língua de herança: língua brasileira de sinais**. Autêntica: Porto Alegre, 2017.

QUADROS, Ronice Müller de; BECKER KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice M. de. SILVA, Diná S. da. As comunidades surdas brasileiras. In. Zambrano e Pedrosa (Orgs). **Comunidades Sordas en America Latina: língua, cultura, educação, identidade**. S/l: Bubok Publishing, 2019.

RAMOS, Clélia Regina. **LIBRAS: A língua de sinais dos surdos brasileiros**. Arara Azul: Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/54007308/libras.pdf>. Acesso em 22 de dezembro de 2022.

RANGEL, Gisele Maciel Monteiro. **História do povo surdo em Porto Alegre: imagens e sinais de uma trajetória cultural**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação). UFRGS: Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/51482004>. Acesso: em 2 de junho de 2023.

REZENDE-CURIONE, Patrícia. L. F. **Epistemicídio nas Políticas Públicas em Educação de Surdos**. Relatório Final de Pós-Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação (Unicamp). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil / Darcy Ribeiro**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Solange Maria da. **Diagnóstico: Uma Sentença para a Cidadania! Revista Espaço**, p. 75-79 (Edição Impressa). Rio de Janeiro: Ines, 1992.

ROCHA, Solange Maria da. **O Ines e a Educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de surdos em seu percurso de 150 anos**. Org. Solange Maria da Rocha. Rio de Janeiro: Ines, 2008.

RODRIGUES, José R. **As seções de surdos e de ouvintes no Congresso de Paris (1900): problematizações sobre o pastorado e a biopolítica na educação de surdos**. Dissertação de Mestrado. Ufes, Vitória, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br:8080/handle/10/10846?mode=full>. Acesso em 18 dez. 2023.

RODRIGUES, José R. e VIEIRA-MACHADO, Lucienne M. C. **O primeiro congresso para melhoramento das condições dos surdos mudos – Lyon – 1879. Revista História da Educação**, Vol. 23: UFRGS, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3216/321660471051/321660471051.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.

RODRIGUES, José Raimundo. **Educar para a vida e não para a escola: a educação desejada nos congressos internacionais de surdos entre 1889 e 1900**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação (Ufes). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2023. Disponível em: <https://educacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGE/detalhes-da-tese?id=17183>. Acesso em: 18 set. 2023.

RODRIGUES, José Raimundo; VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa; NASCIMENTO, Gabriel Silva Xavier. **Impressões sobre o Congresso de Milão**. Revista Letras Raras, [S.l.], v. 10, n. 3, p. Port.310-319, out. 2021. Disponível em:

<http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/article/view/1934>. Acesso em: 18 set. 2023.

RODRIGUES, Raymundo Nina. As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2011. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/h53wj/pdf/rodrigues-9788579820755.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2023.

RODRIGUES, Raymundo Nina. Os africanos no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/mmtct>. Acesso em: 01 dez. 2023.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do Desejo. Porto Alegre: Ed. Salina/ UFRGS Editora, 2007.

ROLNIK, S.; GUATTARI, F. **Micropolítica**: cartografias do desejo. rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

RUSSO, Renato. **Que país é esse?** Legião Urbana. 1978/1987.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes**: Uma viagem ao Mundo dos surdos. São Paulo: Editora Companhia de Letras, 1989.

SEVERO, Cristine G. **Bakhtin e Foucault**: apostando em um diálogo. In: Círculo de Bakhtin: pensamento interacional. Vol. 3. São Paulo: Mercado de Letras, 2013.

SHEA, Gerald. **The language of light**: a history of silent voices. New Haven: Yale University Press, 2017.

SILVA, A. B. da; RIBEIRO, E. F. B. A tradução de textos sagrados em Libras: os Dez Mandamentos atravessados por diferentes vozes discursivas. **Belas Infiéis**, Brasília, Brasil, v. 8, n. 1, p. 15–35, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfiéis/article/view/13012>. Acesso em: 9 de julho de 2023.

SILVA, António Delgado da. **Coleção de Legislação Portuguesa** (1750- 1820), Lisboa: Tipografia Maigrense, 1830.

SILVA, Diná Souza da. **Inventário de línguas de sinais emergentes encontradas no Brasil: o caso da Cena (Jaicós-PI) e da língua de sinais de Caiçara (Várzea Alegre-CE)**. 2021. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística (UFSC). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229358>. Acesso em: 3 jun. 2023.

SOFIATO, Cássia Geciauskas; REILY, Lucia Helena. Dicionarização da língua brasileira de sinais: estudo comparativo iconográfico e lexical. **Educação e Pesquisa**, v. 40, p. 109-126, 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/vY3XRbKqCzKG6kLpQdhd3dN/>. Acesso em: 3 jun. 2023.

STOCKHOLM. **Proceedings of the International Congress on the Education of the Deaf, Vols. 1 and 2**, Sweden, August 17-21, 1970. Sweden: 1971.

SUPALLA, Ted and CLARK, Patricia. **Sign Language Archeology: Understanding the Historical Roots of American Sign Language**. Washington: Gallaudet University Press, 2015.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa Sociolinguística**. São Paulo, Ática, 1990.

THIESSE, Anne-Marie. La petite patrie enclose dans la grande: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940). *Revista Estudos Históricos*, v. 8, n. 15, p. 3-16, 1995. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1994>. Acesso em: 01 dez. 2023.

TIDINGS. **The Catholic Deaf Office Vol. 14**. Louisville: College of Holy Cross, 1985. Disponível em: <https://crossworks.holycross.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1168&context=dca001-tidi-ky-1960>. Acesso em: 11 mai. 2023.

U2. **City of blinding lights**. How to dismantle an atomic bomb. 2004.

U2. **I still haven't found what I'm looking for**. The Joshua tree, 1987.

UB. University Libraries. **University of Maryland**. Estados Unidos, 2022. Disponível em: <https://www.lib.umd.edu/>. Acesso em: 19 de jul. 2022.

UEPA. Edital de seleção especial exclusivo para candidatos surdos. Universidade Estadual do Pará, 2022. Disponível em: <https://www2.uepa.br/prosel/wp-content/uploads/edital432022.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

VALADE GABEL, Jean-Jacques *et al.* **Guía de los maestros de primera enseñanza para empezar la educación de los sordo-mudos**. 1865.

VARELLA, Drauzio. **Os surdos têm voz**. Leonardo Castilho. YouTube, jul. de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bcq6GPyMfPo&t=62s>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

VASISHTA, Madan. **Deaf in Delhi: A memoir**. Washington: Gallaudet University Press, 2006.

WILKINS, John. **A discourse: Concerning a New World and Another Planet**. London: John Norton, 1640.

WITCHES, Pedro Henrique. **Governo linguístico em educação de surdos: práticas de produção do surdus mundi no século XX**. Tese de Doutorado (Programa de Pós Graduação em Educação). Unisinos: São Leopoldo, 2018. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6926/Pedro%20Henrique%20Witches_.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em 4 de maio de 2023.

WOODWARD, James. The First National CODA Conference Celebration and Exploration of Our Heritage Co-sponsored by CODA: Children of Deaf Adults, Inc. Gallaudet University National Academy. 1986. Disponível em: https://coda-international.org/resources/Documents/Keynote/1986_Keynote-James%20Woodward.pdf. Acesso em: 4 jun. 2023.

WRIGLEY, Owen. The politics of deafness. Washington: Gallaudet Press:1996.
XAVIER, André Nogueira. A expressão de intensidade em libras. Intercâmbio. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, v. 36, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/intercambio/article/view/31400>. Acesso em: 04 jan. 2023.

ZAMBRANO, Romana C. PEDROSA, Cleide E. F (Orgs). **Comunidades Surdas na América Latina: língua, cultura, educação, identidade**. Terceira Edição, Brasil: Bubok Publishing, 2019.